



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

A EMERGÊNCIA DE PROPOSTAS DE REGULAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO MEDIATIZADO PELA *FOLHA DE SÃO PAULO*

Wilson Ricardo Barbosa dos Santos

SÃO CARLOS  
2016



**Universidade Federal de São Carlos**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A EMERGÊNCIA DE PROPOSTAS DE REGULAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO MEDIATIZADO PELA *FOLHA DE SÃO PAULO*

Wilson Ricardo Barbosa dos Santos  
Bolsista CAPES

Dissertação apresentada como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, área de concentração em Linguagem e Discurso.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vanice Maria Oliveira Sargentini

São Carlos – São Paulo – Brasil  
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237e Santos, Wilson Ricardo Barbosa dos  
A emergência de propostas de regulação da mídia no Brasil : uma análise do discurso político midiaticizado pela Folha de São Paulo / Wilson Ricardo Barbosa dos Santos. -- São Carlos : UFSCar, 2016.  
220 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Discurso midiático. 2. Mídia. 3. Análise do discurso francesa. 4. Memória. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Wilson Ricardo Barbosa dos Santos, realizada em 26/02/2016:

---

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini  
UFSCar

---

Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa  
IBILCE/UNESP

---

Prof. Dr. Israel de Sá  
UFSCar

Dedico este trabalho à extrema graça de todos os meus professores, sejam de antanho, de hoje ou em devir. Pelo tempo destinado (não apenas em sala de aula), pela honra indescritível da convivência e da atenção, pela confiança e amor mutuamente construídos e a importante presença, viva e orgânica, que hoje vejo refletida em atitudes, palavras e gestos. Em especial, aos primeiros mestres, meus amados pais Regina e Wilson, protagonistas ao nutrir e respeitar em mim – e em tantos outros – tal avidez.

## Agradecimentos

Ao meu pai, **professor Wilson Paulo**, que me ensinou com propriedade a importância que as atitudes e decisões bem pensadas têm na vida de um homem. Por mostrar-me que exemplos valem muito mais do que as melhores palavras. Agradeço, neste sentido, pelo exímio cuidado sempre demonstrado com o modelo de maturidade masculina que me foi dado, mesmo nas palavras mais simples do dia a dia (ainda que, em certas ocasiões, como em peladas de futebol, eu pudesse, já um pouco maior, ter concluído que podíamos sim – e até devíamos – falar alguns palavrões e tomar cartões amarelos às vezes). Pela seriedade e, muitas vezes, pela rigidez necessárias em minha criação, mas sempre rodeadas da maior possibilidade e valor dos sorrisos, da alegria e da energia para ensinar e contribuir à vida das pessoas que nos rodeiam. Pelo amor aos esportes sempre manifesto que também me foi inculcido, mostrando-me que tal apreço ao bem-estar físico representam muito na vida de um homem, e que lutar para se educar neste sentido é uma experiência inigualável. Pelos constantes estímulos à inteligência e aos desafios que sempre me foram colocados, física e intelectualmente, momentos estes em que pude ter certeza do potencial da sabedoria que todos nós temos, constatações estas que hoje pautam cada segundo de consciência que detenho, e por me havê-lo mostrado mesmo antes de saber realizar buscas em dicionários. Pela grande confiança no poder que as pessoas têm de realizar os seus sonhos. Pelos incontáveis sorrisos que pude ver em outrem, nas ruas de Barueri, ao dizerem “Fala, professor Wilson!!!”, o que sempre era seguido de alegria e mesmo pulos e gritos, que me mostraram a vida e a energia robusta que podem ganhar nossas atitudes, quando bem-intencionadas e dotadas de amor, na experiência alheia (mas quão alheia?). Pela facilidade inigualável da expressividade dos sentimentos. Por sempre demonstrar e ensinar que, nos nossos dias, saber – ou ao menos tentar – tratar os outros como iguais não é apenas uma virtude dos resistentes, mas também um ato de muita coragem, e que, até por isso, pouca gente faz questão de realizá-lo. Pela iniquidade do valor de momentos deveras simples, como quando uma aluna, já idosa, veio à nossa casa, agradecer-lhe pela sua participação na recente conquista dela, o diploma do ensino fundamental. Por todas essas e muitas outras virtudes – mesmo as que não herdei, mas que, ainda assim, fornecem-me um importante referencial. Em suma: por essa grande soma de atitudes ainda em curso, que hoje me fazem sempre escutar com extremíssima estranheza dizeres da ordem de “é tarde demais pra aprender”. (Não fosse por um excelente motivo, creio que jamais o teria enunciado, aqui ou alhures, graças à sua presença em minha vida.)

À minha mãe **Regina Célia**, pelo amor incondicional e pelo despertar do primeiro amor às letras. Por desde cedo me ter colocado em contato com seu ambiente de trabalho, as Escolas públicas de Barueri, ambientes que hoje me são tão importantes e cujo conhecimento primeiro emergiu por meio de sorrisos maternos entre colegas de trabalho, merendas junto aos alunos e mesmo por ter visto a espessura das fortes interdições que tal responsabilidade muitas vezes demanda. Pelo sempre grande interesse ao mostrar-me o funcionamento destas instituições escolares, bem como a grande graça com a qual se pode realizar um trabalho de tamanha decisividade. Por todos os estímulos, sobretudo ao amor e à inteligência, hoje e quando eu e a Karina éramos crianças, sobretudo pelo quão muitos deles exigiram esforço, amor e planejamento de meus pais.

À minha amada maninha **Karina**, cujas palavras de um colega de sua sala me valho agora: “a

menina mais inteligente que já conheci”. Pelo prazer único de ter crescido sob sua influência e companhia, dotada de tanta alegria e energia, com tantas novidades pra contar-me e explorarmos juntos. Pelo gozo da educação musical que ao longo de nossas adolescências pudemos cultivar, ensinando-nos um ao outro acordes, tablaturas e partituras, que hoje fundam muito do meu amor imensurável pela música. Por tudo o que aprendemos juntos e pela curiosidade que cultivamos correndo, pulando, ou mesmo nos defendendo.

À **Tereza Franioková**, por tantos ensinamentos e pelo amor e confiança que construímos juntos.

À **professora Vanice Sargentini**, pela grande maestria e paixão que tenho a indescritível e incansável honra de presenciar. Pela oportunidade a mim conferida e pela grande confiança que me foi depositada, mesmo em simples sorrisos. Pelas falas sempre incisivas, teor representado mesmo nos gestos, os quais faço questão de fazer ressoar em minha mente nos momentos em que os entraves de nossa sociedade demandam atenção e um pensamento aprimorado. Pela atenção sempre manifesta na preparação das aulas, as quais tenho muito prazer de acompanhar. Finalmente, por ter aceitado orientar, guiar e ler este trabalho, bem como todos os textos, discussões e reflexões que juntos construímos e realizamos.

À **professora Roberta Pires**, minha grã-mestra e companheira barueriense de exílio em São Carlos, pela paixão e paciência, sempre muito claras, ao ensinar um aluno dotado de tão pouca genialidade. Pela atenção e cuidado ao ler meus textos, muitos deles extremamente infames e chistosos, que podíamos corrigir e aprimorar enquanto ríamos das rotinas, sonhos, previsões e convites desastrosos que eu criava. Por reforçar-me em nossos encontros a alegria inigualável que é ser professor, o que me é ainda mais forte quando vejo que, de fato, não há dinheiro qualquer no mundo que valha o que me foi possível aprender e experienciar sob sua orientação. Pelo inigualável prazer de poder lembrar-me, durante as leituras realizadas após sua instrução, de toda a convivência amistosa, da aura que então ganham as quentes tardes são carlenses, das brincadeiras e mesmo dos desafios que temos encarado com tanta alegria: em suma, por todo o suor regozijável que as palavras em francês aos meus olhos hoje transpiram, graças à sua influência, que carregarei comigo carinhosamente.

À **professora Sandra de Santa Rosa**, do Ensino Médio, que nunca hesitou em nos desafiar para que pudéssemos nos tornar mais argutos, mesmo quando eu, em especial, não havia ainda determinado tal trabalho a mim mesmo. Pelo modelo de exímia paciência e rigor, “com siso”, como nos escreveu no quadro uma vez (o que é, diria eu, também bastante conciso, ainda que extremamente custoso). Por sempre me fazer lembrar das aulas de língua portuguesa no Instituto São Pio X quando hoje, em um lugar um pouco distinto, sou eu aquele que anda na sala de aula de braços cruzados e com os ouvidos atentíssimos. Pelo prazer de poder imaginar-me em seu lugar e esforçar-me para realizar intervenções tão produtivas na vida dos meus alunos como me foram as suas. Além da honra da convivência enquanto aluno, também pela decisividade de breves conversas no ambiente de sala de aula, um tanto pessoais, que sem dúvida fizeram com que hoje eu pudesse aqui estar. Pelo amor à leitura que me incutiu, que sempre lembro com muito carinho quando releio alguns dos mesmos exemplares do ensino médio.

À **professora Ana Silvia Couto de Abreu**, do DME e do PPGL, pela confiança depositada em meu potencial e a parceria que então pudemos construir. Por mostrar-me, em meus primeiros momentos como estudante de Letras, não apenas a importância de ater-se a tantos procedimentos de citação que até então me eram bastante novos, mas a resistência que representa, hoje, ser um

autor de qualidade, em meio a uma conjuntura em que, muitas vezes, valora-se mais a quantidade. Também, pelo prazer de ter sido introduzido ao pensamento de Michel Pêcheux sob sua tutela, dedicando extrema atenção às palavras, algumas muito provocadoras, de um de nossos grandes referenciais.

Ao **professor Carlos Piovezani**, pelo extremo zelo manifesto com a formação de seus alunos, constituindo-se para mim, nestes últimos anos alhures de minha cidade natal e sobretudo de meus pais, como um grande referencial. Pela constante cobrança requerida a seus alunos, que pode simbolizar um empecilho para alguns, mas que significam muito para mim, enquanto um estudante que constantemente teve de encontrar mecanismos para fazê-lo por si só.

Ao **Sport Club Corinthians Paulista**, não apenas pela sua tradição de aqui ser citado, mas também por ter sido uma das grandes portas de entrada nos valores que decidi que fundariam minha vida. Por tantas tardes de domingo e noites de quarta-feira em que estive junto com meus pais para acompanhar os desenrolares de uma paixão comum. Por ter visto ao lado de meu pai, ainda bastante pequeno, grandes jogadores como Carlos Gamarra, um dos meus atletas favoritos ainda hoje. Também, por estar lá de antemão e me haver ensinado já muita coisa no momento em que eu me dei conta que era, de fato, humano.

Ao meu grande amigo **Vlaudinei**, pelas trajetórias muito distintas em torno de uma paixão compartilhada. Pelas muitas risadas e aprendizados. Pelas constantes palavras em torno do esporte e pela confiança que construímos nestes anos de amizade.

Aos meus **grandes amigos da NM**, Fred Medeiros, Francis, James, Tatus, Vini, Fred Botelho, Walter Bento, Rafão, Eduardo, Thiago, Rica, Anderson e Nara. Parceiros de longa data em pelo menos duas paixões comuns. Pela convivência, às vezes bastante conturbada, mas ainda assim muito próxima, com pessoas de lugares e visões tão distintas.

Aos **professores da área de Literatura do Departamento de Letras – UFSCar**, em especial ao professor Wilton Marques e à professora Rejane Rocha, grandes mestres em minha formação, que me mostraram não apenas muito amor pelo trabalho realizado, mas também extremo afinco em aprimorá-lo. Pelo cuidado sempre demonstrado na preparação e no curso das aulas, exigências estas que exemplificaram magistralmente o rigor necessário para uma reflexão que concirna a linguagem e a história, que busco sempre guardar comigo em meu caminho. Pela seriedade nas cobranças, e sobretudo por haverem-me mostrado ao longo dos câmbios que o Curso de Letras passou em minha estadia acompanhando-o não apenas a importância de constantemente desafiar os professores de línguas em formação, mas a relevância de tal gesto para a construção de uma sociedade brasileira mais consciente. Finalmente, pelo interesse que a literatura me despertou nas letras, sempre reforçado pelas constantes indagações em sala de aula protagonizadas por tão exímios mestres, ainda assim munidos de tanta simplicidade.

Aos **professores da área de Linguística do Departamento de Letras – UFSCar**, em especial à professora Maria Silvia e à professora Mônica Signorini, algumas de minhas primeiras mestras com quem tive contato na graduação. Por fazer de um momento extremamente crítico de nossas formações uma interessante aventura, tornado-se uma fascinante redescoberta dos interesses que me trouxeram ao Curso.

Aos **professores da área de Língua Espanhola do Departamento de Letras – UFSCar**, em especial aos professores Rosa Yokota, Antón Míguez, Fernanda Castelano e Joyce Ferraz, a

respeito dos quais um dia espero poder dizer que protagonizaram a experiência mais vívida e significativa que pude ter sobre a alteridade em minha juventude.

Aos **professores da área de Língua Inglesa do Departamento de Letras – UFSCar**, Nelson Viana, Rita Barbirato, Sandra Gattolin e Eliane Navarro, pelas aulas que tive o prazer de já frequentar e pelo presságio de excelentes vindouros.

Ao **professor Ednelson Oliveira**, que me encorajou durante o ensino médio a ser professor de língua espanhola. Pelas palavras, ainda que estas me sejam um pouco duras, mas que fiz questão de que significassem muito mais. Pela relevância das conversas em sala de aula, em especial a respeito do zelo necessário e o esforço demonstrado na entrada no professorado, e sobretudo por ter-me mostrado o quão muitos de nós perdíamos em não considerar com atenção aspectos da construção das identidades e discursividades que residem sob a materialidade de uma língua tão comumente tomada por alguns de nós brasileiros como de conhecimento espontâneo.

A todo o corpo docente, aos funcionários e à comunidade religiosa do **Instituto São Pio X**, instituição que pude frequentar por quase toda a minha vida escolar. Pelo prazer de hoje poder, quase rotineiramente, enxergar o quão foi importante na minha formação os muitos ensinamentos que lá aprendi.

Aos **funcionários da secretaria do PPGL, Junior Aparecido e Thais Ariane**, pelo apoio na organização de nossos caminhos e pela prontidão no atendimento.

A todos os **funcionários e técnico-administrativos da UFSCar**, sempre presentes e atenciosos no dia a dia da universidade. Também, aos funcionários do Restaurante Universitário da UFSCar, pela alegria basicamente diária de nutrir-nos.

Aos meus colegas e amigos **do curso de Letras da UFSCar**, com os quais tenho o prazer de conviver diariamente e ter a segurança de que os futuros professores de línguas cada dia mostram-se mais argutos e promissores. Pela felicidade inigualável de conviver com licenciandos tão corajosos, dotados de experiências deveras distintas.

Aos meus amigos **do CALe**, o Centro Acadêmico de Letras da UFSCar, pelos diálogos e cafés na pracinha do DL.

Aos **amigos e colegas do LABOR**, o Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar, Nicolle, Livia, Israel, Renan, Amanda, Turati, Maysa, Marluza, Geovana, Luciana, Bruno, Pedro Alberto, Pedro Varoni, Michelle Pereira e Jocenilson. Pelos muitos diálogos em torno da problemática do discurso, bem como da excelente companhia que fazem das quartas-feiras os dias mais interessantes das minhas semanas.

Aos meus **amigos e colegas do PPGL**, pelos constantes diálogos, lutas e pelas companhias no tão desafiador percurso de pesquisa: Gleice, Nirce, Roana, Marco e Helena.

Às meninas do **LIRE** e à coordenadora do grupo, a **professora Luzmara Curcino**, pela presença nas discussões, além da parceria e energia, sempre muito positiva e manifesta: Simone Varella, Clarissa Conti, Pâmela Rosin e Fabrícia Corsi.

Aos **estudantes do curso de *Profesorado en portugués* da Universidad Nacional de Misiones** (Argentina), pela terna convivência durante o período como estudante de intercâmbio.

## RESUMO

Na grande mídia brasileira, textos sobre a emergência de propostas de regulação da própria mídia circulam sob diversas modalidades enunciativas. Em um trabalho anterior (SANTOS, 2013), pudemos constatar que esta discussão aparece a partir de dizeres primeiros como *controle social da mídia*, *regulação da mídia*, *democratização da mídia*, *regulação econômica da mídia*, dentre outros. Assim, materializa-se um embate que toca sentidos sobre a liberdade democrática e uma potencial censura, conflito que é colocado em pauta massivamente pelos discursos midiáticos, importantes lugares para que hoje reflitamos sobre a nossa sociedade, precisamente porque é neste âmbito que tais políticas são tratadas. Na discussão sobre a necessidade ou não de regulação, constrói-se discursivamente uma luta pela liberdade de expressão, bem como pela atribuição do direito de estabelecer separações entre o que é ou não dizível. Logo, a emergência desses dizeres aponta para espessas polêmicas entre setores políticos e enunciadores da grande mídia, que são bases primordiais para nossa reflexão: estaríamos diante, assim, de uma proposta de *controle* ou de uma tentativa de *censura*, dados tais embates? Filiando-nos à Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo ao refletir sobre a contribuição foucaultiana à disciplina, somos motivados, antes de tudo, pela descrição das *condições de emergência* de tais dizeres em nossa sociedade. O seu valor de verdade, assim, importa-nos quando é ditado, comentado e estabilizado no *corpus* por nós congregado em torno da noção de *arquivo*, seja por jornalistas, grupos políticos ou pela *FSP* enquanto instituição midiática já bem assentada no mercado brasileiro. A noção de *arquivo*, assim, pautada em Foucault, mostra-nos aspectos do que pode ser dito, considerando o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Neste sentido, a possibilidade do retorno dos sentidos sobre *censura*, associados à ditadura militar de antanho, é um dado importante. Assim, tomamos como objeto de pesquisa a circulação realizada a respeito do tema pela *FSP* de jan/2010 a jan/2015 em sua versão digital ([www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)), centrando-nos, sobretudo, nos dois últimos embates eleitorais presidenciais. Ao analisar esse acontecimento de curta duração, o objetivo geral deste trabalho é verificar como a questão tem sido tratada no embate político-partidário brasileiro em torno da emergência destes dizeres pela *FSP*, tendo como objetivos específicos i) mostrar alguns dos recursos linguístico-discursivos de que este meio se valeu para construir posições enunciativas e ii) analisar os deslizamentos de sentido que estes enunciados realizam neste intervalo. Os resultados obtidos indicam a estabilidade de uma posição contrária à regulação da mídia nos textos da *FSP*, que se realiza também a partir de nuances na formulação de posições favoráveis; recorrentemente, assim, contesta-se a necessidade de tais medidas. Também, a análise dos comentários sobre os dizeres primeiros que se colocaram para estabelecer as propostas e das imagens que emergiram quando de tal tratamento permitiu-nos observar um trajeto de deslizamentos metafóricos que se realizaram quando tais enunciados circularam na *FSP*, associados majoritariamente à possibilidade de que houvesse, de fato, censura da mídia. Esses deslocamentos ocorreram a partir da tensão entre formações discursivas, que atuaram no delicado embate entre a necessidade do controle e o conflito realizado pela volta de sentidos associados à censura, regularidades cujas fronteiras estiveram em constante movimento.

**Palavras-chave:** Discurso midiático. Mídia. Análise do Discurso francesa. Memória.

## RESUMEN

En los grandes medios brasileños, textos que tratan la emergencia de propuestas de regulación de los propios medios circulan bajo diferentes modalidades enunciativas. En un trabajo anterior (SANTOS, 2013), hemos podido constatar que esta discusión aparece a partir de dichos primeros como *controle social da mídia, regulação da mídia, democratização da mídia, regulação econômica da mídia*, entre otros. De esta manera, se materializa un conflicto que respecta sentidos acerca de la libertad democrática y una potencial censura, lo que es discutido masivamente por los discursos mediáticos, importantes lugares para que hoy reflexionemos sobre nuestra sociedad, precisamente porque es en este ámbito que tales políticas son tratadas. En la discusión que respecta la necesidad o no de regulación, se construye discursivamente una lucha por la libertad de expresión y por la atribución del derecho de establecer separaciones entre lo que es o no decible. Luego, la emergencia de estos dichos apunta para espesas polémicas entre sectores políticos y enunciadores de los grandes medios, que son bases primordiales para nuestra reflexión: luego, ¿estaríamos delante de una propuesta de *control* o de un intento de *censura*, considerados tales embates? En nuestra filiación al Análisis de Discurso francés, sobre todo al reflexionar acerca de la contribución foucaultiana a la disciplina, somos motivados, antes de todo, por la descripción de las *condiciones de emergencia* de estos dichos en nuestra sociedad. Su valor de verdad, finalmente, nos interesa cuando es dictado, comentado y estabilizado en el *corpus* por nosotros congregado alrededor de la concepción de *archivo*, sea por periodistas, grupos políticos o por la *FSP* como una institución mediática ya bien asentada en el mercado brasileño. La noción de *archivo*, así, basada en Foucault, nos muestra aspectos de lo que puede ser dicho, considerando el sistema que gobierna el apareamiento de los enunciados como acontecimientos singulares. En este sentido, la posibilidad de retorno de sentidos sobre *censura*, asociados a la dictadura militar de antaño, es un dato importante. De esta manera, tomamos como objeto de investigación la circulación realizada acerca del tema por la *FSP* de enero/2010 a enero/2015 en su versión digital ([www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)), centrándonos sobre todo en los dos últimos embates electorales presidenciales. Al analizar este acontecimiento de corta duración, el objetivo central de este trabajo es verificar como la cuestión ha sido tratada en el embate político-partidario brasileño alrededor de la emergencia de estos dichos por la *FSP*, teniendo como objetivos específicos i) mostrar algunos de los recursos lingüístico-discursivos de que este medio se valió para construir posiciones enunciativas y ii) analizar los deslizamientos de sentido que estos enunciados realizaron en este intervalo. Los resultados obtenidos indican la estabilidad de una posición contraria a la regulación de los medios en los textos de la *FSP*, que se realiza también a partir de matices en la formulación de posiciones favorables; así, frecuentemente se contesta la necesidad de tales medidas. También, el análisis de los comentarios sobre los dichos primeros que se han realizado para establecer las propuestas y de las imágenes que emergieron cuando hubo este tratamiento nos permitió observar un trayecto de deslizamientos metafóricos que se realizaron cuando tales enunciados circularon en la *FSP*, asociados mayoritariamente a la posibilidad de que hubiera, de hecho, censura de los medios. Estos desplazamientos ocurrieron a partir de la tensión entre formaciones discursivas, que actuaron en el delicado embate entre la necesidad del control y el conflicto realizado por el retorno de sentidos asociados a la censura, regularidades cuyas fronteras estuvieron en constante movimiento.

**Palabras clave:** Discurso mediático. Medios. Análisis del Discurso francés. Memoria.

## **LISTA DE SIGLAS**

DEM – Democratas

*FSP – Folha de São Paulo*

FHC – Fernando Henrique Cardoso

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Marco Aurélio Garcia em entrevista a rádio, em Brasília (26/07/2010 – *Temas polêmicos não são proibidos, diz Marco Aurélio*, imagem de capa nº. 1).....138
- Figura 2:** O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante palestra no seminário “*Cultura de Liberdade de Imprensa*”, em SP (27/11/2010 – “*É impossível não regular mídia*”, diz FHC, imagem de capa nº. 3).....151
- Figura 3:** O ministro-chefe da Comunicação Social, Franklin Martins, discursa em seminário sobre a liberdade de imprensa em SP (26/11/2010 – *Franklin defende “refundar” Ministério das Comunicações*, imagem de capa nº. 2).....151
- Figura 4:** A presidente Dilma Rousseff com Lula e José Dirceu durante a abertura do 4º Congresso Nacional do PT, em Brasília (03/09/2011 – *Dilma e Lula apoiam Dirceu e atacam mídia*, imagem de capa nº. 5).....154
- Figura 5:** O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, durante a transmissão do cargo (07/01/2011 – *Ministro defende proibição de que políticos tenham TV*, imagem de capa nº. 4). 154
- Figura 6:** Momento em que a posição escapular de Nixon aparece mais relaxada (*I made my mistakes but in all of my years of public life I have never profited from public service.* [“Cometi erros, mas em todos os meus anos de vida pública nunca lucrei com o serviço público.”, tradução nossa]).....156
- Figura 7:** Quando o ex-presidente estadunidense Nixon aparece com os músculos da cintura escapular em tensão, opondo-se à imagem antes apresentada, antes de dar voz a seus interlocutores e cruzar os braços (*I welcome this kind of examination because people got to know whether or not their president is a crook. Well, I am not a crook. I have earned everything I have got.* [“Eu os convido a este tipo de exame, pois as pessoas têm de saber se seu presidente é ou não um criminoso. Bom, eu não sou um criminoso. Eu mereci tudo o que eu tenho”, tradução nossa]) .....156
- Figura 8:** Ministro Jorge Hage participa de conferência em Brasília (08/11/2012 – *Para CGU, julgamento do mensalão ajudará a combater corrupção*, imagem de capa nº. 8).....159
- Figura 9:** Dilma durante café da manhã com jornalistas no Planalto; presidente afirmou que seu governo é de “tolerância zero” (17/12/2011 – *Dilma rechaça interferência de partidos em seu governo*, imagem de capa nº. 9).....168

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Comentários da <i>FSP</i> a respeito da posição de Plínio de Arruda (PSOL).....	124
<b>Quadro 2:</b> Enunciador Franklin Martins em discurso direto.....	129
<b>Quadro 3:</b> Lula trazido em discurso indireto pela <i>FSP</i> : distanciamento da FD(controle da mídia) .....	130
<b>Quadro 4:</b> Franklin Martins em discurso direto: oposição à censura na FD(controle da mídia)	130
<b>Quadro 5:</b> Helio Bicudo trazido em discurso direto pela <i>FSP</i> : delimitação da FD(censura da mídia).....	132
<b>Quadro 6:</b> Lula em discurso direto: <i>o papel da imprensa</i> na FD(controle da mídia).....	132
<b>Quadro 7:</b> Helio Bicudo em discurso direto: <i>a imprensa</i> na FD(censura da mídia).....	132
<b>Quadro 8:</b> Helio Bicudo trazido em discurso indireto: um enunciador político associado ao PT pela <i>FSP</i> .....	133
<b>Quadro 9:</b> Paráfrases da <i>FSP</i> sobre as propostas de regulação: a FD(censura da mídia) pelo enunciador midiático.....	134

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. ENTRE A NECESSIDADE DO CONTROLE DO DIZER E O SILÊNCIO IMPOSTO PELA CENSURA: PRIMEIROS SUBSÍDIOS DE ANÁLISE.....	32
2. O GESTO DE ANÁLISE DO DISCURSO: COMO INTERPRETAR A QUESTÃO DA REGULAÇÃO DA MÍDIA?.....	46
2.1. A <i>Arqueologia do saber</i> de Michel Foucault: a <i>função enunciativa</i> e a construção de um <i>corpus</i> a partir da noção de <i>arquivo</i> .....	50
2.2. Um dos caminhos possíveis da <i>aventura teórica</i> de Michel Pêcheux – o discurso como <i>estrutura e acontecimento</i> .....	64
2.3. A concepção de <i>sujeito</i> a partir da emergência de um <i>acontecimento discursivo</i> .....	67
2.3.1. 'Não se pode falar – e não se fala – sobre isso'.....	69
2.3.2. 'Não se pode falar abertamente sobre isso'.....	70
2.3.3. 'Pode-se falar sobre qualquer coisa de qualquer modo': a defesa da liberdade de expressão irrestrita.....	71
2.4. Outras possibilidades e aportes necessários na trajetória singular de Michel Pêcheux.....	73
3. A ANÁLISE DO DISCURSO E A <i>SEMIOLOGIA HISTÓRICA</i> : BASES PARA UMA ANÁLISE DA EMERGÊNCIA DE IMAGENS.....	79
3.1. <i>Análise do Discurso Político – O discurso comunista endereçado aos cristãos</i> e a emergência da noção de <i>memória discursiva</i> em Análise do Discurso.....	83
3.2. <i>Decifrar o corpo</i> : pensar o estatuto semiológico das imagens no discurso político com Michel Foucault.....	90
4. ENTRE AS INSTABILIDADES DOS DIZERES: <i>CONTROLE SOCIAL DA MÍDIA, REGULAÇÃO DA MÍDIA, DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA E A REGULAÇÃO ECONÔMICA DA MÍDIA</i> .....	95
4.1. O ano da eleição presidencial brasileira de 2010: antecipações e análise das condições de emergência.....	97
4.1.1. Primeiras evidências construídas pela <i>FSP</i> em torno das posições enunciativas de Dilma Rousseff.....	106
4.1.2. A oposição.....	109
4.2. O encontro da cúpula do PT.....	112
4.3. A emergência de enunciados divididos – uma análise a partir de sequências discursivas de referência (SDR).....	122
4.3.1. A breve emergência, ainda que recorrentemente retomada, do <i>controle social da mídia</i> .....	137
4.3.2. A <i>regulação da mídia</i> , a <i>regulamentação da mídia</i> e o <i>marco regulatório</i> .....	142
4.3.2.1. Diferentes ancoragens e estatutos: as imagens de FHC e de Franklin Martins no <i>Seminário Cultura de Liberdade de Imprensa</i> .....	149

4.3.2.2. As imagens do 4º Congresso Nacional do PT (2011) e de Paulo Bernardo como parte de um mesmo <i>domínio associado</i> : a força e a confiança do homem político no palanque denegadas.....	153
4.3.3. As formações discursivas e a estabilização de sentidos autoritários: aspectos de interdição da expressão <i>regulação da mídia</i> e a possibilidade de emergência da <i>democratização da mídia</i> .....	160
4.3.4. A proposta de <i>democratização da mídia</i> e a busca de seu potencial estatuto.....	170
4.3.5. A emergência da <i>regulação econômica da mídia</i> : o acontecimento de uma volta....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS DO <i>CORPUS</i> .....	204
a) Reportagens do sítio da <i>FSP</i> ( <a href="http://www.folha.com.br/fsp">www.folha.com.br/fsp</a> ).....	204
b) Demais textos, entrevistas, vídeos e sítios analisados.....	209
c) Imagens de capa da seção <i>Poder</i> da <i>FSP</i> .....	209
d) Mecanismo de busca da <i>FSP</i> .....	210
REFERÊNCIAS.....	211
ANEXOS.....	213
ANEXO A: 02/03/2010 – Fórum crítica " <i>controle social</i> " da mídia.....	213
ANEXO B: 02/09/2011 – <i>Cúpula do PT defende controle da mídia</i> .....	215
ANEXO C: 09/09/2011 – <i>TENDÊNCIAS/DEBATES: O PT e o controle da informação</i> .....	217
ANEXO D: 06/09/2011 – <i>Senadores criticam texto do PT para regular mídia</i> .....	219
ANEXO E: 27/09/2010 – <i>Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome "nem a pau"</i> .....	220

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em um contexto que compreende países do Cone Sul que passaram por intensos períodos ditatoriais, tem sido comum e recorrente a emergência de propostas de controle e regulação da mídia. Na Argentina, por exemplo, houve grande embate entre a presidente Cristina Kirchner e o veículo midiático *Clarín* na luta pela constitucionalidade ou não da *Ley de Medios* para ditar limites de concessões e alcance midiáticos; no Uruguai, também, muitas foram as medidas tomadas no sentido de desfazer monopólios de mídia presentes no país, também com atuação decisiva do então presidente José “Pepe” Mujica.

Em um primeiro momento, grande parte dessas medidas apresenta-se como uma forma de atenuar desigualdades históricas presentes nesses países, bem como revelam um desejo de evidenciar verdades outras que não as já presentes e tão recorrentes nos poderosos meios hegemônicos. Muitas vezes, também, tal intento faz parte do gesto de desvelar o teor de acontecimentos antes recobertos pela anistia a crimes cometidos durante tais regimes, conforme evidencia a existência da Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012 no Brasil.

Entretanto, não nos parece profícuo que neste estudo tomemos tal posição como absoluta e inequívoca, e tampouco que nos fiemos aos potenciais que tais poderes têm de fazer funcionar as propriedades da língua, pois estamos diante de um fenômeno que reclama significações diversas para si, atuando em embates cuja espessura é maior do que uma primeira visada pode aparentar. Neste imbróglio, também estão presentes reclames dos mesmos órgãos midiáticos por terem a sua liberdade de expressão ameaçada, acusando aqueles que apoiam tal medida, inclusive, de serem partidários de uma forma velada de censura.

Neste sentido, um dado que se mostra bastante relevante quando interpretamos a questão é a relação entre os regimes militares de antanho e a paulatina constituição destas repúblicas democráticas. Tais presenças de ditaduras em países da América Latina foram muitas vezes justificadas por uma necessidade do triunfo de ideais capitalistas em um momento no qual se enfrentavam ideologias muito díspares, uma vez que se pautavam em diferentes olhares em relação ao papel da mídia na sociedade, à economia, à acumulação de renda, a políticas sociais e

mesmo a respeito de diretrizes mais palpáveis, como a organização dos espaços urbanos e a seleção dos monumentos que comporiam lugares citadinos. Hoje, depois de paulatinamente passado tal período pautado em poderes autoritários, sobretudo em relação à circulação e à mídia, temos nestes países governos presidenciais que estão mais distantes dos moldes da direita radical e da força militarizada, mas que continuam a nutrir embates com o poder midiático a respeito do que ali se pode/deve ou não dizer, entaves que instauram importantes rupturas.

Se, de um lado, não estamos mais diante de um poder fortemente militarizado (e cujas formas de enunciação carregam consigo tais traços), ainda que tal poderio bélico esteja sempre na fundação destes poderes, agora temos uma força simbólica e efetiva que recorrentemente se faz notável: o poder dos mecanismos dos quais o discurso político e midiático se vale. Conforme a perspectiva que adotamos, há uma complexa mediação entre o homem e a empiria realizada pelos discursos e pelos seus poderes, que entram em jogos de forças quando materializados em sistemas simbólicos. A língua, neste sentido, é o principal destes sistemas, mas não estão excluídos, por exemplo, os modos massivos de circulação de textos sincréticos, bem como a sua relação com o verbo. Hoje, se o discurso político não pode mais se valer da força militarizada (e das metáforas e jogos de significação que isto traz consigo) como o fez durante a ditadura militar, os seus potenciais mais nocivos, em seu lugar, podem ser levados a seus extremos mais críticos.

Demonstrando a força de tais discursos e o modo como eles instam sujeitos a agir e a tomar posições, apontamos que na sociedade brasileira muitos dos temas polêmicos gestados instauram grandes cisões de posicionamentos enunciativos. Da mesma maneira, quando falamos da possibilidade da emergência de propostas de controle e regulação da mídia, estamos diante de posições e lugares argumentativos que entram em conflito, embate pautado em questões históricas a respeito do que se pode ou não dizer nesta conjuntura, bem como quem são aqueles que detêm o poder de realizar tal separação. Assim, obviamente, a incumbência de realizar tais segregações torna-se um objeto de desejo e poder no embate político-partidário.

No caso brasileiro, o que está em pauta é a presença histórica de posições políticas conflitantes acerca de temas centrais, sobretudo na luta por cargos de grande expressão como a presidência da República e o governo de estados de maior relevância econômica. Em todas as eleições presidenciais depois da redemocratização, por exemplo, tem sido comum o embate entre

aqueles que, em uma primeira visada, defendem políticas neoliberais e posições mais conservadoras em relação à economia (bem como em outros temas como a questão do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo) e os que historicamente se valem da defesa de políticas sociais que primam pelos direitos dos menos abastados, bem como pela distribuição de renda em um país em que a divisão de riquezas deu-se de maneira extremamente desigual.

Assim, antes mesmo de tocar a questão da regulação da mídia<sup>1</sup>, estamos frente a lutas políticas que muitas vezes mostram, já em sua constituição, sensíveis divergências de ideais e posições. Desta maneira, quando se fala sobre a questão no embate entre sujeitos políticos e enunciadores das grandes mídias hoje, é possível que se coloque em xeque rapidamente a legitimidade das políticas para tomar medidas em tal sentido, gesto muitas vezes relacionado a memórias do período militar que se oferecem a resgates enunciativos, uma vez que neste ínterim a censura foi extremamente visível, sobretudo após a institucionalização do AI-5. Trata-se, sem dúvida, de uma evocação delicada, uma vez que estamos diante de uma emergência que reclama diversas interpretações para si e produz consequentes comentários.

Assim, tomando como exemplo o caso argentino mais uma vez, podemos brevemente interpretá-lo a partir da seguinte chave: de um lado, teríamos os grandes veículos midiáticos criticando duramente muitas das medidas tomadas pelo governo de Cristina Kirchner não apenas em relação à mídia, mas também a respeito de temas como as diretrizes político-ideológicas do país e até mesmo em relação à veracidade dos dados oficiais divulgados, como o índice de inflação anual argentino. Uma vez que a mídia tem uma responsabilidade social imensurável na divulgação e esclarecimento de todos estes encaminhamentos políticos perante a sociedade, questionam-se as razões que residiriam por detrás de tal gesto: 'estamos, agora, diante de uma forma (velada) de silenciamento?'

Em outro extremo, estaria o governo argentino, engajado no funcionamento de políticas sociais, como o auxílio a famílias menos abastadas e bolsas para aqueles que desejam se casar e

---

<sup>1</sup>Dados os diferentes gestos de designação possíveis conferidos ao acontecimento na circulação midiática brasileira que pudemos detectar em um trabalho anterior (SANTOS, 2013), nesta dissertação optamos pelo uso de “regulação da mídia” enquanto uma forma mais objetiva de tratar a problemática. Quando nos referimos a dizeres que estão no *corpus* analisado, utilizamos grifos em itálico para marcá-lo. Eventualmente, fazemos referências a dizeres de cunho virtual, que, por sua vez, vêm marcados em aspas simples.

ter (mais) filhos. Em relação às políticas midiáticas, segundo tal ótica, faz-se necessária também determinada distribuição: uma vez que veículos como o *Clarín* detêm grande parte das concessões de mídia no país (que, antes de tudo, teriam sido estabelecidas de forma desigual), prima-se por maneiras de atenuar tal descompasso. Logo, 'não se trata de censura, mas precisamente o oposto: fazer com que vozes outras possam emergir', como, por exemplo, a das comunidades indígenas argentinas, cujos costumes é preciso resguardar, medida também pautada na presença de certo dever de manutenção de determinada memória após longos períodos de negligência em relação a tal identidade.

Claramente, estamos diante de posições conflitantes que lutam por estabelecer uma verdade que, em última instância, é incompatível com aquela enunciada pelo outro. Este problema, ainda que soe efêmero, diz respeito justamente à natureza do funcionamento do discurso na vida social: temas como a questão da regulação da mídia, que colocam em pauta o estatuto do que é o 'verdadeiro' e desejos de discurso conflitantes, podem chegar a tal extremo em que não se reconheça a racionalidade dos argumentos do outro (como, em retórica, dá-se a redução *ad absurdum*), ou mesmo a capacidade de raciocinar deste sujeito.

Neste sentido, além do problema que nos é central, na sociedade brasileira muitas são as discussões que rotineiramente se encerram em polêmicas parecidas<sup>2</sup>: a questão das cotas raciais nas universidades públicas, a (des)militarização da polícia, o alinhamento ideológico do governo nacional<sup>3</sup>, o casamento homossexual, o porte de armas de fogo, a diminuição da maioridade penal, a regulação do mercado de psicotrópicos como o cânhamo e também, curiosamente, se de fato são crimes muitos dos atos realizados durante a ditadura militar, sendo possível inclusive que se questione a legitimidade da Comissão da Verdade para a realização de tal discussão. Uma vez que estamos diante de diferentes processos históricos, tais emergências possíveis no Brasil diferem sensivelmente do que se pôde dizer e realizar em outras conjunturas como a argentina ou a uruguaia, o que evidencia a importância de debruçar-nos sobre tal temática e tecer

---

<sup>2</sup>Para exemplificá-lo, há uma fala bastante emblemática sobre o tema, realizada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em fevereiro de 2015: “aborto e regulação da mídia só serão votados passando por cima do meu cadáver” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

<sup>3</sup>Referimo-nos, aqui, ao termo “ideológico” em um sentido bastante corrente, qual seja: “ideologia: [...] 4 Maneira de pensar que caracteriza um indivíduo ou um grupo de pessoas: *Ideologia socialista*.. [...]” (MICHAELIS, 2016).

considerações sobre as regularidades presentes nos últimos anos no caso brasileiro, tendo como escopo o delicado campo do embate eleitoral.

Assim, as eleições presidenciais são momentos importantes para observar a espessura de tais separações e até que ponto foram levados seus limites, bem como a consequente circulação de determinados discursos e não outros em seus lugares. Neste sentido, uma breve incursão nos é exemplar: após o resultado da corrida eleitoral de 2014 (final, aliás, extremamente catastrófico aos olhos de uma menor parte da população brasileira), foi possível que consequentemente à vitória da candidata Dilma Rousseff reaparecessem discursos separatistas. Uma vez que havia tão grande conflito entre as posições enunciativas da população de São Paulo (o maior colégio eleitoral brasileiro, em 2014 majoritariamente inclinado à escolha do candidato derrotado Aécio Neves, do PSDB) e a dos 'outros', sobretudo os da região Nordeste (considerando-se que Dilma Rousseff foi a candidata mais votada em todos os estados desta região), foi possível que, novamente, se falasse em uma separação deste estado como um meio de sanar a 'irracionalidade' de outrem diante da lucidez dos paulistas.

Outra emergência curiosa neste mesmo momento que mostra os contornos destes embates enunciativos tange anseios de parte da população pela volta de um Estado de exceção, com desejos de uma intervenção militar. Certamente, estamos também diante de algo peculiar: o que torna possível a volta deste discurso depois de trinta anos do fim da ditadura? Sem dúvidas, no período situado imediatamente após a redemocratização do Brasil, a presença de tais dizeres não seria possível. No entanto, para alguns, hoje, ela se faz extremamente necessária<sup>4</sup> (ou, ao menos, o desejo de enunciá-lo), como haveria sido em antanho: não lhes é aceitável e tampouco racional que o Brasil tenha afinidades com o governo cubano como se tem feito nos últimos anos, por exemplo, fazendo-se novamente necessária a intervenção militar para sanar tal problema.

Esta descrição mostra que a questão da regulação da mídia, bem como outras presentes na nossa sociedade, encerra posições enunciativas diversas que entram em conflito, sobretudo quando colocada no embate político-partidário presidencial, um momento decisivo nos rumos da

---

<sup>4</sup>Neste sentido, veja-se, por exemplo, a possibilidade da volta, em março de 2014, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação emblemática que ocorreu pela primeira vez em 1964, apoiando a tomada do poder por parte dos militares. Também, mais recentemente, ainda que de caráter distinto, houve manifestações contra o governo de Dilma Rousseff realizadas em 15/03/2015 e 16/08/2015.

política de nosso Estado. Assim, poder-se-ia perguntar-se: 'frente a tais problemas, quem deteria a razão e a verdade, afinal?' De fato, não nos cabe realizar julgamentos de tal ordem, justamente porque um dos dados que nos é de maior valia é que esta é uma verdade pela qual se está lutando, uma vez que está instavelmente posta em jogo de poderes. Ainda, é mister que tenhamos ciência que todos estes conflitos se dão e refletir-se-ão antes de tudo na ordem da linguagem (nas escolhas e arranjos efetivamente realizados para uma argumentação no sentido de 'esta é a única verdade – afinal, isto é isto; isto não é aquilo', ou mesmo as imagens elencadas para tal, por exemplo), em função do direito, sempre atribuído e distribuído, de exercê-la e de fazer com que tais dizeres circulem, mesmo que seja necessário silenciar ou deslegitimar outrem.

Neste sentido, além de toda a contribuição anterior centrada sobretudo no pensamento de Michel Foucault, ganha força também uma característica fundante nos trabalhos de um dos pensadores de extrema importância em nossa trajetória: ao visualizar a construção da Análise do Discurso como uma disciplina da interpretação, Michel Pêcheux dedicou grande parte de seus esforços enquanto filósofo ao funcionamento do discurso político (bem como suas formas de circulação midiática) precisamente por ser este um lugar onde as possibilidades talvez mais perniciosas da linguagem são levadas a seus extremos, potencialmente com a finalidade de construção de efeitos de verdade.

Tudo isso pode induzir aquele que busca compreender tal conjuntura ao equívoco de tomar tais posições como estritamente antagônicas, sendo este sujeito que as interpreta muitas vezes irremediavelmente compelido a reconhecer o valor de verdade de apenas uma posição dentre tantas, sem conceber que são possíveis encontros e entrelaçamentos entre si, mesmo nos modos de funcionamento de poder entre posturas à primeira vista exageradamente dessemelhantes. Assim, segundo a visada que tomamos, trata-se de uma questão de cunho histórico, mas que também coloca em pauta uma dimensão argumentativa e enunciativa, dados os embates que na língua se evidenciam e pelos quais se luta por deter 'a' verdade ou 'a' razão, mesmo em um nível que compreenda a vida cotidiana e não as diretrizes políticas de um Estado colocadas em xeque em um debate presidencial.

Pensando o enfrentamento destas posições que se colocam como incompatíveis, retomamos o pensamento do historiador belga Marc Angenot (2015), ao estabelecer importantes

diálogos entre uma dimensão discursiva de interpretação da história e a espessura argumentativa dos fenômenos que nela acontecem. Segundo o autor, em sua reflexão sobre a retórica como a arte de argumentar e convencer, ao longo dos séculos pode-se notar algo bastante curioso: ainda que o convencimento acerca de um tema seja algo efetivamente raro entre indivíduos e grupos de opiniões distintas, o desejo de confrontar posições e de persuadir tem sido um dos grandes motes pelos quais os homens constituem-se enquanto seres sociais. Reside em nós, assim, um grande desejo de fazer circular e perpetuar determinadas verdades (e não outras), de modo que a argumentação no sentido de convencer faz-se uma arma não apenas necessária no cotidiano, mas que insta sujeitos a argumentar, comentar e agir tanto na vida social quanto em embates coléricos entre políticos de opiniões dissidentes em torno de diretrizes políticas.

Tais anseios, assim, sobretudo quando tangenciam polêmicas centrais em determinada sociedade, dizem respeito não apenas às vontades de um sujeito, mas fazem parte de um escopo de maior porte: tudo aquilo pelo que se luta e todo o enunciável que se poderia realizar para advogar em tal sentido fazem parte daquilo pelo que se pode argumentar em determinado momento histórico, instaurando, assim, hegemonias discursivas em torno destas possibilidades. Da mesma forma como nem tudo hoje pode ser dito, muitos dos potenciais objetos e temas de discussão em uma sociedade não são foco de desejo e poder em determinados momentos históricos, de modo que lutar por alguns deles, inclusive, mostrar-nos-ia graves contornos de irracionalidade: é possível, hoje, pautados em uma defesa de um bem maior ao Estado, que se lute pelo poder de desfazer-nos de crianças que nascem com imperfeições físicas? Certamente não, ainda que isso já tenha sido parte bastante “natural”, por assim dizer, de determinadas discursividades.

No Brasil, assim com em outros países, a mídia massiva tem um papel importante na emergência e circulação de posicionamentos enunciativos, sobretudo mídias de grande expressão como a *Folha de São Paulo* (doravante *FSP*)<sup>5</sup>, sendo assim importante analisar quais são os sentidos ali veiculados. Ademais, nesta circulação que concerne a questão do controle e regulação, inevitavelmente se estabilizam algumas evidências que compõem parte do trabalho

---

<sup>5</sup>Neste trabalho, fazemos menção à *FSP* considerando a presença da voz de seu corpo de jornalistas. Quando citamos este enunciador midiático presente na seção do jornal que trata a política, assim, referimo-nos a uma equipe de profissionais que integram efetivamente a instituição midiática.

simbólico destes grandes órgãos midiáticos, efeitos ideológicos que ganham força sobretudo porque estamos diante de uma temática que toca sensivelmente os interesses de tais instituições já bem assentadas na sociedade e no mercado.

Conforme concebemos em Análise do Discurso, é impossível que se enuncie sem que um trabalho da ideologia esteja presente: ao falar, ainda que tal enunciação tenha o objetivo de ser situadamente neutra, o sujeito inevitavelmente realiza diversas escolhas dentre um leque de possibilidades da língua. Ao escolher referir-se a tais propostas enquanto 'censura', 'intimidação/patrolhamento de jornalistas' ou 'necessidade de controle', por exemplo, este sujeito claramente se posiciona de maneira distinta face ao problema, pois o gesto de nomear também é simbólica e ideologicamente efetivo. De maneira bastante semelhante, na conjuntura atual, referir-se a um sujeito enquanto portador de “imperfeições físicas”, como fizemos acima para fortalecer um argumento, ou 'portador de necessidades especiais', 'deficiente físico' ou mesmo 'anormal' demonstra claramente nuances de diferentes posições discursivas possíveis.

Assim, ao realizar seleções desta ordem, já estão ali presentes traços das posições que este ocupa face a tantas possíveis. Tal noção de ideologia, portanto, nos é central, sendo esta uma das ideias mais caras ao trajeto de Michel Pêcheux, que dedicou grande parte de seu trabalho a reformulá-la a partir de um viés que contemplasse a relação do sujeito com a língua, justamente para mostrar-nos que o trabalho realizado por tais meios é também sempre marcado por posicionamentos cuja circulação e alcance massivos demandam especial atenção do intelectual: uma vez que o ofício midiático é sempre marcado por determinadas escolhas, devemos indagar-nos quais são os posicionamentos veiculados e estabilizados em meios como a *FSP*, bem como quais outras possibilidades foram deixadas de lado.

No entanto, ainda que tal presença hegemônica, reforçada pelo trabalho simbólico da mídia, se faça já tão presente ao ponto de ser concebida como, de fato, parte importante do pensamento de determinada época, para Marc Angenot (2015) há a possibilidade da irrupção de discursos que virão se opor àquilo que é majoritário, criando potenciais contra-discursos e dissidências. Pensando em diferentes temporalidades e distintos recortes sincrônicos, tal concepção de discurso pressupõe determinada instabilidade daquilo que se pode dizer e pelo que se luta em determinada sociedade, mesmo que o autor conceba que o terreno comum no qual se

pautam duas opiniões distintas seja mais abrangente que o que costumamos imaginar (o exemplo supracitado do infanticídio, de certa forma bastante absurdo aos nossos ouvidos contemporâneos, ilustra de forma singular a extensão de tal chão partilhado); ainda assim, Angenot é insistente ao mostrar que nisto parecem existir regularidades, sendo algumas destas constatações inclusive atordoantes: mesmo que tais lutas tenham variado a respeito do que se pôde defender e o que se pôde dizer para realizá-lo, um conflito que pauta o desejo do sujeito de gerar efetivamente o raríssimo convencimento e um conseqüente julgamento da racionalidade (ou não) do outro está sempre presente. Assim, dada a natureza desta ânsia do sujeito, o autor coloca a pergunta: nestes embates da vida social, por que frequentemente são os outros, e não nós, os irracionais? (idem, p. 129).

Esta reflexão sobre a retórica faz parte do que Angenot concebe como parte do funcionamento do argumentável de determinada época. Conforme comentamos, no período imediatamente após o fim da ditadura militar brasileira, por exemplo, uma emergência de anseios da volta do regime militar, com a força pela qual ela ocorre hoje em alguns setores, talvez não seria possível (e potencialmente condenável devido a seu caráter dissidente), justamente por não fazer parte de uma gama de coisas hegemônicas pelas quais se deveu lutar argumentativamente em determinada época. Em uma análise similar, hoje podemos ver que emerge com avidez e afinco uma luta pela necessidade ou não de regulação e controle da mídia; desta maneira, tendo em conta o embate político-partidário brasileiro, cabe que indaguemos como se pôde falar, como foi possível argumentar e quais enunciados surgiram em torno de tal problema.

É também neste sentido que nos centramos em uma grande preocupação do filósofo Michel Foucault para o arcabouço teórico-metodológico que pautou este trabalho: a valia de analisar as *condições de emergência* de discursos em nossa sociedade, em especial os que colocam em jogo questões e separações primais como mostrou ser o caso do controle e da regulação da mídia. Quando uma gama de enunciados a respeito deste problema emerge, estamos diante de uma circulação massiva cuja extensão pode levar-nos ao equívoco de conceber que se trata de um objeto abundante, sobretudo pelo grande poder e dinamicidade das mídias que temos; no entanto, o pensamento de Foucault causa-nos estranheza em relação a tal constatação: quando um enunciado qualquer é proferido, uma série de outras coisas que poderiam ser ditas em seu

lugar são silenciadas, o que torna a materialização efetiva de um dizer um acontecimento. Precisamente nesta esteira funciona a pergunta realizada n'*A arqueologia do saber* que de alguma maneira sintetiza as preocupações do filósofo neste texto: “como apareceu determinado enunciado, e nenhum outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008:68).

Desta maneira, concebemos como central a noção de *arquivo* para Foucault, que diz respeito não apenas a uma gama de coisas que se podem (abertamente ou não) dizer em uma sociedade, mas também às diversas modalidades de constrangimento da interpretação e do controle da produção de discursos e enunciados, fazendo parte de uma lei maior do que pode/deve (ou não) ser dito, regularidades cujos contornos cabe ao pesquisador descrever, colocando em xeque também as evidências que se criam.

Tomando como grande mote tais considerações, este trabalho surgiu, assim, antes com o objetivo de mostrar como puderam ser construídas tais posições no embate político-partidário brasileiro do que julgar o valor de verdade que residiria em cada uma delas. Poderíamos deter-nos em tal afazer, advogando em proveito do valor de algumas destas posições frente a tantas possíveis. No entanto, tratando a trajetória de Pêcheux (2008), vemos que há um grande interesse primeiro no discurso político devido à construção de efeitos de verdade em seu funcionamento: historicamente, ele tem sido passível de descrédito e tomado como enganoso; suas formas de circulação midiática, por sua vez, constituem um importante dado que gerará sensíveis tateamentos nos momentos finais da formação da disciplina. O nosso propósito primeiro, neste sentido, volta-se para a necessidade de desvelar seus modos de funcionamento, oferecendo também uma alternativa de leitura ao discurso midiático hegemônico no Brasil, em especial aquele veiculado pela grande mídia sobre propostas de regulação da própria mídia.

Considerando a construção de um discurso midiático na *FSP* e o estabelecimento de determinadas maneiras de falar sobre a regulação da mídia na conjuntura brasileira, a análise do *corpus* que congregamos em torno da questão da regulação da mídia realiza discussões sobre duas perguntas de pesquisa centrais, quais sejam: i) como se realizam diferentes posições enunciativas (por parte dos grupos políticos, jornalistas, organizações e representantes de mídia, enunciadores midiáticos, etc.) nas reportagens e textos de opinião veiculados na *FSP*, em torno da problemática? ii) como os diferentes enunciados presentes nas textualizações que buscam regular

a mídia evocam uma memória da regulação midiática e da censura, no Brasil?

Tendo em vista tais indagações, o objetivo geral de pesquisa é verificar como a discussão acerca da regulação da mídia está sendo tratada no Brasil pela *FSP*, em torno dos dizeres *controle social da mídia, regulação da mídia, democratização da mídia e regulação econômica da mídia*<sup>6</sup>, em especial no que se refere à política. Sendo a dinâmica deste debate na sociedade brasileira majoritariamente realizada entre setores do campo político e grupos midiáticos, estes embates estão emblematicamente tratados em um dos cadernos deste grande veículo: trata-se da seção *Poder*, um lugar ímpar de circulação do discurso político em seu interior. Analisamos, assim, textos em grande maioria veiculados neste lugar privilegiado em que a *FSP* trata a política, construindo um discurso midiático sobre o tema.

Neste sentido, o nosso primeiro objetivo específico é mostrar alguns dos recursos linguístico-discursivos de que a *FSP* se valeu para construir uma posição contrária à regulação da mídia, bem como para veicular e criar nuances de sentido na formulação de determinadas posições favoráveis. Os principais proponentes da regulação são oriundos do PT e da esfera governamental, de modo que a leitura deste acontecimento realizada pela *FSP* mostra como a grande mídia tratou tal emergência, o que evidencia a necessidade de compreender os mecanismos pelos quais este meio o realizou. Desde já, é importante pontuar que o enunciador midiático *FSP* construiu sentidos acerca de sua própria regulação somente a partir da associação de que houvesse, de fato, censura. Também, foi recorrente que as formulações realizadas pela *FSP* descreditassem falas que defendem uma necessidade de controle, o que evidenciou que se pôde apenas interpretar este ímpeto outro a partir da construção de um discurso midiático que relaciona estas propostas à censura. Logo, estão presentes nesta circulação aspectos da força da oposição midiática ao PT e ao seu governo, a partir de determinados recursos a si dispostos: a

---

<sup>6</sup>A emergência destes dizeres em torno da regulação da mídia na sociedade brasileira foi um dos resultados de pesquisa de nosso trabalho em nível de graduação (SANTOS, 2013). Durante a realização desta monografia, investigamos a reiteração de sentidos sobre uma possível censura quando se comentou tais propostas na mídia brasileira, o que, finalmente, nos levou a observar que a questão da regulação foi comentada na *FSP* e em nossa sociedade a partir dos seguintes dizeres primeiros: *controle social da mídia, regulação da mídia e democratização da mídia*. A emergência da *regulação econômica da mídia*, possibilidade mais recente, foi observada posteriormente, no curso da realização desta dissertação. Neste sentido, cada um destes dizeres, por sua vez, esteve relacionado a diferentes problemáticas e domínios associados (participação social, a Constituição, demandas econômicas, etc.), cujos distintos recortes do real efetuados são descritos em detalhe no capítulo quatro e nas considerações finais desta dissertação.

*FSP* construiu entre as diferentes emergências certa constância de sentido, que nos coube analisar para descrever os contornos das formações discursivas presentes.

Também, pelas muitas posições enunciativas e emergências possíveis face a tal embate, estamos diante de uma heterogeneidade que permeará diferentes dizeres que foram centrais para a discussão das propostas de regulação da mídia na *FSP* e na sociedade brasileira, como o *controle social da mídia*. Ainda que a *FSP* dite a estabilidade das posições possíveis, há diferentes domínios associados que puderam emergir em torno dos dizeres que pautaram tais propostas; assim, o segundo objeto específico desta dissertação é analisar no *corpus* o funcionamento dos enunciados encontrados, seus deslizamentos e a sua produção de efeitos de sentido, centrando-se nas quatro sequências enunciativas supracitadas.

Para delimitar um *corpus* de pesquisa que permitisse a análise dos recursos linguístico-discursivos e a descrição dos deslizamentos de sentido que ocorreram na emergência dos enunciados em questão na *FSP*, o nosso foco de investigação se direcionou a momentos em que a questão tem sido candente na sociedade brasileira: os períodos eleitorais, mais especificamente de 2010 e 2014. Assim, o objeto de nossa pesquisa foi constituído de reportagens e textos de opinião que circularam na *FSP* em sua versão digital para assinantes ([www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)), sobretudo na seção *Poder*, de janeiro/2010 a janeiro/2015. Tal período compreende a inédita candidatura da atual presidente Dilma Rousseff e seu primeiro mandato (janeiro/2010 a dezembro/2014), bem como os desdobramentos do curso de sua reeleição (janeiro/2014 a outubro/2014) e o que se pôde dizer no logro de sua volta à presidência da República (outubro/2014 a janeiro/2015).

Uma vez que compreendemos o procedimento de construção do *corpus* como um recorte em meio a um grande espaço de possíveis regularidades enunciativas, eventualmente realizamos referências a outros textos e acontecimentos que ajudaram a construir um fio condutor em torno da questão da regulação da mídia em nossa sociedade e, sobretudo, descrever nuances do papel que efetivamente detiveram as formulações da *FSP* neste ínterim, dado o seu grande prestígio e circulação no Brasil.

Com base no pensamento do filósofo Michel Foucault, compreendemos que a mídia é um importante lugar de emergência de dizeres a respeito do controle e da censura, colocando em jogo limiares muito tênues, materializando nos textos questões de cunho político; quando uma fala

neste sentido se dá a partir de lugares legitimados (partidos políticos, órgãos do governo), o seu tratamento neste ambiente em torno de um acontecimento que toque tal problemática possibilita a emergência de uma massa de textos que comentam a questão, julgam-na, avaliam-na, retomando acontecimentos e dizeres. Compreendemos, então, que esta discussão é uma temática de extrema delicadeza para um estudo que busca as suas bases em questões que concernem à Linguística e à História, possibilitando a construção de um *corpus* em torno de tal acontecimento a partir da noção foucaultiana de *arquivo*.

Como base teórico-metodológica, conforme já explicitamos, valemo-nos de princípios da Análise do Discurso francesa, centrando-nos nas figuras de Michel Foucault e Michel Pêcheux, buscando nos caminhos teóricos traçados pelos autores horizontes comuns entre a linguística e a história para tratar a problemática da regulação da mídia.

Neste sentido, tomamos como primeiro elemento fundamental deste diálogo a concepção de *acontecimento discursivo*, compreendendo a sua centralidade nos trabalhos de Michel Foucault – sobretudo na construção de um *corpus*, a partir da noção de *arquivo*, em torno de um acontecimento – e o caminho traçado por Michel Pêcheux até que se dispusesse de ferramentas que contemplassem tal problemática. Mais adiante, exploraremos outros aportes debatidos nos trabalhos de Pêcheux, com a finalidade de explicitar efeitos de memória e de sentido presentes nos enunciados e nos textos de circulação midiática que analisamos.

Finalmente, entramos em uma discussão bastante polêmica no nascedouro da disciplina, mas que consideramos primordial em nossa proposta: trata-se da noção de formação discursiva, que estabelece um ponto comum entre os trabalhos dos autores e, além disto, traz-nos considerações importantes sobre a heterogeneidade intrínseca ao enunciado e à construção do dispositivo de análise que dê conta de analisá-lo.

Congregando tais preocupações e constituindo-se também como uma trajetória ímpar para o nosso trabalho e percurso como pesquisadores, discutimos também contribuições de Jean-Jacques Courtine ao refletir sobre as bases epistemológicas da Análise do Discurso derivada de Foucault e Pêcheux, bem como a conseqüente possibilidade do enfoque da Semiologia Histórica para uma análise das imagens e da relação verbo-visual a respeito da questão na *FSP*.

Para ensejar esta tarefa, aliando tal empresa à forte necessidade de rigor teórico que este

trabalho demanda, organizamos o estudo em quatro partes. O **capítulo um**, está centrado, antes de tudo, em situar a problemática do controle e da regulação da mídia, bem como a da censura, juntamente à Análise do Discurso de linha francesa e brasileira com a qual dialogamos, constituindo-se como um momento de indicações e articulações teórico-analíticas. Uma vez que há diversos enfoques possíveis para tratar o problema, é importante que situemos algumas das especificidades que o olhar criado permitiu-nos, sobretudo em relação ao entendimento de que o controle e a vigilância são basais no funcionamento das sociedades democráticas, mesmo que isto não seja tão impositivo como ocorreu em Estados de exceção, por exemplo. Para realizá-lo, valemo-nos de uma leitura d'*A Ordem do discurso* de Michel Foucault, articulando-a a preocupações a respeito da noção de *acontecimento discursivo*, para delimitar um *corpus* de pesquisa centrado na circulação da *FSP* no período que compreende os últimos dois embates eleitorais presidenciais brasileiros (2010 e 2014).

O **capítulo dois**, por sua vez, toma como base esta primeira discussão realizada com Michel Foucault sobre o funcionamento do controle e do poder nas sociedades ocidentais para debater pontualmente noções centrais para a interpretação da emergência destas propostas. Ao discutir a primeira delas, já supracitada, estabelecemos um importante diálogo entre as figuras de Michel Foucault e Michel Pêcheux, sobretudo a partir d'*Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008) e de *O discurso – estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2008), sendo tal aproximação central em nossa discussão a respeito da regulação da mídia. Posteriormente, uma vez que indubitavelmente existe uma relação delicada entre a noção de *sujeito* e a emergência de um acontecimento discursivo e midiático de tal espessura, bem como um grande investimento de ambos os autores nesta preocupação, discutimos aspectos desta noção, também extremamente cara à Análise do Discurso, que fundamentou o olhar lançado a tal circulação em nossa sociedade. Finalmente, o último item deste capítulo se dedica a debater outros aspectos da trajetória de Michel Pêcheux, compreendendo que há aportes importantes a serem tomados em seu percurso.

O **capítulo três**, bastante à esteira do anterior, discute também preocupações de Michel Foucault e Michel Pêcheux, debruçando-se sobre a trajetória intelectual de Jean-Jacques Courtine, dedicada em grande parte também à discussão da obra destes dois filósofos. Seus

esforços, por sua vez, possibilitaram a emergência de um enfoque histórico e semiológico que comporta a importância da circulação do fluxo contínuo de imagens em nossa sociedade: a questão da regulação da mídia, quando tratada na *FSP*, fez aparecer imagens que se aliaram ao verbo e geraram efeitos de sentido diferentes daqueles realizados apenas pela presença exclusiva do texto verbal ou imagético, o que coloca importantes questões à construção de um dispositivo teórico e analítico não apenas em nosso trabalho, mas também na formação dos estudos da Análise do Discurso e de seus interesses, o que nos competiu discutir neste item.

Finalmente, o **capítulo quatro**, mais propriamente analítico, se dedica à descrição e análise da circulação sobre a questão da regulação da mídia na *FSP* em sua versão digital ([www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)) nos últimos cinco anos. Antes de tudo, no item 4. realiza-se uma breve descrição de como é possível ter acesso a tais materiais, mostrando quais etapas e procedimentos potencialmente contribuirão a uma posterior leitura desta circulação massiva em seu corpo original. Ainda, são realizadas importantes observações sobre a relação de tal material digital com a versão impressa de circulação nacional. Considerando alguns dos resultados já obtidos que apontam quais são os dizeres primeiros a partir dos quais se comenta a questão na circulação da grande mídia brasileira (SANTOS, 2013), os itens 4.1. e 4.2. centram-se sobretudo na análise dos mecanismos linguístico-discursivos que puderam emergir na *FSP* para construir uma posição contrária face ao tema, bem como para realizar nuances de sentido em posições favoráveis. Assim, tomamos alguns indícios presentes na construção destas posições para delimitar mecanismos de circunscrição de sentido que conformaram cada formação discursiva, descrevendo no item 4.3. as regularidades pelas quais se realizaram sentidos. Os subitens desta mesma seção (4.3.1. a 4.3.5.), por sua vez, focaram-se na descrição dos deslizamentos de sentido que foram possíveis de serem realizados entre os diferentes dizeres. Todas as referências do *corpus* extraído da *FSP* estão realizadas em ordem cronológica no item “Referências do *Corpus*”, o que facilitará eventuais buscas por maiores informações nos textos deste veículo.

## 1. ENTRE A NECESSIDADE DO CONTROLE DO DIZER E O SILÊNCIO IMPOSTO PELA CENSURA: PRIMEIROS SUBSÍDIOS DE ANÁLISE

No contexto brasileiro e de outros países da América Latina das últimas décadas materializaram-se sentidos a respeito da existência de períodos autoritários, marcados por intensas formas de controle. Foram regimes construídos e reforçados por um poder repressivo, exercendo suas manobras e efeitos em diversas escalas e intensidades. No caso brasileiro, a ditadura militar se estendeu de 1964 a 1985, de modo que a institucionalização de um poder singular demarcou a força destes poderes: surge o AI-5 e a prática explícita da censura.

Quando se fala de controle midiático hoje, são evocados emaranhados de dizeres a respeito do período ditatorial, momento em que este gesto foi explicitamente marcado. Logo, uma pergunta que reverbera é: 'o controle da mídia de que se está falando agora é, de fato, censura?'. Os regimes destes países latino-americanos tiveram diferentes caracteres, dadas as inúmeras condições distintas; entretanto, podemos apontar que esta foi uma maneira comum pela qual tais nações construíram determinadas discursividades.

Neste sentido, podemos nos filiar ao pensamento do filósofo e historiador Michel Foucault em seu texto *A ordem do discurso* (2006), em que o autor toma como hipótese inicial de trabalho, para situar a problemática do discurso, o gesto de considerar que tem se estabelecido nas sociedades uma ordem do dizer e do dizível, de modo que a produção do discurso é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos [...]” (FOUCAULT, 2006:9); uma das consequências disto é a existência do que o autor chama de *procedimentos de exclusão*, sendo o mais evidente deles a *interdição*: nem tudo pode ser dito a qualquer momento e por qualquer sujeito. Nas palavras do autor, “[...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (idem).

Outra implicação possível é a de que alguns dizeres podem apenas ser falados a partir de um determinado lugar (institucional); como exemplo, podemos pensar nos enunciados (de ordem) de um interrogatório: não podem ser realizados por qualquer sujeito, pressupõem uma ordem

institucional que os regulamentem, um sujeito legitimado para fazê-lo, uma série complexa de rituais que legitimam cargos e instituições, etc. Assim, admitimos que existe em cada determinada formação social uma ordem discursiva que regula aquilo que pode ou não ser dito, e também quem são os sujeitos que detêm ou não o poder de dizer tais enunciados.

Tendo em conta o pensamento do autor, podemos dizer que um dos traços deste tipo de regime é um intenso controle da veiculação de determinados dizeres. Residiria este gesto no dado de que seriam estes sentidos transgressores, em uma determinada conjuntura? Talvez. De fato, não nos caberiam juízos de tal ordem. O que importaria pensar a partir da perspectiva que construímos juntamente à Análise do Discurso francesa é o modo como se constitui discursivamente uma ordem de regulação dos sentidos, descrevendo um princípio que rege um domínio do que pode ou não ser veiculado.

Em seu texto, Foucault descreve, inicialmente, alguns procedimentos de controle que já haviam sido objetos de seu estudo até então, colocando em pauta questões como a dos dizeres potencialmente interditos, diferentes estatutos da palavra do louco e a vontade de verdade. O autor interpreta que esses são mecanismos de funcionamento externos ao discurso que exercem sobre a sua produção relações de força, caracterizando procedimentos de exclusão com o potencial de controlar o acaso do discurso e do acontecimento. A vontade de verdade (bem como os outros procedimentos externos de controle do discurso), por exemplo, objeto de grande interesse do autor, se constitui como uma prática

[...] reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. *Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.* (idem, p. 17, grifos nossos)

Neste sentido, a vontade de verdade é um dos mecanismos externos de controle do discurso que tem muita importância na visada que lançamos ao nosso objeto. A discussão aponta para o modo como a interpretação de dizeres a respeito da regulação da mídia se realiza pautada sempre em um desejo de encontrar uma verdade que residiria na produção de discursos acerca deste problema. Mais adiante, o autor vai ater-se a *procedimentos internos* do controle do discurso, descrevendo princípios de coerção que são exercidos pelos próprios discursos enquanto

práticas sociais. Ou seja, existem não apenas mecanismos externos reforçados por complexos suportes institucionais e aparelhos estatais, mas também o próprio discurso tem o poder de controlar-se, de classificar aquilo que é dito, de tornar o dizer – e, portanto, tudo aquilo que a língua e a história colocam em jogo – algo em certa medida circunscrito e classificável (idem, p. 21).

Pensando na censura, temos um procedimento de exclusão fortemente marcado. Mais especificamente, trata-se da interdição em um grau extremamente elevado, pautada em um suporte institucional que dita aquilo que não pode ser falado. Em um ponto extremo, isto se materializaria na língua em enunciados como: 'Não se pode falar – e não se fala – sobre determinado assunto', ou 'não se pode falar abertamente sobre determinado assunto'. Estes são exemplos de enunciados emblemáticos se pensamos as dinâmicas de poder que se fazem presentes, pois materializam silenciamentos que têm efeitos de poder sobre o sujeito e a sua relação (de resistência?) frente aos os mecanismos de regulação desta ordem discursiva.

Ainda que a censura seja uma forma de calar dizeres, em um nível de análise discursiva somos levados a ver neste gesto não apenas falta de sentido: trata-se de um gesto simbolicamente efetivo. É um silêncio que segundo Orlandi (1997) reclama significações para si, de modo que o analista deve ver nesta imposição de silêncio um efeito possibilitado pela própria natureza do sentido, para que possa, então, descrevê-lo. Quando trabalhamos em Análise do Discurso concebemos que o sentido não está atado às palavras, fazendo com que os mecanismos que regulam coerções sejam também dados importantes: é justamente pela natureza aberta do simbólico que há formas de controlar a produção dos sentidos e dos discursos.

Pensando ainda no potencial significativo deste tipo de imposição de silêncio, vemos que foi o ponto incoativo também de importantes manifestações artísticas durante o início dos anos sessenta. Buarque de Hollanda e Gonçalves (1982:8), em seu texto *Cultura e participação nos anos 60*, fazem uma leitura e um levantamento de aspectos do panorama cultural brasileiro nos momentos nos quais o país começou a viver sob o poder ditatorial; um enunciado que sintetizaria a sua visada sobre a maneira de pensar vigente no país seria que o Brasil “se encontrava irreconhecivelmente inteligente” em termos de efervescência cultural e produção artística.

Os autores trazem questões históricas e culturais importantes que mostram o quanto o

estabelecimento da presença de um controle mostrou-se como um elemento que não apenas silencia e impossibilita o gesto de autoria como se pode fazer crer de início, mas que, de fato, configura e dá contornos a esta função. No caso de nossa autoria juntamente à Análise do Discurso, ao tomar a língua, a história e a produção de efeitos de sentidos como temas centrais em nossa proposta, analisamos de que maneira se realizam filiações a determinadas redes de sentidos que foram constituídas neste período, descrevendo-as e tecendo considerações sobre como a questão da regulação da mídia, quando retomada hoje, evoca tais domínios.

Pensando no modo como a ditadura militar se deu no caso brasileiro, podemos notar que o “desvencilhamento” que o Brasil efetua em relação ao período da ditadura militar se dá em um processo gradativo. De um governo marcado pelo poder autoritário, pelo âmbito do controle (e silenciamento) dos sujeitos e dos dizeres, passa-se a um período democrático, mas, de fato, estes seriam dois blocos históricos estanques, cuja demarcação temporal poderia oferecer-nos uma total estabilidade? Parece arriscado afirmar que o período ditatorial, que institucionalmente teve fim em 1985, não deixou nenhum resquício em diferentes aspectos do modo como circulam sentidos hoje; que, por exemplo, os modos de funcionamento das instituições deste período não ecoam no modo como elas se dão hoje.

Vale também ressaltar que nesta pesquisa nos encontramos em face de um período bem demarcado cronologicamente. Entretanto, seria frutífero, em uma análise discursiva em torno da censura, tomar este tipo de dado como verdade absoluta, sem questionar a sua aparente forma, tomando esta unidade como um dado incontestável? Parece-nos que a realização deste gesto seria o equivalente a não problematizar questões que a Análise do Discurso busca tornar manifestas, pois os enunciados aí constituídos são passíveis de repetição, de apagamento, de retomada, da posse de um determinado estatuto que o desnivela em relação a enunciados outros, mostrando, assim, uma espessura histórica.

Sem dúvidas, estas são perguntas inquietantes, sobretudo pela relação que a Análise do Discurso estabelece com uma maneira de interpretar a história e os sentidos, bem como em relação à aparente continuidade com que esses são comumente tomados: uma das primeiras problemáticas que tal teoria coloca, em seu cerne, é a das próprias constituições das maneiras de interpretar-se dados e acontecimentos históricos. Isto leva a disciplina a colocar também em

suspenso os seus alcances, questionando os limites de seus princípios e procedimentos, concebendo a (sua) leitura sempre como um gesto problemático, que também deve ser o fulcro das interrogações que guiarão o analista.

Notamos que a rememoração do período em que vigorou o regime ditatorial no Brasil traz à tona não apenas um panorama artístico-cultural especial, conforme descreve o trabalho realizado por Buarque de Hollanda e Gonçalves (1982), mas também determinados sentidos acerca de possíveis resistências, um dos pressupostos mais evidentes do poder e controle conforme o concebemos, sobretudo no caso da ditadura militar no Brasil e da institucionalização do AI-5.

Uma dessas formas de resistência incide justamente no modo como a censura estabelece relações de poder e de sentido. A censura havia sido exercida como um instrumento de controle já de certa forma presente antes do AI-5, e que no período pós-AI-5 ganha contornos mais espessos; também, em um ponto mais extremo, adquire um cunho de prática institucionalizada e visível, apoiada pelo Estado. Houve, assim, um ímpeto institucional para silenciar determinados dizeres, impedindo sua circulação.

Nesse sentido, não assinalamos somente uma prática que fora assimilada como um constituinte novo de práticas, como interrogatórios, de vigilância policial, de indagações pelos órgãos censores face a manifestações artísticas, bem como manifestações populares. Ressaltamos também que este gesto teve importante papel na construção de uma memória sobre este período histórico no Brasil, na construção de sentidos acerca de um período autoritário, para compreender finalmente como eles serão revistos e revisitados em condições de produção do discurso midiático, hoje.

E nos deparamos com a construção de uma memória singular: agregam-se sentidos de guerrilhas e conflitos armados, muitas vezes significados também por resgates imagéticos atados a essa memória, bem como dizeres oriundos de canções que se fizeram conhecidas na época, enunciados que reverberam... E em uma ordem simbólica um pouco distinta, há também a construção de *efeitos de memória* possíveis, significações viabilizadas pela natureza do simbólico. Tudo isso contribui para a construção de uma questão delicada para o analista de discurso, sobretudo quando circulam questões que põem em pauta o controle da mídia e a

censura, hoje.

Neste sentido, compreendemos o campo midiático como um importante elemento na emergência de dizeres a respeito do controle, da coerção e da censura, bem como de possíveis formas veladas de censura. Depois do fim da ditadura militar brasileira e toda a memória que se configurou neste período, vemos que a mídia tem o potencial de fazer circular uma gama de textos que comentariam a questão quando colocada em pauta, por exemplo, por um partido político brasileiro. Tomamos a circulação do discurso político na mídia como o lugar privilegiado de construção de efeitos de sentido por uma questão primordial em nosso trabalho: o modo como se configuram as condições de emergência de dizeres possibilitados pelo espaço midiático. Quando a questão da censura e do controle da mídia é levantada, forma-se aí um espaço prenhe para o surgimento de avaliações, juízos, retomadas e comentários.

Isto nos leva a outro procedimento interno de controle do discurso descrito por Foucault em *A ordem do discurso*: o comentário. Esta noção ajudou-nos a construir o olhar que lançamos à mídia, admitindo que existe para cada determinado enunciado efetivamente materializado um determinado estatuto, a possibilidade de sua repetição e também de possíveis textos outros que o comentariam, que viriam a reinterpretá-lo, direcionar novas leituras, articular o que foi dito, etc. Segundo Foucault (2006:21), o comentário se constitui como um dos procedimentos internos de controle do discurso e de sua produção: em um ponto extremo, determinados comentários exerceriam o que o autor chama de um “jogo à la Borges”, de um comentário que não seria nada mais que semelhante àquilo que é comentado, uma repetição incessante, uma busca por uma verdade dita em um começo que se estenderia tanto que, ao fim, tomaria uma forma labiríntica, não podendo mais se reconhecer como ou em que ponto se deu o seu começo... Ou seja: o que poderia ser dito a respeito de um texto primeiro é sempre imensurável, fundando “uma possibilidade aberta de falar” (idem, p. 25); entretanto, a função do comentário enquanto procedimento de controle do discurso não é apenas a de criar possibilidades infinitas de emergência como sua aparência nos indica. Segundo o autor, em última instância o comentário não tem outra função senão a de descrever “[...] *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (idem, p. 25, grifos do autor); a condição de sua existência é que o texto primeiro esteja dito e, de alguma maneira, realizado, no acontecimento de sua volta. Esta discussão diz

respeito ao cerne da concepção foucaultiana do discurso enquanto objeto de estudo neste momento: a volta de um enunciado já dito, a (nova) forma pela qual ele é realizado, é sempre um acontecimento estranho, “que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008:31).

A visada lançada pelo autor é também de extrema importância em nosso trabalho, pensando a questão da circulação e das novas e rápidas mídias. O comentário foucaultiano é um dos princípios teóricos que pautaram o modo como olhamos para a circulação: estabelecemos juntamente a Foucault um modo de olhar para a construção do histórico, questionando as continuidades e unidades já estabelecidas. Deste modo, a evocação de um assunto no espaço midiático que gire em torno de algo que rompa com uma ordem vigente, que atente contra certa normalidade vivenciada simbolicamente pelo sujeito, cria um lugar dinâmico de emergência de efeitos de sentido. Quando se evoca a censura, estamos diante de uma questão que permite descrever efeitos de poder materializados nos enunciados devido ao modo como se podem deslocar limiares tênues, tornando o poder desta interpretação um objeto de desejo, sentidos dos quais se quer tomar poder, uma verdade que estaria sujeita a diversas formas de apropriação e aos efeitos gerados. São temas cuja circulação cria uma série de textos “que começa a remeter não só ao próprio acontecimento, mas também a outros que este levou a lembrar” (POSSENTI, 2006:95), potencialmente circulando em demasia, mas sempre fadada a tratar sobre os mesmos dizeres primeiros.

Neste sentido, temos a segurança de que a noção de acontecimento discursivo é um elemento singular na construção da disciplina, um momento crítico das reflexões sobre o discurso e os seus modos de circulação não apenas na concepção de Michel Foucault, mas também na construção de um dispositivo teórico nos trabalhos realizados em torno da figura de Michel Pêcheux. O percurso realizado pelo filósofo Michel Pêcheux também vai nesta direção, de modo que o caminho traçado pela Análise do Discurso pecheutiana se realizou por praticamente quinze anos até que tais discussões fossem abarcadas; proferido em 1983 e sendo um dos últimos textos do autor, em *Discurso – estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2008), Pêcheux nos traz uma análise feita com maestria de um enunciado que circulou e foi repetido como uma materialidade inesgotável, em torno do acontecimento discursivo das eleições presidenciais da França de 1981.

Ao propor uma visada do discurso como estrutura e acontecimento, Pêcheux relaciona instâncias sistemáticas da produção do discurso (a estrutura da língua, recursos linguísticos disponíveis aos falantes, etc.) à possibilidade da irrupção do acontecimento (aquilo que se inscreve na ordem da história, dizendo respeito à proliferação do sentido). O filósofo, assim, tece considerações importantes dos modos de circulação do discurso político, mostrando que a mídia pode atuar na estabilização de determinados sentidos e certas interpretações de acontecimentos.

Assim, buscamos também em nosso trabalho traçar um percurso pelos caminhos tomados na rica *aventura teórica* de Michel Pêcheux, estabelecendo um importante diálogo entre o pensamento dos dois autores. Neste sentido, exploramos também a concepção de *formação discursiva*, compreendendo que esta é uma noção basal para estabelecer um diálogo entre os filósofos e, logo, realizar um trabalho que coloque em pauta a língua e a sua relação intrínseca com a maneira de escrever e interpretar a história.

Lançando um primeiro olhar para a questão da censura quando tratada na mídia, hoje, pudemos identificar três condições de emergência específicas que são predominantes para o surgimento de textos e enunciados que tocam o tema. Todas elas parecem entrar em um jogo discursivo do que é tido como dizível ou não em uma determinada conjuntura, o que interpretamos em nosso trabalho como um claro diálogo com o dado de que sempre há uma ordem discursiva, de modo que estas três maneiras pelas quais circulam questões acerca do controle da mídia e da censura são instâncias complementares, não se excluindo mutuamente, quais sejam: i) a possibilidade de regulação frente a moldes capitalistas da grande circulação e do espetáculo, voltados para o consumo em massa; ii) uma política da memória, da conservação e silenciamento de certos enunciados; iii) a necessidade político-partidária de regular a circulação de determinados dizeres.

A primeira delas tem a ver com um sentido marcadamente mercadológico da circulação: pensamos em um momento em que a possibilidade da censura de algo que circula é pouco provável se comparado a uma necessidade mais imediata de circulação, gesto relacionado a injunções de um modo capitalista de produção de sentidos. Ou seja: toma-se pouco em consideração se tais dizeres de alguma forma atentam ou não contra uma determinada ordem discursiva estabelecida, e busca-se primar por um discurso que pode existir por detrás do gesto de

circular-se uma determinada notícia, matéria, etc.

Um exemplo disto de que nos valem em nosso gesto de autoria deste trabalho é um caso analisado por Possenti (2006). O autor faz uma breve análise de um fato que se torna um acontecimento singular na circulação televisiva brasileira e na sua relação com o que deve ou não ser veiculado: trata-se de uma entrevista feita com supostos integrantes de uma facção criminosa durante o ano de 2003, momento em que várias cidades de São Paulo sofreram ataques de autoria do grupo.

No caso analisado, fez-se uma entrevista com estes dois sujeitos em um programa que já fazia parte de uma rotina do brasileiro, circulando aos domingos e contendo variedades como entrevistas com famosos, quadros de humor, etc., mas nada que, até o momento, rompesse com uma determinada “normalidade”, ou mesmo uma ordem do que seria tido como veiculável em um programa de variedades aos domingos pela tarde.

Um fator também determinante para a constituição desse acontecimento reside no fato de que, mais tarde, descobriu-se que os supostos integrantes da facção criminosa que foram entrevistados eram, na verdade, atores; ou seja, trata-se de um caso em que a possibilidade de regulação do programa por atentar contra uma ordem do que seria tido como aceitável – e até mesmo “normal”, por assim dizer – para ser veiculado pouco foi levada em consideração, favorecendo uma circulação massiva com uma finalidade de, sobretudo, obter-se circulação e, logo, audiência.

Por caracterizar-se como uma quebra em uma estrutura já vigente, rompendo com uma normalidade, e também entrando em um jogo do que seria aceito como veiculável ou não, tal fato constituiu-se como um objeto de muitos comentários sobre a integridade dos envolvidos, retomadas de fatos outros anteriores a este, juízos de valor sobre o papel da televisão, etc. Trata-se, neste caso, de um simples fato inicial (a entrevista com os supostos integrantes da facção criminosa) que, depois, se constituiu em um acontecimento na medida em que foi circulado em demasia. A mídia, então, mostrou-se como um lugar prenhe para a emergência de diversas posições sobre o que se passou.

Este caso analisado pelo autor é de extrema importância em nosso trabalho para que possamos compreender de que modo a circulação tem um papel importante na constituição de um

acontecimento discursivo, conforme o concebemos. Também, vale comentar que este texto está presente em um livro que na verdade é uma coletânea de textos introdutórios para os que buscam iniciar seus estudos em *Análise do Discurso*: neste caso, ainda que se trate de um texto breve, a maneira pela qual o autor congrega um *corpus* de análise nos é também interessante para pensar o que aqui colocamos em pauta, sobretudo pela evidente questão da presença de uma ordem discursiva e de que maneira tomar como objeto de análise textos da mídia.

Trata-se, antes de tudo, de pensar na circulação (talvez, em demasia) como um fator determinante na constituição de um acontecimento discursivo. Tal fato, que mais tarde toma o lugar de acontecimento, suscita incontáveis dizeres que o retomam e comentam-no, ao mesmo tempo em que o acontecimento ele mesmo retoma dizeres anteriores, questões de controle presentes em uma determinada memória, etc.

Assim, todos os textos que emergem na circulação midiática em relação ao acontecimento que se busca analisar não devem ser tomados pelo analista como dados avulsos, mas sim formando uma unidade. Foucault trataria o que se olha neste procedimento como “uma espécie de grande texto ininterrupto” (FOUCAULT, 2008:42), possibilitando a construção de um conjunto de textos bastante vasto que se relacionaria ao acontecimento e potencialmente entre si, onde estariam presentes regularidades enunciativas – um *corpus* a partir da noção de *arquivo*.

O segundo ponto que podemos pensar neste sentido é a respeito da presença de uma política da memória. Conforme podemos interpretar juntamente a Michel Foucault, existem desníveis entre o valor que se atribui aos discursos e dizeres, fazendo com que eles não detenham o mesmo estatuto em uma determinada conjuntura; ou seja, se lhes atribui níveis de prestígios diferentes, fazendo com que sejam criadas relações de forças desiguais entre si. Alguns deles seriam conservados, repetidos, ritualizados, formariam parte de rituais, seriam legitimados, ditos de lugares a partir dos quais se obtém legitimação; ao mesmo tempo, dizeres outros são silenciados, esquecidos assim que são ditos, assemelhando-se a “uma voz tão silenciosa quanto um sopro” (FOUCAULT, idem, p. 28), fadados ao esquecimento tão logo se dá o gesto de sua emergência.

Neste sentido, interpretamos que existe um papel institucional por detrás daquilo que, supostamente por ventura, se conserva ou se esquece. As muitas facetas dos poderes que atuam

sobre os dizeres deteriam um papel importante a respeito do que se vai seguir repetindo ou o que se deve silenciar. A título de exemplo, isto também pode ser pensado em um sentido de dominação: a imposição política de um idioma em um contexto de superioridade bélica, por exemplo, faz com que potencialmente se silencie toda uma gama de dizeres que estaria atada a maneiras de subjetivação e construção de discursividades na língua que foi dominada, fazendo perpetuar enunciados pertencentes à língua imposta.

Tudo isto nos traz para o último grande bloco em que podemos classificar a questão da censura quando tratada na mídia, que diz respeito a uma necessidade político-partidária de controlar a circulação de determinados dizeres. Nas condições específicas de um contexto brasileiro, trata-se de uma questão de extrema delicadeza justamente pela memória que tal gesto traz consigo: uma proposta de controle, hoje, quando tratada na grande mídia, parece constantemente retomar uma memória discursiva do brasileiro em relação à ditadura militar.

É possível, assim, que se realize uma grande circulação midiática em torno de um atentado a esta ordem, em um sentido de ferir o direito de liberdade de expressão manifestado na Constituição brasileira de 1988. Nesta esteira, uma tentativa de controle que se mostrasse afim àquela realizada em um período ditatorial seria um acontecimento na medida em que atentasse a uma ordem já estabelecida depois do fim da ditadura de que, hoje, o governo e os partidos não podem mais censurar a mídia (como se fez outrora) – um dos mais importantes valores democráticos. Entretanto, conforme dissemos seguindo o pensamento do filósofo e historiador Michel Foucault, mesmo depois do fim do período ditatorial em que este gesto foi dotado de grande visibilidade, nem tudo pode ainda ser veiculado. A questão do controle do que seria dizível ou não, neste sentido, se direcionaria a interesses daqueles que deteriam uma legitimidade para tal, como os governantes e partidos políticos – contanto que não se atente marcadamente aos direitos de expressão e à construção discursiva de uma memória acerca do controle.

A questão do quão marcado seria este gesto traz considerações importantes para a perspectiva da Análise do Discurso: os modos de funcionamento do discurso potencialmente atuam também no sentido de recobrir ou mascarar determinados efeitos de sentido gerados pelas políticas adotadas. Considerando que existem dizeres institucionalmente situados que buscam silenciar falas outras (e que, de alguma maneira, são legitimados para tal), se em uma

determinada conjuntura histórica não se pode falar sobre determinado assunto, pode haver manobras para controlar efeitos de sentido possíveis.

Uma parte extremamente importante do trabalho do analista de discurso é estacionar no momento em que acontece tal gesto de interpretação, evidenciando as regularidades discursivas que o determinam. Assim, por exemplo, um mesmo dizer quando proferido a partir de lugares distintos pode demarcar posições diversas, fato possibilitado pela natureza do simbólico: por poder dar lugar a muitas interpretações e sentidos (alguns deles potencialmente atentando contra uma ordem já estabelecida), busca-se controlar as interpretações possíveis.

Desta maneira, consideramos que a questão da regulação da mídia é bastante frutífera para um trabalho pautado na teoria da Análise do Discurso: ao propor um controle nesta conjuntura que descrevemos brevemente em nosso trabalho, há um conflito com uma memória discursiva constituída em um período ditatorial, fazendo-se com que tal embate se materialize na língua – e que, por conseguinte, tais sentidos sejam objetos de desejo e de poder. Desta forma, a mídia é um importante lugar em que esses dizeres emergem, são retomados, ditos de outra maneira, comentados, criticados, etc.

Na circulação midiática, um enunciado dito de um lugar institucionalizado na conjuntura do atual governo democrático que esteja relacionado a sentidos da censura ditatorial atentaria claramente contra uma ordem discursiva estabelecida no período pós-ditadura, sobretudo se pensarmos em um dos resultados mais absolutos do estabelecimento de uma nova vontade de verdade: a Constituição brasileira de 1988. Entretanto, há muitas formas de dizê-lo: o discurso, conforme o concebemos juntamente a Foucault, é algo essencialmente raro, justamente porque a língua oferece a possibilidade de inúmeras *performances* verbais a partir de algumas regras de sua estrutura. O que de fato é dito (e, logo, materializado) é precipuamente raro, já que muitas outras coisas poderiam ter sido ditas em seu lugar e, do mesmo modo, aquilo que foi dito poderia ser sido realizado de inúmeras outras maneiras. Isto coloca uma questão primordial na perspectiva foucaultiana do enunciado e do discurso: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008:30). Nas palavras do autor,

Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam,

como o ar que respiramos, uma transparência infinita; *mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor; e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição, coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido.* Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles. (idem, p.136, grifos nossos)

As palavras do filósofo evidenciam uma parte muito importante de nosso interesse enquanto analistas de discurso: estamos preocupados em realizar uma análise que direcione o seu olhar para o linguístico e o histórico, compreendendo a intimidade que estas duas instâncias têm, tornando-as, segundo a nossa visada, inseparáveis.

Para encerrar este capítulo, findadas as indicações e articulações metodológicas iniciais, ressaltamos que compreender a *interdição* – e, logo, a possibilidade da emergência de dizeres que relacionam tais propostas de controle a este procedimento interno de controle do discurso em seu mais alto grau, a *censura* – pautados na teoria da Análise do Discurso é, antes de tudo, ter ciência de que há sempre uma ordem discursiva que regula a emergência de dizeres em uma sociedade. Quando um enunciado aparece, assim, ele está posto em relações complexas com uma série de coisas que poderiam (ou não) ter sido ditas em seu lugar.

Essas emergências nunca se dão ao acaso, constituindo-se não apenas como simples unidades linguísticas inertes, mas, sobretudo, enquanto dados essencialmente históricos, que se materializam a partir das possibilidades que os sistemas linguísticos como as línguas naturais colocam. Neste sentido, é importante que congreguemos ferramentas de análise para, finalmente, descrever porque tais enunciados emergiram; também, para que descrevamos quais são as regularidades discursivas que fizeram com que tais dizeres aparecessem.

Com efeito, o percurso realizado por Michel Foucault nos ofereceu importantes subsídios que estão presentes n'*A Ordem do discurso* (2006) e cujos caminhos metodológicos também podemos investigar n'*A arqueologia do saber* (2008). Uma vez que a *Arqueologia do saber* é um texto voltado à descrição de possibilidades analíticas e dos estabelecimentos de seus limites, bem como apresenta uma importante discussão sobre a noção de *acontecimento discursivo*, no capítulo seguinte nos deteremos nesta obra, explorando como a *função enunciativa* forneceu-nos subsídios de análise.

Compreendendo, ainda, que existem importantes noções a serem tratadas na trajetória de Michel Pêcheux, que se relacionam intimamente ao conceito de *acontecimento discursivo* em Análise do Discurso e, logo, a algumas preocupações afins ao trajeto de Michel Foucault, faremos um percurso pela obra pecheutiana (PÊCHEUX, 1995; 2008; 2010), bem como exploraremos três sequências enunciativas de caráter virtual que ajudarão a compreender a circulação analisada.

## 2. O GESTO DE ANÁLISE DO DISCURSO: COMO INTERPRETAR A QUESTÃO DA REGULAÇÃO DA MÍDIA?

No âmbito da política brasileira atual, temos acompanhado diferentes temáticas que, de alguma maneira, tocam a questão da regulação da mídia. Conforme observamos, uma primeira visada aos diversos textos que discutem a questão nos leva a ver que recorrentemente uma pergunta se coloca, de diferentes formas: o controle da mídia de que se fala hoje é, de fato, censura?

Reverberando a questão dos diferentes tipos de regulação aos quais a mídia pode ser submetida, os enunciados que emergem parecem remeter sempre a uma outra questão: se agora existem tentativas de regulação da mídia, conforme pudemos observar que se está circulando, seriam similares ao que já foi realizado em um período ditatorial? Neste sentido, vale pontuar que compreendemos alguns aspectos de como se constituem estes emaranhados de dizeres juntamente ao pensamento do filósofo Michel Foucault: os enunciados a respeito da possibilidade do controle da mídia, quando formulados na atualidade, entram em uma espécie de jogo em um campo comum com outros enunciados, estabelecendo relações com já-ditos, fazendo com que dizeres anteriores possam ser retomados e reatualizados. Ao mesmo tempo, ao inscrever-se em uma sequência discursiva no gesto da formulação, o enunciado cria condições para que dizeres que ainda estão por vir retomem-no, ressignifiquem-no. Trata-se de uma das propriedades da *função enunciativa*, conforme Foucault a entende na sua proposta presente na *Arqueologia do saber*, em seu empreendimento em construir um enfoque de análise: no acontecimento singular do aparecimento de um enunciado, há um *domínio associado*. Assim, para que haja o exercício da função enunciativa descrita pelo autor, existe uma relação com um campo adjacente de já ditos e, também, de elementos ainda por dizer, de modo que não há enunciado que não tenha as suas margens repletas de dizeres outros (FOUCAULT, 2008:110-111).

Esta evocação de sentidos de um período ditatorial no espaço midiático, quando se fala da censura e da forma como aí se configuram discursividades, cria um espaço preñado para o surgimento de dizeres outros que são proferidos por sujeitos de diferentes lugares e posições.

Estes discursos se materializam na circulação de comentários, juízos, análises, detalhamentos, etc., justamente pela delicadeza da questão em relação a uma ordem já estabelecida do dizível ('mas pode-se, hoje, depois do fim da ditadura militar, propor censura?'). É importante pensar que, no gesto desta evocação, há também o estabelecimento de novas relações, sobretudo se pensamos em termos de poder e de sentido.

Nestas retomadas, uma série de questões pode ser colocada: em uma república democrática, é pertinente (e para quem?) regular a mídia? Dadas as tão (aparentemente) assentadas diferenças entre os dois tipos de governo, pode-se, agora, falar desta questão? Quais questões históricas seriam, neste gesto, (re-)interpretadas, retomadas? Efetivamente, a mídia precisa ser regulada? Quem deteria este tipo de poder? Deste modo, são criadas relações de sentido entre os enunciados que tratam a questão, movimentando-se em uma rede discursiva.

Entretanto, as perguntas que fizemos acima evidenciam que as referências estabelecidas podem dar-se de inúmeros modos, formando parentescos incomensuráveis, sendo os dizeres sobre tais questões também incontáveis, sobretudo se tivermos em conta que nos deparamos com uma circulação midiática mais veloz e massiva, o que reconfigura a possível repercussão em torno de tal problema e, ao mesmo tempo, os modos como se constroem possíveis sentidos de resistência em face de tentativas de regulação.

Assim, deparar-nos-íamos com dados cuja descrição demandaria um trabalho extremamente denso; a intervenção de Foucault também leva em conta tal problema de análise: é neste sentido que o autor propõe que se olhe os dizeres e tais relações no nível da *função enunciativa* (e não, por exemplo, as relações que estabelecem as frases, as proposições ou mesmo os *speech acts*), de modo que a atenta observação neste nível permite solucionar tal exaustividade descrita acima por meio da construção de um *corpus* a partir da noção de *arquivo*, que nos oferece margem para olhar o modo como determinadas práticas discursivas estão sendo constituídas em uma conjuntura social; assim, o analista pode compreender como nesta massa de textos selecionada se formam regularidades discursivas e enunciativas.

Pensando no período da ditadura militar e nos dizeres que se constituíram neste momento, inicialmente, antes da institucionalização do AI-5, temos já os efeitos do controle estatal sobre a circulação de determinados dizeres; no período pós-AI-5, este gesto ganha um cunho ainda mais

autoritário. A censura gera uma tensão sempre existente quando se pensa a mídia em tal período, dado que respeita diferentes procedimentos de controle do discurso e uma regulação dos conteúdos tidos como “circuláveis”, separando enunciados que se adequam a uma determinada ordem do dizível dos que não o fazem. Nos modos como os diversos tipos de controle estatais se exerceram durante o período da ditadura militar, em momentos de necessidades e possibilidades de controle institucional diversas, configurou-se uma maneira peculiar de construção de sentidos em relação à censura e ao controle da mídia – que, conforme vimos, se oferece à possibilidade da repetição, do comentário, da reatualização.

Com o enfraquecimento do poder (e do controle) ditatorial, temos uma abertura política em que a censura midiática também vai paulatinamente perdendo sua força até que em 1985 o último presidente de origem militar, João Baptista Figueiredo, deixa o cargo. Vale pontuar, ainda, conforme já observado, que não existem apenas mecanismos de controle de funcionamento externo ao discurso (como a *interdição* materializada na censura em seu mais alto grau), mas também o discurso ele mesmo tem o potencial de controlar a sua produção por meio de uma série de procedimentos internos (FOUCAULT, 2006:21). Estes dados evidenciam a importância de não apenas ter o intuito de tomar como objetos de análise a censura e outros procedimentos de controle exercidos sobre a produção do discurso, mas também de uma constante problematização do olhar que se vai lançar sobre estes elementos.

O aparecimento de um enunciado – acontecimento cuja irrupção na história é um dado singular para Foucault –, então, se torna algo proibido; tal forma de interditar se relaciona à concepção do discurso e do enunciado presente na obra do autor, mostrando que o dizer não é aparentemente inócuo, mas que se trata de um objeto de desejo, um lugar para onde vão direcionar-se poderes, funcionando de maneira afável ou até mesmo repressiva em relação a uma vontade. Também, esta relação entre o dizer e tais injunções históricas que o tangenciam ganha ainda mais espessura se há um suporte institucionalmente situado envolvido.

Não se trata, de fato, de algo que não possa ser proferido em uma simples conversa ou materializado em um bilhete, mas cujo aparecimento (e, sobretudo, sua circulação/repetição) fere determinadas injunções (institucionais), fazendo com que não se possa falar abertamente sobre aquele assunto. Mais do que isto, a sua evocação vai contra a *interdição*, pautada em um suporte

institucional, recusando o estatuto deste poder legitimado, das suas palavras de ordem e de um conjunto complexo de práticas discursivas que dita um regime de controle de dizeres. Também, a relação entre este procedimento de controle e seu amparo institucional não deve ser tomada como um já-lá e não ser problematizada, pois ela é sem dúvida historicamente construída, dir-nos-ia Foucault – “[...] e que, se lhe ocorre [ao discurso] ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 2006:7).

Com efeito, deparamo-nos com uma questão de grande delicadeza: durante o período ditatorial, a mídia foi um dos grandes focos para onde se direcionaram tais controles, tendo representado diferentes papéis ao longo do regime que se estende de 1964 a 1985. Depois da promulgação da Constituição de 1988, quando emergem propostas que se puderam relacionar a domínios associados sobre uma *interdição* em alto grau, há uma intensa luta pelos contornos de sua própria legitimidade – uma circulação de comentários que se dá em escala massiva, por parte de mídias velozes e poderosas.

Filiando-nos ao pensamento de Michel Pêcheux nos seus textos iniciais, estes dados se inserem no que em um primeiro momento entenderíamos como as *condições de produção* do discurso midiático em tais épocas. Neste sentido, compreendemos que a noção de *condições de produção* (PÊCHEUX, 2010:78) foi um importante caminho de reflexão tomado por Michel Pêcheux em seus trabalhos iniciais, em uma fase de incessantes tentativas para a construção de uma teoria materialista dos processos de significação, um interesse que reverbera na trajetória do autor; entretanto, em nosso trabalho compreendemos que o percurso teórico traçado por Pêcheux e pelos demais pesquisadores envolvidos na consolidação de um dispositivo de análise encontrou problemas nesta noção, trazendo para as discussões uma superação da ideia de *condições de produção* e fazendo com que se passasse a primar pelo conceito de *formação discursiva*, que exploraremos vastamente na análise do *corpus* construído.

Ainda que seja uma noção bastante polêmica na Análise do Discurso, o conceito de formação discursiva é fundamental para a sua construção e, também, para o olhar que arquitetamos, pois evidencia preocupações muito notórias em um momento final do trajeto de Michel Pêcheux e dos estudiosos que o acompanharam: trata-se da heterogeneidade inerente ao discurso e ao enunciado, bem como a necessidade da construção de um dispositivo que pudesse

dar conta deste problema. Assim, muitas das propostas iniciais de Pêcheux, como, por exemplo, a existência de uma *maquinaria discursiva*, serão ressignificadas.

Neste sentido, parece-nos primordial que façamos, antes da análise, um pequeno percurso pelos conceitos da Análise do Discurso que tomamos como fundamentais em nossa proposta. Conforme já apontamos, a disciplina tem um intenso caráter de reconfiguração e constante retomada de seus pressupostos, percurso que certamente merece devida atenção e cuidado; entretanto, não nos parece também adequado que nos detenhamos exaustivamente na questão da construção histórica destes conceitos e da disciplina em si, dadas questões de pertinência e, obviamente, da presença de estudos primorosos já realizados neste campo. Ainda assim, enquanto analistas temos também a responsabilidade de criar um dispositivo de análise coerente, que cumpra as exigências do trabalho teórico proposto pela disciplina, permitindo-nos alcançar determinado olhar face a tal problema. Neste campo, em meio a tantas coisas já circuladas (ainda que se trate de uma ciência relativamente nova), julgamos ser importante para a construção de nosso olhar que evidenciemos a nossa posição e os pensamentos aos quais nos filiamos dentre uma gama de possibilidades.

### **2.1. A *Arqueologia do saber* de Michel Foucault: a função enunciativa e a construção de um *corpus* a partir da noção de *arquivo***

Admite-se que o estruturalismo tenha sido o esforço mais sistemático para eliminar, não apenas da etnologia mas de uma série de outras ciências e até da história, o conceito de acontecimento. Eu não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista do que eu.

(*Verdade e poder*, em *Microfísica do Poder* – Michel Foucault, 1979, p. 5)

As palavras de Foucault que tomamos como mote evidenciam uma grande preocupação de seu trabalho intelectual, que é um investimento na noção de *acontecimento*, caminho tomado pelo autor que, sem dúvida, encontra horizontes comuns com as questões dos estudiosos da linguagem, sobretudo se tivermos em conta os trabalhos de Michel Pêcheux. Na trajetória foucaultiana, temos na *Arqueologia do saber* um importante texto para a questão de como construir um olhar para a gama de textos midiáticos que tomamos como objeto de análise.

Em primeiro lugar, o pensamento de Foucault nos é bastante interessante para pensar uma

questão basal na Análise do Discurso, que é, grosso modo, uma oposição a uma análise que se volte para o conteúdo dos textos. Questão fundante na disciplina, compreendemos que tomar o texto a partir de tal viés pressuporia uma concepção de língua em que uma palavra e seu sentido são dois elementos indissociáveis, de modo que a significação seria um dado inerente à materialidade textual, reduzindo a interpretação a uma mera decodificação; compreender-se-ia, assim, que se pode facilmente alcançar ali, na outra face da palavra, a intenção do sujeito falante, totalmente consciente do que o seu dizer transmite. A empresa de Foucault, por outro lado, se posiciona claramente de outra forma; segundo o autor, é necessário

[...] interrogar a linguagem não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade e, em compensação, de se deter no momento – logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado – que determina *sua existência singular e limitada*. (FOUCAULT, 2008:126, grifo nosso)

Esta *existência singular e limitada* do enunciado de que trata o autor é um claro indício do modo como Foucault propõe pensar o enunciado e o discurso. O aparecimento de um enunciado é, segundo esta visada, sempre um dado peculiar, pois para cada enunciado efetivamente materializado temos uma infinidade de outras possibilidades de dizer. A sua existência, então, é um dado curioso, de modo que a própria emergência do enunciado – e nenhum outro em seu lugar – tem de ser um dos pontos principais aos quais se direcionam as perguntas formuladas pelos historiadores e, obviamente, pelos analistas de discurso que se filiam a seu pensamento.

Para iniciar a discussão, Foucault toma como ponto de partida na *Arqueologia do Saber* algumas unidades que são comumente tomadas como já estabelecidas; ou seja, afirma-se que não se costuma questionar, em um nível analítico, o que constitui tais agrupamentos e que tipos de forças foram mobilizadas para criá-los, tomando por pressuposto de análise unidades já dadas, o que seria um grande equívoco no trabalho do historiador. A proposta do autor, então, interrogará essas unidades e, também, a (aparente) intimidade com a qual elas são tomadas: nas palavras do autor, “é preciso que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, idem, p. 24).

Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as

aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, *que são sempre efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas*; [...] (FOUCAULT, 2008:28, grifo nosso)

Foucault, então, mostra-nos que as unidades se desfazem tão logo se começa a questionar conceitos como o de autor, livro ou obra. É interessante o modo como o filósofo situa a sua proposta arqueológica, mostrando vestígios do valor de tomar como objeto uma unidade outra, que Foucault então situa no nível de sua concepção de discurso e enunciado – não sem antes realizar um exaustivo trabalho em que se colocam perguntas inclusive a dizeres anteriores proferidos pelo próprio autor.

A discussão empreendida por Foucault, então, tem como mote as unidades pelas quais o discurso normalmente é analisado, as formas pelas quais o dividem, o modo como o classificam e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual os historiadores nelas têm se pautado. A proposta de Foucault em torno do enunciado e do discurso, então, tomará como ponto de partida não tais unidades já estabelecidas, mas sim uma redefinição do discurso e do enunciado, compreendendo-os como *princípios de dispersão*. Em vez de ditar e impor uma unidade ao objeto (como *o* livro ou *a* obra) que se busca construir e estudar, Foucault mostra que é necessária uma mudança de olhar para compreender a emergência de enunciados como acontecimentos singulares, tomando o seu aparecimento – e nenhum outro em seu lugar – como um dado peculiar: dentre as inúmeras possibilidades de dizer, dentre as inúmeras possibilidades de construção material dentro da estrutura da língua, uma delas – e não outra – foi, de fato, enunciada. Como, então, se pode descrever a singularidade deste enunciado em relação a um campo já existente de tantos enunciados outros, e da possibilidade infinita de falar (sobre) aquilo? E, finalmente, de que maneira o analista relacionará o dito – este elemento aparentemente tão abundante em uma primeira visada, mas que é, na verdade, raríssimo – a todo um campo de enunciados que poderiam ter sido realizados em seu lugar?

Depois de um exaustivo trabalho para estabelecer as bases de tal olhar e criar o que autor considera como um enfoque possível para tratar o enunciado, Foucault passa a delinear alguns procedimentos em termos de método para propor a sua análise arqueológica, trazendo também questões de como o aparecimento de um enunciado e não outro em seu lugar se relaciona ao silêncio: Foucault mostra que a análise enunciativa só tem como dado concreto a existência

material dos enunciados, o fato de terem sido efetivamente ditos, dentro de uma possibilidade infinita de dizer viabilizada pela natureza da língua e sua estrutura – é neste sentido que Foucault argumenta que o que é dito é raro, de modo que o olhar criado para analisar o discurso deve tomá-lo nessa sua propriedade:

A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas. Só se pode referir a *performances* verbais realizadas, já que as analisa no nível de sua existência: descrição das coisas ditas, **precisamente porque foram ditas**. (FOUCAULT, 2008:124, grifos em itálico do autor, negritas nossas)

O pensamento de Foucault presente na arqueologia também é sempre insistente no sentido de evidenciar o trabalho da linguagem na construção de um olhar em direção à história, pontuando que ela “parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência” (idem, p. 126). A análise também é compreendida como um jogo de ausências, um jogo de uma ausência sempre reconduzida. Entendemos, assim, que o aparecimento de um enunciado também tem relação com toda uma gama de coisas que se poderiam dizer e permaneceram silenciadas. O surgimento de um determinado dizer dialoga com um modo de existência específico ao nível do enunciado dentro de uma possibilidade de falar (e, claro, de repetir e de circular), inscrevendo-se em uma ordem do discurso. Assim, para vê-lo nesta espessura, é necessário

[...] estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. (idem, p. 28)

É neste sentido que o autor mostra-nos que apesar de não ser oculto o enunciado tampouco é visível, sendo “necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo” (ibidem, p. 126), olhando-o a partir das propriedades da função enunciativa que o autor descreve. Acreditamos, assim, que esta mudança de perspectiva de que fala o autor diz respeito a uma recusa ao modo como se tem interpretado a noção de enunciado (ainda que muitas vezes de maneira não totalmente consciente) e, logo, a história, fazendo valer a proposta arqueológica e mostrando que se trata não de um método acima

de todos os outros que permitirá descobrir um discurso verdadeiro cuja produção atravessou séculos a fio ou mesmo uma “ciência régia”, mas sim um enfoque de análise possível.

Compreendendo a centralidade deste texto de Foucault em nosso trabalho, bem como o forte teor metodológico que o texto desvela, nos seguintes itens discutiremos as quatro propriedades da função enunciativa sobre as quais o autor se debruça, com pequenas incursões a respeito de como podemos compreender seu funcionamento na análise do discurso midiático que a *FSP* constrói em torno da política. Mais especificamente, referir-nos-emos à emergência das propostas regulação da mídia bastante brevemente, de modo que uma análise mais aprofundada será desenvolvida no último capítulo.

#### **a) O enunciado está ligado a um referencial**

Segundo Foucault, tal função “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (2008:103), conferindo-lhe, assim, um determinado valor justamente a partir de tais relações – ao mesmo tempo em que, obviamente, outras são negadas, afastadas e excluídas.

Está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidades, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, *para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas*. (FOUCAULT, 2008:103, *itálicos nossos*)

Estamos diante, assim, de relações aparentemente estabilizadas, e que são retomadas para a afirmação de determinada pertença ('é bastante evidente que este dizer se refere a tal campo e não a outro'); conforme comenta Foucault, a nomeação de tal propriedade da função enunciativa tem certo caráter arbitrário (2010:97-99), o que de alguma maneira retrata a natureza da relação referencial entre enunciados: há uma espécie de grande ponto de apoio em que um saber emergente toma subsídios, e o dado discursivo por excelência seria precisamente esta justa medida que liga dois dizeres (o que a gramática ou a lógica, por exemplo, poderiam tomar como acontecimentos para sempre apartados).

Foucault também chama-nos a atenção para o modo como tal relação arbitrária e estável pode mascarar muitas das mudanças históricas que tanto lhe chamaram a atenção, como os

câmbios no funcionamento das prisões, escolas, clínicas psiquiátricas, etc. Neste texto, por exemplo, o autor mostra como ao longo dos séculos se pôde pautar em diferentes campos do saber para legitimar determinadas visadas a respeito do louco, de modo que o próprio olhar lançado sobre o objeto transformou-o sensivelmente.

O louco e a loucura, assim, não são os mesmos hoje e em antanho: ambos foram objeto de discurso de diferentes campos do saber que os delinearam ao longo dos séculos, mostrando muitas vezes a tenuidade das relações aparentemente tão bem assentadas entre um campo do saber e seu referencial.

Da mesma maneira, o discurso político midiático é também um lugar de formação de saberes, de silenciamentos e, logo, de possibilidade e asserção ou negação de referenciais. Em relação à circulação de propostas de controle e regulação da mídia, tal função se exerce justamente a título de segregar posições. Mais pontualmente, a questão sobre tratar-se ou não de uma censura é a que reverbera (e toda a memória discursiva que é então evocada), sendo negada ou assumida.

Tal choque mostra a instabilidade destas relações referenciais. Parece-nos, de início, que as seguintes falas tratam do mesmo controle; no entanto, os saberes que a si se associam se realizam de maneira que se buscam díspares, o que faz com que, aparentemente, “se esteja falando da mesma coisa”, mas estamos claramente diante de embates extremamente espessos e, logo, de definições conflitantes:

(1) Em encontro nacional em Brasília, o PMDB divulgou um documento com 15 pontos que considera fundamentais. Entre eles está a garantia da liberdade de imprensa. A colocação deste item, segundo a Folha apurou, é um contraponto ao PT, que, em seu congresso, defendeu a regulamentação da mídia.

A sigla é a principal aliada do PT na coalizão que elegeu a presidente Dilma Rousseff e o vice, Michel Temer. Dilma alterou a agenda na tarde de ontem para ir ao encontro. Ela reafirmou que o PMDB é "parceiro" e "aliado fundamental do meu governo". Repetida diversas vezes, a expressão desagradou peemedebistas, que gostariam de ouvir "nosso governo". (do texto da FSP, 16/09/2011 – *Deputado diz que PMDB não teme 'cara feia'*, sublinhadas nossas)

(2) Entidades como ANJ e Abert, entre outras, enxergam no movimento para criar novas regras para o setor de telecomunicações e radiodifusão uma ameaça de impor censura à imprensa.

[O ministro classificou o temor de ] “truque”, segundo ele, “porque todos sabem que isso não está em jogo” [...].

Franklin disse que o país não discute questões como a propriedade de rádios e TVs por

congressistas e que "é evidente que está errado". (do texto da *FSP* ao comentar dizeres de Franklin Martins, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*, sublinhadas nossas)

Trata-se, assim, de um conflito por um referencial a partir do qual se apoiar, e que diz respeito às relações que devem ou não ser feitas para sua interpretação e às muitas associações que se devem negar para que se o leia de uma forma e não outra. No excerto nº. 1, a *FSP* realiza uma interpretação da emergência da *liberdade de imprensa*, criando uma posição contrária à do PT a partir da não equivalência de sentido entre *liberdade de imprensa* e a proposta de *regulamentação*. No excerto nº. 2, quando a *FSP* realiza uma paráfrase da visão de enunciadores midiáticos (*Entidades como ANJ e Abert, entre outras*), evoca-se a censura (*uma ameaça de impor censura à imprensa*) antes de que possa aparecer a posição de Franklin Martins – que se realiza a partir da marca de distanciamento enunciativo entre Franklin e o enunciator midiático *FSP* em sublinhadas, além das aspas, também para imputar um referencial ao dito.

#### **b) O enunciado estabelece uma relação determinada com um sujeito**

Foucault afirma que o enunciado é um lugar em sua natureza vazio, para que nele se possam inscrever posições-sujeito possíveis. Ou seja: o exercício da função enunciativa requer que nela se possam materializar posições, e estas só podem ser realizadas por sujeitos em sua relação com a linguagem e com uma realidade simbólica. Assim, por exemplo, em um tratado de matemática, o sujeito pode ocupar posições diferentes: na apresentação, ao dirigir-se a seu interlocutor enquanto autor, apresentando o texto, sua proposta, suas bases teóricas, sua estrutura; mais tarde, pode distanciar-se, atuando como uma voz silenciosa e colocando-se em uma posição de observação de dados.

Neste sentido, alguns dos grandes problemas que a Análise do Discurso coloca concernem, sem dúvida, a questão do sujeito, dos seus potenciais modos de posicionamento, dos controles que sobre si agem e os efeitos disto nas possibilidades e injunções do dizer. Nos primeiros anos do estabelecimento da disciplina, um de seus nortes mais caros foi pensar *uma teoria não-subjetiva da subjetividade*, e a segunda propriedade da função enunciativa de Michel Foucault também oferece-nos subsídios para tal tratamento.

Segundo Foucault (2008), o enunciado oferece um lugar aberto para que posições-sujeito

sejam estabelecidas, para que qualquer sujeito se posicione face a determinadas verdades que são postas. O enunciado é um elemento de natureza essencialmente histórica, cuja materialidade comporta possíveis preenchimentos por parte de posições enunciativas de sujeitos: trata-se, em princípio, de uma função vazia, a que se associam sujeitos e suas posições. Neste sentido, em vez de ser dada como preenchida e acabada, Foucault salienta o importante dado de que esta função varia, de modo a determinar quais posições se podem e se devem ocupar em determinadas condições de emergência.

Assim, tal função não mostra apenas aspectos de um princípio de agrupamento do discurso e tampouco de uma unidade que residiria por detrás de um gesto intencional de um sujeito: trata-se, antes de tudo, de um potencial de filiações de sujeitos a enunciados, de possibilidades de asserção (de “forças” bastantes variáveis, digamos) de determinadas posições e negação de outras.

No campo do discurso político, há uma incessante demanda social (e também midiática) para que figuras políticas se posicionem em relação a diretrizes públicas, propostas de intervenção social, posições adversárias, temas polêmicos, etc., e a discussão sobre propostas de controle e regulação da mídia, conforme vimos, é claramente um destes temas.

Neste sentido, vale destacar a posição que manifestou Dilma Rousseff na circulação analisada: representantes de jornais e enunciadoreis midiáticos exigem que a presidente se posicione face a emergência de tais enunciados, de modo que a *FSP* marca uma cisão entre Dilma e as propostas realizadas por políticos de seu partido de origem<sup>7</sup>. O ano da eleição presidencial de 2010 é o único momento em que Dilma esboça filiações a uma proposta de controle da mídia (ainda que por um instante, já silenciado depois de alguma circulação<sup>8</sup>), de modo que nos anos subsequentes a presidente evitou filiações a enunciados como o *controle social da mídia*, a *regulação da mídia* e o *marco regulatório da mídia*, ao passo que o PT (sobretudo a partir da figura de Franklin Martins) insistiu nesta demanda<sup>9</sup> – cisão também reforçada nas reportagens da

<sup>7</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 26/11/2011 – Ex-ministro de Lula cobra do PT mais iniciativa na área de mídia. .

<sup>8</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 22/07/2010 – Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2207201009.htm>. Acesso em 11/10/2013.

<sup>9</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 08/10/2010 – Imprensa é livre, o que não significa que seja boa", diz Franklin. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0810201035.htm>. Acesso em 16/10/2013.

*FSP*. Recentemente, no entanto, foi possível que Dilma se filiasse a uma proposta de *regulação econômica da mídia*<sup>10</sup>.

Cada um destes enunciados, por sua vez, emerge realizando diferentes recortes do real e, sobretudo, distintos potenciais de relações com determinados sujeitos. O silenciamento de alguns deles e a possível sequente circulação de outros em seus lugares marcam nuances importantes sobre o que pôde ser enunciado na sociedade brasileira nesta curta duração do acontecimento; assim, finalmente, ao descrever tais deslizamentos de sentido realizados, o analista pode descrever como se deu a conformação de regularidades em torno de distintas emergências.

### **c) O enunciado inscreve-se em um *domínio associado***

Não há enunciado que não tenha relação com outros. Nas palavras do autor, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2008:110). Primeiramente, porque todo enunciado se inscreve em uma sequência discursiva, que respeita um caráter horizontal e linear. Também, no gesto de sua emergência, este enunciado se inscreve em um campo de já-ditos, em que o enunciado realiza retomadas de maneira sempre singular. Do mesmo modo, ao ser materializado, este enunciado se oferece à repetição, ao comentário, podendo ser reativado e reinterpretado, fundando também uma possibilidade de falar.

Esta propriedade discutida por Foucault, assim, diz respeito aos dizeres que se podem e/ou devem associar a um enunciado emergente, circunscrevendo determinados dizeres que a este devem ser relacionados, ligados, compreendidos em relação a, interpretados a partir de, etc. Tal justa medida que liga dois enunciados se constituirá enquanto um dado curioso para Foucault: por quê tais relações estão sendo afirmadas, ao passo que de tantas outras não se tem ciência (ou são ignoradas; ou, ao menos, o efeito gerado é tal) e, ainda, enquanto outras são veementemente negadas?

Assim, não é apenas a pertença a determinadas redes de sentido que conflui a significação de um dizer. Também, invariavelmente é necessário que determinadas relações sejam afastadas, e que tal asserção volte a acontecer; ou seja, ao passo em que uma filiação pode ser afirmada e

---

<sup>10</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 28/05/2014 – PT quer incorporar regulação econômica dos meios ao programa de Dilma para a reeleição.

asseverada, outras potencialmente são interditas e silenciadas, podendo ser levadas a extremos como, por exemplo, o campo do recurso retórico do *reductio ad absurdum*.

Neste sentido, destacamos a emergência do enunciado *democratização da mídia*, quando colocado nas malhas do discurso político e midiático. O gesto de designar uma proposta de controle enquanto *democratização da mídia*, em vez do anterior *controle social da mídia* ou a *regulação da mídia*, mostra que estamos diante de muitas possibilidades que a língua coloca para enunciá-lo, e, ainda, que tais potenciais serão condicionados pelos diferentes domínios a que foram associados tais dizeres quando circularam.

#### **d) O enunciado é composto por uma materialidade repetível**

Para que haja o exercício da função enunciativa, estamos falando de enunciados que foram efetivamente materializados. O campo do pensamento, por exemplo, em que os dizeres se encontram ainda em um estado inerte, não corresponde a tal exigência da função enunciativa justamente pelo fato de que “não aconteceram”, não se inscreveram em uma sequência discursiva. Para que o enunciado se constitua enquanto tal, ele tem de ter uma materialidade, que o torna sujeito à repetição e à reativação, de modo que ele possa ser perpetuado, repetido, mesmo que sua existência se limite a um período curto, sendo depois (ou até imediatamente) condenado ou esquecido.

Assim, em sua essência, a propriedade material de um enunciado, segundo Foucault, vai além daquilo que o distingue de uma existência puramente conceitual, no plano das ideias: ao ser materializado, ao sair deste campo abstrato, o enunciado está posto em jogos de forças, de poderes, de interdições. Ao ser dito, um enunciado toma forma material (ou uma forma material lhe é imputada), oferecendo-se a possibilidades de repetição, silenciamento, esquecimento e à interdição, muitas vezes pouco afáveis aos desejos de determinados sujeitos. Sem tal existência, é também impossível o exercício da função enunciativa: estamos falando apenas de enunciados efetivamente ditos, ainda que seu desaparecimento seja precoce.

Sem dúvida, esta propriedade está entrelaçada a todas as outras: no gesto da enunciação, o sujeito faz emergir apenas uma forma dentre uma infinidade de recursos linguísticos, arranjos e combinações possíveis. E, novamente, coloca-se a pergunta: porque apareceu determinado

enunciado, e não outro em seu lugar? Conseqüentemente, trata-se de um lugar onde muitos silêncios estão presentes.

Neste sentido, esta propriedade salienta o modo como Foucault compreende o discurso enquanto um elemento essencialmente raro: ao enunciar, infinitas outras formas de dizer aquilo foram silenciadas, e mesmo outras coisas que poderiam ter sido ditas em seu lugar também não emergiram.

No tratamento dado às propostas de regulação da mídia, muitos foram os enunciados que puderam emergir. No entanto, bastantes deles não circularam de maneira amistosa, fazendo com que fossem silenciados. Tal demanda, por sua vez, não pareceu ser um empecilho, justamente pelas muitas possibilidades de dizê-lo oferecidas pela língua. Neste sentido, uma das falas de Franklin Martins, já depois de certos desenrolares sobre a questão, é emblemática:

**(3)** [...] a expressão [controle social da mídia] pode ser interpretada como censura (...). A imprensa já é observada, criticada e fiscalizada pela internet, que, aliás, faz isso de forma selvagem, mas faz [...]. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, 09/11/2010 – *Governo quer regulamentar setor de rádio, TV e internet*, grifos nossos)

A metalinguagem grafada marca que se trata, assim, de um dizer que será deixado em proveito de outros, mostrando seus diferentes potenciais; neste sentido, apontamos que um fenômeno bastante parecido ocorreu também com os enunciados relacionados ao *marco regulatório da mídia*, conforme demonstraremos no quarto capítulo deste trabalho.

Estas são algumas das propriedades que o autor concebe em seu trabalho, sendo precisamente este tipo de funcionamento que buscamos descrever em uma proposta de análise que prima por uma relação do histórico com o linguístico, circunscrevendo questões importantes que permeiam e constroem o olhar que lançamos ao nosso objeto de análise. Neste sentido, o pensamento do autor nos é valioso para considerar que, hoje, nem tudo pode ser veiculado ou dito, e aquilo que é dito tem de entrar em um jogo de relações complexas sobre o que pode ou não ser enunciado em determinada conjuntura social e histórica – e, sobretudo, que todo este funcionamento pode ser descrito a partir das propriedades da *função enunciativa*.

Assim, na fase mais propriamente analítica de nosso trabalho (capítulo quatro), trabalhamos as quatro propriedades da *função enunciativa* que descreve Foucault n'*A arqueologia do saber*. Também neste sentido, este texto representa caminhos metodológicos importantes para

compreender como o pensamento foucaultiano trata algumas unidades como a de *autor* e a de *obra*, preocupações estas que Foucault vê também como centrais em um novo enfoque para interpretar acontecimentos históricos.

Conforme vimos, a *função enunciativa* pode pautar o modo de o analista do discurso interpretar o discurso midiático em nossa sociedade, reservando um interesse especial para a construção de unidades que venham, antes de tudo, a colocar em pauta *princípios de dispersão*.

Assim, toda a reflexão possibilitada por Michel Foucault n'*A arqueologia do saber* abre margem para que pensemos a relação entre a espessura enunciativa dos dizeres, a partir da *função enunciativa*, à problemática histórica que isso encerra. Estes eixos são primordiais no modo pelo qual Foucault ensina-nos a interpretar os acontecimentos históricos, de modo que este texto datado de 1969 forneceu-nos importantes subsídios de análise.

N'*A arqueologia do saber*, sem dúvida, estão presentes aportes a partir dos quais Foucault estabelecerá novas diretrizes de seu nicho de atuação nas duas décadas ulteriores. Muitas discussões neste texto apontam, por exemplo, para o que foi posteriormente realizado n'*A ordem do discurso*, texto que representa a fala inaugural de Michel Foucault como catedrático do *College de France*, célebre instituição francesa de ensino em níveis superiores.

Foucault, já em 1969, mostra-nos que existe uma série de procedimentos de controle do discurso que agem sobre o dizer e têm importantes efeitos na circulação dos sentidos, de modo que a enunciação é um momento ímpar para observar tais contornos: quando estamos diante de um enunciado que efetivamente se materializou (sua *forma material*), há uma série complexa de injunções que determinam como aquilo pôde e deveu ser dito. Tais constrangimentos da interpretação e da produção de um dizer evidenciam facetas do que a ele está relacionado (seu *domínio associado*), bem como a um agrupamento primeiro, já bem assentado arbitrariamente, a partir do qual tal saber emergente toma subsídios (seu *referencial*). Também, estamos diante de relações com determinados sujeitos que demandam descrição, bem como modalidades específicas pelas quais este pode se posicionar dentro da produção discursiva (a *posição enunciativa do sujeito* em relação ao enunciado).

O diálogo com os princípios de dispersão discutidos por Michel Foucault (2006; 2008) evidencia a nossa busca por um arcabouço teórico que permite olhar a censura não apenas como

uma ausência de sentido, mas como um construto histórico e simbólico, integrante a um sistema de constituição de sentidos, colocando em um jogo discursivo os sujeitos inscritos em tal formação social e as diferentes formas de poder que aí atuam. Esta construção de sentidos face à questão da censura e da regulação da mídia evidencia que buscamos um diálogo entre o linguístico e o histórico de um modo peculiar: filiando-nos à Análise do Discurso em tal perspectiva, somos levados a questionar as interpretações possíveis em torno de um acontecimento, buscando uma descrição de regularidades enunciativas que conformaram memórias discursivas.

Todas estas questões evidenciam que em Análise do Discurso o trabalho de interpretação é tomado sempre como um gesto problemático, sendo também fulcro das interrogações que guiarão o analista. A relação entre o objeto a analisar-se e o olhar que se cria para fazê-lo são duas operações que se dão em uma espécie de batimento, funcionando de forma indissociável: o problema que se quer pôr em pauta, os mecanismos que se vão mobilizar e o objeto de pesquisa a trabalhar simbolicamente são elementos que o analista tem de ter em conta em um único momento.

Pensando nisto, durante o procedimento de construção do olhar que lançamos ao objeto, notamos que a questão da censura durante o período militar tem sido retomada, recortada, comentada e ressignificada de diversas formas nos textos veiculados pela mídia. Particularmente, merecem destaque os enunciados que demonstram tomadas de posição face às diferentes maneiras de regulação da mídia, manifestando diversas filiações, ditas a partir de distintos lugares. Deste modo, longe de fazer uma análise do conteúdo dos textos, entendemos que os sentidos veiculados na mídia que tocam o tema, hoje em dia, se constituem em acontecimentos também na medida em que intervêm em uma ordem já estabelecida, como algo que rompe com uma estrutura vigente, uma normalidade. Um dos efeitos mais evidentes desta ruptura com uma continuidade tem a ver com o modo como potencialmente a circulação do discurso político se dá hoje: estamos diante de mídias velozes, que se valem de seus poderes de circulação para comentar massivamente a questão, detalhá-la, trazer a posição de especialistas (juristas, advogados, etc.).

Vale retomar, ainda, que a questão da circulação em novas mídias é um elemento

determinante no percurso tomado pela Análise do Discurso quando ela toma por objeto a construção de sentidos no campo da política. Esta preocupação é bastante perceptível, por exemplo, no caminho traçado por Michel Pêcheux. Inicialmente, com grande interesse pelos textos doutrinários veiculados pela esquerda, Michel Pêcheux se dedica à construção de um dispositivo automatizado que pudesse descrever a produção de efeitos de sentido, em uma tentativa de repensar a noção de ideologia que fora tão cuidadosamente discutida ao longo de seu percurso como pesquisador e, também, como aluno de Louis Althusser.

Mais tarde, em um incessante percurso de retomadas e reinterpretações, Pêcheux vai deparar-se com uma necessidade de compreender também a mídia como uma superfície material em que se podem estabilizar sentidos a respeito da política em grande escala. Ou seja: a capacidade da mídia de circular incessantemente cria a possibilidade da presença de efeitos de verdade em sua significação, estabilizando imaginários e também efeitos de memória. Nesse sentido, pensando somente pontos acerca da questão enunciativa para Foucault, talvez ficaríamos expostos a não problematizar tais efeitos possíveis na circulação que analisamos, nesta materialização incessante de comentários a respeito da questão.

Foucault, em um curto lapso de tempo, mostrou-se um pesquisador de exímia capacidade não apenas de produção em termos de quantidade (afinal, sua obra é bastante extensa, sobretudo se considerarmos que ele desapareceu ainda relativamente jovem para um pesquisador), mas sobretudo na qualidade do olhar criado para analisar os enunciados e na maestria de seu exercício. Vemos, ainda, que seu percurso é também sempre um caminho inacabado, de modo que na *Arqueologia do saber* há uma grande preocupação em tatear caminhos traçados em trabalhos anteriores (como em *As palavras e as coisas*), não tomando também a sua contribuição para o estudo da história – e da língua – como uma finalidade última, um sentido que se esgotaria. Também, o filósofo e historiador demonstra um grande interesse pelo funcionamento da língua na interpretação na construção de historicidades, o que acreditamos ir ao encontro de algumas concepções de Michel Pêcheux.

Assim, parece-nos importante que estabeleçamos um diálogo entre os trabalhos destes dois pensadores consagrados nas pesquisas em Análise do Discurso, sobretudo nas investigações realizadas por grupos de pesquisa brasileiros: Michel Foucault e Michel Pêcheux. Também, nos

valemos de autores que já discutiram importantes questões de como estabelecer um diálogo entre os dois autores.

## **2.2. Um dos caminhos possíveis da *aventura teórica* de Michel Pêcheux – o discurso como *estrutura e acontecimento***

Em seu último texto, datado de 1983, *O discurso – estrutura ou acontecimento* (2008), Pêcheux analisa de que modo se constrói um acontecimento discursivo em torno das eleições presidenciais francesas de 1981, tomando a mídia como um importante lugar de circulação e de construção de significados. Pêcheux mostra-nos com muita maestria como o enunciado *on a gagné* tem em sua materialidade uma aparente estabilidade, mas que, na verdade, está revestido de uma espessura histórica de grande complexidade quando tomado em relação ao acontecimento discursivo em questão.

Trata-se, em primeiro lugar, de um enunciado tipicamente proferido pelas torcidas de futebol em uma vitória: o teor absoluto do resultado do campo esportivo, quando tratado em massa na circulação da mídia no desfecho das eleições presidenciais, resultou em certos efeitos de despolitização do acontecimento, cuja materialidade histórica é, entretanto, inegável. *On a gagné* é um dizer que aparece com uma tonalidade característica, realizado a partir de uma forma verbal impessoal, de modo que não se pode identificar claramente quem ganhou (e mesmo o que se ganhou). Assim, se alguém ganhou, como indica o enunciado “on a gagné”, a única pergunta aparentemente cabível seria “[de fato,] quem ganhou, X ou Y?” (PÊCHEUX, 2008:22).

A vitória do candidato da esquerda François Mitterrand é então retomada pela grande mídia em uma escala avassaladora, estando atado a este acontecimento a estrutura do enunciado “on a gagné”. Este acontecimento será retomado e revisto na televisão (como, por exemplo, em programas de análise política) e pela *mass-media* em uma dimensão indefinida, como sublinha Pêcheux já algum tempo depois da data do acontecimento, em 1983, momento em que o autor profere o estudo presente no texto.

Antecipado por uma série de expectativas (também negativas, descreditando a possibilidade de sua emergência), bem como cálculos matemáticos transmitidos pela máquina

televisiva em torno da super-copa de futebol da presidência na França, a confirmação da vitória do candidato François Mitterrand viria sublinhar este acontecimento, materializando um “encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, [1983]2008:17), que se materializa discursivamente no enunciado analisado por Michel Pêcheux.

O texto de Pêcheux tem uma atualidade incontestável. Já em 1983, período que compreende uma desconstrução de muitos dos conceitos que foram debatidos em acerca dos procedimentos e bases metodológicas da Análise do Discurso, bem como se consolida uma grande preocupação com a questão da heterogeneidade no discurso, vemos que a circulação midiática passa por câmbios importantes. Na análise do enunciado “on a gagné”, o autor reflete sobre as mudanças do trabalho simbólico da *mass-media* – como o surgimento da televisão –, e nos diferentes suportes materiais para a veiculação do discurso político, agora midiaticizado, bem como a construção de efeitos de evidência.

Isto leva a uma espécie de crise na maneira de se fazer Análise do Discurso: os primeiros textos de Pêcheux, que buscavam descrever um trabalho discursivo estrutural, em um procedimento informatizado com uma grande influência de ideias harrisianas, começam a ser tateados e revistos, levando o autor a repensar e problematizar a discussão da existência de uma maquinaria discursiva estrutural, levando até o limite a crise de tal conceito. De acordo com a visada que Pêcheux lança face a esta nova realidade dos meios e da política (tendo voltado antes seu olhar a textos doutrinários escritos manifestados pelos partidos, sobretudo de esquerda), o fechamento da maquinaria discursiva estrutural em si mesma seria o ponto nodal de alguma frouxidão nas propostas de releitura althusserianas, que pautaram uma primeira época da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2008:65).

Tudo isto vai levar Pêcheux a discutir princípios metodológicos da Análise do Discurso em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, publicado pouco antes de seu desaparecimento. A reflexão de Pêcheux dialoga com algumas questões que irromperam na última fase da Análise do Discurso: podemos apontar que existiu desgaste nas discussões estruturalistas (PUECH, 2014), bem como o desenvolvimento de novos trabalhos filiados à questão da heterogeneidade discursiva.

Pensando a aparente estabilidade deste enunciado, Pêcheux nos dá pistas para

compreender a maneira pela qual a concepção de sujeito – reflexão tão cara na construção da teoria – estava sendo revisitada. O autor faz esta análise em torno do acontecimento discursivo em questão para também tratar da relação do sujeito com a língua, trazendo à tona o que ele denomina de “sujeito pragmático”, uma faceta do sujeito que tem uma necessidade de estabilidade lógica em relação à realidade simbólica em que está inscrito.

Pêcheux mostra que existem uma série de sistemas lógico-semânticos que fazem parte de uma determinada normalidade para este sujeito pragmático, exemplificando que não se pode estar casado e solteiro ao mesmo tempo, estar no lugar X e no lugar Y ao mesmo tempo, e que, enfim, existe toda uma demanda de tal sujeito para que haja uma determinada homogeneidade lógica em sua relação com o simbólico. O enunciado analisado por Pêcheux é um exemplo bastante marcado neste sentido: o resultado de uma partida de futebol é, acima de tudo, algo bastante estável, pois se trata de um embate entre duas equipes que almejam um resultado positivo; se uma delas sai vencedora (“on a gagné”), a outra, logo, saiu perdedora, pois face a tal resultado logicamente estável não se pode haver dúvidas neste quesito. Perguntas como “quem ganhou?” e “quem perdeu?” são facilmente respondidas, e a resposta não deixa margem a outras muitas interpretações, imputando um número bastante restrito de possibilidades. Pêcheux em seu texto traz uma série de outras perguntas que aparentemente são muito difíceis de serem colocadas face a tal situação, como: “quem ganhou na verdade? em realidade? além das aparências? face à história?” (PÊCHEUX, 2008:22).

O pensamento do autor nos é importante para mostrar como a mídia atua na construção de imaginários e na maneira como eles se estabilizam: o resultado das eleições presidenciais é claramente algo que se coloca face à história, trazendo para si significações que dialogam com uma conjuntura específica e, ao mesmo tempo, inscrevendo-se na maneira como os homens realizam a narrativa dos acontecimentos – o que, conforme a nossa perspectiva, é um gesto ideológico em sua natureza e não uma mera sucessão de acasos. No entanto, o acontecimento quando circulado pela mídia, ao mesmo tempo em que está atado ao enunciado (que é em sua aparência transparente, mas na realidade profundamente opaco) traz como estável e a-histórica a interpretação de que François Mitterrand foi eleito o presidente da França naquele momento.

Nesse sentido, pensando em nosso problema central, em um olhar lançado por este sujeito

pragmático em que pensa Michel Pêcheux, que anseia por uma logicidade, conceber-se-ia que com o fim da ditadura militar, e sobretudo tendo em conta a luta e as manifestações que se engendraram para tal fim, não se poderia mais haver censura. O fim da ditadura, como também o fim da censura exercida sobre os meios, seria uma verdade (aparentemente já assentada) que faria parte de nossos cotidianos e dos nossos discursos – de uma normalidade. Nos termos de Pêcheux (2008), isto seria um constituinte da relação do sujeito com um mundo simbólico no qual este está inserido, caracterizando determinadas formas de identificação e tomadas de posição, sendo na língua o lugar em que este conflito se materializa.

Quando a questão da regulação da mídia é tratada em meios massivos, assim, trata-se de uma série de enunciados emergentes, suscitados pelo acontecimento mobilizado pela mídia. Com a quebra de uma normalidade na relação dos sujeitos com determinados sentidos já estabelecidos/estabilizados em uma determinada sociedade, realiza-se uma afronta a essa relação essencialmente ideológica e constitutiva do sujeito com a língua. Neste sentido, no seguinte item, debateremos como é possível compreender aspectos da noção de sujeito a partir da emergência conflitiva de um acontecimento discursivo, sobretudo pensando as espessas polêmicas que estão postas na sociedade brasileira em torno do que pode/deve ou não ser dito.

### **2.3. A concepção de *sujeito* a partir da emergência de um *acontecimento discursivo***

Depois do que foi apresentado anteriormente, há uma noção também basal na Análise do Discurso que é de extrema relevância para as discussões que fazemos. Esta preocupação tem também relação com os esforços empreendidos historicamente para estabelecer bases epistemológicas da Análise do Discurso e de seu dispositivo analítico: no caminho teórico traçado por Pêcheux, por exemplo, uma das grandes preocupações era a de trazer de volta à pauta das ciências da linguagem uma questão que tinha um caráter marginal nos desenvolvimentos do estruturalismo e no prestígio que ele adquiriu não apenas na Linguística, mas também em outros campos.

Trata-se da discussão sobre o sujeito e a sua forma, gerando grande empreendimento em estabelecer uma teoria não-subjetiva da subjetividade, uma questão também presente nos

trabalhos de Michel Foucault (2008). Para o filósofo, inclusive, a grande preocupação não foi o poder e as suas formas de ação/estabelecimento, mas sim o sujeito, corpo este que não apenas é para onde se direcionam práticas de controle, mas que também as estabelece, ritualiza, reproduz e transforma (FOUCAULT, 1995).

Igualmente, na *Arqueologia do Saber* (2008), talvez a maior preocupação seja o estabelecimento das bases do exercício da função enunciativa, para então pensar seu enfoque arqueológico. Neste sentido, uma das inquietações evidentes é a de não se desconsiderar o sujeito, fazendo justamente o percurso oposto: evidenciar a sua relação com a língua e, por conseguinte, com o desejo e o poder. Esta questão é notória em seu trabalho no estabelecimento da segunda das quatro propriedades da função enunciativa trazidas pelo autor, que é justamente a relação que o enunciado estabelece com as posições-sujeito possíveis.

Pensando em nosso *corpus* e nas injunções sócio-históricas que compreendem a emergência de dizeres a respeito do controle e da censura, resgatamos novamente a noção de *sujeito pragmático* em Michel Pêcheux (2008) para compreender como estes dizeres estabelecem uma relação determinada com o sujeito que se encontra não apenas “convidado”, mas sim compelido e interpelado a interpretar discursos acerca deste problema, quando tratado na mídia. Trata-se de uma logicidade em relação à censura, ao controle e à memória discursiva que se suscita.

Para mostrar os alcances desta concepção e a sua importância nestas condições de emergência específicas, tomamos como mote três sequências enunciativas que evidenciam tal problema, tangendo a questão do controle e, sobretudo, o modo de configuração da forma-sujeito face a tais discursos. São sequências de caráter hipotético, cuja virtualidade mostra potenciais funcionamentos da interdição dentro de diferentes “regimes” de controle do dizer. A emergência destes dizeres enquanto um acontecimento discursivo desencadeia não apenas comentários, mas também aspectos determinados da relação do sujeito com a língua.

Primeiramente, parece importante demonstrar o autoritarismo que está presente nestas construções, de modo que devem ser interpretadas em um sentido de imposição extrema; neste sentido, Foucault nos ensina que as dinâmicas de poder que existem em uma sociedade se pautam em mecanismos que não apenas fazem usos específicos da língua para assentar e assegurar a

reprodução de um dizer, mas que também é sustentado por um poder belicoso e, neste sentido, absoluto. Assim, propomos que tais enunciados atuem como ferramentas de análise que contribuam para a construção deste olhar, evidenciando tal relação.

### 2.3.1. 'Não se pode falar – e não se fala – sobre isso'

O primeiro dizer de cunho virtual que tomamos como emblemático na relação do sujeito com a língua face a propostas de controle e regulação da mídia é um retrato bastante fiel das facetas mais obscuras deste poder absoluto, que conforme dissemos é pautado em metáforas de guerra e reforçado por um poder militar: 'não se pode falar – e não se fala – sobre determinado assunto'. A circulação de um dizer transgressor, ou mesmo de um comentário sobre algo de que não se pode (ou não se deve) falar, por exemplo, seria o desencadeador de formas potencialmente perversas de censura.

Em um regime totalitarista em seu mais alto grau, a *interdição* à grande circulação de determinados dizeres se estabelecerá de forma hegemônica, fazendo com que não se fale, de fato, sobre tal assunto, e que qualquer tentativa de fazê-lo seja afrontada com a forma mais absoluta de poder que permeia não apenas toda a construção de sentidos ao longo da história da civilização humana, mas também o modo – sempre ideológico – pelos quais se materializam documentos neste campo, ou seja, as formas pelas quais a história é formulada e circulada.

Este dado nos traz às condições de emergência dos enunciados que analisamos em nosso *corpus*: o Brasil vive um regime democrático, estabelecido no período pós-ditadura, em uma abertura política lenta e gradual. Em termos foucaultianos, existe hoje uma ordem discursiva que dita aquilo o que pode ou deve (não) ser dito, bem como quem seriam os que detêm ou não o poder de fazê-lo, ordem que se estabeleceu depois de um período em que a censura foi um gesto institucionalizado, pautando-se, assim, em uma memória discursiva bastante peculiar.

O sujeito, uma vez nesta conjuntura e posto face a tais discursos, então, vê-se diante de não apenas um pequeno sistema lógico-formal relativamente estável como o de estar solteiro ou casado, ou o do resultado de uma partida de futebol (PÊCHEUX, 2008), mas de uma relação determinada que parece ir bastante além: ela é extremamente repressora em relação a um desejo

que tem este sujeito, uma ânsia de logicidade a respeito do que se pode dizer ou não, impulsionada pela memória discursiva de uma ditadura militar brasileira.

A circulação de dizeres que atuem em uma ordem semelhante a tal enunciado, então, seria o desencadeador de um acontecimento discursivo por romper com uma determinada normalidade vivenciada por este sujeito, uma ordem já estabelecida de que não pode mais haver censura como houve outrora, o que ganha um caráter ainda mais forte e repressor caso esta censura esteja sendo realizada por instituições e lugares legitimados pela sociedade civil, como é o caso de realizá-lo a partir do cargo de presidente.

### **2.3.2. 'Não se pode falar abertamente sobre isso'**

Pensando na construção de um dispositivo de análise que tem na circulação um dos dados principais, a segunda sequência virtual que analisamos demonstra o estabelecimento de uma forma de controle de contornos bastante menos impositivos do que a interdição em alto grau realizada pela primeira sequência. O tema central da existência de um controle e de uma ordem do dizer segue obviamente presente, fazendo com que alguns enunciados sejam também considerados transgressores; no entanto, a própria materialização deste dizer pressupõe que a circulação pode sim ocorrer, ela só não pode fazê-lo *abertamente*.

Podemos interpretá-lo, então, de duas maneiras ao mesmo tempo distintas e que, de alguma forma, atuam como complementares: a primeira delas diz respeito à presença de formas de resistência, um dos pressupostos mais evidentes das formas de atuação do poder conforme o concebemos segundo o pensamento de Michel Foucault; como exemplo, podemos apontar uma circulação marginal, como em veículos não autorizados, panfletos doutrinários tomados como subversivos pela instituição censora, bem como a circulação em conversas corriqueiras, ou mesmo uma resistência que se materializa no cotidiano e que, em certa medida, se esquia aos poderes deste controle.

Também, outra maneira de circulação possível neste sentido diz respeito a formas veladas de falar sobre aquele assunto: conforme já argumentamos juntamente a Foucault, uma das propriedades do discurso é a sua raridade. Mesmo que aquilo que foi dito seja extremamente

numeroso como uma constelação o é em volume de estrelas, este número de construções realizadas é sempre restrito e limitado; por outro lado, aquilo que poderia ser dito no seu lugar, ou mesmo tomando como exemplo uma tentativa de dizê-lo de outra maneira, isto sim é um elemento imensurável, uma vez que as línguas naturais oferecem possibilidades de combinações infinitas a partir de uma adequação às suas estruturas.

Importa-nos em nosso trabalho sobretudo o segundo ponto, observando as formas pelas quais a circulação do discurso político se apropria de determinados dizeres, potencialmente imputando-lhe interpretações, ao mesmo tempo em que dizeres outros – talvez transgressores – são esquecidos e não serão conservados. Neste sentido, as propostas de controle e regulação da mídia presentes em nosso *corpus* valer-se-ão desta propriedade que “amarra” o olhar lançado à língua e à história, de modo que a emergência (ou não) de um dizer é por excelência um gesto de injunções históricas, políticas e sociais.

### **2.3.3. 'Pode-se falar sobre qualquer coisa de qualquer modo': a defesa da liberdade de expressão irrestrita**

A última sequência de dizeres hipotéticos que tomamos como mote para exemplificar os conflitos que estão presentes em relação ao sujeito, apresenta, por sua vez, aspectos importantes para a construção discursiva do que é objeto de desejo em uma sociedade. Neste sentido, quando se realizam discussões e comentários massivos em torno de temáticas polêmicas que instauram fortes cisões de posições enunciativas, pode existir uma defesa da possibilidade de dizer-se e propor-se tudo, uma apologia ao direito de liberdade de expressão em excesso: afinal, se há liberdade de expressão irrestrita, poder-se-ia falar de qualquer coisa de qualquer modo.

No entanto, conforme Foucault (2006) nos mostrou, existe sempre uma ordem discursiva que regula a emergência de dizeres em uma sociedade, ditando uma separação entre aquilo que pode ou não ser dito. Neste sentido, quando falamos a respeito da luta realizada no gesto da emergência de propostas de regulação da mídia, a defesa desta possibilidade de enunciar qualquer coisa mostra-nos não apenas uma regularidade possível de apresentar-se, mas também evidencia determinada instabilidade e potenciais movimentos neste montante de possibilidades.

Em uma sociedade, ao mesmo tempo em que determinados temas sofrem fortes interdições, os objetos de discurso que podem ser enunciados em certo momento estão sempre em deslocamento a respeito de suas próprias possibilidades de aparição, de modo que tal busca pelo excesso evidencia que há forte desejo de “novas” irrupções, dentro deste todo aparentemente tão estável.

Assim, os dizeres que se aproximem de um atentado a uma ordem discursiva a respeito daquilo que se pode dizer ou não, relacionada à construção dos objetos de luta hegemônicos em determinado momento histórico, podem valer-se dessa defesa. Com a circulação de propostas de controle e regulação da mídia, bem como no exemplo que foi por nós dado na introdução deste trabalho a respeito da (im)possibilidade de emergência de anseios pela volta da ditadura militar no Brasil, há uma delicada relação com a construção de uma memória discursiva sobre o controle dos dizeres na ditadura e a paulatina construção da democracia, domínios que invariavelmente são resgatados como recursos argumentativos a partir de diferentes formações discursivas.

Primeiramente, se depois da ditadura militar não pode mais haver censura, caso tais propostas de controle se realizem a partir de domínios associados comuns a esses, elas deveriam ser imediatamente passíveis de interdição e/ou punição. Concomitantemente, seguindo um raciocínio lógico um pouco distinto, se a liberdade de expressão é um valor democrático bom, quanto mais liberdade de expressão tivermos, melhor. Por quê, assim, alguns dizeres não podem ser proferidos e tais propostas não podem ser ditas? Neste mesmo sentido, dada a concentração das concessões midiáticas brasileiras nas mãos de grandes grupos, a liberdade de expressão e o menor o direito à voz atribuído aos que detêm menos poder, como é o exemplo das culturas autóctones, seriam constrangidos e ofuscados pelo prestígio e alcance de tais instituições.

Assim, o suposto gesto de ferir uma ordem discursiva a respeito do controle do dizer pode funcionar também como uma denúncia de que se está interditando o direito de liberdade de expressão de outrem, tolhendo sua prerrogativa à fala, em um espaço democrático no qual, em teoria, se pode dizer e propor tudo – um recurso argumentativo que pôde ser resgatado a partir de diferentes posições.

## 2.4. Outras possibilidades e aportes necessários na trajetória singular de Michel Pêcheux

A Análise do Discurso inicia os passos de sua consolidação enquanto disciplina dos estudos da linguagem no contexto francês do final dos anos 60, em que muitas questões estavam sendo colocadas ao estruturalismo. Uma grande preocupação do autor e dos pensadores que atuaram no nascedouro da disciplina compreendia teorizar um dispositivo de leitura que colocasse em pauta a questão do sujeito e da ideologia, criando um ponto detonador de questões que trouxessem as contribuições do materialismo histórico para o campo da Linguística.

Michel Pêcheux acreditava que estas eram questões importantes que haviam sido deixadas de lado na Linguística. Neste sentido, o período inicial do percurso teórico traçado constitui-se em um de forte tentativa de construção de um dispositivo para compreender aspectos do sujeito e a sua relação com língua, com claras influências do materialismo histórico e uma ancoragem importante na psicanálise lacaniana.

O primeiro grande texto teórico de Michel Pêcheux, datado de 1969, intitulado *Análise Automática do Discurso* (2010) mostra uma forte preocupação com a construção de um dispositivo que possibilitasse uma análise de *corpora* bastantes extensos, auxiliados por mecanismos computadorizados que cada vez mais eram aperfeiçoados. Neste sentido, o interesse de Michel Pêcheux por procedimentos informatizados, máquinas e bancos de dados é também uma temática recorrente em sua produção, ainda que muitas das tentativas iniciais presentes em 1969 não sigam tão fortemente marcadas.

Outros conceitos gestados na *Análise Automática do Discurso* e que discutem os modos como Pêcheux vê a linguagem e a sua relação com o sujeito dizem respeito à discussão sobre a metáfora, bem como a possibilidade de deslizamentos metafóricos, a partir de potenciais pontos de deriva deixados pela construção do sentido. Ainda que se trate de um texto em que muitos conceitos foram revistos, a *Análise Automática do Discurso* mostra que a possibilidade de o sentido tornar-se outro, dada a sua relação com uma realidade histórica e ideológica, é um dado fundamental na construção de discursividades.

Para Pêcheux (1995; 2010), tal problema é central para conceber uma ciência que dê conta de analisar os processos de subjetivação realizados pelo discurso, pois é precisamente o nível

semântico aquele que revela um ponto de contato crítico entre a linguística e a teoria do materialismo histórico, bem como a possível contribuição de um descentramento do sujeito totalmente consciente operado pela psicanálise.

Em um primeiro momento, as mudanças de sentido realizadas por deslizamentos metafóricos, assim, refletem, o modo como o sentido é fundamentalmente instável, e que a aparência inerte pela qual ele se nos apresenta se constitui por uma série de processos que condicionam a sua realização. Não se trata, então, de apenas um dado basal no funcionamento das línguas naturais, mas também de estados das possíveis inflexões que a história exerce sobre as possibilidades da língua. Em nosso trabalho, os deslizamentos de sentido operados entre enunciados como o *controle social da mídia* e a *democratização da mídia* no *corpus* construído em torno de um meio massivo brasileiro são dados importantes, pois mostram como tais enunciados estiveram submetidos aos conflitos entre grupos políticos e enunciadorees das grandes mídias, bem como permite ver o modo pelo qual sua interpretação e produção foram constrangidas no embate a respeito do que se pôde e se deveu dizer em nossa sociedade sobre regular a mídia.

Na trajetória inicial de Pêcheux (2010), todas estas questões culminaram na teorização de um objeto que pudesse abarcar tais rigores pensados pelo autor. Em sua visualização inicial de uma teoria para analisar o discurso, o objeto sob o qual lançar o olhar, estão presentes fortes sentidos do campo da informática e da lógica. Em relação à lógica, vemos resquícios de tal preocupação, por exemplo, no seu último texto publicado (*O discurso – estrutura ou acontecimento*), no modo como Pêcheux descreve a existência de pequenos sistemas lógico-semânticos que fazem parte da relação do sujeito com a história e a língua, culminando na concepção pecheutiana de *sujeito pragmático*, já tratada neste trabalho.

Em termos de objetos a serem tomados para a análise, vemos um grande interesse no discurso político como um lugar importante de construção de efeitos de verdade, representado, por exemplo, no olhar lançado a textos doutrinários e uma forte relação com o PCF (Partido Comunista Francês), demonstrando inclusive filiação a uma posição militante.

Em seu trajeto teórico, Pêcheux teve diferentes encontros que foram marcantes em seu percurso. Podemos apontar como protagonista a sua relação com as ideias de Louis Althusser,

atuando como devoto aluno, ligação que se mostrou decisiva para o modo como Pêcheux conceberá a relação entre o sujeito e a ideologia, uma marca que se estenderá por toda a produção do autor enquanto linguista e filósofo, mas que se encontra materializada sobretudo no seu grande texto, datado de 1975, intitulado *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995). Neste momento a reflexão de Pêcheux encontra caminhos que trazem discussões teóricas importantes para a autoria de nosso trabalho.

As perguntas levantadas por Pêcheux que têm uma ancoragem no campo da lógica demonstram que o nível semântico é um ponto crítico na análise da língua, justamente pela maneira como o significado e a produção de sentidos de alguma maneira escapam às possibilidades de uma análise estrutural, trazendo a necessidade de pensar uma relação entre a ideologia e a língua. O nível semântico seria, então, o ponto nodal em que língua e história se relacionam, mostrando a incapacidade até então da Linguística em articular uma teoria materialista com uma teoria dos processos de significação, exigindo a construção (e mesmo a incessante reelaboração) de mecanismos e dispositivos que pudessem dar conta de tal descrição.

Em uma densa discussão sobre como os estudos da linguagem e da lógica se constituíram, o autor mostra que existem mecanismos materializados na língua que possibilitam a construção de efeitos ideológicos, de modo que a concepção pecheutiana de ideologia tem a ver com formas de identificação e construção de efeitos de evidência na língua.

Assim, um dos mecanismos descritos pelo autor é o *pré-construído*. A análise pecheutiana demonstra que este é um fenômeno ligado ao encaixe sintático, muito importante para mostrar como a língua é o lugar onde potencialmente se dá a construção de alguns efeitos de evidência. O pré-construído traz para a materialidade do texto um dado aparentemente assentado, um já-lá que é tomado com certo valor de verdade; nos textos que analisamos, a noção do pré-construído será importante para descrever relações de paráfrase com os dizeres emergentes na mídia, ajudando-nos a construir o olhar que lançamos aos textos que compõem o *corpus* que delimitamos. É uma contribuição primordial para uma análise que busca um diálogo entre a história e a linguística, fazendo com que algumas manobras linguístico-discursivas possam ser descritas pelo analista.

Claramente, a disciplina tomou diferentes rumos e o seu arcabouço teórico-metodológico se organizou em torno de um emaranhado de propostas e tentativas. Parece-nos importante buscar

o pensamento de Pêcheux sobre o *pré-construído* neste texto de 1975 pelo modo como o autor se esforçou em demonstrar que a estrutura da língua (não a da linguagem e não a da comunicação, senão a da língua) possibilita efeitos discursivos que articulam, no gesto da construção de subjetividades ao enunciar, a instância da língua – de caráter sistemático, composta por recursos finitos – e a da história e do acontecimento. Olhando para o nosso objeto de análise, temos uma temática delicada pela relação da censura com um período histórico em que este gesto se deu muito marcadamente.

Mais tarde, a disciplina ganhou o estatuto institucional de fazer parte dos campos de atuação do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*, órgão público francês de pesquisa científica e tecnológica), fortalecendo o trabalho dos estudos que se centraram na importante figura do filósofo. Em uma espécie de visada geral, podemos ver que durante praticamente vinte anos muitos conceitos foram colocados em pauta, rediscutidos e reformulados de acordo com os caminhos epistemológicos tomados. Trata-se, evidentemente, de uma construção de caráter plural que foi ganhando contornos peculiares. Chegaria, também, o momento derradeiro de sua recepção em outras conjunturas, de modo que a Análise do Discurso francesa encontrou fora de seu gérmen grandes possibilidades.

Tendo em conta o modo como reverbera a questão da regulação da mídia (e potencialmente da censura), sobretudo quando posta em pauta pela própria mídia, admitimos que os diversos textos que levantam a questão são de grande interesse ao analista do discurso. Em uma análise que busca um diálogo entre o histórico e o linguístico, podem ser pontuadas as maneiras pelas quais estes enunciados retomam enunciados outros, como vimos ser o caso da censura durante a ditadura militar, no Brasil.

Colocando em pauta uma visada foucaultiana, possibilitaria descrever uma filiação a domínios associados, cuja evocação é simbolicamente efetiva no gesto da retomada. Uma das preocupações do autor é mostrar que a reparação da materialidade de um enunciado é um acontecimento singular; ou seja: o analista dirigiria seu olhar ao momento em que um enunciado abre espaço para ser interpretado em relação a outro(s). Assim, os enunciados funcionariam como pontos nodais, encontros dessa materialidade proferida com um determinado domínio de enunciados já ditos.

O enunciado não estaria, então, isolado em um ambiente inerte, mas sua própria definição é estabelecida sempre em relação a enunciados outros. Também, não seria um elemento que encontrar-se-ia estável, sem que forças tenham efeito sobre si, e tampouco que este não exerça efeitos em relação a outros. Segundo esta visada que lançamos, a questão principal para o analista seria o porquê de ter aparecido este enunciado e não outro em seu lugar; a potencial retomada seria também um dado peculiar, de modo que o acontecimento de sua volta é algo a indagar-se. Nas palavras do autor, temos de interpretá-lo como “um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre a um jogo enunciativo [...]” (FOUCAULT, 2008:112).

Assim, é bastante claro que quando falamos dos percursos de Michel Foucault e Michel Pêcheux estamos diante de dois caminhos que, muitas vezes, se entrecruzam. No entanto, é prudente que tenhamos em conta que, por razões de diversas ordens, tais encontros se dão de forma pouco amistosa, de modo que não poderíamos congregamos ambas as contribuições sem o gesto de problematizar algumas de suas semelhanças e diferenças.

Pêcheux, em sua trajetória, preocupou-se de perto com os caminhos que a linguística tomaria, sendo o pivô de um resgate das contribuições do materialismo histórico e da psicanálise para o bojo desta nova ciência que emergiu, a Análise do Discurso. Foucault, por outro lado, ainda que tenha dialogado intensamente com a linguística saussureana e com o materialismo histórico, mostra-nos uma preocupação mais direcionada à história, às problemáticas da historiografia (PUECH, 2014) e – em especial *n'A arqueologia do saber* (2008) – com os modos como pelos quais se constroem discursivamente saberes em nossa sociedade, sobretudo os que ditam separações muitas vezes tênues. Neste sentido, a construção destas segregações se dá contemporaneamente em superfícies de emergência privilegiadas, como é o caso do discurso político e midiático.

Desta maneira, importam-nos as contribuições de ambos os autores. Em um primeiro momento, o caminho traçado por Pêcheux mostra-nos o papel da luta de classes na construção destes conflitos discursivos, no trabalho simbólico relacionado sobretudo ao poder de propagar-se informação no contexto brasileiro. A visada que constrói Foucault, por sua vez, nos é relevante não apenas na edificação de um gesto de análise, mas também na descrição de regularidades e na

construção do *corpus*: estamos diante, antes de tudo, de um meio massivo de grande poder e velocidade, uma superfície de emergência de estatuto, que se vale de seu poder e dinamicidade para ditar determinadas leituras destes acontecimentos. O modo como a *FSP* insta interpretações, assim, relaciona-se intimamente não apenas à construção do que é hegemônico e majoritário no Brasil, mas também à constituição de uma memória discursiva e ao teor das lutas que se engendram para estabelecê-la, significações de direta influência para o sujeito brasileiro que interpreta o discurso político.

Assim, investindo novamente nos pensamentos de Michel Foucault (2008) e de Michel Pêcheux (1995), no capítulo seguinte discutiremos as contribuições de Jean-Jacques Courtine (2009; 2013) para o nosso trabalho, estudioso que se dedicou ativamente à construção da disciplina e ao debate das ideias de Michel Pêcheux e Michel Foucault na Análise do Discurso. Sobretudo, o caminho traçado por Courtine mostra-nos que o sujeito se depara não apenas com um fluxo incessante de comentários verbais sobre tais propostas, mas também com uma circulação de imagens, relacionando visualidade e verbo – circulação que, de fato, se materializou na *FSP* a respeito da regulação da mídia.

### **3. A ANÁLISE DO DISCURSO E A *SEMIOLOGIA HISTÓRICA*: BASES PARA UMA ANÁLISE DA EMERGÊNCIA DE IMAGENS**

Em seu bojo, a Análise do Discurso emerge como uma disciplina que terá como um de seus grandes nortes o questionamento do que é a interpretação. Sem dúvidas, trata-se de uma pergunta de relevância extrema, inclusive provocadora, nos estudos da linguagem e nas ciências humanas como um todo: como foi possível a emergência de tantas correntes teórico-filosóficas que, sem dúvida, se valem dos poderes (e, obviamente, das trampas) que a questão da leitura coloca em cena, sem que fosse necessário, ou mesmo imperativo, questioná-la de antemão? Afinal, para obter acesso a tais reais, e mesmo ao valer-se do próprio fio com o qual o historiador ou o linguista tece suas considerações, é impossível que se enuncie ou se leia fora de sistemas simbólicos.

Parece-nos, de início, que nestas abordagens a linguagem é tomada como um instrumento bastante inequívoco, que possibilitaria um completo acesso à realidade e, logo, a formas também não falhas de interpretá-la e analisá-la. Não é menos verdade, também, que tal alcance diz respeito justamente ao modo como os sujeitos se relacionam com a emergência de acontecimentos do passado no presente: a verdade sobre determinado acontecimento histórico, então, estaria completamente acessível àquele que a interpreta, que deveria encontrar formas de mostrar os seus contornos.

Conforme já insistimos, tal preocupação de desfazer evidências a respeito da leitura e da interpretação é, grosso modo, um dos grandes terrenos em que a Análise do Discurso fincará suas raízes: questionar a leitura que realiza o analista é sempre um dos grandes problemas que a Análise do Discurso coloca. Conceber-se-á a leitura enquanto um gesto sempre problemático, de modo que os subsídios teóricos fornecem-nos importantes reflexões em relação aos aspectos de como a linguagem funciona em nossa sociedade.

Também, sabemos que a Análise do Discurso paulatinamente constituiu seus objetos e interesses, bem como os diferentes enfoques possíveis dentre as muitas possibilidades de tratar o discurso, e um dos primeiros lugares para o qual seu olhar se direcionou – gesto que marcará

fortemente a disciplina em seus alcances e cuidados – foi o discurso político e midiático, compreendendo como, neste âmbito, a produção de sentidos pode levar todos os mecanismos da língua a seus extremos mais longínquos. O discurso político e midiático, bem como as suas diferentes possíveis oratórias, sempre se constituiu como um lugar bastante misterioso para seu leitor (ainda que lhe seja bastante familiar) e, ao mesmo tempo, uma arena que gera importantes efeitos na vida social.

Neste campo, grandes decisões e os devires de um Estado são debatidos, de modo que se faz extremamente necessário a um sujeito inscrito nesta conjuntura valer-se de alternativas de interpretação aos efeitos gerados pelo discurso político e os modos como o poder se discursiviza em nossa sociedade. Um breve exemplo neste sentido: na grande mídia brasileira, comumente estamos diante da circulação massiva de reportagens e comentários sobre escândalos, que envolvem diretamente diversos grupos políticos. No entanto, tal trabalho simbólico é sempre marcado por certos recortes: a construção discursiva destes acontecimentos, sem dúvidas, se realiza pautada em determinadas escolhas, de modo que se pode conferir diferentes visibilidades a distintos acontecimentos. Neste sentido, há no Brasil diversas modalidades possíveis para enunciá-los na mídia massiva, e mesmo práticas em sua circulação que giram em torno do convencimento e da doutrina, em sua relação necessária com a construção de uma memória.

Neste sentido, as preocupações de Pêcheux mostram-nos desde cedo aspectos da grande singularidade do autor, sobretudo ao mostrar-nos que, em certa medida, tais manobras e mecanismos de modo algum se restringem à produção do discurso midiático em nossa sociedade: antes de tudo, tais potenciais de construção de efeitos de evidência e verdade estão fundados na própria natureza do que é específico ao funcionamento das línguas – a discussão sobre os *esquecimentos*, realizada no grande texto teórico de Michel Pêcheux (2005), é bastante reveladora neste sentido. Quais são, finalmente, os mecanismos linguístico-discursivos que tais mídias mobilizam?

Neste sentido, na cara tarefa pecheutiana de realizar inúmeros questionamentos à linguística com o fim de delinear os caminhos de uma ciência que abarcasse tais preocupações, Ferdinand de Saussure foi uma importante figura. O corte saussureano, sem dúvidas, é ímpar não apenas para a formação da linguística enquanto uma ciência, mas também para que hoje

possamos debater como se conforma a natureza semiológica dos sistemas que colocamos em jogo na vida cotidiana: a língua, neste sentido, é apenas o principal deles, estando seu funcionamento intimamente relacionado ao de outros, como os sinais militares, os mitos e as formas de polidez (SAUSSURE, 2006:24).

Também, peculiaridades importantes acontecem neste novo nascedouro: não se restringindo às muitas preocupações que Pêcheux colocou em cena, a *Análise do Discurso* voltada para tal olhar compreende que há outros aportes importantes para enriquecer o valor de uma análise, tomando juntamente a Pêcheux a grande audácia de aventurar-se em um terreno de estudos, até então, inédito e arriscado. Dentre os pesquisadores que estiveram com Pêcheux nos anos 80, Jean-Jacques Courtine aparece como uma grande referência, sobretudo ao discutir a relevância de retornar a Foucault nestas novas abordagens para compreender a circulação de discursos em nossa sociedade.

Marcado também por uma influência foucaultiana, em *O discurso – estrutura ou acontecimento* (2008), Pêcheux mostra que existe um grande arquivo em torno do que foi possível ser dito sobre o resultado das eleições presidenciais francesas de 1981. Certamente, a circulação televisiva teve importância para o modo como sentidos se constituíram após este acontecimento: atadas a todos os efeitos de estabilidade que o enunciado *on a gagné* colocou em jogo, conforme apontou a discussão de Pêcheux, existiram imagens (em movimento) do corpo do vencedor François Mitterrand e, sobretudo, de sua aclamação pelo “povo” na praça da Bastilha que circularam massivamente, bem como modalidades específicas de uso da voz no grito realizado, integrando a espessura deste acontecimento discursivo.

Como foi possível que tais imagens emergissem, e como funciona a natureza semiológica das mesmas, considerando que é imperativo que as interpretemos também em sua espessura enunciativa, juntamente a Michel Foucault? Antes de poder realizar incursões que permitam compreender a circulação de imagens no e a respeito do discurso político, sobretudo as que possibilitaram que pensemos como emergiu o corpo do homem político como um objeto de discurso na *FSP* em torno da questão do controle e regulação, é necessário que compreendamos um pouco mais a fundo o trajeto de Jean-Jacques Courtine: ainda que os atuais trabalhos de Courtine não se circunscrevam nos limites da *Análise do Discurso*, isso não significa que a

abordagem discursiva tenha deixado de lhe interessar e que ela não esteja presente ora mais ora menos manifesta em sua produção intelectual contemporânea.

Assim, todos os encontros intelectuais em seu trajeto nos são de suma importância. É valoroso que tenhamos a oportunidade de interpretar, ainda que brevemente, como se delineou o caminho de um pesquisador fundamentalmente marcado pela influência de Pêcheux<sup>11</sup> no questionamento das noções que a Análise do Discurso construía e que, também, teve diversos encontros decisivos com Michel Foucault, o que marcou os rumos sobretudo de seus últimos trabalhos.

Desta forma, nos seguintes dois subitens discutiremos alguns dos textos mais importantes que tomamos juntamente à trajetória de Jean-Jacques Courtine, centrando-nos sobretudo em dois deles e o interesse que reservam para uma análise da questão da regulação da mídia em nossa sociedade. O primeiro, datado de 1981, e que é a tese de doutoramento do autor, intitula-se *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, texto que contém aportes primordiais não apenas para uma reflexão epistemológica sobre os caminhos que a Análise do Discurso tomou depois de pouco mais de uma década de seu marco inicial, mas que também já anuncia uma espécie de reconhecimento fúnebre do grande interesse voltado a textos escritos.

A segunda obra, já mais recente, intitulada *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*, toma tal empreitada que foi possibilitada em 1981 com extrema coragem e crítica intelectuais, mostrando-nos novos aportes possíveis depois de que o autor já pudesse haver dedicado anos de estudo e reflexão a respeito de como a circulação de imagens em nossa sociedade pode ser vista juntamente ao pensamento foucaultiano, sobretudo em relação à *Arqueologia do saber*, texto por nós já comentado. Certamente, Courtine encontrou grande valia nos trabalhos do filósofo para estabelecer seu nicho de atuação, o que se mostra em sua produtividade e pela qualidade de seus trabalhos neste meio-tempo, de modo que um retorno à *Arqueologia do saber* foi fundamental.

---

<sup>11</sup>Neste sentido, uma entrevista realizada pelo Prof. Dr. Nilton Milanez, também pesquisador em Análise do Discurso pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB-BA/Brasil) e coordenador do Labedisco (Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo – UESB/BA), é bastante emblemática: nas palavras de Courtine sobre seus encontros e diálogos com Pêcheux: “para mim foi algo que marcou muito. Encontra-se na vida poucas pessoas com quem se aprende a pensar – para mim, Pêcheux foi, sem dúvida, uma dessas pessoas.” (LABEDISCO, 2010).

### **3.1. *Análise do Discurso Político – O discurso comunista endereçado aos cristãos e a emergência da noção de memória discursiva em Análise do Discurso***

No primeiro destes trabalhos de Jean-Jacques Courtine, intitulado *Análise do Discurso Político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*, o autor primeiramente nos mostra quais seriam as preocupações que estão no cerne da disciplina, remetendo-nos à sua dupla formação inicial, que teve, em 1969, o seu marco incoativo a partir das figuras do já célebre lexicólogo Jean Dubois e do filósofo Michel Pêcheux (COURTINE, 2009:28-36). Também se reforça que, conforme é também enunciado no prefácio realizado pelo próprio Michel Pêcheux (2009), a *Análise do Discurso* se depara com duas grandes problemáticas em sua delicada relação com a linguística, preocupações estas que permearão o texto de Courtine (2009).

A primeira delas diz respeito ao desenvolvimento problemático das teorias linguísticas. Neste sentido, Michel Pêcheux é uma figura importante para a reflexão de tais bases epistemológicas: ao longo de suas preocupações, vemos um cuidado em mostrar que a linguística, diferentemente de outras ciências, tem particularidades em seus desenvolvimentos que a torna sujeita a uma série de equívocos ideológicos no desenvolvimento de seus objetos e métodos. É neste sentido que caminha, por exemplo, a reflexão pecheutiana sobre a possibilidade de outro viés para a linguística que não aqueles que recaem sob a dupla égide do sociologismo ou do logicismo (GADET; PÊCHEUX, 2011).

Assim, torna-se arriscado, por exemplo, dizer que a emergência de uma nova teoria linguística viria a “cancelar” a validade de teorias anteriores, indicando superações ou mesmo completas inovações em relação ao que já foi dito. Funcionando de maneira distinta a uma proposição matemática ou lógica que pode comprovar a invalidade do que foi já trabalhado por um autor anterior, por exemplo, o modo de desenvolvimento das teorias linguísticas é peculiar aos olhos do filósofo: não se trata de uma anulação, mas, antes de tudo, de diferentes potenciais para olhar para a espessura do linguístico.

Se levamos tais preocupações a tons assaz longínquos, trata-se, sem dúvida, de uma constatação provocadora, muito ao gosto do estilo pecheutiano: como é possível que uma proposta de trabalho dentro deste campo adquira legitimidade e espaço frente a tantas outras já existentes se, a partir de uma visada bastante extrema, basicamente não existiria invalidade neste

âmbito? Como, então, questionar as bases epistemológicas de determinadas abordagens, se esta luta por legitimação e reconhecimento pode dar-se mais fortemente no escopo do embate entre as vontades de verdade que tais teorias buscam estabelecer, do que propriamente em sua eficácia? Certamente, aquele que está diante desta tarefa propõe-se não apenas a grandes desafios, mas também a muitos riscos. Decerto, também, que o haver problematizado no curso da formação da Análise do Discurso é, sem dúvida, um dos muitos méritos do trabalho realizado pelo filósofo.

Voltando, ainda, ao que foi dito por Pêcheux (2009) no prefácio ao livro de Courtine (2009), temos, de outro lado, e articulando-se a esta primeira preocupação, incessantes transformações no campo político-histórico. Indubitavelmente, a abordagem da gramática tradicional, por exemplo, é de extrema valia quando as preocupações daquele que trabalha com determinado texto se direcionam à conformidade estrutural de organização dos morfemas, às muitas possibilidades de arranjos sintáticos, suas aplicações no contexto escolar, etc. No entanto, é possível pensar em uma espessura histórica inerente à língua partindo de tal perspectiva? A linguagem seria, então, completamente a-histórica, sem ter direta relação com os diferentes modos de circulação do político em nossa sociedade? Certamente, tal intento requer drásticas mudanças de terreno e mesmo reformulações de pressupostos teóricos, que colocariam importantes impasses àquele que propõe tal abordagem.

Tendo como norte preocupações desta ordem, é uma tarefa bastante análoga a que se colocou aos pesquisadores em Análise do Discurso em um primeiro momento: cientes de tais necessidades e perturbados por gestos como a falta da busca por uma concepção não-subjetiva da subjetividade, o projeto althusseriano foi um dos lugares em que se buscou tal recapitulação, integrando parte central do olhar pecheutiano, sobretudo após um primeiro momento da disciplina. De fato, parece-nos que o encontro intelectual de Pêcheux com Althusser é extremamente decisivo: a incessante preocupação de a definição de ideologia comportar a articulação entre os eixos da língua e do materialismo histórico, discussão tão cara a Pêcheux, é um emblema desta influência.

Toda esta leitura de Pêcheux e de Courtine a respeito do solo epistemológico e dos conceitos da Análise do Discurso, neste terceiro momento da formação desta disciplina da interpretação, revela que o encontro com os estudos de Michel Foucault foi primordial no trajeto

de ambos os autores. Não se trata, obviamente, de um diálogo tranquilo, de modo que tal mudança requereu grandes reflexões, como é o caso desta que realizou Jean-Jacques Courtine em 1981.

Em nosso trabalho, tais encontros são centrais, sobretudo porque revelam um aprimoramento teórico importante quando se torna claro para Courtine que falta, ainda, uma estabilidade conceitual nestes estudos que se desenvolviam em torno das problemáticas que a Análise do Discurso então colocava. Mais adiante em *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*, em uma discussão que retrata com minuciosidade este problema, Courtine mostra como algumas destas noções inicialmente tomadas vão comportar muita heterogeneidade nos trabalhos que propõem uma relação com a Análise do Discurso. Sem dúvidas, o conceito de *condições de produção*, trabalhado no seio das preocupações do materialismo histórico por Michel Pêcheux, foi uma destas noções, ajudando-nos finalmente a compreender a valia, em câmbio, da noção de *formação discursiva*, pensada inicialmente no interior d'*Arqueologia do saber* de Michel Foucault.

O gesto de Courtine (2009) se mostra muito necessário para uma mudança de escopo que a Análise do Discurso vinha então passando: neste momento, em 1981, pouco antes do desaparecimento de Michel Pêcheux, a *função enunciativa* trabalhada por Michel Foucault foi um importante recurso teórico para que Courtine pudesse pensar como funcionam formas de reativação de domínios de memória. As muitas transformações no campo político e histórico colocavam a necessidade de, por exemplo, compreender-se a circulação televisiva do discurso político como uma emergência curiosa em vez de um elemento totalmente familiar, que apareceu de modo a metamorfosear tais práticas políticas e ideológicas, como é o exemplo dos debates políticos.

Após uma discussão bastante aprimorada sobre estes problemas epistemológicos que a Análise do Discurso vinha enfrentando, Courtine realiza exaustivamente um modelo de análise linguístico-discursivo que vai colocar em jogo as questões levantadas por Pêcheux, agora em sua necessária articulação com as problemáticas d'*Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault. Toda a análise que será desenvolvida neste texto, assim, busca elucidar tais problemáticas, cunhando novas direções de trabalho para os analistas de discurso.

Em nosso trabalho, podemos pensar esta questão como uma das grande norteadoras para fugir de um equívoco fatal no nível analítico: conforme já comentamos na introdução deste trabalho, um grande risco que se coloca àquele que busca interpretar a circulação de propostas de regulação da mídia na conjuntura brasileira é o de estagnar em uma leitura, bastante sujeita aos efeitos da ideologia, que prime por polarizar tais posições, ou mesmo pela defesa de uma ou algumas delas. De um lado, colocar-se-ia a questão de como deve se dar a (eventual) necessidade de controles em nossa sociedade – afinal, conforme nos mostra Foucault, nem tudo pode ser dito por qualquer sujeito; de outro, teríamos os atentados à liberdade de expressão que tal gesto realizaria, o que confrontaria uma ordem discursiva estabelecida no início de um período democrático bastante recente no Brasil. Fixar a atenção em um destes extremos parece-nos um indício de uma leitura muito sujeita a efeitos, lugar ao qual o analista deve buscar ferramentas para não ocupar.

Com a finalidade de ilustrar tal problema, pensemos novamente no texto de autoria de Sirio Possenti (2006), comentado por nós sobretudo no primeiro capítulo desta dissertação: conforme vimos, o modo como emergiu na circulação televisiva um acontecimento que veio de modo a romper com uma determinada normalidade vigente criou fissuras naquele todo aparentemente tão estável que circunscreve o que pode ou deve ser dito em um programa de variedades no domingo pela tarde. Ainda, torna possível a emergência de uma grande massa textual que vem de modo a multiplicar os sentidos que residiriam nestas falas primeiras.

Logo, neste imbróglío possibilitado pelo acontecimento, podemos ver que embates enunciativos bastante espessos se foram formando: por exemplo, os posicionamentos daqueles que viram tal atentado como um crime grave e, logo, passível de severa punição (afinal, nos termos de Pêcheux, estamos diante de um real também impiedoso) em confronto com a daqueles que creram mais fortemente em formas de correção paulatina de tal comportamento, por meio da reeducação, políticas de conscientização, etc. Neste exemplo bastante breve há, sem dúvida, pelo menos duas formações discursivas que entram em embates, permeando diversas formulações que venham a defender as posições que nelas se situam, formando, assim, princípios de dispersão que permitem enxergar uma espécie de unidade que atravessa vários dizeres. A mídia, neste sentido, é uma superfície de emergência privilegiada para o aparecimento de tais enunciados.

Neste sentido, o trabalho de Courtine em 1981, ainda que posteriormente seja visto com bastante criticidade em um recuo temporal pelo seu próprio autor em *Decifrar o corpo*, ofereceu-nos um modelo ímpar ao tomar sequências discursivas de referência para compreender um primeiro funcionamento das formações discursivas: poderíamos, em torno de tal problema, elencar diversos textos que comentam a questão, mostrando como esses se filiam mais fortemente a uma ou outra destas circunscrições de sentido.

O texto de Possenti coloca, ainda, outra polêmica de ordem bastante semelhante. Tal tema, agora, representa um maior interesse ao nosso trabalho, justamente porque traz a questão dos limites entre a liberdade e a censura. Do mesmo modo como houve um detonador de um acontecimento discursivo e a possível presença de princípios de dispersão em torno da questão supracitada da punição, a discussão sobre se, de fato, haveria um atentado à liberdade de expressão na possibilidade de um controle de conteúdo depois da circulação deste programa, bem como da interdição de sua circulação na semana seguinte, também nos é emblemática.

Novamente, podemos valer-nos do modelo que Courtine realiza em 1981 para elencar diversas formulações que são atravessadas pela mesma formação discursiva, podendo, assim, analisá-las em sua dispersão ao descrever aspectos de um discurso que potencialmente as atravessa. Neste caso, sem dúvidas, de um lado estaria presente uma defesa pela liberdade de expressão, ao passo que outra possibilidade de regularidade enunciativa se pautaria mais fortemente na necessidade de controles e potenciais regulação de conteúdo. Poderíamos, inclusive, dado o nosso momento político atual, relacionar e situar tais defesas aos interesses dos partidos políticos, novamente colocando-nos frente a princípios de dispersão que entram em confronto.

No entanto, Courtine (2009) é bastante elucidativo ao nos mostrar que tal forma de delimitar um *corpus* de pesquisa é bastante arriscada para o pesquisador e aos resultados que se almejam: ao realizar tal tarefa, o analista está homogeneizando o *corpus* com o qual se vai trabalhar. Neste sentido, a tarefa de individualizar discursos, primordial para a Análise do Discurso, pode passar por tal etapa, mas é importante que se conheçam seus riscos e, como pensaria Foucault, que a análise permita que se controle este necessário jogo de ausências.

Ao mostrar tais riscos e ao delinear as possibilidades de uma análise que congue as

preocupações de Pêcheux e Foucault, Courtine mostra o funcionamento de algumas categorias que definirão os rumos da análise e, obviamente, possibilitarão descrever o funcionamento de determinados discursos em nossa sociedade, sobretudo os discursos políticos: uma das mais importantes destas constatações é a de que as fronteiras das formações discursivas são fundamentalmente instáveis e comportam constantes deslocamentos, sendo Courtine bastante categórico neste ponto.

A formação discursiva, assim, é parte do pilar teórico onde a noção de memória em Análise do Discurso se calcará: conforme pontuamos, a discussão realizada em sua tese aponta certa instabilidade no conceito de *condições de produção*, ideia pensada no seio da Análise do Discurso para a descrição de determinados estados sócio-históricos que têm direta inflexão na significação de um dizer. A discussão do autor a respeito da noção de formação discursiva, em câmbio, conserva a preocupação foucaultiana com a história e a produção de saberes, controlando o equívoco de reduzi-la a aspectos da situação de enunciação, como Courtine (2009) nota que ocorreu em alguns dos trabalhos que se filiaram a tal perspectiva.

Um reexame da noção de formação discursiva pensada por Foucault (2008), assim, permitiu conceber que se deve compreendê-la no interior de sua própria heterogeneidade, de modo que um mesmo dizer pode ser atravessado por diferentes formações discursivas: estaríamos diante, assim, de um *enunciado dividido*, cuja materialidade é atravessada por mais de uma destas circunscrições de sentido. A noção de *memória discursiva*, por sua vez, diz respeito à capacidade de os discursos fazerem circular dizeres e já ditos anteriores, gerando efeitos de memória na emergência atual de um acontecimento – muitas vezes, sob a forma de uma evidência, de um sentido já dado.

Courtine, ao delinear tais preocupações, reconhece a valia da possível problematização da longa duração, acreditando que a emergência da noção de memória em uma perspectiva discursiva contribua a análises futuras. O trabalho que Courtine realiza com o discurso comunista, assim, se inscreve em uma média duração do acontecimento (1936-1976), buscando também aportes para tratar a longa duração, interesse que reverberará em sua trajetória.

O nosso trabalho, por sua vez, centra-se na emergência de enunciados em um grande meio brasileiro no espaço da curta duração (2010-2015). O modelo de Courtine (2009) nos é

primordial, ainda, para pensar a transformação e a potencial repetição destes enunciados no *corpus* coletado, apontando para dizeres que serão retomados e comentados. A construção de uma *memória discursiva* nestes textos mostra suas facetas na medida em que as formações discursivas em torno da questão são definidas e, conforme nos mostrou Courtine, deslocam-se: a emergência deste acontecimento de curta duração por nós analisado, assim, atualiza uma *memória discursiva* sobre o controle midiático (e a potencial censura) no Brasil.

O autor cunha tal noção notando a sua grande importância ao “colocar em jogo a articulação dessa disciplina [a Análise do Discurso] com as formas contemporâneas da pesquisa histórica” (COURTINE, 2009:105), ainda que as análises neste texto estejam até então bastante atadas aos níveis linguístico e sintático. De fato, em seu trajeto como pesquisador, veremos fortemente tal preocupação com a longa duração em textos como *História do rosto* (COURTINE; HAROCHE, 1988), escrito em co-autoria com Claudine Haroche, também importante autora na construção da Análise do Discurso, interesses que o distanciam bastante do que hoje se vem realizando na França.

A problemática que é central neste livro de autoria de Courtine e Haroche revela maiores possibilidades que a ideia de *memória discursiva* comporta, mesmo que em 1981 haja aparecido ainda bastante atrelada à circulação de textos escritos. Courtine posteriormente a dedicou à análise histórica das longas durações, tendo como escopo, por exemplo, *paradigmas de expressão* que vão além do linguístico, imbricando-se às formas de o corpo ser um lugar de inscrição de discursos e, ao mesmo tempo, uma superfície que os reproduz e transforma (idem). Sem dúvidas, tal trabalho requereu uma mudança sensível de lugar de atuação se pensamos inicialmente neste texto de 1981; no entanto, parece-nos que tal gérmen não está apenas já presente na noção de *memória discursiva*, mas também que as preocupações de Courtine apontavam já para um problema que será exacerbado e tratado com maestria no texto publicado em 2011 (COURTINE, 2013): o enunciado, conforme nos mostra Foucault, não é apenas linguístico. Por ser o enunciado uma espécie de “átomo do discurso” (FOUCAULT, 2008:95), este pode sim tomar uma forma linguística, mas, antes de tudo, a sua espessura é histórica – o que, por sua vez, pode colocar em jogo diferentes sistemas semiológicos que não exclusivamente as línguas.

A circulação de imagens em nossa sociedade também tem um funcionamento semiológico cuja natureza foi preciso investigar, de modo que, mais uma vez, o retorno aos textos de Foucault se fez necessário. Courtine, assim, dedica *Decifrar o corpo* (2013) ao filósofo, trajetória que nos forneceu um modelo para tratar a emergência de imagens sobre a regulação da mídia na FSP hoje, texto que discutiremos a seguir.

### **3.2. *Decifrar o corpo*: pensar o estatuto semiológico das imagens no discurso político com Michel Foucault**

Depois de haver discutido como a função enunciativa, trabalhada n'*A arqueologia do saber* de Michel Foucault, pode ser pensada para tratar a circulação do discurso midiático em nossa sociedade, é imperativo também que reflitamos juntamente a um importante passo tomado por Jean-Jacques Courtine ao pensar sobre esta mesma obra foucaultiana.

Em seu texto de 1981, Courtine se mostra bastante preocupado com as bases epistemológicas do que constituía o campo de atuação da Análise do Discurso: ao revelar como a noção de *condições de produção* tem um caráter bastante instável nos estudos visitados pelo autor, indicando uma superação deste conceito em proveito do de *formação discursiva*, tomado de empréstimo a Foucault, Courtine realiza uma empresa que vai se voltar sobretudo ao funcionamento de textos escritos e o modo como neles se podem realizar a retomada de domínios de memória.

Neste sentido, conforme pudemos discutir bastante brevemente ao apresentar a importância do caminho intelectual traçado por Jean-Jacques Courtine, a influência de Saussure é decisiva para o modo como se conformam os estudos em Análise do Discurso, mesmo em seus momentos iniciais. Saussure, também, é retomado por Courtine como um grande mote para iniciar a discussão sobre a circulação massiva de imagens em seu funcionamento semiológico.

No entanto, Saussure é misterioso no que se refere a delimitação da semiologia. Não apenas por não fazer parte do escopo que o autor buscava contemplar naquele momento, mas também porque as especificidades de tal ciência ainda se estavam por delimitar. Assim, em um primeiro momento, pensar a semiologia proposta por Saussure para tratar as imagens no discurso

político é trabalhar juntamente ao pensamento deste autor e, ao mesmo tempo, opor-se ao que foi proposto no *Curso de Linguística Geral*.

No *Curso*, para Saussure, a tarefa de extrema urgência era sem dúvida a de esquadriñar o escopo de atuação da linguística, afazer que em determinados momentos foi ao encontro dos contornos do que seria uma ciência semiológica. No *Curso de Linguística Geral*, duas passagens bastante breves se referem especificamente à semiologia, tornando a sua interpretação e recepção acontecimentos ao mesmo tempo singulares e enigmáticos. Entretanto, se compreendidas em relação ao que entendemos ser o propósito maior deste texto, estes subsídios fornecem importantes pistas para a Análise do Discurso.

Saussure, sem dúvida, não detinha as mesmas preocupações com as quais hoje um analista de discurso se depara. Ainda assim, em um momento bastante singular na história das ideias, parece-nos que Saussure ao realizar tal corte compreendia desde então a importância de delimitar não apenas aspectos do estatuto semiológico que as línguas naturais detêm, mas também o funcionamento deste em outros sistemas simbólicos, que, claramente, também fazem parte de nossa experiência como sujeitos. A língua, conforme comentamos, é apenas o principal destes sistemas, e não gratuitamente será aquele escolhido pelo grande mestre genebrino para mostrar como funciona uma semiologia que desde então o autor visualizava e, obviamente, poder delimitar o campo de atuação de uma *linguística geral*.

Ainda que, neste mesmo texto, Courtine evidencie um conseqüente afastamento do pensamento de Saussure, o enfoque proposto para tratar a emergência de imagens, assim, conservou em sua designação a questão da semiologia para remeter-nos a Saussure, bem como à problemática em relação à significação que tal filiação encerra: uma vez que Courtine inscreve sua atuação e interesse em uma problematização também cultural e antropológica, é importante esta marca da reflexão sobre a língua e a semiose colocadas por Saussure, bem como pela Análise do Discurso. A questão histórica, por sua vez, remete-nos sobretudo a Michel Foucault, em uma incessante tentativa de investigar a fundo o interesse que textos como a *Arqueologia do saber* reservam para a análise destas emergências.

Pensando nisso, os caminhos traçados por Courtine mostram-nos que o corpo emerge como parte de uma história das sensibilidades e dos gestos, em um nível cuja delimitação o

próprio corte saussureano já havia possibilitado algumas nuances, ainda que a filiação a Saussure não pareça se estender além desta discussão introdutória. Courtine mostra, também, que na história das ideias a emergência do corpo como objeto de saber parece ter-se aliado a uma manifestação do inconsciente, estando, assim, “inscrito nas formas sociais da cultura” (COURTINE, 2013:7), o que marca uma preocupação da Análise do Discurso desde seu nascedouro: a relação entre o inconsciente e o funcionamento dos diferentes sistemas linguísticos.

Comentando um aprendizado em relação a seu texto de 1981, Courtine diz que o discurso político “não é apenas o texto. Ele é bem mais que o texto. É um fragmento de história. E as palavras do texto, à medida em que são atravessadas pela história, cessam de ser simples unidades linguísticas” (idem, p. 18).

Courtine mostra, então, que este sujeito está diante de um fluxo incessante de informações e imagens, sobretudo se pensarmos a dinamicidade e o poder que detêm as mídias hoje. Neste sentido, o corpo do homem político faz parte do domínio de objetos de que se pôde falar quando se comentou a questão da regulação da mídia, bem como da construção de saberes (e da recusa de outros) neste mesmo campo. Em nosso trabalho, da mesma maneira como a materialidade linguística foi um lugar privilegiado para a descrição de efeitos de sentido, a imagem do homem político na mídia representa também grande interesse, sobretudo para a construção de efeitos de verdade: a imagem do corpo de Dilma Rousseff na *FSP*, por exemplo, manifesta determinados sentidos, que podem ou não estar em consonância com o que o verbo exprime.

Assim, os efeitos que tais imagens veiculam são, sem dúvidas, um importante problema para olhar-se a partir da *Arqueologia*: conforme nos ensina Foucault (2008), todo enunciado se inscreve em uma rede, sendo sua existência sempre dada em relação a outros, como é precisamente o caso dos *domínios associados* que a um dizer se associam. Também, estamos diante de um enunciado raro, dadas as muitas possibilidades de emergência que poderiam se dar em seu lugar. Ora, com a emergência de imagens, tais constatações não são menos verdadeiras: em relação à última delas, por exemplo, quando emerge uma figura de Dilma Rousseff na *FSP*, sem dúvidas não estamos diante da única imagem que foi possível aparecer naquele momento. Trata-se, antes de tudo, de determinado emprego realizado dentre uma infinidade de possibilidades de dizer.

Da mesma maneira, a imagem do homem político se inscreve em uma série de imagens. Neste breve exemplo, a imagem de Dilma se associaria imediatamente à anterior e posterior emergência do corpo de outras figuras públicas, bem como às possibilidades de dizê-lo em nossa sociedade. Estas condições de emergência são cambiantes em relação à dispersão temporal: antes de que houvesse meios massivos como a televisão ou a *FSP*, não estávamos diante das mesmas relações possíveis entre a emergência da imagem do homem político e a construção de efeitos de sentido. Esta série de imagens a que um enunciado imagético se pode relacionar, assim, é o que evidencia a historicidade que se faz presente na interpretação das imagens.

Estamos diante de uma discussão, assim, que têm relação direta com o modo pelo qual Courtine propõe tratar a *intericonicidade*, pois remetem-nos a uma série de imagens que pode ser também efetiva na circulação de um enunciado imagético. Assim, conforme nos ensinou Foucault, estamos diante de enunciados dispersos e de uma possibilidade de emergência infinita, mas que é constringida pelo modo como em uma determinada cultura já puderam ter sido objetos de discurso e, logo, de desejo e de poder.

Na atualidade, está mais evidente a emergência do corpo como um objeto de discurso e como uma superfície de inscrição de discursos, que aparece, assim, impregnado de história. Courtine, então, relata como se deu o interesse que lhe fez retornar à *Arqueologia do saber*, bem como aos textos subsequentes de Foucault que lhe pareciam também sempre remeter ao corpo. Trata-se, assim, ao mesmo tempo do corpo como um lugar em que os discursos que circulam em uma sociedade e de um objeto que reproduz e transforma tais relações, colocando-se nestes jogos de vontades e desejos, produzindo saberes específicos ao mesmo tempo em que outros são negados.

Em suma, Courtine é uma figura singular nos desenvolvimentos da Análise do Discurso: ao mesmo tempo em que o autor faz parte do surgimento da disciplina, tendo participado ativamente na construção primeira de diversos conceitos, sua ação é central nos posteriores tateamentos. Neste sentido, finda aqui um capítulo teórico que se relaciona a tal percurso, mostrando as mudanças necessárias pelas quais passou a disciplina para que ela pudesse abarcar outros objetos, como a emergência massiva de imagens em nossa sociedade.

Assim, no capítulo seguinte, de teor mais propriamente analítico, empregaremos os

conceitos trabalhados por Michel Foucault (2006; 2008), Michel Pêcheux (1995; 2008; 2010) e Jean-Jacques Courtine (2009; 2013), valendo-nos dos subsídios discutidos em seus trajetos para descrever regularidades discursivas na instabilidade das emergências dos dizeres *controle social da mídia*, *regulação da mídia*, *democratização da mídia* e *regulação econômica da mídia*, que foram comentados em larga escala na *FSP*. Dada a densidade de tal circulação massiva, a parte inicial do capítulo quatro se centra em descrever como é possível ter acesso ao *corpus* em seu original, bem como mostra apontamentos para a leitura desta seção analítica e direções para eventuais investigações neste meio massivo.

#### **4. ENTRE AS INSTABILIDADES DOS DIZERES: *CONTROLE SOCIAL DA MÍDIA, REGULAÇÃO DA MÍDIA, DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA E A REGULAÇÃO ECONÔMICA DA MÍDIA***

Neste capítulo, discutiremos a espessura enunciativa do material disponível acerca da questão da regulação da mídia no embate político-partidário brasileiro de 2010 ao início de 2015, conforme se realizou na *FSP*, veículo brasileiro de grande circulação.

Antes de começar a tecer a fase mais propriamente analítica de nosso trabalho, no entanto, cabem alguns apontamentos e contribuições para uma melhor proposta de interpretação desta circulação, em especial no que tange à relação entre a versão digital por nós analisada disponível no sítio [www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp) e a versão impressa de circulação nacional.

A versão disponível no sítio da *FSP* ([www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)) remete-nos diretamente à circulação massiva deste veículo no Brasil, de modo que as informações do sítio, basicamente, instruem-nos a interpretá-las como correlatas. No entanto, parece-nos pouco fiável admitir que são os mesmos efeitos gerados em ambas as modalidades de circulação: as imagens das reportagens de edições mais recentes que figuram na capa da versão impressa da *FSP* como um todo, por exemplo, são mostradas ao leitor apenas a título de observação, uma vez que apenas se pode acessá-las sendo assinante de uma das modalidades específicas de circulação, ou adquirindo o jornal impresso.

Ainda assim, este nos pareceu ser um dos objetos de análise mais viável e de maior interesse àquele que busca interpretar a emergência da questão da regulação da mídia no Brasil. Primeiramente, porque os textos são basicamente afins à circulação impressa e, também, os critérios de busca no sítio são mais facilmente palpáveis, já que se pode valer de uma busca nas versões anteriores da *FSP*. Neste sentido, o endereço do mecanismo de busca figura nas referências do *corpus* para pautar eventuais futuras investigações (item d.). Ainda que não hajamos usufruído de tal recurso, é possível, também, ter acesso gratuitamente a versões fac-símiles do jornal impresso no sítio do *Acervo Folha* (<http://acervo.folha.uol.com.br/>), salvo edições mais recentes, que estão restritas a assinantes desta modalidade específica.

Também, uma vez que estamos diante de uma emergência densa, grande parte das citações de textos verbais da *FSP* contém grifos de nossa autoria para contribuir à leitura proposta. Nas citações do *corpus* que excedem três linhas, a maioria dos grifos realizados estão em sublinhadas, ainda que eventualmente haja marcas ao mesmo tempo em sublinhadas e itálico. Quando inseridas nos parágrafos do corpo deste trabalho, citações curtas e enunciados breves são sempre trazidos em itálico, incluindo aspas, pontos e vírgulas, sendo as marcas em sublinhadas também de nossa autoria. Ainda, por julgarmos que certas análises requerem acesso imediato ao documento original, cinco textos estão reproduzidos integralmente (seção “Anexos”), sem quaisquer destaques de nossa autoria.

Todos os destaques de que somos autores estão indicados após os títulos das reportagens e artigos de opinião em questão, que são trazidos ao nosso texto em itálico após as citações longas no próprio corpo do trabalho, além de figurar nas referências do *corpus*. As descrições dos enunciadores presentes nas citações longas também conservam os grifos em itálico para indicar os dizeres de autoria da *FSP*. Ainda, eventuais grifos realizados pela própria formulação da *FSP* estão também indicados por nós, para que não se confundam com os destaques de nossa autoria.

A versão para assinantes, presente no sítio da *FSP* e a qual tivemos acesso, apresenta-se totalmente em formato destinado à *internet*, preservando alguns dos traços da circulação impressa nacional: as imagens que são elencadas para as notícias impressas comumente são reproduzidas na versão digital, ainda que a sua disposição invariavelmente funcione de maneira distinta, uma vez que pudemos constatar que certos *links* via imagens presentes na capa levam a reportagens que, por sua vez, contêm enunciados imagéticos outros.

Cabe, ainda, fazer uma importante distinção entre as distintas circulações da versão aberta digital da *FSP* (disponível no sítio [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)) e a versão digital para assinantes: a versão digital aberta comporta constantes câmbios, oferecendo acesso a muitas reportagens em tempo real. Já a versão para assinantes, por sua vez, permite maior estabilidade: depois de divulgada a versão final, geralmente no início da madrugada do dia para que até o início da manhã já esteja disponível aos assinantes e internautas, não costumam estar presentes câmbios tão rápidos como estes que se realizam na versão aberta.

Pensando na emergência de imagens e a ancoragem realizada entre verbo e texto

imagético, pudemos evidenciar que se dá em duas instâncias. Primeiramente, em relação ao texto que apresenta e comenta a imagem, estando imediatamente atado a ela, pela presença de enunciados verbais na parte inferior da imagem. Na versão digital, comumente há esta legenda quando as imagens aparecem.

Esta referência mútua entre palavra e imagem também se dá relação às reportagens que a imagem encabeça, na subdivisão *Poder*: tal destaque faz com que, muitas vezes, sentidos veiculados nas imagens sejam retomados nas reportagens do dia na seção. Uma grande polêmica, por exemplo, pode resultar em diferentes matérias comuns, encabeçadas pela reportagem que contém esta mesma imagem em destaque.

Uma vez que compreendemos a necessidade de, primeiramente, elencar diversos textos que tratam a questão da regulação da mídia para que então possamos ver aspectos de discursos que os conformam e atravessam, foi importante que pudéssemos congregiar uma série de dizeres que se relacionam a tal acontecimento, bem como entre si e com eventos anteriores, de modo que a versão digital melhor viabiliza tal leitura. Sem dúvida, estamos diante de uma grande dispersão de textos, o que possibilita acesso a discursos e regularidades enunciativas que permearão diferentes e descontínuas formulações.

#### **4.1. O ano da eleição presidencial brasileira de 2010: antecipações e análise das condições de emergência**

No que diz respeito à constituição deste *corpus*, o ano de 2010 é emblemático porque é o ano em que o embate político-partidário será colocado em posição de notoriedade não apenas na mídia, mas na sociedade brasileira, devido às eleições presidenciais. Assim, tudo aquilo que é dito neste âmbito político será objeto de avaliações e juízos na mídia, em especial em grandes veículos como a *FSP*, de modo que a proposta de controles institucionalmente situados impulsionaria embates entre enunciadoreis midiáticos e enunciadoreis políticos, em especial, respectivamente, da *FSP* e do PT/governo.

Em relação ao aparecimento de dizeres acerca de propostas de controle e regulação, estamos diante de um momento também privilegiado: estamos falando, agora, do período que

compreende o fim de dois mandatos consecutivos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, figura emblemática na construção histórica do Partido dos Trabalhadores, que durante muito tempo no cenário da corrida presidencial foi a personagem central da oposição realizada a candidatos oriundos da direita; após sucessivas derrotas, Lula alcançou o posto de presidente do Brasil na eleição de 2002, atuando por dois mandatos e consolidando o estatuto do Partido dos Trabalhadores na sociedade brasileira, de modo que este é, neste momento, o partido de maior força política em tal cenário, com grande representatividade também no poder legislativo<sup>12</sup>.

A figura de Dilma Rousseff, então, aparece não apenas como a candidata do Partido dos Trabalhadores para tal cargo, mas também sob o signo do apadrinhamento de Luiz Inácio Lula da Silva. Sentidos a respeito dos conflitos entre a grande mídia e Lula serão trazidos também para as novas discussões sobre as decisões políticas e caminhos tomados a partir de agora, de modo que qualquer proposição de um controle por órgãos legitimados parece sempre ecoar tal embate trazido pelas posições enunciativas institucionais estabelecidas pelo PT e o estatuto que ganhou o partido na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que durante o exercício do mandato de Lula um forte conflito entre a mídia e os enunciadores políticos se materializou (estes últimos representados sobretudo pelas figuras públicas oriundas do governo e do Partido dos Trabalhadores), em que se tomou também o presidente como figura central. Inclusive, em alguns momentos contestou-se a veracidade de informações que foram veiculadas pelos órgãos midiáticos acerca do presidente Lula e das políticas adotadas em seu governo, colocando-se em jogo posições enunciativas conflitantes.

Todos estes dados, de alguma maneira, se materializam em sentidos que serão resgatados na circulação das primeiras reportagens que constituem o nosso *corpus*, justamente pelas retomadas a respeito da relação entre Lula e Dilma e, também, pelo fato de Lula ser ainda o presidente do Brasil durante o ano da corrida eleitoral. Tomando como um pequeno mote tal embate que foi, de certa maneira, transplantado para o primeiro momento em que Dilma Rousseff

---

<sup>12</sup>Vale pontuar, ainda, que neste momento o PT gozava de uma representatividade maior no poder legislativo brasileiro do que aquela que passa a valer após as eleições de 2014: este partido detém ainda o maior número de representantes na Câmara dos deputados, mesmo havendo perdido bastante espaço (dezoito cadeiras, mais especificamente), sendo, ainda assim, o partido de maior poder em tal cenário. O PMDB, partido da base aliada ao PT, também perdeu representatividade, integrando, agora, cinco membros a menos.

se apresenta como candidata do PT, discutiremos neste momento algumas reportagens que são emblemáticas em tal circulação, mostrando como o discurso midiático construído pela *FSP* circulou sentidos sobre tais embates.

Na primeira delas, intitulada *Lula quer ministro para abrir “canal de diálogo” com a mídia* (16/03/2010), por exemplo, vemos um claro intento de estabelecer bases comuns entre o governo e a mídia e, obviamente, a rememoração de constantes conflitos entre o ex-presidente e os veículos. Tomam-se tais conflitos como um já-lá (*A relação de Lula com a imprensa desde que chegou ao poder nunca foi amistosa*), um efeito de evidência citado e reforçado pelo enunciador midiático a respeito da relação destes dois componentes – Lula, neste sentido, é apresentado pela *FSP* por uma oração temporal (em sublinhadas) que ressalta sua chegada não à vida pública, mas *ao poder*, em especial o presidencial; mais adiante, tais dizeres anteriormente construídos são novamente retomados, quando se cita que a ideia do ex-presidente é “[...] não só de dialogar com os empresários mas também transmitir o pensamento do presidente acerca de críticas feitas pela mídia contra seu governo”.

Não gratuitamente, neste mesmo texto tal questão será logo tomada, agora, centrando-se na figura de Dilma Rousseff: [a equipe de Lula] *tem debatido estratégias para tentar melhorar a relação de Dilma com a imprensa*, mostrando que tal embate entre jornalistas e políticos não se restringe ao ex-presidente, e, também, que é uma preocupação do partido em seu novo empreendimento político de eleger sua candidata.

No título da reportagem, vemos a ocorrência de aspas, uma marca de heterogeneidade discursiva a respeito da forma pela qual será potencialmente sanado tal embate. Mais do que isto, trata-se primeiramente de um gesto de designação deste conflito, uma materialização discursiva destas relações de poder. A abertura de um “canal de diálogo”, em sua superfície, não parece suscitar questões de censura ou regulação, de modo que ela só se poderia caracterizar como uma forma bastante branda de propor um controle, se é que de fato isto está sendo realizado. De todos os modos, estamos claramente diante de um embate nada amistoso – conforme os já-ditos trazidos tornaram evidentes na formulação –, mas que se mostra, no dito de Lula, pouco intenso e inclusive dialógico (um espécie de pedido de trégua, em momento eleitoral?); a posição construída pelas falas de Lula trazidas em discurso direto pela *FSP* é realizada por uma

equivalência entre *papel da imprensa e informar*, ao passo em que opõe *papel da imprensa e fiscalizar*.

Neste sentido, o enunciador midiático *FSP* configura sentidos sobre uma possível censura da mídia, ainda, na paráfrase do dizer do ex-presidente, que tem recebido *críticas* de autoria da própria mídia que se dão *contra* o governo de Lula – o que se deu em seu trabalho de *fiscalizar*, se retomarmos o verbo utilizado na fala de Lula trazida em discurso direto pela *FSP*. Conforme a preposição destacada indica, assim, o enunciador midiático caracteriza certa formação discursiva como oposta à possibilidade do debate a partir da posição do próprio ex-presidente, posição que se daria contra os contornos desta conquista democrática da *interlocução*. Este trabalho simbólico da mídia, ao fim do texto, aparece assinalado por parte deste mesmo enunciador midiático *FSP* (*a importância da imprensa no "sistema de freios e contrapesos" pelo qual regimes democráticos buscam conter tendências autoritárias dos governos.*), em uma espécie de autorreferência enunciativa a Otavio Frias Filho realizada pelas aspas, *diretor de Redação da Folha*, participante da discussão reportada.

A mudança de sujeitos que atuavam em tal ministério, cujas novas características esperadas por Lula foram marcadas pela *FSP* por meio de um verbo volitivo no título da reportagem anterior (*Lula quer ministro [...]*), é um acontecimento que retornava, pois havia sido objeto de discurso também na reportagem *Fórum crítica "controle social" da mídia* (02/03/2010, anexo A): neste texto, é frequente o uso do verbo *alertar* quando os representantes de instituições de mídia apresentam sua posição enunciativa. A posição contrária de Dilma a *medidas de "controle social"*, aqui ainda enquanto candidata às eleições, aparece na fala do enunciador Antonio Palocci, em que o uso da locução verbal *afirmou não acreditar* como *dicendi* confere pouca fiabilidade ao que foi relatado; isso também se realiza pela escolha do enunciador Palocci, uma vez que este político esteve relacionado ao escândalo do Mensalão, referência que acontecerá nos textos da *FSP* para comentar e construir a posição enunciativa do PT frente a questão da regulação da mídia. Neste sentido, para se contrapor à posição de Dilma Rousseff apresentada, a *FSP* cria uma equivalência entre o *"controle social"* e a existência de um *receio*, cuja emergência foi bastante frequente no evento segundo a reportagem, além de ser a última palavra do texto, em imediato confronto à fala de Palocci – pouco fiável – sobre a posição de

Dilma.

Tal uso de aspas pode também ser interpretado como uma forma de deixar em suspenso o significado destes sintagmas (“*canal de diálogo*”, “*controle social*” e “*atitude agressiva*”), neste caso contestando o sentido que se atribui a “*canal de diálogo*”: além da uma memória do conflito de Lula com a grande mídia já suscitada (e não de qualquer maneira, mas como um dado bastante óbvio e evidente, na formulação do texto), marcas de distanciamento enunciativo e de sentido como as aspas em “*atitude agressiva*” se apresentam, ainda, combinadas com outras, como *do que classifica de*, ou seja, elementos metalinguísticos no modo como a *FSP* traz a fala deste enunciador político.

Esta discussão nos leva a outro enunciado que parece surgir inicialmente nas propostas de controle e regulação, denominado de *controle social da mídia*. A emergência desse gesto de designação, aparentemente transparente, é uma forma de nomeação que, conforme concebemos, realiza também o seu recorte ideológico em meio a inúmeras possibilidades de dizer. Assim, a emergência daquele dizer e não outro em seu lugar é uma questão não de um ato intencional de uma escolha inequívoca por parte de um indivíduo onisciente, mas sim um gesto que compreende injunções históricas e é realizado por um sujeito que não tem total controle dos efeitos realizados por tal uso da língua.

Em nosso *corpus* pode-se perceber que há várias formas de se propor o controle em questão comentadas pela *FSP*, o que se materializa também na designação, nos gestos de apontamento de que falamos acima. Em uma breve consulta, podemos já indicar que tal proposta será formulada de diferentes maneiras, de modo que todas elas dialogarão com um domínio associado do que se deve e/ou se pode falar sobre a regulação da mídia na *FSP*.

As designações de tal regulação colocarão em jogo uma questão basal que foi discutida n’*A Ordem do Discurso* de Michel Foucault: há, em todas as sociedades, formas de controle do dizer e do dizível, fazendo, assim, que nem tudo possa ser dito por qualquer um em qualquer circunstância – a questão central é a do controle, da vigilância, da pertença (e da submissão) a uma ordem discursiva, poder que aqui a *FSP* constrói e sujeita a enunciadorees políticos, instituições e organizações de mídia por meio de recursos linguísticos e discursivos.

Neste sentido, encontramos no período de junho de 2010, parte inicial do que constitui nosso objeto de pesquisa, em um texto intitulado *Marina apoia "controle social" da imprensa* (18/06/2010), a retomada de sentidos sobre uma proposta idealizada no governo Lula. Também, a referência a este *conselho nacional para jornalistas* mostra a preocupação em criar órgãos legitimados para controle e delimitação dos sujeitos que atuam nos veículos midiáticos, o que os tornaria bastante mais identificáveis – e, logo, mais sujeitos a possibilidades de controle, evidenciando um papel institucional também materializado neste texto. O emprego por parte da *FSP* do termo *conselho* para designá-lo, assim, marca a potencial vigilância.

O acontecimento retomado refere-se ao fato de que a questão da regulação da mídia já havia sido tratada no primeiro mandato do presidente Lula, que evidencia não apenas como estava sendo antecipado e construído (*uma eventual criação de um conselho*), mas também a maneira como ela reverberou e circulou, de modo que já se constituíam sentidos a respeito do controle da mídia neste espaço – gesto efetivo, também, nesta retomada:

**(4) Marina apoia "controle social" da imprensa**

**Ação, porém, não deve acarretar censura, diz**

DE BRASÍLIA

Em debate com estudantes da Universidade de Brasília, a candidata do PV à Presidência, Marina Silva, foi questionada sobre seu posicionamento a respeito do "monopólio dos meios de comunicação", especialmente de rádios e televisões, e sobre "controle social" da mídia.

A candidata respondeu que é preciso ter "cuidado para que essa ideia de controle não nos leve a qualquer tipo de aparelhamento que possa ser confundido com cerceamento da liberdade de expressão, com cerceamento da liberdade de informação que as pessoas devem ter".

Marina disse ainda que "o controle social é uma conquista da sociedade brasileira que precisa ser aprofundada". Segundo ela, o controle pressupõe "o acesso às informações para que a sociedade saiba em relação a que ela está se colocando".

A Folha questionou Marina a respeito de uma eventual criação de um conselho nacional para jornalistas, **tema de ampla polêmica no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. A candidata disse que não defende sua concepção.

Marina afirmou que apoia, porém, o melhor funcionamento do conselho de comunicação que analisa, no âmbito do Congresso Nacional, as outorgas e concessões de rádios e televisões. (do texto da *FSP*, 18/06/2010 – *Marina apoia "controle social" da imprensa*, grifos nossos)

Neste sentido, o primeiro grifo da reportagem indica deslizamentos metafóricos possíveis que conformam os sentidos do controle proposto pela candidata, em discurso direto: *essa ideia de controle* citada, de modo que o dêitico *essa* retoma o raciocínio construído pelo adversário PT,

padece aqui, primeiramente, de um descrédito recorrente imputado à atuação deste partido nas instituições brasileiras, conforme o termo *aparelhamento* indica; neste sentido, além de certa obrigatoriedade notável (*é preciso ter cuidado*), na fala de Marina há uma equivalência de sentidos absoluta entre *controle* e *conquista*, ambos fenômenos realizados pela assertividade do predicativo (*é*).

Ao fim da reportagem, no entanto, constroem-se sentidos outros a respeito deste *controle*, introduzidos pela adversativa *porém*, contrapondo-se, assim, ao adversário PT. Ao final do texto, o enunciador midiático parafraseia certa fala de Marina Silva que torna possíveis sentidos não da ordem do *controle social*, mas da alçada de um exame (um sujeito *que analisa*), mais especificamente uma análise a partir de um âmbito legislativo (*no Congresso Nacional*); certo descrédito criado em relação ao que pensara o PT, assim, foi também relacionado a sentidos da legalidade por detrás de tais gestos encabeçados pelo partido.

As *outorgas* e *concessões* aparecem, ainda, como termos possíveis propostos por este enunciador midiático para falar sobre a regulação da mídia, o que evidencia que há, sem dúvida, o encontro de injunções que permitem que se fale do tema nesta conjuntura, ditando-se o que deveria/poderia ser dito sobre o enunciado em questão – gesto característico de uma formação discursiva; as nuances entre as “diferentes” regulações da mídia suscitadas a partir da fala da representante política do PV (Partido Verde) mostram que se trata de uma questão do campo do significado e, como tal, coloca em pauta também o poder, pois as interpretações e comentários posteriores sobre o que ela diz – todo um *domínio associado* ainda por vir em que o seu dizer se inscreve – não podem se realizar filiando-se a uma formação discursiva outra, aquela em que tal proposta de controle da mídia é tomada como uma censura (uma equivalência, por exemplo, entre *controle* e *censura*, em vez da realizada, *controle* e *conquista*).

Assim, a posição enunciativa que a reportagem da *FSP* constrói do enunciador político Marina Silva é bastante fluida. Por um lado, filia-se à formação discursiva de que é necessário falar (e propor) tal forma de controle; ainda assim, quando se retomam sentidos constituídos em tal período que compreendeu o primeiro mandato do presidente Lula, desfília-se a tal proposta de controle já realizada. O próprio dizer “[...] o controle social [...] é uma proposta que precisa ser aprofundada.” mostra que estamos diante de posições ainda bastante incertas face ao enunciado:

a polêmica em torno da questão coloca a representante política em uma posição que se filia à necessidade de tal controle nomeado *controle social da mídia*, mas, claramente, desfilando-se a tudo o que foi dito neste sentido durante o período em que a questão foi tratada no governo Lula.

Neste percurso de reportagens construídas pela *FSP*, mostra-se, também, que há um intuito do PT de dar continuidade a tais propostas, como no texto intitulado *Governo decide levar adiante propostas sobre setor de mídia* (03/07/2010):

(5) O governo decidiu dar um encaminhamento às propostas aprovadas pela Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), realizada em dezembro do ano passado.

Muitas das 633 sugestões desse encontro patrocinado pela administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva visam a regular o funcionamento dos meios de comunicação. [...]

Após a Copa do Mundo deve ser editado um decreto para formar um grupo de trabalho interministerial que será responsável por definir quais propostas serão incorporadas pelo governo e redigir os projetos que dependem de mudança na legislação.

Há cinco eixos principais: marco regulatório da internet; direitos autorais; legislação geral para a comunicação pública; regulamentação do artigo 221 da Constituição pelo qual as TVs devem priorizar conteúdo nacional e o marco regulatório para o setor de comunicação.

A Confecom contou com a participação do governo e da sociedade civil. **As principais entidades representativas das empresas de mídia no Brasil não participaram por considerar que muitas das teses defendidas pelas entidades sociais, em maioria no evento, eram restritivas à liberdade de expressão e de livre associação empresarial.**

Havia propostas como a **criação de um "tribunal de mídia"** e a **criação de punições** para jornalistas "que excluam a sociedade civil e o governo da verdadeira expressão da verdade".

A Confecom não é deliberativa, por isso depende do governo ou do Congresso para que as propostas aprovadas se viabilizem. A Folha apurou que não há determinação do governo para que todas as ideias sejam colocadas em prática. (do texto da *FSP*, 03/07/2010 – *Governo decide levar adiante propostas sobre setor de mídia*, grifos nossos)

Das formas possíveis de apresentar tal evento, o enunciador midiático coloca que se trata de um *encontro patrocinado pela administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva*; isso, se relacionado a formas de censura, pode configurar forte argumentação contra os proponentes destas regulações – com autorização e certa iniciativa não apenas de Lula enquanto 'presidente', mas deste sujeito associado a certo sentido patronal (vide o adjetivo *patrocinado* que qualifica o substantivo *encontro*) de amparar. Neste sentido, a reportagem da *FSP* evidencia que *entidades representativas das empresas de mídia no Brasil não participaram*, e a preposição *por*, em sequência, indica a razão de seus argumentos: o enunciador midiático apresenta tais propostas sociais como avessas não apenas à *liberdade de expressão*, mas também aos moldes capitalistas

da *livre associação empresarial*.

A reportagem da *FSP*, nesta reprodução do que tem sido dito a favor de tais controles, mostra que não são quaisquer destas organizações midiáticas as que não estão de acordo com as propostas da Confecom: são *as principais*, de modo que esta adjetivação constrói o estatuto pelo qual se as entende. No mesmo âmbito de sentidos do *conselho nacional para jornalistas* (excerto nº. 4), aparece a proposta de um “*tribunal de mídia*”, relatando o estabelecimento de um órgão legitimado de controle, mas agora a partir de um distanciamento enunciativo entre a *FSP* e o que foi dito na Confecom realizado por *aspas*. Também a partir deste recurso de afastamento, a citação elencada e reproduzida “*que excluam a sociedade civil e o governo da verdadeira expressão da verdade*”, introduzida pela polêmica de *punições para jornalistas*, retoma o conflito de saberes e verdades no discurso político, aqui sob uma forma midiaticizada e, em certo grau, espetacularizada: o enunciado mostrado como uma bandeira do evento realizado por parte do enunciador político PT, enquanto um grupo, impõe certa verdade destes acontecimentos (note-se a reiteração do emprego lexical reproduzido: “*verdadeira [...] verdade*”).

Na formulação do texto da *FSP*, as pautas debatidas em tal encontro parecem atentar a determinadas injunções em duas instâncias: i) em relação à liberdade de expressão, enquanto um direito manifesto na Constituição (ainda que não se trate, aqui, de uma referência explícita) e ii) a respeito da livre associação empresarial, evidenciando contornos de uma conjuntura histórica capitalista de produção e circulação de sentidos na mídia, questão essa que será circulada também a respeito de temas como a concentração da propriedade de veículos midiáticos. Veremos, mais adiante, que o embate a respeito da valia de políticas do livre mercado em contraste com certo intuito progressista de mudança nestes nichos já estabelecidos por meio de políticas sociais será construído discursivamente pela *FSP* em torno da questão da regulação da mídia. Este dado conforma as formações discursivas que entram em embate nestes textos, fortalecendo, assim, o valor de alguns destes sentidos em detrimento de outros.

Antes da descrição dos contornos conferidos a estas formações discursivas na circulação, nos próximos subitens mostraremos alguns dos recursos pelos quais a *FSP* constrói discursivamente a posição de Dilma Rousseff e da oposição. Também neste sentido, no item 4.2.

realizou-se uma análise de como a *FSP* “acontecimentalizou” determinado encontro do PT em que tais questões foram debatidas.

#### 4.1.1. Primeiras evidências construídas pela *FSP* em torno das posições enunciativas de Dilma Rousseff

Na reportagem *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa* (22/07/2010), o título do texto publicado pela *FSP* evidencia ao leitor que são questões que têm cunho polêmico e, logo, serão retomadas, dado importante ao analisarmos a construção deste discurso midiático que circula hegemonicamente, e, neste caso, comprovado pelos dois primeiros sublinhados:

(6) [...]

Em entrevista à TV Brasil, Dilma se posicionou contra o controle social da mídia e a taxaço das grandes fortunas. A candidata afirmou também que a reduço da jornada de trabalho deve ser negociada entre empregados e trabalhadores.

O controle social da mídia e a taxaço das grandes fortunas foram os pontos mais polêmicos do primeiro programa apresentado ao TSE. Após críticas de aliados, Dilma apresentou uma segunda versão que omitia esses itens.

A candidata petista ainda prepara uma terceira versão do documento que estabelece as diretrizes de seu eventual governo.

Na entrevista, Dilma saiu em defesa da **liberdade de imprensa**. "O único controle que existe é o controle remoto. Sou contrária ao controle do conteúdo. No que se refere a controle social é impreciso. Não existe controle social que não seja público", disse.

Para ela, "é inadmissível a censura à imprensa, ao conteúdo, à crítica". "Sou rigorosamente contrária ao controle da imprensa", completou.

A petista disse ainda que nunca um governo recebeu tantas críticas por parte da imprensa e insinuou que há políticos que interferem na mídia. Disse, porém, nunca ter ligado para qualquer veículo para reclamar. [...] (do texto da *FSP*, 22/07/2010 – *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa*, grifos nossos)

A reportagem da *FSP* mostra que, em um primeiro momento, a candidata incluiu em seu programa de campanha política o tema do *controle social da mídia*, e que, aparentemente, se podia falar deste assunto naquela conjuntura – estando presente, assim, a construção de certa continuidade em relação às propostas de Lula; este acontecimento se deu no momento em que se discutiam polêmicas tomadas pela *FSP* como de natureza semelhante, quais sejam, *a taxaço de grandes fortunas e a reduço da jornada de trabalho*, criando equivalências de sentido entre mídia, mercado e o *controle social*. O enunciador midiático *FSP* constrói o *controle social* de que

os enunciadores políticos falam, neste sentido, juntamente a outras políticas que vão contra os moldes desta *livre associação empresarial*: tal proposta se dá como um possível atentado à conjuntura capitalista (ainda que a fala de Dilma recortada pela *FSP* tenha criado distâncias entre os sentidos de *controle social da mídia e censura*), leitura que se coaduna à emergência de sentidos da ordem do *alerta* e do *receio* quando a *FSP* constrói sua posição e a de outros enunciadores midiáticos.

Vale ressaltar, também, que o enunciador midiático evidencia a obrigatoriedade da apresentação deste documento, depois da ocorrência de uma minirreforma eleitoral<sup>13</sup>; a apresentação deste dado é um dos que confere contornos especiais a tais propostas, pois uma responsabilidade jurídica foi imputada aos candidatos, e tão pronto como se deu a sua circulação, o PT se viu compelido a silenciar aquilo que havia sido dito.

Assim, esta foi uma das maneiras pelas quais se realizaram posições enunciativas na grande mídia: contestando-se a coerência de Dilma Rousseff, bem como de outros enunciadores políticos que se propõem certa regulação. Neste sentido, a *FSP* sublinha que não se trata de dizeres que circularam amistosamente nesta determinada formação social, fazendo com que se gerasse uma segunda versão que silenciava tal discussão. Isto nos leva a observar que a emergência das posições enunciativas que tal dizer colocou, quando pensado para a construção deste lugar de candidata na grande mídia, foi de alguma forma controlada por parte do PT, agora em favor de uma apologia ao direito manifesto da liberdade de expressão, mesmo dadas as pressões de setores do partido – não só neste ano eleitoral – para que tal tema fosse não apenas uma pauta, mas uma prioridade.

Por sua vez, na fala da candidata Dilma trazida em discurso direto a questão da existência ou do estabelecimento de um controle é transplantada de um campo do polêmico – aquilo que suscita interpretações, comentários, avaliações, onde a polissemia é negociada – e foi trazida para o âmbito do sem sentido (o *nonsense*), lugar em que os vínculos entre palavra e coisa, fundamentalmente já instáveis, extrapolam uma questão referencial, criando um efeito polissêmico que vai em direção à construção do humor: desvencilha-se da responsabilidade de

---

<sup>13</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 03/10/2010 - **Campanha não teve discussão de propostas**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0310201037.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

falar sobre aquilo (e, neste caso, de uma definição precisa e não contraditória a respeito de tal proposta) valendo-se da construção humorística, relacionando-a ao objeto controle remoto, um elemento bastante familiar aos brasileiros desde que a televisão começou a ganhar prestígio em nossa sociedade, remetendo a uma garantia de soberania daquele que interpreta, fortalecendo uma posição contrária à regulação da mídia por uma oposição entre o *controle social* e um 'controle individual'.

Esses dizeres de Dilma Rousseff antecipam uma espécie de cisão, marcada nas reportagens da *FSP*, que se mostrará acentuada entre as propostas da candidata – também, a partir do lugar de presidente eleita do Brasil – e a dos integrantes do Partido dos Trabalhadores. Neste primeiro momento, seus colegas de partido insistentemente recorrerão à necessidade de discutir a proposição de regulação, ao passo que a presidente Dilma Rousseff não aparece mais como filiada a tal questão depois de alguns desenrolares da eleição presidencial de 2010. Mais do que isto, vemos que o instante em que se trata tal proposta inicial que inclui o *controle social da mídia* será, basicamente, o único momento em que as reportagens indicam alguma filiação explícita da candidata a este enunciado neste ano. Mesmo depois de que pudemos constatar deslizamentos nos usos destes dizeres, de modo que os gestos de designação foram renovados, não veremos uma filiação marcada de Dilma Rousseff a qualquer uma destas propostas de controle neste ano, como o faz, por exemplo, o próprio ex-presidente Lula.

Estas são, de início, algumas evidências que se constroem ao leitor a respeito da posição enunciativa de Dilma Rousseff na *FSP*, sobretudo em relação a um primeiro instante em que a candidata se filiou à proposição de uma regulação, mais especificamente ao *controle social da mídia*. Veremos, mais adiante, que tais potenciais efeitos de estabilidade serão rediscutidos e novamente colocados em xeque pelo órgão midiático, cuja leitura proposta (ou imputada?) se valeu, inclusive, da interpretação e circulação de determinadas imagens.

Antes, no entanto, os posicionamentos enunciativos que puderam emergir a respeito da oposição ao governo, sobretudo a partir da figura do candidato José Serra (PSDB), são também dignos de comentário para compreender como a *FSP* constrói as posições dos partidos políticos em torno do problema da regulação da mídia. Uma vez que estamos diante de uma corrida eleitoral, em que os embates político-partidários aparecem com grande força e visibilidade (e

mesmo com determinada agressividade, se se pensam, por exemplo, os debates políticos televisivos, tradicionalmente circulados em rede nacional, também sob modalidades enunciativas específicas), parece-nos importante que mostremos aspectos mais concretos de como se puderam realizar tais posições de enunciadores políticos contrárias (ou não) à proposição de uma regulação da mídia.

Como se conformam e estabilizam as posições enunciativas que a *FSP* enquanto órgão midiático pôde demonstrar, em relação ao que pôde ser dito por aqueles que não-veladamente estão contra algumas das principais políticas do governo e do PT? Afinal, esta foi uma forte bandeira do PSDB – principal partido de oposição à Dilma Rousseff – nas eleições de 2010 e, também, em 2014. A mídia, conforme faz parte de seu trabalho simbólico ao qual a sociedade se fia, propõe-se, em primeira instância, a mostrar uma versão bastante “fiel” e imparcial do que seriam tais acontecimentos; no entanto, conforme concebemos em Análise do discurso, não há lugar para a imparcialidade no gesto de enunciar e, sobretudo, nos potenciais de fazer circular massivamente determinados sentidos e não outros – recursos e poderes sempre disponíveis a meios hegemônicos como a *FSP*.

#### **4.1.2. A oposição**

Dados tais embates colocados em pauta pelo problema que olhamos, notamos que eventos e encontros de jornalistas são momentos importantes na circulação da questão na *FSP* para suscitar comentários, evidenciando a necessidade de os jornalistas falarem sobre esta questão durante a candidatura, uma vez que ela está posta em pauta e diz respeito a um embate histórico entre jornalistas da grande mídia e enunciadores de grupos políticos, sobretudo do PT. Nesse sentido, um dos textos que circularam é formulado a partir de dizeres proferidos no 8º Congresso Brasileiro de Jornais, em que ambos os candidatos Dilma e Serra realizaram falas.

Dado o momento oportuno do embate político-partidário visando o cargo de presidente, o candidato do PSDB à presidência, José Serra, também é um dos políticos que comentam, na *FSP*, a circulação destas propostas de controle que, até o momento, foram realizadas por partidos que lhe são adversários. Em um dos textos, intitulado *Serra acusa PT de financiar “blogs sujos”*;

*Dilma chama tucano de “patético”* (20/08/2010), a circulação midiática de alguns excertos de uma intervenção deste sujeito político são de cunho bastante assertivo em relação a tais propostas de controle e à liberdade de imprensa:

(7) O candidato do PSDB à Presidência, José Serra, acusou o governo Lula de "financiar blogs sujos para patrulhamento de jornalistas" e **usar dinheiro público para custear conferências que propõem a restrição da liberdade de imprensa.**

[...]

Serra disse que o governo federal apoia o **cerceamento da liberdade de imprensa** e de informação.

[...]

Para o candidato tucano, o governo Lula tenta intimidar a imprensa de três formas: por via legal, com a realização de conferências que sugerem o controle social sobre a mídia; pela **publicidade oficial**; e pela intimidação indireta de jornalistas.

Depois de defender a liberdade da imprensa, porém, Serra se recusou a responder perguntas de jornalistas [...]. [...] (do texto da *FSP*, 20/08/2010 – *Serra acusa PT de financiar "blogs sujos"*; *Dilma chama tucano de "patético"*, grifos nossos)

Vemos o aparecimento de outra maneira de designar tal regulação trazida sob a forma do discurso direto, um retrato da sujeição destes dizeres às malhas do poder no embate político-partidário: o que o candidato à presidência José Serra chama de “[...] *patrulhamento de jornalistas*” implica uma clara ideia de observância, de vigilância, em um sentido bem mais agudo (e mesmo militar) do que o *controle social da mídia*. Ou seja: está novamente presente a ideia basal do controle e de uma ordem discursiva, em graus distintos. Ao mesmo passo, mostra-se que há um ímpeto político-partidário – de seus adversários na eleição presidencial, em especial do PT – sendo realizado, valendo-se de dinheiro público para tal prática, o que é uma ocorrência bastante grave caso, de fato, se está aproveitando tal espaço para falar sobre censurar a mídia. Este contorno dado a tal regulação é um recurso que a *FSP* já se valeu para comentar tais propostas (excerto nº. 5), aqui formulado em discurso indireto, o que mostra que a *restrição da liberdade de imprensa* apontada nesta acusação (assim como, no título, a escolha verbo *dicendi* em *Serra acusa [...]*, também paráfrase de autoria deste enunciador midiático) se realiza não apenas nas falas do enunciador político, mas no modo como se entrelaçam as falas do enunciador midiático e os ditos de Serra que a *FSP* recorta.

Em sua fala, o candidato traz à tona diferentes maneiras possíveis de que se dê tal

proposta, sendo que dialogam, evidentemente, com a questão da legitimação para a realização de tal gesto – e que neste caso se mostram institucionalmente situados, conforme mostra a escolha *publicidade oficial*, corroborando o descrédito conferido ao governo e ao PT. Como aconteceu na fala de Marina Silva pelo emprego da lexia *aparelhamento* (excerto nº. 4), aqui isso se realiza *pela publicidade oficial* e por duas formas de alto grau de vigilância: o gesto de *intimidar a imprensa* e a *intimidação indireta de jornalistas*, sendo a segunda, inclusive, sorrateira e potencialmente perversa, devido à adjetivação *indireta* ao substantivo *intimidação*. Neste sentido, o próprio dizer *controle social da mídia* aparece caracterizado de outra maneira, estabelecendo uma relação de dominância: *controle social sobre a mídia* (grifo nosso).

Já no fim do texto, então, concede-se voz a Dilma Rousseff, que reitera a posição já expressada anteriormente – parece-lhe bastante claro que não se pode e/ou não se deve falar sobre controle, ou ao menos não nos termos que foram anteriormente propostos pela candidata juntamente a seu partido. Na construção desta massa de textos, notamos que amiúde a *FSP* aponta que a questão será recorrentemente posta pelo partido de origem da candidata, e a posição de Dilma aparecerá como constante – e majoritariamente avessa a seus pares – neste sentido. A reportagem da *FSP* ao parafrasear Dilma, ainda, relata uma tentativa da candidata de desvencilhar-se não apenas na referência ao *controle remoto* (excerto nº. 6), mas também quando interpelada a respeito do *apoio e financiamento do governo a conferências com propostas supostamente contrárias à liberdade de imprensa*. Uma de suas falas trazidas em discurso direto, também, vale-se inclusive de dizeres explicitamente carregados de uma memória do sujeito que interpreta tais dizeres a respeito de uma ditadura militar. Isso se dá, por exemplo, na oposição entre o *barulho da crítica* e o *silêncio da censura*, que contrastam democracia e autoritarismo:

#### (8) PAZ SOCIAL

[...]

Em seu discurso, [Dilma] defendeu a liberdade de expressão e de acesso à informação. "Não há liberdade onde falta informação. Prefiro o barulho da crítica **ao silêncio da censura**. A paz social não é obtida usando **mordaca**", disse. (do texto da *FSP*, 20/08/2010 – *Serra acusa PT de financiar "blogs sujos"*; *Dilma chama tucano de "patético"*; grifos nossos, salvo o título "PAZ SOCIAL")

O enunciador político José Serra, por sua vez, além de haver sido já apresentado pela *FSP* no título da reportagem a partir do verbo *acusa*, bastante mais assertivo que outro verbo *dicendi*

utilizado na reportagem (*Serra disse que o governo federal apoia o cerceamento da liberdade de imprensa e de informação.*), é, assim, um dos que enunciadores políticos que corrobora a visão construída pela *FSP*: há certa 'acusação' a ser feita (realizada por Serra), que foi colocada em domínios associados comuns à urgência de um 'alerta' e à emergência de um *receio*, por parte de enunciadores midiáticos frente a tais gestos. Há aqui, assim, certa consonância de posições entre Serra e o enunciador midiático reforçadas na reportagem, ao passo em que o PT está em uma formação discursiva outra: novamente, coloca-se em questão a coerência dos posicionamentos dos enunciadores do PT e do governo, sobretudo pela filiação anterior de Dilma Rousseff a um *controle social da mídia* na primeira versão do programa de governo (excerto n.º. 6).

#### 4.2. O encontro da cúpula do PT

Temos, então, o que tomamos enquanto um momento singular para a discussão da regulação da mídia no âmbito da política brasileira atual, que é o levantamento de uma questão delicada em relação à mídia desta sociedade: trata-se de uma série de discussões levantadas pelo Partido dos Trabalhadores em diferentes momentos de um encontro realizado pelo partido, em que se discutiram questões relativas à regulação da mídia, bem como veiculação e “[...] imposição de uma versão única no país” (do texto da *FSP*, 02/09/2011 – *Cúpula do PT defende controle da mídia*, anexo B), fato este de alguma maneira já antecipado pela *FSP*. O excerto citado que parafraseia a *resolução preliminar*, bem como as aspas (marcas enunciativas de distanciamento presentes em “*tolhem a democracia*”, “*silenciam*”, “*marginalizam*”, a “*democratização*” da mídia, a “*quebra de monopólio*”, “*certos veículos que flertam com mecanismos ilegais*” e “*conspiração que tentou derrubar, sem êxito, o PT e Lula*”, elencados em uma enumeração pelo aditivo *e*, salvo os dois últimos enunciados), constroem, sobretudo em dois momentos do texto, olhares díspares face à mídia brasileira. Conforme os primeiros dizeres da reportagem postulam, sobretudo os verbos empregados, o *documento* de autoria do PT *ataca a imprensa e defende o controle da mídia*, gerando uma imagem de cunho autoritário do partido face à problemática por meio de uma oposição de sentidos de teor belicoso ('ataque'/'defesa'), que cria disparidades entre a atuação da *imprensa* e a necessidade do *controle da mídia*.

Após estes muitos distanciamentos que contribuem com a criação de efeitos, ainda, introduzido por um conector concessivo (*apesar disso*), e admitindo na reportagem certa contradição ou um fato inesperado, qual seja, o dado de que *o partido sustenta que é contra qualquer tipo de censura*, tal polêmica é imediatamente seguida por um exame realizado pelo órgão midiático *FSP* que enuncia (*A **Folha** apurou que o governo...*), reafirmando a construção de uma posição enunciativa objetiva frente a tais dizeres de outrem, de modo que o emprego do verbo 'apurar' confere precisão à investigação que, conforme citado, é 'atacada' pelo PT e passível de controle por parte do mesmo partido.

Neste sentido, alguns dos dizeres circulados, sobretudo em 2010 e agora em 2011 (o ano da corrida presidencial e o subsequente), evidenciam que a discussão sobre a implementação de mecanismos de regulação será levantada. Em alguns textos anteriores da *FSP*, inclusive, retrata-se um esforço em criar órgãos legitimados de controle, de modo que estes são muitas vezes elementos citados em maiúsculas, conferindo-lhes na materialidade textual um determinado estatuto:

(9) A primeira versão do projeto do governo para o setor de telecomunicação e radiodifusão prevê a criação de um novo órgão, a [...] Agência Nacional de Comunicação [...], para regular o conteúdo de rádio e TV. (do texto da *FSP*, 07/12/2010 – *Governo estuda regular conteúdo de rádio e TV*)

Nesta reportagem, os sentidos da ordem do *exame*, *estudo* e da 'apuração' aparecem, ineditamente, para a construção da posição dos enunciadores políticos que a *FSP* traz para a formulação, em especial o *governo*; mais especificamente, trata-se de um poder em transição, que daria continuidade e encabeçaria tais propostas inicialmente tratadas por Franklin Martins. Na oração do subtítulo [...] *proposta, que será entregue a Dilma*, está marcada tal sequência pelo uso do verbo no futuro do presente (*será*). O exame por parte do governo, com certo cunho objetivo proposto, no entanto, é contradito por uma avaliação do próprio enunciator midiático *FSP*: este órgão, em seu dever jornalístico aqui construído, *teve acesso à minuta da proposta*, o que dá crédito a seu trabalho simbólico (sabe-se, inclusive, sua extensão: *tem cerca de 40 páginas*), mesmo que posteriormente se ressalte a constância do silêncio imputado a tal texto (conforme marca a locução verbal em *vem sendo mantido em sigilo*) por parte dos proponentes. O modo como a realização desta proposta é apresentada, inclusive, além de imputar vigor à atuação

do veículo em questão, marca certa incoerência na proposição do PT, pois confere uma falta de transparência à atuação do partido e, de maneira mais agravante, do governo.

Nesta reportagem, marcas de distanciamento realizadas pelo enunciador midiático *FSP*, ainda, estão presentes não apenas por meio de aspas ou por locuções como *Para o governo*, conector que introduz a visada do outro de que *a agência não significa censura* (em que, por meio da metalinguagem grifada, se representa a atitude do enunciador midiático *FSP* face ao dito pelo *governo*). Também, pode-se ver seu funcionamento nos operadores argumentativos utilizados quando se suscita a posição de enunciadores midiáticos imediatamente após a posição governamental, dando a última palavra presente no texto: *Representantes do setor, porém, avaliam que a proposta abre brechas para cercear jornalismo e dramaturgia* – de modo que a adversativa grifada marca as diferentes visões. A não-equivalência de sentido entre *agência* e *censura* na fala do enunciador político governamental, assim, é contraposta por uma equivalência entre *a proposta* (uma paráfrase do dito pelo governo) e *cercear jornalismo e dramaturgia*, por parte não apenas do enunciador midiático *FSP* que formula, mas também de outros *representantes do setor* de mídia.

Em um primeiro momento, este fato – o encontro do PT para discutir tais questões – que apareceria como um acontecimento em um sentido corrente – já se mostra enquanto algo que será comentado, analisado por políticos, jornalistas, o que lhe confere contornos de um acontecimento discursivo conforme o concebemos; igualmente, o modo como se realiza a fala da enunciativa Dilma, ao, de certa maneira, buscar isentá-la das responsabilidades de autoria desta questão, também evidencia ao leitor a desfiliação da presidente e a grande circulação que virá junto à problemática na construção da *FSP*:

(10) Eu não falo a respeito do que fala o ministro, eu não faço avaliação. O que eu acredito [...] é que deve haver uma grande discussão [...]. (*Dilma*, 12/11/2010 – *MÍDIA DIGITAL* – *Petista se nega a falar de controle*)

O título da reportagem, ao enunciar que Dilma *se nega* a falar sobre controle, fortalece não apenas uma tentativa de fuga a tais responsabilidades, mas certa leitura de tal acontecimento. Na fala de Dilma em discurso direto escolhida, neste sentido, reitera-se o uso da primeira pessoa do singular (*eu não falo [...], eu não faço [...], o que eu acredito [...]*), o que acentua a

personalização desta ideia, em contraste com o próprio modo como se anunciou este enunciador no título: mesmo já divulgados os resultados da eleição, não se trata de uma futura 'presidente' que se nega a falar de controle, mas de uma *petista*, cuja posição não coaduna com a de outras importantes figuras de seu partido.

É bastante inequívoca, ainda neste momento, a posição que manifesta Dilma Rousseff, recorrentemente retomada pelo órgão midiático quando a questão da regulação da mídia é suscitada. Neste sentido, mesmo outros enunciadores políticos que estão filiados ao governo de Dilma Rousseff, quando comentam a opinião da presidente a respeito da questão, são categóricos em afirmar tal posição enunciativa da presidente, criando disparidades de sentido entre a regulação proposta e a censura – eximindo-se da responsabilidade que tal dizer traz consigo:

(11) [a presidente Dilma é] “terminantemente contra” [a censura à imprensa].

“Todos nós temos convicção de que a liberdade de imprensa deve ser mantida a qualquer preço e a qualquer custo no país” [...]. ([...] ministra Ideli Salvatti (*Relações Institucionais*) [...], 04/09/2011 – *Marco para mídia é pauta do governo, dizem ministros*)

No subtítulo da reportagem, no modo como a *FSP* realiza em discurso indireto uma leitura do Congresso do PT, o uso verbal que designa o gesto deste partido frente a mídia mostra também tons da posição que o enunciador midiático constrói face a tais discussões: *petistas aprovam textos que ataca imprensa*; este emprego verbal é, ainda, retomado já no modo como se introduz a reportagem, em paráfrase do que foi dito pelo *ex-presidente Lula* ao *atacar a imprensa*, o que mostra não apenas a constância de um posicionamento da *FSP*, mas certa regularidade nos mecanismos pelos quais se o realizou.

De forma bastante rápida, aparece a participação na luta armada contra o regime militar por parte dos membros do PT como um meio de tornar irracional a associação entre tais propostas de regulação e uma eventual possibilidade de *censura*, ou mesmo de controle de conteúdo: neste sentido, os dizeres “*todos nós [petistas] temos convicção de que a liberdade de imprensa deve ser mantida a qualquer preço e a qualquer custo no país*” retomam tal luta, ainda que apenas a tangenciando, para justificar, também, dizeres da seguinte ordem:

(12) [...] o marco regulatório é bom para o país e para a imprensa séria [...]. [...] falar em censura é oportunismo ([...] ministro Gilberto Carvalho (*Secretaria-Geral da Presidência*) [...], 04/09/2011 – *Marco para mídia é pauta do governo, dizem ministros*)

Na fala do ministro Gilberto Carvalho, apresentado como *um dos principais interlocutores de Dilma*, vale-se de mecanismos bastante similares para elencar fatos que deslegitimariam a atuação da imprensa em questão: se tal proposta é sã “[...] *para o país e para a imprensa séria*”, não estaríamos diante de meios que trabalham com devida responsabilidade no Brasil. Do mesmo modo, se há equivalências de sentido entre a “*falar em censura [...]*” e “[...] *oportunistamente*”, segundo tal visada, busca-se imputar tal interpretação ao problema, que poderia, de outra forma, “escapar” e ser objeto de polêmicas. Novamente, após tal posição construída do enunciador político, a *FSP* aparece para investigar (*A **Folha** apurou que a ideia é...*) os reais sentidos por detrás de tais gestos (conforme indica a escolha do verbo sublinhado) e realizar a sua interpretação, claramente outra, dos fatos que se deram. Nesta reportagem, isso se dá a partir da fala de um dos enunciadores políticos que são trazidos majoritariamente em discurso indireto: *A ministra Ideli Salvatti [...]*, cujos ditos são distanciados do enunciador midiático por meio de aspas e, ainda, introduzidos por um verbo pouco afeito ao debate, de autoria do enunciador midiático (*[...] afirmou que o país precisa de uma lei que imponha “limites e direitos” [...]*).

O verbo *dicendi* utilizado, *afirmou*, neste sentido, acontece novamente, seguido de um conector adversativo em aposto (*, porém,*), que contrasta o que foi dito (a não-equivalência do dito com a *censura*, suscitada pela *FSP*) com a posição que Ideli manifesta a respeito de Dilma Rousseff, também marcada por distanciamento enunciativo em aspas para o predicativo que qualifica o sujeito: *a presidente Dilma é “terminantemente contra” à censura à imprensa*. A *FSP* cria, assim, uma assimetria entre o que foi proposto e a posição que Ideli manifesta a respeito de Dilma Rousseff, o que é corroborado pelo último item da reportagem: ao retomar alguns dos dizeres presentes na polêmica resolução do PT, em especial o subtítulo da seção (“**JORNALISMO MARROM**”, negritas do original), novamente estão presentes *ataques à mídia*, interpretação realizada pelo enunciador midiático *FSP*.

Nota-se, então, que a questão vai novamente reverberar na circulação, também por uma relação com sentidos já constituídos no governo de Lula em relação ao embate entre enunciadores da mídia tradicional e grupos políticos que defendem a regulação. Tal conflito aparecerá, também, em um dos artigos de opinião (anexo C) que a *FSP* suscita para comentar o

problema:

(13) No Brasil, desde Lula, temos visto o ensaio do controle da mídia por meio de propostas como a criação de conselhos que garantiriam, segundo os que as concebem, a democratização da mídia. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – TENDÊNCIAS/DEBATES: *O PT e o controle da informação*, sublinhadas nossas)

No início deste texto de opinião, retomam-se memórias ditatoriais, criando equivalências de sentido entre o que houve nos governos de *Stalin, Mao Tsé-Tung, Fidel* e, agora, do PT, dado o título da reportagem que associa *PT* e o *controle* não da mídia, mas *da informação*. Introduzido por um advérbio de frequência, *mais uma vez*, demonstrando-se a recorrência de tal tipo de emergência, postula-se que *controlar a informação era e tem sido essencial* combate a *manifestações críticas*. Após esta leitura em um contexto mais amplo, traz-se tal polêmica para um âmbito local: uma equivalência é criada entre o que houve em tais regimes autoritários e o que se deu na Venezuela e na Argentina; neste sentido, isso se dá a partir do conector coesivo *Na mesma toada*, que qualifica as ações *d'a presidente da Argentina [...]* pela adjetivação *incansável* conferida ao emprego lexical de *campanha*, já munido de sentidos belicosos.

A denúncia realizada por este enunciador político em relação ao Brasil, neste sentido, se dá inicialmente em grau mais atenuado: ainda que não se cite a possibilidade de censura, *temos visto um ensaio do controle da mídia*, sendo o substantivo *ensaio* bastante menos categórico do que uma [*incansável*] *campanha*. Tal embate entre o ex-presidente Lula e a mídia traz também sentidos da ordem da necessidade de um controle a partir de uma metalinguagem (*segundo os que as concebem*) que cria distância entre o enunciador político Rubens Bueno e os enunciadores políticos que são favoráveis a tal medida.

Claramente, estamos diante de definições bastante conflitantes sobre como se realizaria tal regulação da mídia e, logo, até que medida seriam infringidos direitos de liberdade de expressão. Do mesmo modo, os partidos que não parecem se filiar aos contornos da proposta de regulação que até então está presente manifestarão suas posições:

(14) Em encontro nacional em Brasília, o PMDB divulgou um documento com 15 pontos que considera fundamentais. Entre eles está a garantia da liberdade de imprensa. A colocação deste item, segundo a Folha apurou, é um contraponto ao PT, que, em seu congresso, defendeu a regulamentação da mídia. (do texto da FSP, 16/09/2011 – *Deputado diz que PMDB não teme 'cara feia'*, grifos nossos)

As posições enunciativas que realizaram os representantes do PMDB, partido da base aliada do PT no congresso e nas candidaturas presidenciais que tratamos (2010 e 2014), neste momento é também objeto de discurso pelas reportagens da *FSP*. Passado determinado período após a campanha, tal partido manifestou uma série de pontos basais que dizem respeito a seus interesses; no entanto, a delicada relação do PT com o PMDB (que faz parte de uma ordem discursiva específica) impede que tudo seja dito: ainda assim, as propostas de controle são contestadas pelo órgão midiático. Valendo-se, assim, de seu poder em relação à informação, a *FSP* é quem toma cargo de fazer emergir um discurso que opõe o que foi dito a tais propostas mais explicitamente, conforme vemos nos grifos em sublinhados acima.

Nesta reportagem, estão presentes o que poderíamos chamar, grosso modo, de uma construção de *efeitos de incoerência* na relação entre PT e PMDB nas paráfrases realizadas pela reportagem da *FSP*, quando o enunciador midiático conferiu visibilidade a um acontecimento enunciativo peculiar que se deu no congresso do PMDB: a *FSP* assinala momentos em que Dilma Rousseff, em sua fala, referiu-se ao governo em primeira pessoa do singular (*meu governo*), em vez de utilizar a primeira pessoa do plural ('nosso governo'), construção de subjetividade enunciativa narrada pela *FSP* para fechar o item que versa sobre a delicada relação entre o PT e o partido da base aliada. O acontecimento da volta das expressões “*meu governo*” e “*parceiro*”, em discurso direto por parte de Dilma Rousseff, marcado aqui, ainda, representa também uma interpretação da *FSP* para construir a (não-)fiabilidade desta união, relacionada à possibilidade de propostas de regulação da mídia: a credibilidade do PT e de Dilma Rousseff, neste sentido, oscila mesmo entre seus próprios pares para tratar a regulação, uma vez que não há consenso com a base aliada; em relação ao PMDB, o enunciador midiático tampouco é neutro: retomam-se *revelações feitas pela Folha*, em tom de espetáculo, sobre irregularidades denunciadas pelo órgão midiático. Neste sentido, novamente o veículo aparece sob um tom de objetividade quando da expressão verbal na introdução coesiva realizada em aposto (,*[...] segundo a Folha apurou.*) do verdadeiro sentido que residiria em tais propostas (*[...] é um contraponto ao PT [...]*), embate relatado que reforça a incoerência da união entre os partidos, bem como as facetas do estranho acontecimento e do rebuliço narrados.

Em outra reportagem da *FSP* (anexo D), foi possível a emergência da posição enunciativa

de mais um dos integrantes do partido da base aliada: o texto inicia a partir de uma adição que qualifica duplamente o nome *Senadores*: sua posição avessa ao texto do PT (marcada no verbo *dicendi criticaram*) é realizada por parte de *aliados e da oposição*; neste sentido, a fala do enunciador político Jarbas Vasconcelos (PMDB), um afeito a *uma ameaça à liberdade de imprensa*, qualificada como *digna de “tribunal inquisidor”* é introduzida como *O discurso mais duro*:

(15) Toda vez que algum malfeito petista aparece nas páginas dos jornais e das revistas, a cúpula do PT se apressa em ressuscitar o chamado marco regulatório da mídia. (*Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)*, 06/09/2011 – *Senadores criticam texto do PT para regular mídia*, sublinhadas nossas)

Estão presentes, assim, dizeres deste senador em estilo direto que marcam construções discursivas não contrapostas pelo enunciador midiático *FSP* (gesto recorrente quando se comentou a defesa de uma regulação da mídia), quais sejam: i) a locução adverbial “*Toda vez [...]*” assinala a recorrência da emergência de *algum malfeito petista* na mídia; ii) um distanciamento enunciativo em relação ao proposto pelo PT ocorre para comentar o gesto designativo escolhido pelo partido, via metalinguagem: “[...] o chamado marco regulatório da mídia.”; iii) a posição enunciativa d’*O líder do PSDB*, Alvaro Dias (PSDB-PR), que desvela, a partir da preposição de valor final *para*, o significado que residiria oculto por detrás destas propostas: *impedir denúncias de corrupção*, de modo que o verbo *impedir* reforça o quão comum tem sido tal tipo emergência; iv) a posição enunciativa de outro *líder*, agora *o líder do governo*, Romero Jucá (PMDB-RR), que com o verbo existencial ‘haver’ (*não há posição...*) marca a ausência de uma discussão na esfera legislativa brasileira (...*do Planalto*) a respeito do problema, o que favorece nuanças inconstitucionais na posição adversária.

Neste sentido, a defesa de um controle da mídia que fere direitos de liberdade de expressão também se estendeu ao caso argentino a partir de uma fala de um político do PPS, já analisadas (excerto nº. 13), trazida também pela *FSP* para comentar tal tendência. Novamente, vemos tal conflito materializado entre as posições enunciativas estabelecidas pelo poder presidencial/governamental e os destinos das medidas de regulação da mídia, retomando a conjuntura polêmica que se instaurou na Argentina na luta pela constitucionalidade (ou não) destas novas políticas encabeçadas por Cristina Kirchner:

(16) Na mesma toada, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, move incansável campanha contra o jornal “Clarín”, respeitado por fazer um jornalismo crítico e independente. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: O PT e o controle da informação*, sublinhadas nossas)

Ainda no artigo de opinião já comentado (excerto nº. 13, anexo C), há não apenas modos de desfazer o valor da posição adversária frente à do enunciador político que formula o texto, construindo, assim, uma posição contrária às necessidades de regulação; existe, ainda, certo modo de caracterizar uma formação discursiva própria, circunscrição de sentido que vai contra tais propostas de regulação da mídia e, além disso, enaltece o trabalho simbólico da imprensa nos regimes democráticos. Isso se deu, até então, sob a pena do enunciador midiático *FSP* (que recorrentemente qualifica sua atuação frente a tal problema como 'apurada'), mas aparece aqui também sob a fala de um enunciador político, cujos dizeres, dado o caráter do texto de opinião, são em menor grau atravessados pelo modo como o enunciador midiático *FSP* constrói sentidos sobre tal formação discursiva. Ainda assim, há consonância entre as posições do enunciador midiático *FSP* e do enunciador político Rubens Bueno, o que é bastante claro pelo recurso comum utilizado: ao mesmo tempo em que a *FSP* qualifica seu trabalho como 'apurado', na fala de Rubens Bueno o *Clarín*, um dos veículos midiáticos argentino mais abertamente contra tal tipo de regulação, aparece sob uma construção discursiva semelhante (realizada pelos predicativos conferidos a seu *jornalismo: crítico e independente*).

Este texto faz parte de uma série de textos que emergiram na *FSP* para tratar o acontecimento do 4º Congresso Nacional do PT, que aparece como um grande objeto de comentário pois se caracteriza neste espaço midiático uma espécie de rompimento com uma normalidade vivenciada logicamente pelo sujeito ('não se pode falar em censura') em alguns dos dizeres que serão suscitados. Mais do que isto, trata-se de um dos muitos momentos de afirmação da força deste partido político e de sua legitimidade em tal cenário, depois de longos períodos de eleições frustradas no período pós-redemocratização do Brasil e duros embates pelo ganho de espaço político. Cabe, então, a pergunta: ao comentar tal acontecimento, as posições que a *FSP* permite circular corroboram tais visadas, tendo em conta tais novas posições enunciativas estabelecidas pelo governo e pelo PT, endossadas pelo grande estatuto deste partido em nossa sociedade?

Conforme notamos, a possibilidade – ou, mesmo, a necessidade – de atualização dos muitos gestos de designação que estiveram atados a este acontecimento, bem como os constantes momentos em que a *FSP* permite que a posição de Dilma Rousseff seja contestada, mesmo em relação aos conflitos anteriores centrados na figura de Lula, indica-nos, de início, que a resposta é negativa. De fato, após o ano eleitoral, em que sobretudo Dilma Rousseff e outros candidatos foram amplamente interpelados a posicionar-se, vemos uma marginalidade desta discussão, mas estamos diante novamente de um objeto de discurso tão pronto como ela emerge atada a este encontro do PT e a outras falas que viriam a anunciá-lo.

Veremos, mais adiante, que se torna claro aos proponentes da regulação que não se pode e não se deve falar alguns destes enunciados, justamente por tal atentado à forma-sujeito que se configurou na grande mídia, conforme as reportagens da *FSP* demonstraram, e da evidente presença de outras maneiras de falar a respeito deste controle, o que acaba sendo um recurso colocado aos efeitos de poder – afinal, conforme lemos em Foucault, o que é dito é escasso, dadas as infinitas possibilidades de falar sobre algo; corrobora-se, então, o dado de que em nossos dias a política (bem como a sexualidade) é um lugar privilegiado da produção do discurso, em que ele exerce os seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 2006:9-10).

Neste sentido, o dado de que houve mudança nos modos de designação das propostas de regulação da mídia desde já nos é primordial: ao passo em que os proponentes de tais medidas buscam estabelecer sentidos a respeito da diferença entre visadas representadas por dizeres como *o controle social da mídia* (como ocorreu em a expressão [*controle social da mídia*] pode ser interpretada como censura, a partir da metalinguagem grafada – excerto nº. 3) e, por exemplo, a *democratização da mídia* (*O projeto não estabelece censura, mas a democratização do acesso da sociedade aos meios de comunicação*<sup>14</sup>, por meio da não-equivalência de sentidos), estão também presentes enunciadores políticos e enunciadores midiáticos que são avessos a esta visão: por sua vez, buscam evidenciar que se trata, na verdade, do mesmo.

Conforme se manifesta não apenas na quantidade de gestos de designação escolhidos por parte de enunciadores oriundos sobretudo do governo ou do PT, mas, de fato, na necessidade de

---

<sup>14</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 08/12/2010 – PT-SP discute criar Conselho de Comunicação. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0812201013.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

uma mudança e na imperatividade do estabelecimento destes “novos” dizeres, a grande mídia, representada aqui pela própria *FSP* enquanto enunciadora, em certo momento é inclusive contundente em afirmar o teor da mudança: *O PT baixou ordem interna: a expressão “regulação da mídia” será substituída por “democratização da mídia”*<sup>15</sup>, dizeres em que o futuro do presente grafado marca uma interpretação absoluta do deslizamento de sentido.

Assim, após esta breve caracterização inicial de como se constrói discursivamente o embate a respeito da necessidade (ou não) de medidas de regulação da mídia no Brasil pelo discurso midiático da *FSP*, no seguinte item descreveremos as formações discursivas que estiveram presentes, um recurso metodológico importante para descrever como os demais textos que circularam a respeito da questão veicularam sentidos. Conforme os embates entre enunciadores políticos e enunciadores midiáticos demonstraram, estamos diante de uma emergência que pode ser descrita a partir de formações discursivas que aqui se apresentaram bastante antagônicas e, em certa medida, estáveis. Em seguida, assim, discutiremos quais são os contornos dados a estas formações discursivas pela *FSP*, ao sublinhar a emergência de determinados enunciados para tratar as propostas de regulação da mídia.

### **4.3. A emergência de enunciados divididos – uma análise a partir de sequências discursivas de referência (SDR)**

Depois desta análise inicial, parece evidente não apenas o estabelecimento de uma ordem que dita aquilo que pode ou não ser dito, mas também que não devemos tomar como ponto de partida as posições dos principais candidatos Dilma Rousseff e de José Serra, que foram os que chegaram a participar do segundo turno da eleição presidencial, enquanto antagônicas, uma vez que existem outros posicionamentos como os de Plínio de Arruda (PSOL) e diferentes demandas por parte de Franklin Martins. Neste sentido, também a candidata do Partido Verde Marina Silva evidenciou à sua maneira uma definição a respeito do *controle social da mídia*, que no exemplo dado (excerto nº. 4) difere da concepção veiculada por Lula (ainda que a candidata não exatamente o defina).

---

<sup>15</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. 17/04/2013 – **Painel**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/104266-painel.shtml>>. Acesso em 02/07/2013.

Antes de caracterizar como a circulação realizada pela *FSP* conformou formações discursivas em torno da questão, é importante mostrar como se realizaram a construção e os comentários que respeitam outras posições favoráveis à regulação. Neste subitem, faremos primeiramente uma análise dos recursos utilizados pela *FSP* ao veicular sentidos sobre uma defesa à necessidade de regulação da mídia, para finalmente apresentar quadros de relações parafrásticas estabelecidas a partir das formações discursivas.

Nas reportagens da *FSP* que tratam a regulação da mídia, no primeiro turno da eleição de 2010, com a presença de outros candidatos que não do PSDB e do PT, o candidato do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Plínio de Arruda Sampaio se filiou ao *controle social da mídia* (anexo E):

(17) “A **Folha de S.Paulo** não noticia meu nome nem a pau. E, quando noticia, é negativo, é de uma forma negativa”, disse Plínio no debate de ontem. Ele defendeu o “controle social sobre os meios de comunicação de massa”, que negou ser ligado a censura. (do texto da *FSP*, 27/10/2010 – *Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome “nem a pau”*, negritas do original)

Em um momento em que a credibilidade do veículo está colocada em questão pela posição do candidato, constrói-se uma visão favorável por parte de Plínio à regulação pelos seguintes recursos: i) em primeiro lugar, a paráfrase de seu dito introduzida pelo verbo *dicendi* ([...] *Ele defendeu...*); ii) posteriormente, há distanciamento enunciativo do gesto de designação da regulação da mídia em questão (...o “*controle social sobre os meios de comunicação de massa*”,), por aspas; iii) finalmente, por meio de uma paráfrase da não-equivalência entre tal proposta e a *censura* (*que negou ser ligado a censura.*), realizada pela *FSP*. Assim, configura-se a defesa de uma regulação nos dizeres de Plínio.

A construção da posição do enunciador midiático *FSP*, novamente reafirmando seu cunho objetivo, é notável, sobretudo, no fechamento do texto. Neste sentido, se a demonstra face a tal dito e também em relação a seu próprio trabalho, que se constrói como plural: introduzida por uma oração que postula uma verdade com o presente do indicativo (*A **Folha cobre** a campanha do candidato do PSOL.*) em oposição ao que foi dito pelo enunciador político no excerto, reafirmam-se, por enumeração, os dizeres presentes nas duas últimas colunas do seguinte quadro esquemático:

Agente (sujeito)	Introdução/reiteração (locução adverbial)	Intensificador (advérbio)	Ação (verbo)	Tipo textual (objeto direto)	Objeto de discurso (complementos)
[A <i>Folha</i> ]	<i>Desde o início da disputa eleitoral</i>	<i>já</i>	<i>publicou</i>	<i>entrevista</i>	<i>com ele</i>
		<i>[e] (já)</i>	<i>(publicou)</i>	<i>reportagens</i>	<i>i) sobre suas propostas,</i>
					<i>ii) [sobre] seu patrimônio,</i>
					<i>iii) [sobre] sua participação no "Jornal Nacional"</i>
<i>iv) [sobre] a arrecadação da campanha do PSOL.</i>					

Quadro 1: Comentários da *FSP* a respeito da posição de Plínio de Arruda (PSOL)

Assim, aparece mais marcadamente a posição do enunciador midiático, que contesta o que foi dito pelo candidato. A *FSP*, ao introduzir-se como uma terceira pessoa e elencar uma série de *entrevista* e *reportagens*, cria um efeito de distanciamento nesta avaliação e em relação ao dito pelo candidato do PSOL. Fortalecendo os efeitos de pluralidade aqui criados, comumente contestados por proponentes da regulação em relação não apenas no que respeita a *FSP* mas também a grande mídia televisiva, argumenta-se, ainda, que o candidato *foi convidado para o debate promovido pela mesma Folha e pela RedeTV*, o que coloca tais meios como sujeitos agentes de sua realização.

O enunciador midiático *FSP*, assim, contestou a necessidade de tais políticas requeridas por enunciadores políticos como Plínio de Arruda a partir da construção deste lugar de pluralidade, associando tais intentos primeiros à possibilidade de censura da mídia. Neste sentido, na *FSP* a questão parece ganhar cunhos autoritários não apenas ao evocar sentidos a respeito de uma potencial censura ou pelo modo como ela se deu na ditadura militar brasileira, mas também em relação aos dizeres que agora se instauram, dizeres estes que serão inclusive retomados e comentados mais de uma vez pelo órgão midiático. Um exemplo é uma fala de Franklin Martins, um dos afiliados do PT que mostra maior ímpeto em realizar tal discussão:

(18) A discussão está na mesa, está na agenda, ela terá de ser feita. Pode ser feita num clima de entendimento ou de enfrentamento [...]. (*ministro Franklin Martins (Comunicação Social)*, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*)

O uso do futuro do presente (*terá de ser feita*) além da reiteração pelo presente do

indicativo (*está na mesa, está na agenda*) denotam não diálogo, mas obrigatoriedade – o que é reforçado pelo verbo em seu segundo dito (*Pode*) –, ainda que a oração realizada na voz passiva (*ser feita*), mostre certo desvencilhamento de Franklin à responsabilidade que tal dito colocaria. A emergência realizada na *FSP* e a construção da posição do enunciador midiático, no entanto, não eximem sua fala de comentários. Retomado mais de uma vez, este dizer adquiriu caráter impositivo na circulação, e será comentado inclusive pelo seu próprio autor, evidenciando o conflito entre os jornalistas e o ministro de Lula:

**(19)** A **Folha** botou na primeira página que eu tinha dito num tom quase arrogante algo como “vai haver controle”, “com consenso ou sem consenso [...]” (Franklin Martins, 26/11/2010 – *Ministro diz que Folha distorceu suas palavras* e 17/12/2010 – *Franklin volta a acusar Folha de distorção*, negritas do original)

Está materializado, assim, não apenas o acontecimento da volta do dito (*volta a acusar*, no título; *volta a afirmar*, no corpo da reportagem), mas também estão presentes na paráfrase realizada por Franklin Martins sentidos “novos” conferidos pelo próprio enunciador Franklin, com os quais não está de acordo. Isso leva o órgão, inclusive, a reafirmar seu lugar em relação à sociedade brasileira e à responsabilidade de sua circulação, o que vem enfatizado pelo uso de negritas, característico de quando este órgão midiático se cita:

**(20)** [...] a **Folha** não errou. O ministro disse o que foi publicado. (do texto da *FSP*, 26/11/2010 – *Ministro diz que Folha distorceu suas palavras* e em 17/12/2010 – *Franklin volta a acusar Folha de distorção*, negritas do original)

Em todos estes enunciados que propõem o estabelecimento de um controle e regulação, está presente também uma regularidade nas propostas que o defendem em tal conjuntura, que é, basicamente, uma negação absoluta de tais sentidos ao gesto da censura por parte dos proponentes – um gesto de desfiliação que, conforme pudemos observar, traz consigo questões de uma memória específica em relação à ditadura e ao controle dos dizeres no caso brasileiro, tocando sentidos da luta que se engendrou contra tal autoritarismo da censura:

**(21)** Não partiria de nós [do PT] esse tipo de proposta [que o governo trabalhe para censurar os meios de comunicação]. Lutamos para resgatar a democracia do país. (*Lula* – 18/06/2011 – *Lula ataca mídia e pede regulamentação*)

Na fala do enunciador político Lula reproduzida pela *FSP*, o uso do verbo 'partir' no futuro do pretérito (“[...] não partiria [...]”) em relação à primeira pessoa do plural *nós*

demonstra a possibilidade da existência de tal iniciativa, que foi colocada em paráfrase pelo enunciador midiático *FSP* (*Ele negou que o governo trabalhe para censurar os meios de comunicação.*), apenas em hipótese, o que se estende a si e a seus pares. Este sujeito *nós*, ainda, retoma a finalidade (*para...*) de sua luta na ditadura (*...resgatar a democracia do país*), opondo-se à censura.

Dado o conflito entre formações discursivas opostas, no entanto, estes contornos em tal posição são apresentados pela *FSP* sob a construção de outros teores: ao narrar a fala de Lula, nesta reportagem o enunciador midiático *FSP* inicia o texto avaliando, por meio do verbo *dicendi* (*[...] ex-presidente critica papel de "falsos formadores de opinião"*, no subtítulo; *Lula criticou o papel de "falsos formadores de opinião"*, no corpo da reportagem) e da paráfrase realizada a respeito da finalidade (*[...] se transformou em palco para...*) do que foi dito por Lula e Paulo Bernardo (*...dispararem ataques [...]*), criando, assim, o teor das discussões ocorridas em *um evento* realizado/protagonizado por *"blogueiros progressistas"*. Neste sentido, a distância enunciativa, duas vezes marcada em aspas, contesta o sentido conferido a *progressistas* e a interpretação dada por Lula ao papel da grande mídia.

Quando os enunciadores do PT constroem uma posição favorável à regulação opondo-se à censura da ditadura, em outro momento (excerto nº. 22) foi possível que se comentasse a participação efetiva dos atuais membros do partido nesta luta. O modo como a *FSP* apresenta Stuart Angel (*Angel foi preso, torturado e morto em 1971, aos 25 anos.*, pela voz passiva, além de *[...] morto pela ditadura militar*) é novamente distante da visão apresentada por Franklin (*Franklin afirmou que Stuart fez parte de uma "juventude maravilhosa"*, pelas aspas):

(22) Não é censura, as pessoas sabem disso, a regulação precisa ser feita. Tem gente que está com dificuldade de entrar no debate porque acha que não se pode debater a imprensa [...]. (*ministro Franklin Martins (Secretaria de Comunicação Social), após participar de evento em homenagem a Stuart Angel, morto pela ditadura militar: - 10/12/2010 – Agência não é censura, afirma Franklin, sublinhadas nossas*)

Ainda assim, se tomarmos o PT como uma unidade, estamos sujeitos a ver cisões, especialmente quando lugares e posições do âmbito do governamental são colocados em jogo, de modo que os sentidos a respeito da luta de atuais membros do PT contra o poder ditatorial podem deslizar para uma outra ordem de significação, que imputa autoria aos que se filiam a tal

proposta. Mais especificamente, responsabiliza-os pela emergência de dizeres sobre a censura, ao mesmo tempo em que aquele que enuncia se isenta de tais injunções:

(23) "É insensato [que o controle da mídia seja pauta do governo]. Lutamos para escrever na Constituição que não pode haver controle prévio e censura [...]." (Paulo Bernardo, então ministro das Comunicações pelo PT-PR, 02/09/2011 – *Cúpula do PT defende controle da mídia*)

Mais do que apenas a insistência de parte do PT no sentido de que há que estabelecer um controle, decorrido algum tempo após o amadurecimento da discussão vemos que a *FSP* materializa a consolidação de tal cisão de filiação entre Dilma Rousseff e o seu partido político de origem devido à margem que se abriu para a interpretação de densos contornos autoritários, que não podem ser relacionados ao lugar de presidente do Brasil (e todas as exigências que se lhe requerem) que Dilma recém alcançou, também em um sentido jurídico. Ainda assim, em diferentes momentos, existe uma cobrança (marcada no verbo *Ex-ministro de Lula cobra do PT*) e certo desejo do estabelecimento destas políticas públicas (representadas pelo verbo em *pede regulamentação*), como podemos ver nas seguintes chamadas:

(24) 18/06/2011 – *Lula ataca mídia e pede regulamentação*

26/11/2011 – *Ex-ministro de Lula cobra do PT mais iniciativa na área de mídia*

Assim, a candidata Dilma Rousseff, que foi eleita presidente no ano de 2010 para começar o exercício em 2011, não pareceu se filiar a tal ímpeto. Ou seja, ainda que estejamos falando de políticos oriundos de um mesmo partido podemos ver posições que conflitam, e um exemplo disto se dá caso coloquemos o lugar de presidente também em jogo: trata-se de um lugar diferente de, por exemplo, José Serra enquanto candidato não eleito, de modo que não responde às mesmas exigências de autoria – coerência, não contradição, pertença a uma ordem, unidade, enfim, responsabilidade – do que a presidente eleita, depois do fim da corrida eleitoral. Neste sentido, estas exigências integram a construção da posição enunciativa deste sujeito pela *FSP* frente a uma ordem discursiva democrática, cujos contornos esta grande mídia se valeu para multiplicar os sentidos que *enfim* residiriam em falas primeiras da presidente, ainda que alguns destes dizeres primeiros tenham manifestado mecanismos de desvencilhar-se da valoração negativa que os comentários da mídia poderiam conferir-lhes.

Neste sentido, os primeiros dizeres que pudemos observar um pouco mais a fundo e que

foram efetivamente empregados para designar tais propostas foram “*canal de diálogo*” com a *mídia*, o “*controle social*” da *mídia* e o *patrulhamento/intimidação de jornalistas*. A censura, já algumas vezes evocada, não é citada quando se está propondo tal controle – justamente porque aqui não se pode falar sobre isso.

Finalmente, evidenciamos que a interpretação proposta deu-se sobretudo a título de evidenciar algumas nuances das posições que estão em jogo, bem como os problemas colocados, de modo que apenas um destes dizeres circulará substancialmente nos textos observados, o *controle social da mídia*. As outras formas de designação que já salientamos terão um intervalo de uso e emergência bastante menor e não serão conservadas. Do mesmo modo, dizeres outros serão incorporados neste jogo discursivo, seus sentidos serão deslizados e o poder desta interpretação será objeto de desejo e poder, sobretudo por parte dos partidos políticos, dos que possuem cargos no governo e, claro, dos jornalistas da grande mídia. A alguns destes enunciados, inclusive, conforme demonstraremos, busca-se imputar interpretações, em uma tentativa de controlar os efeitos de sentido possíveis.

Propomos, então, que a emergência destes dizeres que vêm comentar a questão do controle e da regulação da mídia seja analisada tomando como ponto de partida duas formações discursivas de referência que determinam o que ali pode e deve ser dito, caracterizando formas de tomada de posição possíveis face a uma filiação à formação discursiva.

Assim, a identificação de um sujeito a um mesmo enunciado, então, poderia dar-se a partir de duas formações discursivas: o enunciado, então, estaria atravessado por formações discursivas diferentes, que permitem descrever as regularidades enunciativas que se formam em nosso *corpus*, de modo que cada uma destas filiações a estes dizeres se dá juntamente a redes de sentido específicas a uma determinada formação discursiva.

Fundamentalmente, estão presentes duas formações discursivas que atravessam tais enunciados: na **FD(controle da mídia)**, uma das regularidades de produção de sentido fundantes é o dado de que não se pode falar que tal proposta é uma 'censura'. O único objetivo de tal evocação é nada mais que se desfiliar absolutamente de tal domínio associado, colocando a realização de tal vínculo no âmbito do absurdo, do inconcebível, o que acontece sobretudo quando os proponentes de tais medidas estabelecem suas posições. Assim, evita-se utilizar tal

termo para que não sejam evocados tais sentidos na constituição do saber específico a esta FD, de modo a não criar relações de retomada com sentidos da censura ditatorial, estabelecendo, em seu lugar, vínculos com uma memória discursiva da luta da esquerda contra o poder. Há, também neste sentido, uma negação das propostas de controle de conteúdo. As falas em discurso direto de Franklin Martins (quadro 2) e o modo como a *FSP* traz os dizeres de Lula em discurso indireto (quadro 3) exemplificam o modo como puderam emergir tais retomadas:

<b>Não equivalências entre o dito e a censura</b>	<b>Sentidos pré-construídos</b>	<b>Efeito de evidência criado</b>	<b>Leitura da democracia / liberdade de expressão</b>
<i>Não é censura</i>	<i>, as pessoas sabem disso,</i>	(é evidente que...)	<i>a regulação precisa ser feita.</i>
<i>falar em censura é oportunismo</i>	<i>e para a imprensa séria [...].</i>	(a imprensa séria o faz; as demais – que nos contestam – não.)	<i>o marco regulatório é bom para o país</i>
<i>[O ministro classificou o temor de] "truque"</i>	<i>"porque todos sabem que isso não está em jogo".</i>	(é bastante sabido que...)	-

Quadro 2: Enunciador Franklin Martins em discurso direto

Sujeito	Ação 1	Objeto	Ação 2	Marcas de distanciamento	Recurso de distanciamento	Finalidade
<i>A ideia</i>	<i>é</i>	<i>que o sucessor de Hélio Costa seja alguém que</i>	<i>faça uma</i>	<i>[, segundo assessores de Lula,] “conexão com as TVs e jornais impressos”</i>	aposto aspas	<i>na busca não só de dialogar [...] mas transmitir o pensamento do presidente acerca de críticas feitas pela mídia contra seu governo.</i>
<i>Lula</i>	<i>quer</i>	<i>ministro</i>	<i>[para] abrir [um]</i>	<i>“canal de diálogo”</i>	aspas	<i>para [abrir um “canal de diálogo”]</i>
<i>ele [Lula]</i>	<i>tem se queixado</i>	<i>“atitude agressiva” de alguns setores da mídia [...]</i>	-	<i>[do que] classifica [de]</i>	metalinguagem	-

Quadro 3: Lula trazido em discurso indireto pela FSP: distanciamento da FD (controle da mídia)

Uma vez que grande parte dos proponentes são oriundos do PT, há a presença de um resgate de memória para pautar tal interpretação, que se baseia no entrave histórico realizado pela esquerda brasileira durante a ditadura militar, pela sua luta no estabelecimento de formas abertas e múltiplas de circulação de sentidos na mídia, almejando-se o fim da censura dos meios em tal período autoritário por meio de uma abertura política e de uma democratização. Estas referências à atuação dos atuais membros do PT na luta armada cria, também, um domínio do que se pode enunciar, de modo a controlar determinados sentidos que se associam a uma identidade, em reconstrução, do partido:

Sentidos pré-construídos	Oposição à censura
<i>Tribunal de mídia</i>	<i>é ficção</i>
<i>[Tribunal de mídia]</i>	<i>[isso] nunca foi pensado</i>

Quadro 4: Franklin Martins em discurso direto: oposição à censura na FD (controle da mídia)

A presença de sentidos que respeitam a democracia na construção das memórias discursivas que esta formação discursiva circunscreve é, neste sentido, um dado importante. Ao considerar o restabelecimento da democracia contra o poder ditatorial imposto e retomar sentidos da participação na luta armada para interpretar quais seriam os verdadeiros intentos do PT e de

seu governo, o argumentável em torno da necessidade de regulação da mídia recrutou sentidos sobre a participação popular não apenas no campo do social, conforme a emergência do *controle social da mídia* demonstra, mas também da ordem da democracia, como a *democratização da mídia* evidencia. Há, assim, uma leitura do que é a democracia, relacionada à necessidade de regulação da mídia.

Também, a partir da visada desta FD, ainda, há determinada leitura da Constituição: retoma-se o texto legal soberano como um modo de pautar tal luta contra o poder de grandes grupos midiáticos brasileiros, o que acarretou na presença de sentidos do campo econômico para pautar as propostas mais recentes, encabeçadas pelo enunciado *regulação econômica da mídia: monopólios de mídia, oligopólios, etc.* Configura-se, assim, certo limite do enunciável, construindo uma *memória discursiva* sobre a necessidade da regulação da mídia no Brasil, que entra em conflito com uma ordem discursiva capitalista e mercadológica já bem estabelecida, defendida por grupos midiáticos hegemônicos como a *FSP*.

Na **FD(censura da mídia)**, a associação entre a regulação e sentidos sobre a censura ditatorial é recorrente, sobretudo no sentido de justificar que a emergência de tais enunciados é apenas uma forma de não dizer algo que na conjuntura atual seria transgressor: que haverá, de fato, censura da mídia (como houve outrora).

Trata-se, antes de tudo, de uma visão que foi defendida nas formulações da *FSP*, de modo que se retomam e se realizam certas releituras do entrave entre a grande mídia brasileira e o governo Lula (PT), sobretudo da relação com Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social, personagem pivô das propostas de regulação da mídia durante o mandato de Lula. Tais sentidos são tomados a partir de efeitos de evidência na formulação, para justificar que o que está acontecendo é, de fato, um gesto de censura da mídia, afim àquela que houve na ditadura militar, mas agora por parte dos que se filiam a tais enunciados e, potencialmente, por parte de enunciadores políticos que são oriundos de partidos que se filiam a tal gesto e que ocupam cargos governamentais, como é o caso de Dilma Rousseff e os ministros que foram pela presidente escolhidos. A construção das posições de Helio Bicudo e de Lula exemplificam a construção de regularidades:

<b>Sujeito</b>	<b>Verbo de ligação</b>	<b>Predicativo do sujeito</b>	<b>extensão</b>
<i>Tudo o que se diz contrário à vontade dele [Lula]</i>	<i>é</i>	<i>mentira</i>	-
<i>Tudo o que se diz contrário à vontade dele [Lula]</i>	<i>é</i>	<i>para desestabilizar o governo dele, - finalidade</i>	<i>e por aí vai.</i>

Quadro 5: Helio Bicudo trazido em discurso direto pela FSP: delimitação da FD(censura da mídia)

<b>Sujeito</b>	<b>Verbo</b>	<b>predicativo</b>
<i>O papel da imprensa</i>	<i>não é</i>	<i>o de fiscalizar</i>
<i>O papel da imprensa</i>	<i>e sim</i>	<i>[o] de informar</i>

Quadro 6: Lula em discurso direto: *o papel da imprensa* na FD(controle da mídia)

<b>Sujeito</b>	<b>Verbo</b>	<b>Objeto</b>	<b>extensão</b>
<i>A imprensa</i>	<i>exerce</i>	<i>um papel de fiscalização</i>	<i>que em grande parte caberia à oposição.</i>

Quadro 7: Helio Bicudo em discurso direto: *a imprensa* na FD(censura da mídia)

Agente (sujeito)	Apresentação do enunciador	Operador argumentativo	Ação (verbos)	Objeto de discurso (objeto direto)	Funcionamento textual
<i>Helio Bicudo</i>	<i>fundador do PT</i>	-	<i>afirma</i>	<i>que Lula "gosta de aparecer como vítima"</i>	Subtítulo da reportagem
-	[ <i>Para o advogado</i> ]	-	-	<i>o ato contra empresas de mídia foi feito "por encomenda do governo federal".</i>	Paráfrase introdutória
<i>Bicudo</i>	[ <i>que foi</i> ] <i>um dos fundadores do PT,</i>	<i>mas</i> <i>deixou a legenda em 2005,</i> (adversação)	<i>diz</i>	<i>que Lula ataca, mas gosta de se portar como "vítima".</i>	Paráfrase introdutória
[ <i>ele</i> ]	<i>na última quarta-feira</i>	<i>mesmo</i> <i>ainda em recuperação,</i> (concessão)	[ <i>Subiu no parlatório do largo São Francisco para</i> ] <i>ler</i>	<i>um manifesto pela democracia e liberdade de imprensa</i>	Paráfrase introdutória

Quadro 8: Helio Bicudo trazido em discurso indireto: um enunciador político associado ao PT pela FSP

A leitura da Constituição que está presente nesta FD se relaciona a um atentado contra uma ordem já estabelecida em pelo menos duas instâncias. A primeira delas se relaciona ao próprio texto legal, construindo discursivamente que a única instância que detém tal poder é a Constituição. Em segundo lugar, tais políticas se apresentam como avessas aos moldes de uma conjuntura capitalista, do livre mercado de veiculação de informação. Assim, configura-se uma *memória discursiva* da censura para construir este argumentável, em grande medida protagonizado pelas leituras dos acontecimentos realizada pela FSP. Neste sentido, algumas das paráfrases realizadas pelo órgão midiático representam tais interpretações:

Sujeito	Ação	Comentário da FSP	Função do comentário	Argumentação em direção à censura	Relação sintático-semântica
<i>As principais entidades representativas das empresas de mídia no Brasil</i>	<i>não <u>participaram</u></i>	<i>, em maioria no evento,</i>	aposto, predicado dos proponentes ( <i>entidades sociais</i> )	<i><u>por considerar que muitas das teses defendidas pelas entidades sociais [...] eram restritivas à liberdade de expressão e de livre associação empresarial.</u></i>	causalidade
<i>Muitas das 633 sugestões desse encontro</i>	<i><u>visam a</u></i>	<i><u>patrocinado</u> pela administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva –</i>	qualificação do acontecimento ( <i>encontro</i> )	<i><u>[visam a]</u> regular o funcionamento dos meio de comunicação.</i>	finalidade
<i>A primeira versão do projeto do governo para o setor de telecomunicação e radiodifusão</i>	<i><u>prevê a</u> criação de um novo órgão</i>	<i>, a [...] Agência Nacional de Comunicação [...],</i>	aposto que comenta a instituição ( <i>um novo órgão</i> )	<i><u>para regular o conteúdo de rádio e TV.</u></i>	finalidade

Quadro 9: Paráfrases da FSP sobre as propostas de regulação: a FD(censura da mídia) pelo enunciador midiático

É neste sentido que buscamos fazer trabalhar a noção de formação discursiva da Análise do Discurso: trata-se de um princípio que nos permite olhar para a materialidade textual e apreender pistas de como se está constituindo um processo discursivo; a partir do momento em que podemos ver nuances da produção de um processo discursivo, temos a materialização de formações ideológicas; finalmente, tais formações ideológicas permitem que tenhamos considerações sobre como a ideologia produz efeitos de sentido na materialidade textual, em um processo realizado em etapas. Este modo de ver os dados é, sobretudo, oriundo de uma concepção pecheutiana de formação discursiva, mais fortemente arraigada no que Pêcheux chama a segunda fase da Análise do Discurso; acreditamos que tal visada tem sua valia na construção de um dispositivo de análise ao tomar o texto como a superfície material onde se inscreveriam tais processos, e também no gesto de conceber tais passos.

Pautados no pensamento de Michel Foucault, a formação discursiva ganha contornos um

pouco diferentes: a concepção de discurso na *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault diz respeito à descrição de *princípios de dispersão*, o que é bastante evidente já na abertura do texto, quando o autor questiona as unidades pelas quais este objeto é comumente analisado. O discurso, então, não pode ser concebido como uma unidade última, mesmo porque a entidade material presente nestes textos – o enunciado – é, também, um princípio de dispersão; olhando para a dispersão dos enunciados, quando se puder reconhecer regularidades no modo de seu aparecimento, na formação de estratégias, nas escolhas dos objetos de saber e, também, no modo como um saber é atribuído e mesmo repartido, estamos diante de uma formação discursiva.

Enfim, evidenciamos tais posições para mostrar que a filiação que fazemos em relação ao conceito de formação discursiva tem, de início, importantes bases nos trabalhos de ambos os filósofos; no entanto, por indicar-nos caminhos metodológicos mais precisos, compreendemos tal noção sobretudo a partir d'*A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008), tomando neste texto subsídios para a busca de regularidades enunciativas. Neste sentido, valer-nos-emos finalmente da leitura que Jean-Jacques Courtine faz destes dois autores em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2009), momento em que o autor mostra que diferentes formações discursivas podem atravessar um mesmo enunciado, constituindo, assim, um *enunciado dividido*.

Também, algo que o autor questiona aparece em um sentido bastante crítico face aos estudos que lhe deram origem: compreende-se, aqui, que as formações discursivas são circunscrições de significado inerentes aos dizeres e que ditam a maneira como estes podem e/ou devem ser interpretados, mas que suas divisões são sempre fluidas e fundamentalmente instáveis. Esta nos é, sem dúvida, uma observação crucial para compreender o enunciado e o discurso, pois não podemos pensar que há apenas uma dicotomia de posições, mas sim que, em determinados momentos, tais posições aparentemente tão separadas estão suscetíveis a mudanças e mesmo a determinada fusão, justamente porque a língua e a produção de sentidos que lhe é inerente não têm demarcações tão claras como o vínculo aparentemente transparente entre palavra e coisa parece nos indicar.

Assim, o nosso primeiro empreendimento será no sentido de mostrar como estas duas formações discursivas atravessam os enunciados a respeito do controle cuja emergência e

circulação é notória, fazendo com que sejam interpretados de acordo com esta ou aquela, e que esta mesma produção de sentidos seja tomada não como um dado transparente, mas sim como algo que atua amavelmente ou de maneira repressora em relação a desejos e vontades de verdade, bem como em relação à necessidade de homogeneidade lógica do sujeito pragmático pecheutiano, que já discutimos.

Posteriormente, mostraremos a problemática que Courtine nos evidenciou: trata-se, em uma primeira visada, de duas formações discursivas com características distintas e que superficialmente demonstram conflitos da ordem do dicotômico, o que em nosso trabalho diz respeito à regulação da mídia e à liberdade de expressão, mas que, fundamentalmente, abrem espaço para mudanças nos seus contornos e também para que se mesquem posições. Mais do que isto, o interesse de Courtine pela temática da memória, bem como seu trabalho cuidadosamente pensado para pautar também a questão da longa duração, possibilita-nos uma lente bastante emblemática para visualizar tais limiares: as mudanças que as fronteiras das formações discursivas comportam, se as pensamos a partir de certo recorte diacrônico, fazem com que tais câmbios não sejam apenas resultados da circulação inerte de unidades linguísticas, mas com que se constituam como discursos moventes e em constante construção. A circulação da *FSP*, assim, não pode ser tomada como um dado asséptico, um simples lugar em que estas discussões aparecem, enfim, sob sua forma verdadeira: ela é, antes de tudo, um fragmento de nossa história contemporânea, que nesta emergência evocou o passado – sentidos sobre a ditadura e a censura – de forma extremamente peculiar, atualizando-o e ressignificando-o.

Quais são, então, as fronteiras que efetivamente se puderam construir e deslocar entre tais formações discursivas neste espaço de 2010 a 2015, tendo em conta que estamos diante de dois embates eleitorais presidenciais, cruciais para a discussão? Certamente, a circulação massiva da *FSP* integra parte importante na constituição dos discursos que circulam em nossa sociedade sobre a questão. Assim, após elencar alguns dos principais recursos linguísticos-discursivos que a *FSP* colocou em funcionamento para a conformação das formações discursivas, focalizaremos uma descrição das possibilidades de emergência de dizeres para designar tais propostas, bem como do modo como seus sentidos foram constituídos em torno da instabilidade dos enunciados *controle social da mídia, regulação da mídia, democratização da mídia e regulação econômica*

*da mídia.*

#### **4.3.1. A breve emergência, ainda que recorrentemente retomada, do *controle social da mídia***

Conforme pudemos verificar, a proposição de um *controle social da mídia*, em nosso *corpus*, se deu em um primeiro momento, já nas propostas de governo apresentadas pela candidata Dilma Rousseff, de modo que se podia falar em tal proposta naquele instante, sem que se atentasse a uma ordem discursiva estabelecida no período pós-ditadura.

A seguir, discutimos os enunciados que buscam definir os saberes específicos que estão relacionados à prática designada por tal gesto de nomeação, a partir do seu atravessamento pelas duas formações discursivas de referência que tomamos.

Um dos primeiros dizeres que saltam aos olhos ao revelar aspectos da filiação à FD(controle da mídia) é a posição de Marco Aurelio Garcia, com quem a *FSP* realizou uma entrevista sobre quais viriam a ser as diretrizes defendidas pela candidata Dilma Rousseff. O enunciado *controle social da mídia* é, desde pronto, objeto de indagação por parte do órgão midiático, ao que Marco Aurelio assevera:

(25) Esse tema não pode aparecer como uma questão problemática porque não temos nenhuma restrição à liberdade de imprensa no país. Pelo contrário, nós nunca vivemos num clima de liberdade de imprensa comparável. Quem tiver dúvida sobre isso que veja como um governo que tem mais de 80% de popularidade é tratado por uma imprensa que o destrata com mais de 80% [do noticiário]. A única censura que os meios de comunicação podem sofrer é de leitores, ouvintes e telespectadores. (*Marco Aurélio Garcia*, assessor do presidente Lula quando perguntado sobre o *controle social da mídia* enquanto um tema polêmico na proposta de governo de Dilma, 26/07/2010 – *Temas polêmicos não são proibidos, diz Marco Aurélio*, sublinhadas nossas)

A *FSP*, no entanto, ataca tal proposta como um *programa genérico*: ao ser confrontado pelo órgão midiático, em uma clara defesa aos interesses de seu partido, Marco Aurélio reforça o grande embate que existiu entre Lula e a grande mídia, bem como todos os sentidos que emergirão na *FSP* sobre o que será feito por Dilma Rousseff quando eleita, imputando a interpretação a partir da FD(controle da mídia) para ver-se tal fenômeno. Ainda, ao construir o valor da emergência do dizer *controle social da mídia* como uma maneira de confrontar aqueles que defendem tal proposta, a *FSP* faz aparecer também uma imagem de Marco Aurelio:



Figura 1: *Marco Aurélio Garcia em entrevista a rádio, em Brasília (26/07/2010 – Temas polêmicos não são proibidos, diz Marco Aurélio, imagem de capa n.º. 1)*

Ainda que se trate de uma entrevista realizada via rádio, um meio que em uma primeira instância constrói efeitos de sentido sobretudo pela relação entre o verbo e a voz, a *FSP* traz a imagem do corpo do político para a significação. A figura de Marco Aurelio inscrever-se-á em um mesmo domínio associado que torna o corpo do político um lugar a questionar a produção de certa verdade – claramente, o verbo não se fez suficiente para desvendar quais os desejos dos partidários do PT em torno do problema: uma vez que seus dizeres aparecem no centro da polêmica sobre a questão, a *FSP* marca tal emergência, além de constantemente questioná-la no curso da entrevista. Mais adiante, aparecerão outras imagens que se inscreverão nesta mesma série, evidenciando a polêmica colocada a partir dos seguintes mecanismos: i) a visibilidade que a

imagem confere a tais textos na edição do jornal e ii) o forte valor argumentativo, juntamente à FD(censura da mídia), que a materialidade textual traz, aliando-se à imagem para a construção de um texto sincrético que questiona a FD(controle da mídia). Aqui, no entanto, ainda que a emergência da imagem não seja um dado neutro, não estamos diante de uma imagem que explicitamente veicule uma das formações discursivas que elencamos, mesmo que a entrevista da *FSP* esteja preñe de sentidos aliados à FD(censura da mídia) e que se tenha buscado o corpo deste político como um lugar para multiplicar os sentidos das falas primeiras que foram realizadas.

Também, Marco Aurelio é fortemente interpelado pois será um dos responsáveis pela elaboração do programa de governo, desde já polêmico, de Dilma Rousseff. Neste primeiro momento, no entanto, Dilma Rousseff quando interpelada é categórica em afirmar seu avesso a tais propostas, desestabilizando os densos sentidos que constantemente se lhe exigem interpretar e comentar (excerto nº. 6).

Vemos, além disso, uma (ou, ainda, outra) tentativa de esquiva aos sentidos transgressores que a filiação à FD(controle da mídia) poderia trazer: quando a candidata enuncia *no que se refere a controle social é impreciso*, restam ainda sem resposta perguntas da seguinte ordem: *no que se refere a controle social [...], 'quem' (ou mesmo 'o que') [...] é impreciso?* Claramente, não estamos diante de um agente explicitado (e muito menos de uma posição enunciativa que neste momento possa, sem surtir equívocos ou atentados a determinadas vontades de verdade, ser preenchida por Dilma Rousseff enquanto sujeito), uma forte tentativa de controle do dizer sobre 'quem' haveria enunciado tais propostas. Não se trata da posição que é defendida por Dilma Rousseff neste momento, que se vale, além da questão do humor, da negação do controle de conteúdo. Tal nível de afirmação é novamente trazido neste mesmo texto pela *FSP* ao comentar o primeiro programa de governo apresentado aos eleitores neste ano de 2010 (excerto nº. 6).

A oposição, ainda em forte ataque ao modo como entende tais ações do PT em relação à mídia, é retomada em paráfrase pela *FSP*, já em um momento em que o enunciado *controle social da mídia* é bastante relacionado a sentidos autoritários que são resgatados:

(26) Neles, [Serra] ataca o governo federal, fala de suas origens, e compara, veladamente, o presidente Lula ao rei francês Luís 14, cujo lema era “o Estado sou eu”. (do texto da *FSP* em

paráfrase da apresentação de proposta do candidato ao governo José Serra – PSDB, 03/10/2010 – *Campanha não teve discussão de propostas*)

A *FSP*, neste momento, lança uma breve – porém muito emblemática – interpretação do acontecimento, mais pontualmente sobre como o silenciamento destas primeiras propostas apresentadas no programa de governo, discutidas no início da eleição de Dilma Rousseff. Os dizeres que aparecem sobre a questão endossam o ultimato em relação à circulação na *FSP* deste enunciado nos textos que estão ainda em devir:

(27) Para evitar críticas de que um governo Dilma contemplaria propostas das alas radicais do PT, o texto abandonou o controle social da mídia, a taxação de grandes fortunas e a redução da jornada de trabalho. (do texto da *FSP*, 15/10/2010 – *Novo programa de governo de Dilma traz críticas a Serra*)

Este enunciado aparece, ainda, em leve tom polêmico a partir de uma entrevista com Hélio Bicudo, *um dos fundadores do PT*, mas marcado, sobretudo, pela presença da FD(censura da mídia), que logo corrobora a posição que, até então, é defendida pelo órgão midiático. Seria possível, por exemplo, que neste momento emergisse uma entrevista em mesmo tom e destaque realizada com Franklin Martins, forte partidário da FD(controle da mídia)? Afinal, estamos falando da reportagem que encabeça imagetivamente e verbalmente a seção *Poder* da *FSP* neste dia:

(28) Ou você tem liberdade de imprensa ou não tem. O controle é uma liberdade consentida. A liberdade de imprensa não tem que ser consentida, ela é a razão de ser de uma democracia.” (Hélio Bicudo, um dos fundadores do Partido dos trabalhadores, quando interpelado a opinar “sobre as propostas de controle social da mídia defendidas por setores do PT” [...]. 29/09/2010 – *ENTREVISTA: HÉLIO BICUDO*)

Neste sentido, observando como aparecem nuances do modo como a posição defendida pela *FSP* enquanto instituição já bem assentada e estabelecida no mercado da informação brasileiro, nota-se que em um dos poucos momentos em que pôde emergir o posicionamento de Plínio de Arruda Sampaio, candidato à presidência pelo PSOL, a defesa deste enunciado também foi realizada:

(29) [Ele defendeu o] “controle social sobre os meios de comunicação de massa” [...]. (Plínio de Arruda Sampaio, candidato à presidência da república pelo PSOL em 2010, 27/09/2010 – *Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome “nem a pau”*, sublinhadas nossas)

Traz-se, assim, uma defesa de tal proposta; pensando a posição construída pelo enunciador midiático, ainda que o título da reportagem exemplifique a potencial raridade da

emergência de dizeres deste candidato de menor expressão sobre o tema – e, logo, a respeito da necessidade de regulação da mídia, para 'dar-lhe voz' –, conforme vimos na análise realizada na seção 4.3., a *FSP* reafirmou a veiculação de *entrevista* e *reportagens* sobre o candidato, opondo-se à necessidade de controle. Ao comentá-la, neste mesmo texto, ao seu fim, a *FSP* traz a reiterada posição de Dilma Rousseff nestes momentos finais do ano eleitoral:

**(30)** Dilma Rousseff (PT), que foi escolhida para comentar a resposta de Plínio, defendeu a liberdade de imprensa. (do texto da *FSP*, 27/09/2010 – *Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome “nem a pau”*, sublinhadas nossas)

Tão logo tal proposta de controle social é deixada de lado em proveito de outras, justamente porque a sua emergência, antes amistosa, parece agora estar condenada em tal conjuntura histórica, deixando grande margem para que se interprete no *corpus* tal expressão a partir de uma filiação à FD(censura da mídia), relacionando-a a um sentido transgressor, que é o do estabelecimento de uma censura.

Neste sentido, Franklin Martins, um dos próprios idealizadores destas propostas, evidencia tal problema em relação a esta ordem. De fato, a partir de 2010 nota-se um desuso da expressão *controle social da mídia* quando da defesa da FD(controle da mídia). Comumente, entretanto, a expressão aparece no embate televisivo e nas chamadas jornalísticas.

Ainda assim, há muitas formas de dizê-lo, e a passagem seguinte evidencia que os sentidos atribuídos em um primeiro momento ao *controle social da mídia* deslizarão, conforme vemos na paráfrase feita de falas de ministros da gestão Lula realizada pela *FSP*, pouco depois da filiação à FD(censura da mídia) de Franklin Martins (excerto n.º. 3):

**(31)** Durante as eleições, o presidente Lula queixou-se da grande imprensa. Além disso, alguns de *seus ministros patrocinaram eventos* para discutir novos controles sociais da mídia ao sugerir que a legislação atual não seria suficiente para garantir um fluxo democrático de informações. (do texto da *FSP*, 25/11/2010 – *TV Cultura debate liberdade de imprensa*, grifos nossos)

Aqui, já não se realizam, por exemplo, referência aos renovados *controles sociais da mídia* com aspas, o que mostra contornos da estabilidade que tal dizer tomou. A posição realizada pela paráfrase que emergiu na *FSP* é bastante clara, conforme mostra o grifo em sublinhadas: ainda que não se cite a censura, há a gravidade de que *seus ministros patrocinaram eventos* para discutir a opaca proposta de censura em que se funda a FD(censura da mídia), acusação já

realizada pelo candidato do PSDB à presidência em 2010 José Serra a respeito do uso de dinheiro público para tal (excerto nº. 7), por exemplo.

Há, por outro lado, um dizer importante nesta mesma fala que trouxe a *FSP*: o deslizamento de sentido, efetuado aqui do uso de *controle social da mídia* para a questão da garantia de *um fluxo democrático de informações* será importante para compreender a emergência de outras maneiras de falar sobre este controle. Também, mesmo a candidata Marina Silva, que se filia a tal proposta, não toma posição juntamente ao PT por não reconhecer como legítima a proposta idealizada no governo Lula, de modo que em determinado momento a candidata o trata a partir de uma filiação que diz respeito à FD (controle da mídia), por fazer uma defesa de tal controle social, relacionando-o à liberdade de imprensa, mas que conserva alguns elementos da FD (censura da mídia) ao caracterizar a proposta do PT, quais sejam: certa referência ao risco à liberdade de expressão e um apontamento para formas veladas de silenciamento (pela escolha *aparelhamento*). A candidata, ainda, evita evocar o dizer “censura” – o que também se mostrou como uma característica da FD (controle da mídia) – de modo que não se abre margem para que se impute a ela a responsabilidade de tal dizer, o que seria possível caso se acusasse os demais filiados a tal questão em um sentido jurídico.

#### **4.3.2. A regulação da mídia, a regulamentação da mídia e o marco regulatório**

A expressão *regulação da mídia* é o gesto de designação que vai permear grande parte da circulação que compreende o *corpus* construído. Em termos de regularidades presentes na emergência da *regulação da mídia*, temos também o atravessamento por duas formações discursivas que ditam como aquilo pode e deve ser lido. O domínio de memória que é majoritariamente ativado diz respeito i) à construção histórica da veiculação midiática no Brasil, em relação à conjuntura de regimes militares no Cone Sul e ii) a exemplos de referência internacional neste sentido, algumas vezes tomando como válido o efeito de evidência de que em todos os regimes democráticos exemplares existe tal controle – uma paráfrase possível seria 'é bem sabido que em todos os países democráticos existe tal regulação'.

Os primeiros enunciados linguísticos que seguem são uma série de recortes que a *FSP*

realiza sobre a fala de basicamente uma hora que fez Franklin Martins neste polêmico seminário promovido pela *TV Cultura*. Primeiramente, é importante notar que a referência que a *FSP* faz ao seminário realizado pela *TV Cultura* se dá de forma bastante equívoca: no texto, cita-se uma vez que se trata de um seminário promovido pela *TV Cultura*; no entanto, a leitura da chamada, bem como a leitura do nome do evento no corpo do texto, leva-nos a interpretar que se tratava de um único seminário que se voltava à questão da liberdade de imprensa, não havendo margem para que se leia, por exemplo, que se trata de uma parte de seminários temáticos promovidos por este canal. O efeito que se estabelece na *FSP*, então, confere sentido a tal encontro como sendo um seminário, inclusive, sobre uma possível *Cultura de Liberdade de Imprensa*, e não, propriamente, da *TV Cultura*. A partir deste lugar, então, alguns dizeres de Franklin serão comentados:

(32) [No Brasil] a imprensa é livre, o que não significa que seja boa [...] (Franklin Martins, então Ministro de Comunicação Social, 08/10/2010 – Painel e “*Imprensa é livre, o que não significa que seja boa*”, diz Franklin)

Há também, então, uma *Cultura de Liberdade de Imprensa*, no Brasil que está sendo afrontada por Franklin e, logo, pelo PT? Afinal, se a associação de forma não-correlata entre a liberdade da imprensa e a sua qualidade realizada por Franklin e recortada pela *FSP* – vale ressaltar: *no Brasil* – é verdadeira, faltaria a partir desta ótica (e também a partir da do PT e potencialmente do governo), assim, o controle (ou mesmo a censura)? Neste sentido, ressoam na fala de Franklin Martins resquícios de sentidos relacionados à ditadura militar (*tribunal de mídia*, no quadro nº. 4), cuja autoria não fica explícita, mas dos quais o petista faz questão de desfiliar-se, imputando-lhes, também, falta de conexão com a realidade. Vale lembrar que em um dos textos por nós já analisado na seção 4.1. (excerto nº. 5) a posição do enunciador midiático realizada, no entanto, é outra: a *FSP* foi categórica em relação à existência de propostas de um *tribunal de mídia*, em comentário sobre a Confecom, realizada pelo então ministro de Lula.

Ao trazer a polêmica que se realizou no governo Lula, Franklin Martins mostra também a legislação como ultrapassada, corroborando a necessidade de equiparação com o que é feito em outros países – regularidade esta que já se apresentou na FD (controle da mídia):

(33) Não é algo imediato, porque será necessária uma consulta pública antes do envio ao Congresso, que precisará também de tempo para discussão. Mas temos de ter um modelo. Nossa regulamentação de radiodifusão é de 1962, quando eram poucas as pessoas que tinham TV, e

celular não existia nem em sonho (Franklin Martins, então Ministro de Comunicação Social, 08/10/2010 – *Imprensa é livre, o que não significa que seja boa*", diz Franklin, sublinhadas nossas)

(34) Há certas obrigações que devem ser contempladas. Isso [a regulação da mídia] se faz no mundo inteiro e ninguém nunca achou que é censura [...]. (Franklin Martins, então ministro da Comunicação Social em entrevista ao site “Congresso em Foco”, 25/12/2010 – *Franklin volta a atacar mídia e diz que falta credibilidade a jornais*, sublinhadas nossas)

Franklin Martins é uma figura central nos desenrolares que os efeitos possibilitados por essa série de dizeres relacionados à *regulação*, bem como a respeito destas proposições por parte do PT. José Dirceu, importante personalidade na constituição do PT, também é um dos que aparece de modo a endossar tal proposta do partido, ao enunciar que a questão de a política sobre os meios ser ultrapassada, retomando tal regularidade já enunciada e defendida por Franklin Martins (08/10/2010 – *Imprensa é livre, o que não significa que seja boa*", diz Franklin):

(35) Regulação da mídia não é censura à mídia. Regulação como existe nos EUA, na França e na Inglaterra, adaptada às nossas necessidades e pactuada. Não é imposto a ninguém. Nós estamos numa democracia, é o Congresso que aprova, se não pactuar, não construir consensos, não aprova [...]. (ex-ministro José Dirceu, 14/12/2010 – *Dirceu diz que mídia é contra regulação por ter medo de novos concorrentes*, sublinhadas nossas)

(36) [...] o Brasil precisa entrar no século 21 em matéria de mídia [...]. (ex-ministro José Dirceu, enquanto um dos homenageados no prêmio Democracia e Liberdade Sempre, 14/12/2010 – *Dirceu diz que mídia é contra regulação por ter medo de novos concorrentes*, sublinhadas nossas)

Tais posições, como a de Franklin Martins, são constantes dentro das possibilidades de dizer que os partidários e afiliados ao PT puderam fazer circular neste intervalo. No entanto, é também notável neste sentido uma entrevista que Hélio Bicudo concede à *FSP*, uma vez que é de grande relevância *quem* fala: trata-se de um enunciador tomado como *um dos fundadores do PT* e ex-afiliado, de modo que um posicionamento de sua parte à FD(censura da mídia) corroboraria os efeitos nocivos de tal política, com um argumento de autoridade diferenciado não apenas por se tratar de um ex-membro do partido, mas também porque a *FSP* traz sua fala com tal propriedade e clarividência:

(37) Desde que concretizados os conselhos estaduais de real censura à mídia, que se irão multiplicar segundo as imposições do poder central, passar-se-à à regulamentação deles pelo governo federal, sob o pretexto de uniformiza-los. (Hélio Bicudo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, 30/10/2010 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia?*, sublinhadas nossas)

Nas entrevistas com outros membros ativos do PT, por exemplo, este vasto espaço textual para realizar estas defesas não foi concedido, como, por exemplo, na fala de Marco Aurelio

Garcia (excerto nº. 25). Neste sentido, a fala de Helio Bicudo representa um dos poucos momentos em que é possível ver um sujeito que pôde deter uma íntima relação com o PT se filiando, agora, à FD(censura da mídia), o que é trazido pela *FSP* para realizar-se como um importante asseverador desta formação discursiva, além do lugar a partir do qual este sujeito fala: *advogado e um dos fundadores do PT*. Inclusive, a *FSP* confere-lhe autoridade para prever – e mesmo ditar – qual será o resultado da implementação destas políticas, que vêm sendo colocadas em pauta constantemente pela *FSP*.

Alguns dos dizeres de Franklin, novamente, aparecem contestando o grande poder da mídia, o que conferiu ao órgão midiático a oportunidade de comentá-lo, conforme observamos no item 4.3 (excerto nº. 19). Assim, um dizer originalmente situado na FD(controle da mídia) é recortado pela *FSP* para ser associado à censura, pela interpretação que o órgão insta a realizar, justamente porque haveria autoritarismo nas palavras de Franklin – duas vezes, inclusive, uma vez que se tratou de dizeres que retornaram e foram comentados novamente:

(38) Nenhum grupo tem poder de interditar essa discussão [a regulação da mídia] [...]. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*)

Decerto, nessa fala, Franklin Martins não se refere à participação popular, comumente evocada para pautar a vontade de verdade que funda a FD(controle da mídia): sem dúvida, tal enunciação está dirigida aos jornalistas e aos grandes grupos midiáticos, que a partir da FD(censura da mídia) buscariam interditar a possibilidade de emergência das propostas por ele encabeçadas – e que, também, continuariam a ganhar contornos similares, dado o resultado da eleição de Dilma Rousseff para a presidência:

(39) A discussão está na mesa, está na agenda, ela terá de ser feita. Pode ser feita num clima de entendimento ou de enfrentamento [...]. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*)

O que, *enfim*, quis dizer o então ministro sobre tal proposta de regulação? Uma vez que se deu a possibilidade de interpretar-se tais dizeres a partir de sentidos autoritários, dada a associação recorrente à censura e uma vez que diferentes posições enunciativas estão indubitavelmente em jogo, a *FSP*, multiplicando os sentidos que foram realizados nesta fala primeira, retoma-lo-á, imputando tal autoritarismo com o qual Franklin Martins não se mostra de

acordo – mas que, ainda assim, a *FSP* faz questão de reafirmá-lo mais uma vez. Franklin também é claro em relação à posição de outras instituições relacionadas à mídia, como a ANJ (Associação Nacional de Jornais):

(40) A ANJ não é a Suprema Corte [...]. Se ela achar isso [que é inconstitucional], que vá ao Supremo. Viver é perigoso, como diria Guimarães Rosa. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*, sublinhadas nossas)

Há neste dizer, sem dúvida, um desejo de deslegitimar a posição da ANJ, pautada na defesa da FD(censura da mídia), a respeito da questão do controle, posição que a *FSP* muitas vezes evidencia e retoma quando se fala sobre o conflito entre sujeitos políticos e enunciadores das grandes mídias. Neste sentido, tal embate está presente também após os resultados das eleições presidenciais, de modo que tais falas oriundas do PT ou do governo emergem com um estatuto distinto, mas que, ainda assim, são polemizados, conforme indica sobretudo a chamada da seguinte reportagem:

(41) O poder da mídia, esse poder nós temos de enfrentar [...]. (*presidente do PT, deputado estadual Rui Falcão no Seminário Internacional de Liberdade de Expressão, organizado pelo ICSS (Instituto Internacional de Ciências Sociais), 05/05/2012 – Assassinato de jornalista cerceia imprensa, diz presidente do STF*)

O fim desta matéria, ainda, é bastante emblemático para mostrar como são colocados os embates criados pelas propostas do PT, partido que com o resultado das eleições ganhou força política; também, para que se note a inscrição dos dizeres que caracterizam a FD(censura da mídia), que neste caso se dá pelo estatuto que se conferiu aos *especialistas* que avaliaram a questão, funcionando como um contraponto a tais propostas:

(42) "[A mídia] produz matérias para atacar o PT e nossas lideranças", afirmou Falcão.

Ontem, especialistas taxaram projetos que tratam do tema como uma "ameaça" à liberdade de expressão. (do texto da *FSP*, 05/05/2012 – *Assassinato de jornalista cerceia imprensa, diz presidente do STF*)

Novamente, na reportagem que comenta a fala de Franklin, a *FSP* traz a defesa da FD(controle da mídia) realizada pelo petista em referência a modelos internacionais:

(43) [...] em todos os países existem normas que devem ser seguidas com relação ao conteúdo [...]. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*)

Tais argumentos, inclusive, podem realizar-se sob a forma de sentidos pré-construídos que

aqui primam por imputar determinada estabilidade referencial. Na *FSP*, ao trazer as falas de Franklin Martins, isto se deu, por exemplo, no seguinte excerto, quando se remete a tal interpretação sobre a questão como sendo unicamente lógica sob a ótica do sujeito universal (PÊCHEUX, 1995) da FD(controle da mídia), sob formas como a seguinte:

(44) [Falar em censura é um] truque, porque todos sabem que isso não está em jogo [...] é evidente que está errado. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, 10/11/2010 – *Franklin diz que não recuará sobre projeto*, sublinhadas nossas)

Abaixo, novamente, conforme vimos no item 4.3.1., os sentidos sobre o que seria o *controle social* são desestabilizados, até que se fosse imputado a tal dizer, majoritariamente, o deslizamento para a FD(censura da mídia):

(45) A Sociedade Interamericana de Imprensa também manifestou preocupação ante a possibilidade de que o Brasil, e também o Equador e o Uruguai, adotem leis de regulamentação da mídia que “por meio do chamado controle social” ofereçam aos governos “instrumentos para estrangular os meios de comunicação”. (do texto da *FSP*, 10/11/2010 – *SIP pede “veto sumário” a conselhos estaduais para monitorar a mídia*)

Assim, a possibilidade de aspas como uma marca de heterogeneidade se estende também para a emergência do dizer *regulamentação da mídia*: ao mesmo tempo em que as aspas aparecem como uma marca de trazer a fala do outro e marcar tal gesto, fica aberta a margem também para que se o interprete como uma forma de deixar em suspenso os sentidos sobre este dizer.

A *FSP*, assim, exime-se da possibilidade de que se impute ao órgão midiático tal posicionamento juntamente à FD(censura da mídia), ao realizar esta marca de heterogeneidade discursiva. É, obviamente, tal órgão quem permite que tais dizeres apareçam (afinal, sem o seu aval, isto não estaria lá presente); no entanto, não foi possível, aqui, que fosse a própria *FSP* o enunciador de tal asserção: tal matéria é realizada por um correspondente internacional, de Caracas (Venezuela), e elencada nesta mesma versão digital da *FSP* sequentemente à reportagem *Franklin diz que não recuará sobre projeto* (e de duas outras que a comentam), que traz a voz de outro sujeito para comentar tal proposta de controle. É bastante claro, assim, que tão pronto como se pôde emergir a FD(controle da mídia) sob as falas de Franklin Martins, fez-se necessária a presença de um texto que viesse imediatamente a contrapô-lo, evocando uma conjuntura bastante crítica a partir da maior presença da FD(censura da mídia), conforme é notável pela defesa à

liberdade de expressão realizada por tal sociedade:

(46) A organização, que avalia que há “clima geral de tensão” no hemisfério por conta das novas leis, decidiu declarar 2011 como “ano pela liberdade de expressão” (do texto da *FSP*, 10/11/2010 – *SIP pede “veto sumário” a conselhos estaduais para monitorar a mídia*, sublinhadas nossas)

O enunciador midiático *FSP*, no excerto acima, cria uma relação de causa (*há “clima geral de tensão” no hemisfério*) e consequência (*declarar 2011 como “ano pela liberdade de expressão”*) interpretando dois elementos enunciados por outrem, fortalecendo a oposição entre o contexto de medidas estatais progressistas no Cone Sul e a necessidade de uma defesa da liberdade de expressão.

Neste intervalo em que muitas das falas de Franklin Martins, figura central na questão, estão sendo largamente comentadas pela *FSP*, outra possibilidade enunciativa aparece e também se relaciona a um contexto mais amplo que o brasileiro, pautada nas falas de Toby Mendel, consultor da ONU, já quando Franklin Martins não integrava mais o Ministério das Comunicações:

(47) [A Argentina] está indo contra a liberdade de expressão [ao regular a mídia] [...] Quando o governo usa isso contra um grupo em particular não se pode ter concordância de que o processo está sendo legítimo [...]. (*Toby Mendel, consultor internacional da entidade [ONU]*, comentando o embate entre o governo federal argentino e o veículo midiático *Clarín*, 11/11/2011 – *Governo argentino reage a crítica da SIP*, sublinhadas nossas)

Trata-se, sem dúvida, de uma palavra de autoridade que vêm de modo a, novamente, contrapor-se às constantes propostas de controle realizadas pelo PT e por Franklin Martins. Ainda que a chamada da reportagem leve-nos a ler que se tratará de um momento em que o governo argentino terá voz (afinal, trata-se de um claro partidário de tais formas de regulação), a referência a atentados à liberdade de expressão relaciona-o mais propriamente ao contexto brasileiro e às propostas que aqui estão se dando, ainda que isto não estivesse contemplado na chamada. Neste sentido, no corpo do texto há referência a Franklin Martins, inclusive a um evento organizado por ele, intitulado *Seminário Internacional sobre Convergência das Mídias*. Ao final do texto, novamente, há outra alusão ao petista:

(48) [Essas agências] Consideram que não é censura porque a análise é após a exibição. Franklin disse que o governo estuda criar agência para regular conteúdo. Para ele, o evento mostrou que “regular conteúdo não é bicho de sete cabeças nem censura” (do texto da *FSP*, 11/11/2011 – *Governo argentino reage a crítica da SIP*, sublinhadas nossas)

Tais dizeres, quando trazidos pela *FSP*, conforme vimos acima, deslocam-se mais proximamente à fronteira da FD(censura da mídia), sobretudo quando o órgão cita a potencial existência de uma regulação de conteúdo (que seria, *afinal*, o foco de Franklin Martins), ferindo esta ordem democrática estabelecida no período pós-ditadura. Tudo isto se dá mesmo que Dilma Rousseff não tenha se filiado a propostas de controle e menos ainda a propostas de regulação de conteúdo em entrevistas ou aprovação de projetos, conforme clama a interpretação realizada pela *FSP*. No entanto, obviamente, a fala primeira de Franklin exprime o desejo de que se a circule unicamente a partir da FD(controle da mídia), mostrando avessos entre estas posições em torno do mesmo dito:

(49) [o evento mostrou que] regular conteúdo não é bicho de sete cabeças nem censura [...]. (Franklin Martins, então ministro de Comunicação Social do governo Lula, comentando a exposição de “representantes de agências reguladoras de vários países”, 11/11/2011 – *Governo argentino reage a crítica da SIP*)

A negação da *censura*, conforme se pôde realizar no excerto acima, é um traço básico da FD(controle da mídia), aqui retomado por Franklin. No entanto, existem outros posicionamentos também destacados na *FSP*, que dizem respeito a demais falas primeiras de Franklin, realizadas no seminário promovido pela *TV Cultura*, sendo este um dos momentos em que puderam emergir imagens, que contribuíram à construção de efeitos de sentido.

Nos próximos dois subitens, analisaremos textos sincréticos que relacionam o verbal e o não-verbal, focando-nos na centralidade da emergência destes dois acontecimentos em que a questão da regulação da mídia e da liberdade de expressão foi discutida.

#### **4.3.2.1. Diferentes ancoragens e estatutos: as imagens de FHC e de Franklin Martins no *Seminário Cultura de Liberdade de Imprensa***

Em termos temporais, o primeiro acontecimento neste sentido que pôde emergir é aquele que a *FSP* designa por *Seminário Cultura de Liberdade de Imprensa*, promovido pela *TV Cultura*, que contou com falas do ex-presidente FHC e Franklin Martins, na ocasião ministro das comunicações do governo Lula, expondo dizeres em funções enunciativas distintas. Temos, aqui, duas reportagens publicadas em dias subsequentes, sendo a reportagem (e, logo, a imagem)

centrada em Franklin seguida da de FHC, de modo a conferir-lhes um destaque especial na seção *Poder da FSP* em dias consecutivos.

Neste sentido, a disposição imagética do corpo dos dois sujeitos políticos corrobora o funcionamento das formações discursivas na materialidade textual. Primeiramente, porque os textos verbais que estão relacionados às imagens conferem diferentes estatutos aos dois políticos, o que também atribui distintos valores aos saberes sobre a regulação da mídia que se vão construir nesta circulação.

**(50)** É impossível não regular mídia [...]. (*O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante palestra no seminário "Cultura de Liberdade de Imprensa", em SP, 27/11/2010 – "É impossível não regular mídia", diz FHC*)

**(51)** Por outro lado, é impossível não haver regulação no que diz respeito aos meios de difusão [...]. (*O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante palestra no seminário "Cultura de Liberdade de Imprensa", em SP, 27/11/2010 – "É impossível não regular mídia", diz FHC*)

A fala acima retrata que em alguns momentos FHC se filia à necessidade de determinada regulação (relativa à *organização dos meios*), de modo que filiações suas à FD (controle da mídia) estão presentes no início do texto. Tais referências à FD (controle da mídia) logo deslizam metaforicamente quando se cita a *regulação [...]* de *conteúdo*, de modo que este sujeito ocupa uma posição favorável à regulação, mas a partir de outros domínios se comparada à posição que vem manifestando Franklin Martins:

**(52)** No debate atual, existe uma certa confusão. Estamos misturando a necessidade eventual da organização dos meios de difusão, inclusive por causa das novas tecnologias e da convergência entre plataformas, que requerem alguma regulação, com aquilo que não requer regulação, que é o conteúdo [...]. (*O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante palestra no seminário "Cultura de Liberdade de Imprensa", em SP, 27/11/2010 - "É impossível não regular mídia", diz FHC*)

A emergência destes dizeres se alia às duas imagens do corpo desses políticos que puderam emergir. Estas imagens, por sua vez, estão apresentadas por dois breves comentários realizados abaixo das figuras:



Figura 2: O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante palestra no seminário “Cultura de Liberdade de Imprensa”, em SP (27/11/2010 – “É impossível não regular mídia”, diz FHC, imagem de capa nº. 3)



Figura 3: O ministro-chefe da Comunicação Social, Franklin Martins, discursa em seminário sobre a liberdade de imprensa em SP (26/11/2010 – Franklin defende “refundar” Ministério das Comunicações, imagem de capa nº. 2)

A diferença de filiações enunciativas se dá pois são dois cargos políticos concebidos na formulação como de estatutos bastante diferentes: ainda que à época da publicação desta reportagem Franklin Martins estivesse ativo na vida política e FHC não, o trecho [...] FHC

*durante palestra* na imagem (figura 2) corrobora o estatuto de FHC como diferente do de Franklin Martins; esta lexia em sublinhadas, bem como a constante referência retoma a participação do ex-presidente neste evento, ao passo que Franklin Martins *discursa*, o que confere aos dizeres do ministro um cunho polêmico, que será comentado, com o intuito de saber-se *enfim* quais eram as significações residentes nesta fala primeira.

No texto da *FSP*, a participação de FHC enquanto palestrante aparece como uma proposta original deste evento, sendo a fala intitulada *A liberdade de imprensa corre risco no Brasil?*; de todos os modos, é dessa maneira que a questão pôde emergir na *FSP*, e as imagens escolhidas, pelo seu atravessamento pelas FDs, corroboraram tal valor atribuído, além de conferir visibilidade a ambos os textos.

De fato, a FD(censura da mídia) está também presente nos textos que imediatamente se relacionam aos que relatam a fala de Franklin Martins encabeçada por uma imagem, como exemplificam alguns dos excertos já analisados (excertos nº 19 e 20). Também a elas se filiam os comentários de dois jornalistas, presentes em uma das reportagens que comenta o texto encabeçado pela imagem de FHC:

(53) O seminário ainda teve um debate sobre riscos à liberdade de imprensa, com os jornalistas Renata Lo Prete (**Folha**), Merval Pereira ("O Globo") e Ricardo Gandour ("Estadão"). Para Lo Prete, existe uma confusão na discussão, porque "as palavras [como liberdade de imprensa] estão sendo usadas fora do lugar para atender a interesses". Gandour questionou a necessidade de novas leis para regular a mídia: "Devemos pensar em fortalecer as instituições e as leis que já existem". (do texto da *FSP*, 27/11/2010 – *Emissora pública é "caixa-preta"*, diz Eugênio Bucci.)

Ao fundo da imagem de FHC, ainda, pode-se ler o destaque *liberdade de imprensa* no nome do evento em questão, enunciado que não emerge associado à imagem de Franklin Martins. Neste sentido, o excerto acima é aquele que comenta o texto sincrético que contém a imagem de FHC, reforçando, assim, a presença da FD(censura da mídia). Também, nas falas de FHC que são apresentadas, bastante espaço é concedido ao sociólogo e às suas filiações, que em certo ponto se opõem à necessidade de regulação, sobretudo o controle de conteúdo; poderíamos dizer, assim, que este texto sincrético veicula alguns sentidos sobre a FD(censura da mídia), ao passo que os enunciados verbais e não-verbais empregados na reportagem que trata a posição de Franklin corroboram também certos sentidos da FD(censura da mídia), enrijando aspectos presentes na

materialidade textual.

Neste sentido, o espaço concedido no texto para a voz desses políticos, cujas imagens encabeçam a seção *Poder* e também as reportagens em questão, reforçam tais efeitos: de fato, o espaço dado às palavras de FHC é bem mais volumoso que às de Franklin. Ampla voz é permitida ao ex-presidente para tratar o problema do controle e da regulação da mídia, com poucas incursões de outros posicionamentos; já no texto que veicula a posição de Franklin, há bastante oportunidades para contra-discursos, colocando-se sempre em xeque os saberes pertencentes à FD (controle da mídia), saberes que têm em Franklin uma figura central no desenrolar da questão nos últimos anos.

Não ocorre o mesmo em relação à reportagem de FHC, havendo maior presença da FD (censura da mídia) e trazendo-se poucas falas para interpelá-la, mostrando, assim, nuances também da posição construída pelo órgão midiático em questão, ao fazer emergir no sítio determinados dizeres e não outros. Ambos os textos têm tal visibilidade nas edições seguintes da *FSP*, mas o espaço dado a FHC e à defesa da FD (censura da mídia) é bastante emblemático no tratamento diferenciado que se realiza da emergência destas posições em um dos mais importantes meios massivos brasileiros.

#### **4.3.2.2. As imagens do 4º Congresso Nacional do PT (2011) e de Paulo Bernardo como parte de um mesmo *domínio associado*: a força e a confiança do homem político no palanque denegadas**

Na emergência de comentários sobre o 4º Congresso Nacional do PT, outro importante momento para a circulação da questão nos últimos anos, a única imagem que pôde emergir nos chama o olhar ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma no palanque. Neste mesmo sentido, aparece também a imagem do ministro de Comunicações Paulo Bernardo em outro momento, imagens estas que farão parte de um mesmo domínio associado – que compreende, também, a imagem de Marco Aurelio, já comentada por nós em 4.3.1.:



Figura 4: A presidente Dilma Rousseff com Lula e José Dirceu durante a abertura do 4º Congresso Nacional do PT, em Brasília (03/09/2011 – Dilma e Lula apoiam Dirceu e atacam mídia, imagem de capa nº. 5)



Figura 5: O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, durante a transmissão do cargo (07/01/2011 – Ministro defende proibição de que políticos tenham TV, imagem de capa nº. 4)

Paulo Bernardo, na imagem que pôde emergir, assumia o posto que é seu até então, o de ministro das Comunicações. Tratar-se-ia, em essência, de um momento de demonstração de força e poder político não apenas para este sujeito, mas também para o PT, dado o estatuto e a

representatividade que tal partido ganhou na sociedade brasileira nos últimos anos. Ainda, dados os muitos comentários na *FSP* sobre a questão em um contexto latino-americano, o PT então teria mais poder para estabelecer o valor dos saberes presentes neste campo.

No entanto, o que de fato emerge na *FSP* é o oposto de uma retórica da autoridade ou da confiança: trata-se de uma demonstração gestual de incerteza, marcada pelo rosto e pelo olhar desviante em relação ao público a quem se fala, que incidem abaixo. Definitivamente, não estamos diante, por exemplo, de uma gestualidade que pode ou deve emergir em um momento como um debate político, uma vez que uma de suas mais importantes finalidades seria a construção de efeitos de verdade. Não se trata, aqui, ainda, de um rosto que aparece com extrema proximidade para que se gerem tais efeitos (ou não), já que a posição de seu corpo também corrobora tal construção.

Neste sentido, esta imagem se inscreve em uma série, que retoma a presença homem político no palanque em uma posição de defesa ostensível, quando confrontado e julgado, o que a materialidade textual corrobora: nas palavras de Paulo Bernardo, [...] *As pessoas acham que falar em marco regulatório é uma afronta à liberdade de expressão [...] (07/01/2011 – Ministro defende proibição de que políticos tenham TV)*, caracterizando uma afronta; nesta reportagem, inclusive, são desestabilizados muitos sentidos sobre o que é uma democracia, apontando para a subsequente emergência do enunciado *democratização da mídia*. Também, sua gestualidade contribui neste sentido: as mãos que aparecem segurando a mesa constituem também a unidade do corpo deste político no palanque, em uma aparente demonstração de força.

Para que se interprete tal circulação imagética, então, recupera-se imagens de uma fala pública de políticos quando então confrontados e colocados à prova ao público, como o célebre caso do então presidente estadunidense Nixon, em 17/11/1973, em retratações sumarizadas no enunciado *I am not a crook*<sup>16</sup>. Escândalos como o de *Watergate*, dentre outros acontecimentos, mais tarde resultaram em sua renúncia, após alguns dos mais estapafúrdicos eventos da história americana e de um *impeachment* iminente.

---

<sup>16</sup>“Eu não sou um criminoso”, tradução nossa.



Figura 6: Momento em que a posição escapular de Nixon aparece mais relaxada (*I made my mistakes but in all of my years of public life I have never profited from public service.* [“Cometi erros, mas em todos os meus anos de vida pública nunca lucrei com o serviço público.”, tradução nossa])



Figura 7: Quando o ex-presidente estadunidense Nixon aparece com os músculos da cintura escapular em tensão, opondo-se à imagem antes apresentada, antes de dar voz a seus interlocutores e cruzar os braços (*I welcome this kind of examination because people got to know whether or not their president is a crook. Well, I am not a crook. I have earned everything I have got.* [“Eu os convido a este tipo de exame, pois as pessoas têm de saber se seu presidente é ou não um criminoso. Bom, eu não sou um criminoso. Eu mereci tudo o que eu tenho”, tradução nossa])

À mesma maneira que a imagem de Nixon, tal posição das mãos também demonstra esta força, dando rigidez à musculatura escapular; entretanto, no caso da imagem de Paulo Bernardo,

não acontece na mesma intensidade que o exemplo de Nixon na figura 6 ou na figura 7, e esta mesma força é denegada na apresentação dos traços do rosto do ministro. Nixon, nestes dizeres, busca apresentar força e confiança (também na sua voz) em um momento derradeiro, atributos que no caso de Paulo Bernardo são totalmente denegados, ainda que tal momento de assunção de poder não se lhe o requira em sua essência. Seguramente, outras imagens poderiam ter emergido a respeito desta fala de Paulo Bernardo, mas a que pôde emergir ressalta tais traços. Coloca-se, assim, Paulo Bernardo em uma posição defensiva – ainda que, fundamentalmente, o momento de tomada de posse seja um gesto de poder (que aparece, aqui, negado).

Um fenômeno similar ocorre em relação à imagem do *4º Congresso nacional do PT* (figura 4), já que os políticos aos quais a imagem chama imediatamente o olhar – Lula e Dilma – não aparecem a partir de uma semiose muito distinta da de Paulo Bernardo, a da negação desta força do homem político. É importante ressaltar que este traço é um atributo por excelência conferido a este sujeito e os modos pelos quais este (se) significa, semiose que em uma relação clássica dependia muito do modo como o corpo e a voz atuavam, ademais do verbo; ainda que hoje estejamos diante de importantes mudanças neste sentido, com o advento da televisão e um paulatino fenômeno recente de adequação e constrangimento da força e mesmo da velocidade desses gestos, a negação desta é sem dúvida um dado importante na circulação da *FSP*, dentre uma possibilidade infundável da emergência de imagens sobre aquele acontecimento.

Por que, por exemplo, não emergiu uma imagem de Lula e Dilma demonstrando força na voz e nos punhos, como é o caso de alguns dos políticos afiliados ao PT, de não tão grande importância como estes, que aparecem ao fundo da figura 4? A imagem que emergiu na *FSP* chama a atenção justamente para certa ausência de força (representada no punho e mesmo na voz) de dois políticos de extrema representatividade nos últimos anos na política brasileira, mostrando-os em um momento de relaxamento face à necessidade de uma demonstração coletiva de união e força. Refuta-se, assim, não apenas tal atributo, mas também uma memória deste gesto em relação a movimentos de resistência e de esquerda, o que se dá não a todos que emergem na imagem, mas sobretudo para Lula e Dilma. Tal memória da resistência de esquerda é refutada pela *FSP* para dar vigor à FD(censura da mídia), o que é um dado importante na circulação destes textos sincréticos, pois é justamente desta atuação da esquerda durante a ditadura militar de que

se valem muitas vezes os partidários do PT que defendem tais propostas a partir da FD (controle da mídia), sobretudo para tratar o absurdo que seria a associação à *censura*, o que marca fortes embates:

(54) Nós não pegamos em armas [durante a ditadura militar]. Quem pegou em armas foram as Forças Armadas, usurpando as armas que a Constituição deu a elas para impor uma ditadura ao país. Nós só resistimos [...]. (*ex-ministro José Dirceu, um dos homenageados no prêmio Democracia e Liberdade Sempre*, 14/12/2010 – *Dirceu diz que mídia é contra regulação por ter medo de novos concorrentes*)

Há, ainda, outro evento importante que emerge como objeto de comentários na *FSP*, trazendo também imagens do corpo do homem político para a semiose. Trata-se da abertura da 15ª. *Conferência Nacional Anticorrupção*, momento também oportuno para tratar a questão da regulação da mídia, ainda que esta não tenha sido a pauta principal do evento, como pôde acontecer na *Conferência Nacional de Comunicação*, no *Seminário Cultura de Liberdade de Imprensa* e, de certa maneira, no 4º. *Congresso Nacional do PT* de 2011. A *FSP*, bem como o montante dos jornalistas presentes no evento, no entanto, tornam possível que indagações sobre a questão apareçam em um evento ligado não necessariamente à mídia, mas mais propriamente ao combate à corrupção: tal relação possível, não gratuitamente, também emergirá no texto que veicula comentários.

Neste sentido, na figura 8, o corpo do ministro Jorge Hage também aparece também de certa maneira fragilizado, com o braço quebrado, juntamente a muitas de suas falas que corroboram a FD (censura da mídia). A emergência de sua imagem, longe de ser uma escolha ao acaso, é um dado muito raro se considerada a larga emergência da questão na *FSP*:



Figura 8: *Ministro Jorge Hage participa de conferência em Brasília (08/11/2012 – Para CGU, julgamento do mensalão ajudará a combater corrupção, imagem de capa nº. 8)*

A fragilização do corpo de Hage (figura 8) e a emergência desta imagem, aqui, funcionam da seguinte maneira no texto sincrético: conforme ocorreu quando se apresentou a posição de Helio Bicudo (...mesmo ainda em recuperação...[Subiu no parlatório para] ler um manifesto pela democracia e liberdade de imprensa, exemplificado no quadro nº. 8), relata-se a fragilidade do corpo do sujeito político não apenas para descreditar-lhe atributos clássicos como a força, mas também para potencializar a urgência da defesa da liberdade de expressão a partir da FD(censura da mídia). A oração concessiva para apresentar a fala de Helio Bicudo (em sublinhadas) não confere relevância à sua condição frágil, mas sim à necessidade de enunciar tal defesa, mesmo dado tal entrave.

Tal realização é importante pois a reportagem evidencia que Hage, assim como Helio Bicudo, é uma figura ligada ao PT, de modo que o órgão midiático não hesita em, posteriormente, evocar o escândalo do Mensalão e os desenrolares de seu julgamento. Isto ressalta o funcionamento da disposição da seção *Poder* como um todo nesta edição, pois boa parte das reportagens se dedicam à condenação de Dirceu no julgamento do Mensalão. Neste sentido, uma fala de José Dirceu filiada à FD(controle da mídia) é retomada, para logo ser refutada pela FD(censura da mídia), conforme mostramos ser um gesto recorrente na construção textual das reportagens que comentam a questão:

(55) Em seu blog, Dirceu disse que o PT "faz muito bem em eleger essa regulação como uma das principais metas a serem conquistadas em 2013, ao lado da reforma política tão imprescindível ao país e da luta para desconstituir a farsa do mensalão".

Mas, para o ministro, cabe ao Judiciário corrigir os excessos. "Há quem ache que os órgãos de controle atrapalham a gestão. No limite, a Constituição e a Justiça podem dirimir conflitos e tratar de eventuais excessos. É simples assim", afirmou. (do texto da *FSP*, 08/11/2012 – *Para CGU, julgamento do mensalão ajudará a combater corrupção*, sublinhadas nossas)

Quando se falou sobre corrupção, assim, houve também um momento oportuno para a emergência da questão do controle, mostrando a necessidade de os jornalistas investigarem as razões por detrás de tais desejos. Novamente, também, a Constituição brasileira é um objeto de discurso, e aqui sua soberania é retomada, ao passo que a necessidade de novas leis é contrariada, o que confere a tal dizer de Hage uma filiação mais próxima à FD(censura da mídia). Uma vez que se trata de um dos ministros de Dilma Rousseff, que como presidente até então não defendeu explicitamente os controles propostos pelo PT, veremos tal filiação à FD(censura da mídia) marcada por nuances não tão fortes como as falas que são realizadas, por exemplo, por políticos do PSDB (seção 4.1.2. e, sobretudo, o excerto nº. 7) em meio à campanha:

(56) Questionado sobre a afirmação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado no julgamento do mensalão, de que regulamentar a mídia é uma prioridade, Hage defendeu a imprensa "absolutamente livre".

"A imprensa é tão fundamental quanto órgãos de controle e de investigação. Não há como combater a corrupção sem uma imprensa absolutamente livre", disse. (do texto da *FSP*, 08/11/2012 – *Para CGU, julgamento do mensalão ajudará a combater corrupção*, sublinhadas nossas)

Ainda que não se valha da formação discursiva, reinscrita neste momento na memória, de que a acusação da censura colocaria, está em xeque a credibilidade dos reclames de José Dirceu por *regulamentar a mídia* (e a filiação à proposta de controle) não apenas porque à época da veiculação deste texto Dirceu havia sido recentemente condenado devido ao Mensalão (escândalo que, inclusive, é trazido pela *FSP* na realização deste texto), mas também pela presença destes traços da FD(censura da mídia) que a imagem e a fala de Hage veiculam.

### **4.3.3. As formações discursivas e a estabilização de sentidos autoritários: aspectos de interdição da expressão *regulação da mídia* e a possibilidade de emergência da *democratização da mídia***

As seguintes falas são realizadas por Lula, já ao fim do ano em que a candidata Dilma

Rousseff vence pela primeira vez as eleições presidenciais brasileiras. Conforme podemos notar por *quem* fala, trata-se, claramente, de uma defesa da FD (controle da mídia), sobretudo porque já estivemos diante de tais conflitos entre Lula e a mídia:

(57) O novo ministério está diante de um novo paradigma de comunicação. Quero alertar vocês porque esse debate vai ser envolvente, tem muita gente contra e muita gente a favor. Certamente, o governo não vai ganhar 100% e quem é contra não vai ganhar 100% (Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Brasil, 03/12/2010 – *Dilma vai fazer nova regulação da mídia, diz Lula*, sublinhadas nossas)

(58) Ela [a candidata eleita Dilma] sabe que ela tem que fazer o ministério ter um papel mais importante do que teve no meu governo, exatamente por conta do marco regulatório [...]. (Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Brasil, 03/12/2010 – *Dilma vai fazer nova regulação da mídia, diz Lula*, sublinhadas nossas)

(59) É uma coisa mais absurda, mais pobre do ponto de vista teórico que eu conheço no mundo, é alguém achar que não pode receber crítica, alguém achar que são intocáveis. (Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Brasil, 03/12/2010 – *Dilma vai fazer nova regulação da mídia, diz Lula*, sublinhadas nossas)

É importante notar, ainda, que tais dizeres de Lula em 2010 emergem em um momento em que a circulação do dizer *controle social da mídia* aparece já com determinado desuso por parte daqueles que defendem a FD (controle da mídia) e, também, que neste momento Dilma Rousseff já não mais marcou sua filiação a tais propostas. No entanto, a enunciação de Lula é categórica em mostrar que esta é sim uma pauta da pasta: este importante representante do partido, então, vem reforçar a necessidade da discussão em um momento de transição entre governos – que, basicamente, não estará mais sob sua responsabilidade. É oportuno salientar, ainda, que dizeres semelhantes por parte de Lula não puderam aparecer no curso do ano de 2010 enquanto Dilma não havia sido eleita, o que mostra que tal câmbio de estratégia retórica coloca agora em jogo certo lugar enunciativo distinto daquele do de presidente da república que então ocupava Lula: ao enunciar deste lugar agora diferenciado, Lula pôde falar mais abertamente sobre tais propostas (em vez do anterior pedido de 'trégua' na eleição, como houve na seção 4.1.) em um momento em que lhe restavam poucas semanas como presidente.

Também, algumas falas oriundas da oposição em torno destas propostas do PT aparecem neste momento crucial, uma vez que estamos ao fim de dois mandatos consecutivos de Lula, pouco depois de que o então presidente pôde realizar tal defesa. A primeira delas retoma o conflito entre a mídia e Lula nos seus mandatos, de modo que se pode interpretar o que foi dito,

também, em relação ao momento em que Dilma assumirá a presidência:

(60) [essa proposta] advém de um governo que ainda não se acostumou com o debate, com a dialética e, sobretudo, com o papel fiscalizatório que a imprensa tem em favor da sociedade [...]. (*Ophir Cavalcanti, presidente da OAB*, 08/12/2010 – *Oposição crítica agência para regular conteúdo da mídia*, sublinhadas nossas)

(61) [o setor de telecomunicações no país já está hiper-regulado [...]]. (*Roberto Antonik, diretor da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão)*, 08/12/2010 – *Oposição crítica agência para regular conteúdo da mídia*, sublinhadas nossas)

Novamente, é possível que membros do PSDB – principal partido de oposição nas eleições presidenciais – e do DEM se filiem à FD(censura da mídia). Nos dois posicionamentos que se seguem, são notáveis as gradações do conflito entre posições enunciativas justamente pela memória que o dizer “[...] *censura* [...]” evoca, ao passo que o enunciado *cerceamento da liberdade de imprensa* não o realiza da mesma maneira – dado este que se reforça, também, pela diferença dos deslizamentos metafóricos materializados nos grifos em sublinhadas, entre *descamba para a censura* e *[ter] um cacoete pelo cerceamento*, sendo o primeiro um atentado mais grave pela equivalência a *censura*:

(62) [...] [tal proposta de regulação da mídia] é uma coisa sempre muito perigosa e descamba para a censura, disse o deputado João Almeida (BA), líder do PSDB na Câmara. (do texto da *FSP*, 08/12/2010 – *Oposição crítica agência para regular conteúdo da mídia*, sublinhadas nossas)

(63) Esse governo [o de Lula] tem um cacoete pelo cerceamento da liberdade de imprensa. (José Agripino, líder do DEM no Senado, 08/12/2010 – *Oposição crítica agência para regular conteúdo da mídia*, sublinhadas nossas)

Ambos os partidários, então, estão diante de injunções do discurso midiático que permitem a filiação à FD(censura da mídia). No entanto, na fala de José Agripino não tacha fortemente o PT e o governo da mesma maneira como foi requerido a João Almeida (PSDB-BA). Afinal, estamos diante do então líder do principal partido de oposição ao governo na câmara dos deputados, um lugar em que a base aliada ao PT detém, ainda, maior espaço e representatividade. Os partidários do PT na Câmara, por sua vez, são insistentes em evocar o direito a poder dizer e propor-se tudo, conforme vemos nas seguintes falas:

(64) O que não pode é interditar o assunto [da regulação da mídia]. (*deputado Fernando Ferro (PT-PE)*, o líder do PT na Câmara, 08/12/2010 – *Oposição crítica agência para regular conteúdo da mídia*)

(65) [a criação de uma Agência Nacional de Comunicação para regulamentar o conteúdo de rádio e TV] Não é censura, as pessoas sabem disso, a regulação precisa ser feita. Tem gente que está com

dificuldade de entrar no debate porque acha que não se pode debater a imprensa [...]. (*ministro Franklin Martins (Secretaria de Comunicação Social) [...], [...] após participar de evento em homenagem a Stuart Angel, morto pela ditadura militar., 10/12/2010 – Agência não é censura, afirma Franklin, sublinhadas nossas*)

A oposição, ainda, materializa o conflito que tais propostas do PT colocam às facetas do sujeito que as interpreta a partir da FD(censura da mídia), mostrando também aspectos da ânsia por logicidade pela qual prima o *sujeito pragmático* pecheutiano, conforme ocorreu anteriormente (análise do excerto n°. 22), quando o enunciador midiático *FSP* contestou certa “romantização” da luta armada e da participação de Stuart Angel realizada por Franklin Martins. Com tais tipos de comentários que vêm a multiplicar os sentidos de tais falas primeiras ('qual, enfim, seria o desejo por detrás de tais dizeres?'), aqui, reforça-se que tal proposta do PT não é suficientemente clara. *Quem* fala também é importante: além de um histórico de atuação jornalística, trata-se de um dos ex-ministros do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, ex-político do partido e identificado com o PSDB:

(66) [a iniciativa a respeito da regulação da mídia é] estranha [...]. [os termos da proposta são muito vagos [...]]. (*Roberto Mylaert, presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas e ministro-chefe da Secretaria da Comunicação Social (no governo FHC), 08/12/2010 – Oposição critica agência para regular conteúdo da mídia, sublinhadas nossas*)

(67) [os termos da proposta deixam espaço a muitas interpretações, inclusive à possibilidade inaceitável de controle de conteúdo [...]]. (*Roberto Mylaert, presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas e ministro-chefe da Secretaria da Comunicação Social (no governo FHC), 08/12/2010 – Oposição critica agência para regular conteúdo da mídia, sublinhadas nossas*)

Outra visada relacionada à posição dos jornalistas traz, agora, uma série de dizeres que vêm carregados de uma opinião em termos legais sobre o assunto: a questão do *embaraço à mídia*, sem dúvida, remete-nos aos artigos constitucionais que tratam a liberdade de expressão, ainda que não haja marcas de heterogeneidade marcada. Vê-se, então, que é possível que se associe uma interpretação da Constituição aos saberes específicos da FD(censura da mídia):

(68) Há um vício formal de inconstitucionalidade. O artigo 22 da Constituição diz que radiodifusão e telecomunicações só podem ser legisladas pela União. Logo, o único órgão que pode legislar sobre isso é o Congresso.

[...] Quanto ao mérito, esses projetos estaduais que criam conselhos de comunicação podem permitir uma leitura no sentido de haver embaraço à mídia [...]. (*Rodolfo Moura, diretor de assuntos legais da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 08/12/2010 – PT-SP discute criar Conselho de Comunicação, sublinhadas nossas*)

Curiosamente, quando emerge este enunciado, o que é dito na Constituição brasileira não

é apenas objeto de discurso pelos partidários da FD(censura da mídia), mas também por parte daqueles que defendem a FD(controle da mídia). Assim, não são objetos de discurso apenas uma série de asseverações – materializadas mais fortemente em enunciados como o *controle social da mídia* e a *regulação da mídia* – sobre se, de fato, se trata de uma tentativa de censura ou não, mas também o que é dito na própria Constituição brasileira. Trata-se, sem dúvida, de um dado importante: como é característico de um funcionamento específico do discurso jurídico, os textos têm de apresentar facetas inequívocas para que possam suscitar interpretações absolutas, mas sabemos que isto é ainda menos válido quando tais dizeres são colocados na luta política. Os enunciados a seguir ilustram uma possibilidade de leitura a partir da FD(controle da mídia) que põe em jogo sentidos sobre tal texto legal:

(69) Precisamos, sim, de regulamentação dos meios de comunicação, que a toda hora está sendo chamada de censura e nada mais é que formas de garantir essas liberdades de tantos outros cidadãos [...]. (*Mariana Martins, uma representante do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, uma associação civil de direito privado.*, 27/10/2011 – *Comissão da Câmara discute a regulamentação da mídia*, sublinhados nossos)

Os grifos em sublinhadas acima evidenciam que se materializa um conflito entre cidadãos sem liberdade e os que já a detêm, em torno da questão do direito de divulgar informação: o esforço dos países Argentina e Uruguai em manter rádios oriundas de comunidades autóctones funciona nesta direção. O exemplo abaixo, já temporalmente mais recente, contém grifos que o ilustram:

(70) [...] importantes garantias [da Constituição Federal] aprovadas em 1988 na prática ainda não vigoram. A lei de 1962 que trata de televisão e rádio, além de estar desatualizada, não estabelece garantias mínimas para pluralidade e diversidade no setor. (*Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da Central Única dos Trabalhadores e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, 12/06/2013 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade*, sublinhados nossos)

Neste sentido, Franklin Martins, novamente, também defende a FD(controle da mídia) a partir de tal regularidade, agora mais claramente se remetendo à Constituição:

(71) Rui Falcão [presidente do PT], não entendo por que o PT não vai com sua bancada ao presidente do Senado [José Sarney] e diz “Por que não se cumpre a Constituição e a lei?” [...]. (*Franklin Martins ao cobrar a instalação do Conselho de Comunicação Social do Congresso*, 26/11/2011 – *Ex-ministro de Lula cobra do PT mais iniciativa na área de mídia*)

Quando se pôde falar sobre a *regulação da mídia*, assim, temos dizeres que situam sua interpretação também atravessados por tais formações discursivas. A Constituição, texto legal

soberano no Brasil, é também objeto de discurso. Neste sentido, nos enunciados que emergiram na *FSP* é possível que a Constituição seja dita de diferentes maneiras, fugindo inclusive à tentativa de estabilidade que nos textos jurídicos se busca estabelecer. Isso mostra, sobretudo, como as formações discursivas podem fortemente atravessar tais dizeres, inclusive aqueles mais pretensamente inequívocos, ditando sua interpretação.

Também, novamente vemos materializada a questão da autoria quando colocado o lugar de presidente em jogo, na construção de posições discursivas; conforme vimos, Dilma Rousseff, em meio a tantas discussões de tal proposta de controle, evocou em um primeiro momento o campo do humor e do *nonsense* para que não se lhe imputasse tal responsabilidade (*O único controle que existe é o controle remoto [...]*, 22/07/2010 – *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa*), dadas as injunções de uma conquista recentemente consolidada, que é o cargo de presidente. Por mais uma vez, Dilma Rousseff busca isentar-se de tais responsabilidades, agora salientando a necessidade de uma discussão da proposta; desta maneira, avalia-se que falar sobre controle e censura da mídia de maneira impositiva – como mostrou ser a tentativa de um *controle social da mídia* – é algo potencialmente transgressor, e não se pode/deve falar disso, ou, conforme mostra o seguinte excerto, tais injunções sequer permitem-lhe comentar um dizer primeiro:

(72) Eu não falo a respeito do que fala o ministro, eu não faço avaliação. O que eu acredito [...] é que deve haver uma grande discussão [...]. (Dilma Rousseff, em resposta aos dizeres do então ministro de Comunicação Social Franklin Martins, 12/11/2010 – *MÍDIA DIGITAL – Petista se nega a falar de controle*, sublinhadas nossas)

Também, é notável um deslizamento de sentido similar ao que aconteceu em relação ao primeiro dizer que circulou substancialmente, o *controle social da mídia*. Agora, tendo em pauta o que se designa por *regulação da mídia*, e sobretudo a posterior emergência da *regulação econômica da mídia*, começam a emergir defesas por outras formas de nomeação, que vão se pautar, sobretudo, em efeitos de memória discursiva materializados nos enunciados de que a circulação midiática está em poder de poucos, de modo que se o toma nesta sua propriedade de evidência e não opacidade. Na sua formulação, a adjetivação *social* para um *controle* – o *controle social da mídia* – primou pela estabilização destes efeitos de memória, não havendo, entretanto, circulado sem contestação pela *FSP*; esse dizer, inclusive, pouco pôde ser dito a partir do lugar de

presidente, o que mostra determinada interdição sofrida.

É importante salientar que as outras regularidades apontadas ainda estão em jogo, de modo que se dita a interpretação destes enunciados a partir de traços pertencentes à FD (controle da mídia):

(73) Tudo isso teve uma reação bruta, porque you tinha um pequeno grupo que estava acostumado a comer sozinho. Na hora em que você começa a repartir isso, as pessoas se zangam. (Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Brasil, 03/12/2010 – *Dilma vai fazer nova regulação da mídia, diz Lula*, sublinhadas nossas)

(74) O Brasil precisa de mais meios de comunicação, cada vez mais. (*ex-ministro José Dirceu*, 14/12/2010 – *Dirceu diz que mídia é contra regulação por ter medo de novos concorrentes*, sublinhadas nossas)

(75) Esse cenário reforça minha convicção de que precisamos construir um marco regulatório. Há questões econômicas por definir: se eles vão fazer TV a cabo em larga escala, se a convergência das mídias se dará livremente ou se vai ter regra para o jogo. Acho que tem de haver regra. O Brasil vive uma democracia política plena, embora careça de mais democracia econômica. A liberdade de expressão é vital na democracia, e ninguém no governo quer mexer nisso. (*Paulo Bernardo Silva, ministro das Comunicações*, em resposta à existência do receio de que o governo tente algum projeto para controlar a imprensa [...], 07/01/2011 – *Ministro defende proibição de que políticos tenham TV*, sublinhadas nossas)

(76) O projeto deixa claro que regulação democrática nada tem a ver com censura. A invocação desse fantasma só interessa àqueles que querem impedir a discussão pública. Afinal, contra fantasmas não há espaço para argumentos. Está na hora de o Brasil debater o tema --sem censura-- e aprovar uma lei que garanta a liberdade de expressão. (*Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da Central Única dos Trabalhadores e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, 12/06/2013 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade*, sublinhadas nossas)

(77) [...] exemplos internacionais mostram que países tidos como referências democráticas promovem a regulação da mídia. Reino Unido, França e Estados Unidos consideram que a regulação democrática não é impedimento à liberdade de expressão. (*Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da Central Única dos Trabalhadores e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, 12/06/2013 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade*, sublinhadas nossas)

Vimos, então, a emergência massiva de dizeres a respeito desta mesma regulação insistentemente proposta – sobretudo se tivermos em conta os dizeres de Franklin Martins. Em nosso *corpus*, esta é uma forma de designação que terá bastante circulação, justamente pela constância da proposta por parte do PT e, também, devido ao seu caráter polêmico. Vimos, ainda, que aos dizeres da ordem de “regulação da mídia” se estão agregando novas adjetivações, de modo que aparece, agora, a defesa da *regulação democrática* da mídia (12/06/2013 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade*) por uma enunciadora alhures aos

jornalistas da *FSP*, em um texto de opinião. Neste sentido, também emergirá a partir de um recurso linguístico parecido o dizer “regulação econômica da mídia”, que ecoou sobretudo após a campanha eleitoral de 2014. Isto indica, sobretudo, um deslizamento de sentido que ocorre entre a “regulação da mídia” e o próximo dizer que analisaremos, que é a “democratização da mídia”.

A *FSP* evidencia que o PT, então, tirará proveito de outra construção cujos efeitos não foram até então tomados em sua opacidade como o dizer “controle social da mídia” e, conforme vimos, em relação à “regulação da mídia”. Neste sentido, o enunciador midiático é categórico em afirmar como se deve realizar a interpretação destes dizeres (uma equivalência absoluta de sentidos entre “*regulação da mídia*” e “*democratização da mídia*”), com uma finalidade bastante específica (*O objetivo é...*) por parte do PT, qual seja, a distância entre a *censura* e estes ditos:

**(78) [...] Semântica**

O PT baixou ordem interna: a expressão “regulação da mídia” será substituída por “democratização da mídia”. O objetivo é evitar que se relacione a ofensiva petista à censura. (do texto da *FSP* atribuído a Vera Magalhães, 17/04/2013 – *Painel*, negritas do original)

Assim, foram imputados sentidos potencialmente transgressores a enunciados como “controle (social) da mídia” e, agora, à *regulação da mídia*, de modo que a sua circulação atua, de fato, de maneira não afável em relação a este desejo do sujeito, levando o PT a rever o seu gesto de autoria neste sentido. Seguramente, o PT não quis se colocar face a tais responsabilidades que a evocação deste dizer pareceu levar consigo, e o modo como tais dizeres mudaram evidencia tal tentativa.

No entanto, todos os posicionamentos que o PT e Dilma Rousseff puderam demonstrar a respeito da questão são constantemente colocados em xeque pela *FSP*, dado o espesso embate entre políticos e jornalistas que se constrói. Um dado que evidencia tal confronto é a presença de imagens em reportagens que relatam encontros de políticos com jornalistas, conforme se mostrou ser o seminário realizado pela *TV Cultura*, em que Franklin Martins e FHC realizaram falas. Isso confere determinado destaque e visibilidade a esses textos na edição da *FSP*, além de, claro, criar redes de sentido que se constroem na emergência do texto sincrético.

Neste sentido, outra imagem de Dilma Rousseff pôde aparecer na *FSP* para comentar o

enunciado *regulação econômica da mídia*, também relacionado ao delicado momento do embate entre sujeitos políticos e enunciadorees das grandes mídias. Nesta circulação que analisamos, assim, foi possível a emergência de duas imagens da presidente. Uma delas é a figura 4, já comentada anteriormente nesta dissertação, em que Dilma aparece em um acontecimento ligado mais propriamente a seu partido que à sua posição como governante, de modo que sua posição central e de destaque na imagem se dá em função de ser ela a presidente. Emerge, agora, outra imagem (figura nº. 9) estando Dilma retratada em um café da manhã com jornalistas, um momento de maior proximidade (mas, ainda assim, extremamente conflituoso) entre a presidente e a mídia:



Figura 9: *Dilma durante café da manhã com jornalistas no Planalto; presidente afirmou que seu governo é de “tolerância zero” (17/12/2011 – Dilma rechaça interferência de partidos em seu governo, imagem de capa nº. 9)*

Trata-se, ainda, de uma reportagem em que a existência de vontades de verdades conflitantes é comentada na materialidade textual:

(79) [...]

#### **Imprensa**

A presidente não deixou de alfinetar a imprensa ao dizer que os escândalos ganham mais destaque na mídia do que programas sociais do governo. "Parece até que existem dois Brasis", afirmou, para depois finalizar: "Obviamente, eu acho que escândalo vende mais jornal [...]".

Conforme dissemos, verificamos que foram poucos os momentos em que Dilma Rousseff abriu margem para a emergência de comentários deste teor, em um intento de filiar-se à

proposição de um controle, como na primeira versão da proposta de programa de governo em 2010 (22/07/2010 – *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa*) e na resolução do 4º Congresso Nacional do PT (02/09/2011 – *Cúpula do PT defende controle da mídia*), de modo que a emergência da imagem foi também importante para trazer à tona um destaque a tal fala. A presidente, até então, não defendeu mais propostas de controle como explicitamente fez no ano de sua candidatura ainda que por breves momentos.

Foi possível, assim, que dentre uma série de imagens pudesse aparecer uma relação entre a gestualidade austera captada e o momento aparentemente corriqueiro (porém delicado) na relação entre os políticos e a mídia, o que mostra um posicionamento enunciativo específico veiculado nesta imagem: aquela cujo saber é circunscrito pela FD(censura da mídia), ainda que neste momento, basicamente, as falas de Dilma Rousseff já tenham consolidado a cisão de posições entre si e o seu partido de origem.

A imagem que a *FSP* fez emergir, assim, retoma sentidos autoritários, imputando tal autoria a Dilma Rousseff, mostrando a real ânsia por uma posição clara da parte de Dilma: até então, a emergência de sua posição a esse respeito é bastante rara e algumas vezes incerta, mesmo no sentido de desfazer-se de tal responsabilidade (12/11/2010 – *MÍDIA DIGITAL – Petista se nega a falar de controle*), e a *FSP* fez multiplicar os sentidos de uma pequena fala quando esta pôde emergir. Não gratuitamente, o texto sincrético corrobora uma posição a partir da FD(censura da mídia) pela retomada do autoritarismo marcado no dedo em riste, bem como a volta de uma posição comum de insatisfação de Lula e Dilma sobre o modo como a mídia tem atuado em seus governos, presente na materialidade textual. Dilma, nas falas reproduzidas, busca estabelecer uma posição enunciativa oposta à necessidade do controle, mas sem que haja por sua parte, até então, uma filiação explícita à FD(censura da mídia), gesto que fica a cargo, assim, da formulação realizada pela *FSP*.

Toda a discussão realizada neste item, assim, aponta para o silenciamento do dizer *regulação da mídia* quando da defesa de proposta de controles e da FD(controle da mídia), mas o que não impede, por exemplo, que tal dizer seja retomado, sobretudo se se busca evidenciar o desejo de circunscrevê-lo a partir da FD(censura da mídia). Neste sentido, é bastante notável o uso do dizer *controle social da mídia* que se tem realizado na mídia, dizer que foi, de certa forma,

deixado de lado pelo PT e por Dilma Rousseff: uma vez que sua emergência foi, basicamente, impedida de ser realizada a partir da FD(controlé da mídia), este dizer aparece, agora, com grande potencial para veicular a FD(censura da mídia).

Mesmo dados os embates espessos que, finalmente, culminaram no desuso e inclusive silenciamento de dizeres como o *controle social da mídia* e a *regulação da mídia*, no *corpus* que coletamos há, ainda, a emergência significativa de duas outras formas de dizer que parecem ganhar estatutos não tão efêmeros, cujos funcionamentos descreveremos a seguir.

#### 4.3.4. A proposta de *democratização da mídia* e a busca de seu potencial estatuto

Para ilustrar o modo como os dizeres anteriores passaram a ser interpretados sobretudo a partir da FD(censura da mídia) e o modo pelo qual as formações discursivas estão ainda abertas a abarcar outros dizeres, pontuamos que o dizer *controle social da mídia* foi motivo de indagação no debate realizado pela *TV Bandeirantes* (TV BANDEIRANTES, 2014), em 28/08/2014, ao candidato Eduardo Jorge (PV), com comentários da candidata Dilma Rousseff (PT). Depois de uma série de momentos em que houve confrontos diretos entre os presidenciáveis, os representantes políticos responderam a perguntas colocadas pelos jornalistas, e Boris Casoy questionou-os justamente sobre o tema do *controle social da mídia*. Neste sentido, ele retoma o dizer na sua fala para associá-lo à *censura*, demonstrando traços claros da FD(censura da mídia):

**(80)** *Jornalista arguidor Boris Casoy:* Eu vou, por considerar um assunto importante e grave, que envolve a liberdade no país, voltar à questão do chamado *controle social da mídia*. O partido da presidente, o PT, insiste num plano de censura à imprensa, que eufemisticamente chama de *democratização da mídia*. A bem da verdade: a presidente Dilma, a candidata Dilma, ah... Não adotou, criou uma barreira. Não tem colocado em prática, apesar da insistência do partido essa ideia. Eu queria perguntar: se eleito, se o candidato Eduardo Jorge vai levar esse plano adiante.

*Candidato Eduardo Jorge:* Então eu sou obrigado a concordar com a presidente Dilma. Não levarei. Ficarei com a posição dela. (Silêncio).

*Jornalista mediador Ricardo Boechat:* Acabou?

*Candidato Eduardo Jorge:* Acabei. (Risos na plateia).

Em um raro acontecimento na circulação do discurso político televisivo, o candidato Eduardo Jorge não se valeu de seu tempo para comentar a questão trazida pelo jornalista, resumindo-se a dizer que estaria de acordo com a posição defendida pela presidente. É a vez,

assim, de Dilma Rousseff comentar o que foi dito, um claro tema polêmico – responsabilidade primeira de que Eduardo Jorge claramente se desfez:

**(81)** *Candidata Dilma Rousseff*: Eu...

*Jornalista mediador Ricardo Boechat*: Comentário da candidata Dilma Rousseff com quarenta e cinco segundos. Pode fazer em menos tempo também.

*Candidata Dilma Rousseff*: Eu não quero [fazer em menos tempo]. Eu queria mais. Bom, eu acredito que a questão da liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a liberdade, eh, integral nos meios de comunicação é um valor básico da democracia. Eu acredito também que como qualquer setor, o setor de telefonia, os aeroportos, os portos, todos setores, eles têm de ser, de ter regulação econômica. Ou seja: não pode haver o monopólio, e não pode haver o uso indevido daquele meio, tanto seja o aeroporto, porto, linha de transmissão. Então eu sou a favor da regulação econômica. Agora, dentro da maior liberdade de expressão. Isso vale não só pro setor da mídia, mas vale também pra internet e pra todos os setores ligados à manifestação do pensamento. [...]

É notável que, em sua primeira fala, Eduardo Jorge mostra ter uma posição afim àquela que até então vinha manifestando Dilma Rousseff, ainda que isso se tenha dado bastante sucintamente em ambos os casos, esquivando-se também de possíveis polêmicas – como já o fez, em repetida vezes, a candidata do PT. No entanto, tal suposta concordância entre os dois candidatos é bastante incerta, pois Dilma Rousseff em sequência realiza a defesa da necessidade de controle, aproximando-se à FD(controle da mídia). Ainda assim, ao não fazer uso dos dizeres *controle social da mídia* ou *democratização da mídia*, em sua circulação já claramente carregados de marcas taxativas da FD(censura da mídia) neste embate presidencial, como nos mostrou a fala de Boris Casoy, Dilma Rousseff ao evocar tal dizer não faz com que tal rebuliço da polêmica – deixado de lado de pronto por Eduardo Jorge – reemerja, sendo novamente possível uma filiação de sua parte à FD(controle da mídia).

Foi possível, assim, que a presidente em exercício e em candidatura à reeleição fosse partidária de uma forma impositiva de *censura da mídia*, como se mostraram haver estabilizado tais sentidos a respeito dos enunciados que tratamos anteriormente, na *FSP*? Certamente, as injunções do dizer não permitem que tal filiação seja marcada. No entanto, aqui, temos uma defesa da FD(controle da mídia) que não se realiza de forma tão absoluta, como pôde acontecer com os outros enunciados no *corpus* – ou ao menos não foi possível, ainda, tal acontecimento.

Uma vez que tal associação entre este saber emergente (representado na fala *regulação econômica*), e a 'censura' não se havia ainda estabelecido no *corpus*, no entanto, tais domínios

associados não são imputados à fala de Dilma Rousseff, sobretudo porque este foi um tema de breve comentário neste debate de, basicamente, três horas de duração. Certamente, tal funcionamento destas dispersões enunciativas neste debate televisivo nos é importante para compreender como os dizeres desta ordem, quando aparecem na *FSP*, são imediatamente objeto de refutação e comentário: na *FSP*, diferentemente do que se passou neste debate, o espaço dado à voz (e mesmo às “réplicas”) dos jornalistas é mais representativo, o que permite a Dilma fazer circular tais dizeres (e, logo, tal defesa) massivamente no debate, acontecimento que nem sempre se realiza neste grande meio. Afinal, grande parte dos brasileiros, que esperam o devir das eleições, estão então em frente à televisão: trata-se de uma recepção massiva que, certamente, não foi possível de ser realizada nas injunções que circunscrevem a produção de sentidos pela *FSP*.

Claramente, neste excerto do debate, com a questão da *regulação econômica da mídia*, Dilma mostra o desejo de falar sobre e defender um controle, diferente do que agora vimos acontecer com Eduardo Jorge e, sobretudo, entre meados de 2010 e o início de 2014 pela própria presidenciável na *FSP*. A fala do jornalista Boris Casoy, no entanto, mostra que o dizer *democratização da mídia* também pôde emergir pela FD(censura da mídia): a associação à censura é clara e o atentado é *grave*, sendo precisamente esta a interpretação do sujeito universal desta formação discursiva.

A emergência de dizeres como *democratização da mídia*, na fala de Boris Casoy já associada à censura, remete-nos a uma série de enunciados que puderam emergir na *FSP*, como os exemplos que seguem: *democratização do acesso da sociedade aos meios de comunicação*, *democratização da informação*, *democratização dos meios de comunicação*, *democratização da comunicação*, *regulação democrática da mídia*, *democratização da comunicação*, [*é preciso*] *democratizar a mídia*. No entanto, tais dizeres não detiveram grande circulação e foram objetos de massivos comentários, como é o exemplo do *controle social da mídia* e da *regulação da mídia*.

Neste sentido, o penúltimo enunciado que pudemos encontrar e que circula substancialmente no *corpus* que construímos é, de fato, *democratização da mídia*. Saindo um pouco do âmbito do embate político-partidário, vemos que se trata inclusive de um dizer que circula hoje em manifestações populares – dado de grande serventia para a proposta, uma vez que

se afirma que se trata de um projeto de iniciativa popular, conforme podemos ver em um texto de 12/06/2013, intitulado *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade*.

Nesse texto, de autoria de uma das pessoas engajadas no Fórum Nacional pela Democratização da Mídia, tal questão da participação popular aparece sobretudo permeada pelas regularidades que a FD (controle da mídia) conforma. No entanto, tal questão também pode aparecer sob a interpretação da FD (censura da mídia), conforme aponta um texto já em 2010, quando a partir desta ótica ainda era possível falar, sobretudo, da defesa do *controle social da mídia*. Novamente, estamos diante de um evento em que se confrontam posições de políticos e de enunciadores midiáticos, momentos ímpares para que se coloque em xeque tais propostas. Neste texto, ainda, tais posicionamentos a partir da FD (censura da mídia) aparecem relacionados aos casos venezuelano e argentino:

**(82)** Os debatedores [do Fórum Democracia e Liberdade de Expressão] alertaram os brasileiros para o fato de as medidas de controle e censura da mídia em seus países terem começado sob o pretexto da necessidade de incrementar a responsabilidade social dos veículos de comunicação. (do texto da FSP, 02/03/2010 – Fórum crítica “controle social” da mídia)

Mais especificamente, quando tal dizer é colocado como um objeto pelo qual se luta na circulação do discurso político, a memória que se resgata no enunciado toma como um efeito de evidência o gesto de que a mídia no Brasil não é democrática – sentidos anteriormente construídos da ordem de 'todos sabem que o Brasil não passou por um processo de democratização da mídia' e 'é bem sabido que é preciso democratizar o acesso à informação no Brasil', bem como, outra vez, referências a modelos internacionais de democracia que realizaram tal gesto. Novamente, tal enunciado também está sujeito a ser interpretado a partir de duas formações discursivas aparentemente antagônicas.

O posicionamento de Helio Bicudo a respeito do dizer mostra-nos, assim como a fala de Boris Casoy no debate presidencial, de que modo este dizer pode estar diretamente associado à censura:

**(83)** É o que se viu na ditadura Fujimori no Peru e que reaparece em países de nosso hemisfério, alguns deles claramente agindo contra a liberdade dos meios de comunicação e outros, como é o caso do Brasil, procurando, sorrateiramente, o mesmo resultado, mediante o sofisma da “democratização da mídia”. (Hélio Bicudo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, 30/10/2010 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia?*, sublinhadas nossas)

Da mesma maneira, como se mostrou recorrente na veiculação dos outros dizeres, tal emergência pode também ser realizada a partir da FD(controle da mídia), negando absolutamente a relação com domínios associados que evoquem a *censura*:

**(84)** O projeto não estabelece censura, mas a democratização do acesso da sociedade aos meios de comunicação [...]. (Edmir Chedid (DEM), 08/12/2010 – PT-SP discute criar Conselho de Comunicação, sublinhadas nossas)

Tal medida, assim, busca criar relações bastante específicas: uma vez que sentidos sobre o que é uma democracia estão agora em jogo nesta proposição e, ao mesmo tempo, na negação da necessidade de um controle, temos um novo referencial pelo qual se vai lutar, no sentido de imputar-lhe interpretações específicas e negar outras, sendo a participação popular presente:

**(85)** No plano interno, está colocada a urgência da reforma político-institucional e da democratização da comunicação [...]. [Estas duas medidas] são importantes para superar o descrédito de amplos setores de nossa sociedade para com partidos e instituições [...]. (Resolução aprovada ontem em reunião no Diretório Nacional do PT, 20/11/2010 – PT critica tom “conservador incrustado” em mídia, sublinhadas nossas)

A fala acima, realizada a partir de injunções institucionais em que o PT se inscreve, dentro da FD(controle da mídia), mostra-nos a importância de retomar-se a participação popular como um dado que fortalece a necessidade de um controle. Sobretudo, tendo em conta a emergência de manifestações populares que clamam por políticas em torno da circulação midiática, busca-se como argumento a conformação dos contornos dos poderes midiático às necessidades do Estado.

Já a partir da FD(censura da mídia), é comum que se enuncie que já há uma democratização, realizada, sobretudo, pelo advento de novas tecnologias: tal *democratização* que se clama, assim, busca não uma consonância entre o que Estado e a sociedade civil demandam da mídia brasileira, senão o que neste sentido realizariam as posições do governo e, logo, do PT, uma visão bastante diferente deste mesmo acontecimento. Também, o mesmo poder midiático que é, então, tomado na FD(controle da mídia) como grande, implacável e, logo, cujos contornos devem ser controlados, é tido na FD(censura da mídia) sob outra forma, como se, novamente, estivéssemos diante de realidades distintas, como nos mostra o contraste entre as duas primeiras falas seguintes, em torno da mesma questão, bem como as duas últimas, já mais assertivas:

**(86)** O poder da mídia, esse poder nós temos de enfrentar [...]. (Rui Falcão, dizer realizado em evento do PT e trazido para o corpo do texto pelo órgão midiático, 05/05/2012 – *Assassinato de jornalista cerceia imprensa, diz presidente do STF*)

(87) Não estou dizendo que grandes conglomerados de mídia tenham perdido a capacidade de influenciar populações, mas seu poder tende a ser declinante [...]. (Hélio Schwartzman, 10/03/2013 – *Opinião: “Democratização da mídia”*, sublinhadas nossas)

(88) [...] é pouco provável que governos possam promover uma democratização mais efetiva do que a já imposta pela internet.

A estratégia dos dirigentes passa a fazer mais sentido se interpretarmos “democratizar” como um eufemismo para “controlar”. (Hélio Schwartzman, 10/03/2013 – *Opinião: “Democratização da mídia”*, sublinhadas nossas)

(89) [Também sou ferrenho defensor da democratização, definida como a ampliação das fontes de informação a que os cidadãos podem recorrer.] Receio, porém, que essa seja uma bandeira do passado. Na verdade, é preciso ter perdido o trem da história para não se dar conta de que estamos no meio de uma revolução tecnológica, cujo efeito mais visível foi elevar exponencialmente a quantidade de informações à disposição da sociedade e diversificar suas origens. (Hélio Schwartzman, 10/03/2013 – *Opinião: “Democratização da mídia”*, sublinhadas nossas)

Assim, vemos que majoritariamente ou uma ou outra formação discursiva dita no gesto da formulação como deve ser interpretado tal enunciado. No excerto seguinte, por exemplo, vemos também claros traços de uma filiação à FD(censura da mídia):

(90) A democratização da mídia está, portanto, em deixá-la livre, e não em circundá-la, como quer o PT. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: O PT e o controle da informação*)

O mesmo ocorre se buscamos mais a fundo neste texto, o que nos leva a observar que unicamente a FD(censura da mídia) está presente quando são comentadas as propostas de controle:

(91) Na mesma toada, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, move incansável campanha contra o jornal “Clarín”, respeitado por fazer um jornalismo crítico e independente. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: O PT e o controle da informação*, sublinhadas nossas)

(92) O que se vê com tudo isso é que o autoritarismo sempre encontra meios de limitar a manifestação independente de opinião. Seja à la Stálin, à la Mao, à la Fidel ou à la Chávez [...]. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – *TENDÊNCIAS/DEBATES – O PT e o controle da informação*, sublinhadas nossas)

(93) No Brasil, desde Lula, temos visto o ensaio do controle da mídia por meio de propostas como a criação de conselhos que garantiriam, segundo os que as concebem, a democratização da mídia. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – *TENDÊNCIAS/DEBATES – O PT e o controle da informação*, grifos nossos)

Voltando ao excerto primeiro deste texto, vemos que a emergência do dizer 'censura' e dos sentidos que este enunciado leva consigo também são de certa forma evitados, mas a FD(censura da mídia) é predominante. Ainda que Rubens Bueno não esteja defendendo um ímpeto político-partidário de controle ao qual ele se filiaria enquanto autor, nega-se a responsabilidade de

designar esse gesto, optando por *circundar*, o que nos faz retornar à pergunta colocada por Foucault: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008:30):

(94) A democratização da mídia está, portanto, em deixá-la livre, e não em circundá-la, como quer o PT. (**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados, 09/09/2011 – TENDÊNCIAS/DEBATES – O PT e o controle da informação, sublinhadas nossas)

Uma vez que se trata de um artigo de opinião assinado unicamente por Rubens Bueno enquanto sujeito, estamos diante, assim, de um gesto de isentar-se da autoria deste dizer: não se preenche tal posição enunciativa e não se permite que seja associada à acusação jurídica de que o PT está realizando esta prática. Ainda que em nosso *corpus* tenha sido frequente a afirmação de que estamos diante de uma censura velada por parte do PT, este artigo de opinião não realizou tal afirmação.

Neste sentido, temos também mais uma fala de Dilma Rousseff, já no período que compreende o fim do intervalo que tomamos para a construção de nosso *corpus*, que evidencia novamente sua posição, funcionando também no sentido de eximir-se de tais responsabilidades, justamente, ainda, pelo lugar que está colocado em jogo, o de presidente da república, dizer evocado pelo órgão midiático para comentar a *regulação da mídia*.

(95) Somos um país que convive com a liberdade de imprensa, somos um país que convive com a multiplicidade de opiniões, somos um país que convive com a crítica. (Dilma Rousseff, 13/04/2013 – PT associa 'setor da mídia' a criminosos e defende regulação)

Tal evocação imputa uma autoria à presidente, ainda que ela se negue a fazê-lo (afinal, o sujeito pragmático tem uma ânsia de logicidade neste sentido), conforme vimos em *Eu não falo a respeito do que fala o ministro, eu não faço avaliação [...]* (Dilma Rousseff, em resposta aos dizeres do então ministro de Comunicação Social Franklin Martins, 12/11/2010 – *MÍDIA DIGITAL – Petista se nega a falar de controle*).

#### 4.3.5. A emergência da *regulação econômica da mídia*: o acontecimento de uma volta

A emergência da proposta de regulação econômica da mídia pôde ser lida e comentada na *FSP* sobretudo a partir do início do ano de 2014, momento de eleição presidencial. Esse foi um

dizer que apareceu fortemente na campanha de Dilma Rousseff, bem como no momento do logro da volta à presidência pela candidata do PT. Neste sentido, por exemplo, tais propostas – em certo norte uma bandeira desta nova campanha – estiveram inclusive presentes em seu pronunciamento de vitória, realizado logo após o resultado das eleições presidenciais de 2015 (REDE GLOBO, 2015).

Conforme pudemos já notar anteriormente, há determinada descontinuidade na emergência destes dizeres, de modo que as propostas que inicialmente são realizadas, como a do *controle social da mídia*, são deixadas de lado quando sua emergência funciona de forma não mais amistosa a determinados desejos. A *FSP*, conforme demonstraram os textos verbais e também a emergência de imagens até então, é um protagonista nas possibilidades de dizer que se colocam, havendo lançado pelo menos duas interpretações bastante absolutas das manobras que o PT realizou em torno da emergência destes ditos:

**(96)** *Para evitar críticas de que um governo Dilma contemplaria propostas das alas radicais do PT*, o texto abandonou o controle social da mídia, a taxação de grandes fortunas e a redução da jornada de trabalho. (do texto da *FSP*, 15/10/2010 – *Novo programa de governo de Dilma traz críticas a Serra*, grifos nossos)

**(97)** [...] **Semântica**

O PT baixou ordem interna: a expressão “regulação da mídia” será substituída por “democratização da mídia”. *O objetivo é evitar que se relacione a ofensiva petista à censura*. (do texto da *FSP* atribuído a Vera Magalhães, 17/04/2013 – *Painel*; sublinhadas e itálicos nossos, negritas do original)

Conforme indicam os grifos em sublinhadas e itálico, que se valem de sentidos relacionados não apenas à suposta finalidade destes gestos, mas também de uma imputação de interpretação (marcado também pelo uso do verbo 'ser', além dos usos de *evitar*), a primeira delas se dá mais pontualmente em relação ao dizer *controle social da mídia*, ao passo que a segunda discute a forte interdição que sofreu o dizer *regulação da mídia* no *corpus* por nós analisado, apontando para a emergência do dizer *democratização da mídia*. No entanto, estas interpretações realizadas e autorizadas pela *FSP* não são os únicos momentos que de alguma maneira constituem domínios de antecipação, ao indicar novas formas de emergência. Vemos, ainda, que tal possibilidade também se realiza quando há a defesa da FD (controle da mídia):

**(98)** Esse cenário reforça minha convicção de que precisamos construir um marco regulatório. Há questões econômicas por definir: se teles vão fazer TV a cabo em larga escala, se a convergência

das mídias se dará livremente ou se vai ter regra para o jogo. Acho que tem de haver regra. O Brasil vive uma democracia política plena, embora careça de mais democracia econômica. A liberdade de expressão é vital na democracia, e ninguém no governo quer mexer nisso. (Paulo Bernardo Silva, ministro das Comunicações, em resposta à existência do “receio de que o governo tente algum projeto para controlar a imprensa [...]”. 07/01/2011 – *Ministro defende proibição de que políticos tenham TV*, grifos nossos)

A defesa de uma *democracia econômica* se relaciona não apenas com a *democratização da mídia*, mas também com a emergência desse dizer que finalmente marca a volta do posicionamento favorável de Dilma Rousseff em relação a tais propostas: conforme vimos, após um primeiro momento em 2010, quando houve grande polêmica em torno da divulgação de seu programa de governo (em várias ocasiões comentado pela *FSP*, sobretudo em 22/07/2010 – *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa*), Dilma não se filiou explicitamente a tais controles, ainda que a *FSP* crie sentidos sobre sua participação no 4º. *Congresso Nacional do PT*, conforme evidenciaram os efeitos de sentido de sua presença (atada a certa falta de força na imagem de seu corpo, trazida pela *FSP*).

Da mesma maneira como pôde ser enunciada a *regulação democrática da mídia*, ainda que não substancialmente, emerge agora a *regulação econômica da mídia*, trazendo uma lexia que antes não se havia agregado às proposições de controle, ainda que o recurso já seja bastante familiar: a adjetivação *social* para o nome *controle (da mídia)*, bem como as da ordem de *democrática* e, agora, *econômica* para o substantivo *regulação (da mídia)*.

Curiosamente, estamos já diante de um dado peculiar: os primeiros usos dessas adjetivações, *controle social* e *regulação democrática*, bem como os desdobramentos do dizer *democratização da mídia*, remetem-nos a sentidos já bastante rarefeitos nas sociedades ocidentais contemporâneas, não sendo a brasileira uma exceção. Certamente, neste contexto, estamos diante de governos (e, logo, de conceitos de democracia) de cunhos bastante diferentes, mesmo se consideramos que em conjunturas como a brasileira e a argentina – com o traço comum da presença de poderes mais distantes dos ideais de uma direita clássica – os sentidos sobre a democracia, sobretudo após a presença viva de um período autoritário no imaginário destes sujeitos, vem-se realizando como uma espécie de desejo utópico, em meio a eleições que têm como protagonistas sujeitos bastante distantes dos interesses da massa popular. O clamor pela necessidade de estabelecer-se uma democracia, sem dúvida, é um dos valores que o discurso

político e midiático resgata com finalidades que giram em torno do convencimento, de modo que tais proposições de controle, certamente, valeram-se desta instabilidade referencial que dizeres como a *democracia* e mesmo a questão da participação *social* hoje comportam.

Neste sentido, é emblemático que comentemos uma fala de Marina Silva, candidata do PV às eleições presidenciais em 2010 e novamente em 2014 pelo PSB, cujo posicionamento sobre a questão da mídia em 2010 na *FSP* limitou-se à defesa da necessidade de um controle; no entanto, que este não fosse aquele idealizado pelo PT, mostrando então uma desfiliação e mesmo traços de ambas as formações discursivas (excerto n.º. 4), não havendo, assim, se filiado explicitamente:

(99) "Estamos confiantes de que a Justiça reparará esse erro cometido pelos cartórios e teremos o registro legal de um novo partido político para defender a democratização da democracia" (Marina Silva, 03/10/2013 – *Marina chega ao 'Dia D' com placar desfavorável no TSE*, grifos nossos)

Ao defender a fundação de um partido em torno de seu grupo político, a Rede Sustentabilidade, antes dos desenrolares da eleição de 2014, em que posteriormente tal figura política foi, em um primeiro momento, candidata como vice-presidente de Eduardo Campos (PSB), Marina Silva também pôde valer-se da rarefação destes sentidos sobre a democracia para argumentar. Ora, se inclusive a própria democracia brasileira é um conceito passível de *democratização* na fala da candidata, as defesas de uma maior pluralidade e participação da vontade popular nos contornos que a mídia brasileira deve tomar – conforme vimos até agora, sobretudo, com a análise do dizer *democratização da mídia* – também podem perpassar tal regularidade.

Se compreendemos a ação de economizar a partir de um sentido corrente e fizermos uma reprodução bastante grosseira dos recursos que foram mobilizados na fala de Marina a título de exemplo, seria possível a emergência de anseios neste mesmo discurso político por uma *economização da economia* brasileira? Parece-nos, de imediato, que a resposta é negativa, o que indica a diferente concretude da circulação deste conceito em nossa sociedade se comparado ao de democracia, ainda que as interpretações sobre o panorama econômico brasileiro possam realizar-se de forma bastante distinta e, inclusive, paradoxal. Seria, assim, a *regulação econômica da mídia* um acontecimento fundado em sentidos mais palpáveis em relação a uma temática central no embate político-partidário de 2014, e mesmo atado aos anseios das manifestações

populares, como as de junho de 2013, o que, finalmente, impediria a associação à *censura*, comum na circulação de basicamente todos os outros dizeres?

A questão econômica, assim, emergirá massivamente como um objeto de discurso no embate presidencial eleitoral de 2014 e aparecerá, ainda, atrelada à emergência de propostas de controle e regulação da mídia, que serão resgatadas e atualizadas pela circulação do dizer *regulação econômica da mídia*. Ainda, em termos de potenciais linguísticos que foram mobilizados, tal emergência colocar-se-á de forma bastante similar: uma vez que muitos dos domínios associados à questão emergente estão relacionados à concentração midiática, e dado ainda que a *democratização da mídia* também passou a circular permeada sobretudo pela FD(censura da mídia) na *FSP*, um recurso já realizado reaparece transfigurado na emergência deste dizer (sobretudo, entre a emergência de *controle social* e a *regulação econômica*), colocando-se, agora, diante de outros domínios associados.

De maneira análoga ao modo como a democracia é um dizer que, de alguma maneira, se “esvazia” durante a sua colocação nestes espessos embates, dado reforçado pelos usos da *democratização da mídia* que pudemos ver circular, e mesmo pelo caráter da égide das defesas e políticas do PT nos últimos anos no estabelecimento de uma nova vontade de verdade, a discussão sobre a economia brasileira se fez muito presente nos debates presidenciais e nas polêmicas que a eleição de 2014 colocou. Logo, como tem sido habitual, estaremos diante de recortes da realidade brasileira realizados por tais políticos e instituições que se darão de forma também bastante incompatíveis entre si. Assim, uma discussão sobre aspectos econômicos do país também se colocou neste imbróglio da luta por atenuação de desigualdades que funda não apenas a defesa do PT pela necessidade de propagar a FD(controle da mídia), mas que também pauta uma gama de sentidos que são recorrentemente ditados, recortados e restabelecidos no embate político-partidário. Neste sentido, novamente, os debates presidenciais eleitorais são momentos emblemáticos para compreender tal funcionamento, pois é bastante evidente, entre as posições de Dilma Rousseff e Aécio Neves (ambos, aliás, que detêm formação universitária de economistas), por exemplo, que estamos diante de realidades avessas em relação à situação do Brasil em tal quesito. Ora, se os sentidos sobre o que, de fato, é uma democracia puderam estar em jogo, a questão econômica também guarda um potencial semelhante, trazendo, novamente, o

importante problema de que *é preciso democratizar a mídia* (05/03/2013 – *Presidente do PT afirma que é preciso 'democratizar' mídia*), atrelado agora, sobretudo a sentidos da ordem da *desconcentração econômica* (JOVEM PAN, 2015).

Conforme pudemos já pontuar, o recurso linguístico utilizado entre a possibilidade da emergência do *controle social da mídia* e de dizeres como *regulação democrática da mídia* e, sobretudo, a *regulação econômica da mídia* é bastante semelhante, mas certamente os domínios associados e os referenciais a partir dos quais tais saberes emergentes aparecem são distintos. Mais do que isto: por que emergiu, agora, a defesa de um dizer que carrega consigo a adjetivação *econômica*, em vez da pouca circulada *democrática*, e mesmo em lugar de outros dizeres, inclusive aqueles que antes vinham sendo ditos substancialmente, quando de tal apologia?

Certamente, para responder a pergunta desta ordem, um retorno à circulação massiva da *FSP* se faz necessário, com o fim de compreender regularidades que se apresentaram no *corpus*. Em relação à pergunta brevemente colocada acima, a pouca circulação de uma *regulação democrática da mídia* na *FSP* e o uso restrito que foi feito deste enunciado se comparado à *regulação econômica da mídia* indica-nos determinado desgaste destes sentidos da ordem da *democratização*, sobretudo se considerarmos que se tratou de um dizer que circulou massivamente e que, conforme a interpretação lançada pela *FSP*, foi majoritariamente interpretado a partir da *FD*(censura da mídia). Os recorrentes gestos de reaparecimento (uma “renovação”) destes dizeres, assim, conforme viemos discutindo largamente neste último capítulo desta dissertação, comportam importantes deslizamentos de sentido. Tais metamorfoses são recursos linguístico-discursivos que se oferecem às malhas do embate político-partidário e, sobretudo, às propostas encabeçadas pelo PT, que neste momento estão em curso de recrutar um importante pivô na construção destas posições: a presidente Dilma Rousseff, no curso de sua volta à presidência.

Claramente, assim, com a possibilidade da emergência da *regulação econômica da mídia*, a evocação e conseqüente circulação de sentidos a respeito da participação social e da democratização, materializadas em dizeres como o *controle social da mídia* e a *democratização da mídia*, mostraram-se pouco satisfatórias aos desejos daqueles que as estão propondo.

Em uma reportagem que busca sumarizar o devir das discussões sobre a questão

(28/05/2014 – *Controle da mídia*), a *FSP* confronta a posição de Dilma Rousseff com as que vem manifestando seu partido de origem. Nas falas da presidente trazida pela *FSP*, o exemplo internacional de regulação dos Estados Unidos é tomado como um modelo de *regulação econômica da mídia*, filiando o dizer a determinadas associações. A emergência deste dizer, neste sentido, acontece também em um café com jornalistas, momento em que há este tão complexo embate entre políticos e a mídia, ainda que não sob a forma de um debate televisivo polêmico, por exemplo, mas sim como um gesto de cunho trivial.

Esta retomada que a *FSP* faz das polêmicas propostas de controle por parte do PT também marca uma leitura possível da Constituição realizada pelo partido, um dos temas que vai permear tais emergências centradas no enunciado *regulação econômica da mídia*, relacionando-se, agora, a dizeres como *[impedindo] práticas monopolistas e combater os monopólios* (idem, trecho da proposta do PT retomada pela *FSP*).

Neste sentido, na seguinte matéria há também um exemplo peculiar das possibilidades de ler-se a Constituição brasileira, leitura permitida – e mesmo autorizada – pela circulação deste “novo” dizer, sobretudo pela adjetivação que se lhe agregou: fala-se não mais no artigo que discute o *embaraço à mídia*, mas são comentados sobretudo artigos que falam sobre *monopólios de mídia*. A *FSP*, no entanto, traz ao fim do texto posições mais afins à FD(censura da mídia), sobretudo esclarecendo a posição de Aécio Neves e o modo como, neste momento eleitoral, parecem coadunar-se as posições de Dilma e de outros afiliados ao PT.

O subtítulo de um dos tópicos da reportagem, no entanto, mostra-nos que é a *FSP* quem primeiro evoca o termo *censura*, associando-lhe a tal prática. Cita-se, também, a demanda do PT para que Dilma se posicione e rebata os ataques de Aécio, mostrando o investimento do partido em relação a tal proposta. O candidato, ainda, demonstrará uma posição enunciativa a respeito do tema que fortalece a emergência dos sentidos sobre a *censura* e, logo, os contornos da FD(censura da mídia) que se estão conferindo ao “novo” dizer. Primeiramente, neste sentido, a possibilidade da defesa de um controle é retratada:

**(100)** Em sintonia com a presidente, o ministro reafirma que o governo não vai discutir controle de conteúdo, lembrando que isso não é permitido pela Constituição, e sim a regulação econômica. Para o ministro, a prioridade deverá ser a produção de conteúdo regionalizado.

"Tem que fazer como manda a Constituição." Ele cita os artigos 220 e 221 da Carta, que determinam que os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio e que a produção e a programação de rádios e TVs devem atender aos princípios de produção regional e independente. (do texto da *FSP*, 06/06/2014 – *Governo Dilma quer estimular produção regional na mídia*, sublinhadas nossas)

Após estes dizeres, no entanto, o subtítulo que a *FSP* dá remeter-nos-á diretamente às regularidades que conformaram a FD(censura da mídia):

**(101) CENSURA [...]**

A regulação da mídia voltou à pauta após a Executiva do PT incluir, no mês passado, o tema no programa do partido para a campanha presidencial deste ano.

[...] O *presidenciável* Aécio Neves, do PSDB, diz que o PT quer censurar a imprensa com o projeto. No PT, ministros e assessores defendem que a campanha dilmista se posicione sobre o assunto e rebata os ataques tucanos. (do texto da *FSP*, 06/06/2014 – *Governo Dilma quer estimular produção regional na mídia*, sublinhadas nossas, negritas do original)

A leitura que a *FSP* faz circular do embate político-partidário em torno dessas propostas retoma não apenas esse conflito com o PSDB, grande partido de oposição ao governo nas eleições de 2014, mas também em relação ao PMDB. Ainda que a referência a tais propostas seja bastante breve no texto que contém o excerto seguinte, estamos diante de uma mostra bem clara da resistência enfrentada na esfera legislativa, constituindo-se, novamente, como um ponto de embate entre os políticos dos dois partidos de maior representatividade em tal espaço, o PT e o PMDB:

**(102)** No programa de governo, que será aprovado na convenção do PMDB e entregue a Dilma, o partido vai reafirmar a defesa da liberdade de imprensa e criticar qualquer tentativa de regulação do trabalho da mídia brasileira.

O ministro Paulo Bernardo (Comunicações) diz que em um eventual segundo mandato Dilma poderá propor uma regulação econômica da mídia que estimule a produção regional e independente. Setores do PT defendem ainda o controle de conteúdo e a proibição de um mesmo grupo econômico controlar TV, rádio e jornal. (do texto da *FSP*, 10/06/2014 – *PMDB deve manter hoje seu apoio a Dilma, mas com críticas ao PT*, sublinhadas nossas)

Também, outro texto ilustra a perda de espaço do PT e de Dilma Rousseff no âmbito legislativo após a eleição de 2014, trazendo a posição contrária do presidente de Câmara dos deputados a bastantes das polêmicas presentes na sociedade brasileira, como a questão do aborto e as tentativas de regulação da mídia. Tais propostas citadas pela *FSP* como contrárias à vontade do recém-eleito presidente da Câmara estiveram também presentes no curso do embate político-partidário de 2014, o que evidencia a necessidade de enunciá-lo neste momento pós-eleição:

(103) Evangélico, Cunha já deu declarações contrárias a projetos de movimentos sociais e da comunidade gay. Também já disse que não apoia o fim do financiamento privado de campanhas e a regulação econômica da mídia, defendidos pelo governo. (do texto da *FSP*, 02/02/2015 – *Câmara eleger Cunha e impõe derrota histórica ao Planalto*)

Estamos diante, assim, de grandes cisões de posições quando emerge a *regulação econômica da mídia*, que existem não apenas entre os partidos que fazem parte da oposição e da base aliada, mas também entre as posições de Lula e Dilma que defendem um controle, mesmo estando tais posições ambas situadas a partir da FD (controle da mídia). Neste sentido, ainda que não se trate especificamente de uma das reportagens da seção *Poder*, a qual nos atemos com maior cuidado neste trabalho, a circulação da questão na seção *Especial* da *FSP* também traz uma atualização importante desta memória: a *FSP* cita, rapidamente, ao comentar a perda de espaço que o PT teve no legislativo e as derrotas eleitorais de 2014 no estado de São Paulo, a diferença que existe na defesa de um controle entre as figuras de Dilma Rousseff e Lula:

(104) Mais: Lula está disposto a defender suas ideias publicamente (até agora, fez isso nos bastidores), mesmo que elas desagradem a presidente.

Uma delas é o projeto que prevê controle da mídia. A candidata admitiu elaborar proposta de regulação econômica dos meios de comunicação, mas não deu datas nem detalhes. Apenas sinalizou não concordar inteiramente com a versão defendida pelo PT, que para críticos flerta com a censura. (do texto da *FSP*, 26/10/2014 – *Petista terá de reatar com mercado e conter crise na Petrobras*, sublinhadas nossas)

O enunciado *regulação econômica da mídia*, assim, aparece aqui desvincilhado à *censura*, ainda que a *FSP* evidencie que não houve uma proposta clara por parte da presidente e tampouco um programa para colocar em pauta tal política. A posição enunciativa de Lula e outros afiliados do PT, por outro lado, permite que esses apareçam como partidários de uma forma mais marcada de controle, que se inscreveu em domínios associados distintos (*flerta com a censura*, segundo a interpretação que a *FSP* realiza e insta a realizar).

Conforme pontuamos, outro tema de discurso que se coloca quando emerge tal enunciado diz respeito à concentração de poderio por parte dos órgãos midiáticos no Brasil, relacionando-se, assim, ao seu poder econômico e às problemáticas que tal emergência encerra. As interpretações que a *FSP* realiza são categóricas não apenas ao desestabilizar os sentidos que tais propostas dão a dizeres como *monopólios* e *oligopólios* de mídia, gesto discursivo que já tem sido bastante recorrente, mas também em relação à existência de um alvo específico de tais políticas, o grupo

mediático *Globo*. Veremos, mais adiante, os efeitos causados por tal tipo de imputação de interpretação.

Primeiramente, nesta reportagem publicada já após os resultados das eleições presidenciais de 2014, por exemplo, ao longo do texto a *FSP* se vale sobretudo dos contornos que marcaram a emergência do dizer *regulação da mídia*, sem que haja a adjetivação que marcou a volta do posicionamento favorável de Dilma Rousseff a uma proposta de controle:

(105) Em mais um sinal de pressão pela regulação da mídia, a Executiva Nacional do PT aprovou nesta segunda-feira (3) uma resolução que defende a reafirmação do compromisso do partido com a criação de uma "Lei da Mídia Democrática".

O texto não tem detalhes de como seria essa norma, mas defende que é preciso acabar com o que chama de "oligopólio da mídia". (do texto da *FSP*, 03/11/2014 – *Executiva do PT aprova norma que defende fim de 'oligopólio da mídia'*, grifos nossos)

Novamente, quando emerge o enunciado *regulação econômica da mídia*, não se o associa completamente às regularidades que conformaram, até então, a FD(censura da mídia), ainda que os grifos anteriores em sublinhadas e itálico indiquem uma aproximação a tais regularidades. Sobretudo, a delimitação desta posição enunciativa se textualiza no excerto seguinte, no primeiro grifo também em itálico e sublinhadas, que introduz uma relação de oposição. A *regulação econômica da mídia*, assim, aqui, não emerge absolutamente a partir da FD(censura da mídia) quando do tratamento da posição enunciativa de Dilma:

(106) Durante seu primeiro mandato, Dilma se recusou a tocar qualquer iniciativa que implicasse controle de conteúdo.

Na campanha, porém, a petista cedeu em parte e admitiu discutir o que chamou de "regulação econômica da mídia", com foco na regionalização de conteúdos e proibição de monopólios e oligopólios na comunicação. (do texto da *FSP*, 03/11/2014 – *Executiva do PT aprova norma que defende fim de 'oligopólio da mídia'*, sublinhadas nossas)

Neste sentido, quando emergem falas realizadas por Dilma Rousseff, os domínios associados que são imputados a este dizer, novamente, colocam em pauta a questão da concentração econômica e, logo, de poderio, por parte de grandes veículos:

(107) Oligopólio e monopólio. Por que qualquer setor tem regulações e a mídia não pode ter? (Dilma Rousseff, 07/11/2014 – *Dilma aponta monopólios na mídia como alvo*)

Ainda em relação aos domínios a que tal dizer agora se relaciona, há também desfiliações realizadas por Dilma a sentidos autoritários que tais propostas trariam, que são trazidos pela *FSP*:

(108) Dilma citou a regulação existente no Reino Unido, que muitos acham draconiana: "Do meu ponto de vista, uma das mais duras que tem. Não quero para nós uma regulação tal qual a inglesa ou a americana". (do texto da *FSP*, 07/11/2014 – *Dilma aponta monopólios na mídia como alvo*)

Os dizeres em sublinhadas acima evidenciam uma posição que se pauta em determinada memória, manifestada pela autoria do texto da *FSP*, e que a fala de Dilma realizada confirma. Há aqui, quando se fala de um excesso de autoritarismo, assim, uma breve sincronia entre as posições de Dilma Rousseff e a que vem manifestando a *FSP*. No entanto, tal harmonia é bastante ligeira, de modo que a visão colocada pela *FSP* e a de Dilma Rousseff sobre a questão de estar-se mirando o grupo midiático *Globo* são claramente distintas; ao fim do texto, inclusive, realiza-se um comentário sobre algumas enunciações que se mostraram recorrentes a respeito de tal iniciativa pautar-se em sentidos autoritários, justamente por terem como alvo um grupo específico:

(109) O partido sempre defendeu o fim da propriedade cruzada, mirando especialmente o grupo Globo, maior do país.

"Acho que tudo o que é concessão" entraria no escopo da regulação, disse Dilma. No Brasil, rádios e TVs são concessões públicas. Mas ela negou que o alvo principal das novas regras seja a Globo, que considerou não ser mais majoritária como nos anos 70. "Isso é uma visão velha da questão da regulação da mídia", disse. (do texto da *FSP*, 07/11/2014 – *Dilma aponta monopólios na mídia como alvo*)

Quando se evoca este potencial embate entre o governo/PT e o grupo midiático massivo *Globo*, há sem dúvida um desejo de deslegitimar-se tal proposta de controle, de forma análoga ao que vimos em uma fala de um dos consultores da ONU em relação ao caso argentino – conferindo-lhe, assim, traços da FD(censura da mídia). A liberdade de imprensa no Brasil, então, estaria em risco similar ao que Toby Mendel – uma autoridade – aponta? Ainda que se trate de um dado que deixou vestígios materiais sucintos, as regularidades enunciativas em que estas duas séries se inscrevem são sem dúvidas bastante similares, o que abre margem para uma interpretação afim:

(110) [A Argentina] está indo contra a liberdade de expressão [ao regular a mídia] [...] Quando o governo usa isso contra um grupo em particular não se pode ter concordância de que o processo está sendo legítimo [...]. (Toby Mendel, consultor internacional da ONU, comentando o embate entre o governo federal argentino e o veículo midiático Clarín, 11/11/2011 – *Governo argentino reage a crítica da SIP*, sublinhadas nossas)

Ainda, neste texto de 07/11/2014, aparece uma proposta de *Lei de Mídia*, atada à adjetivação *democrática*, derivação cuja emergência também foi também possível de ser aliada

ao dizer *regulação (democrática) da mídia*. Tal caracterização, no entanto, aqui incide sobre a *lexia mídia*, havendo então uma proposta de *mídia democrática*, bastante diferente de uma proposta de *regulação democrática* ou *regulação econômica*, que têm como escopo o nome *regulação*, efeito que, até então, não havia surgido substancialmente.

Pensando nos campos adjacentes que a *FSP* associa à emergência deste dizer, sobretudo em relação à existência de monopólios de mídia, o grupo *Globo* não é o único meio massivo que tal circulação toma como referencial. Neste sentido, os contornos que este dizer parece tomar se imbricam a domínios associados um pouco distintos das outras emergências que analisamos, conforme o excerto seguinte evidencia:

(111) Durante a campanha, porém, a petista cedeu um pouco e admitiu discutir o que chamou de "regulação econômica da mídia", com foco na regionalização de conteúdos e proibição de monopólios e oligopólios na comunicação. (do texto da *FSP*, 29/10/2014 – *PT quer Berzoini em pasta para tocar regulação da mídia*, grifos nossos)

Desta maneira, também se associam a tal emergência novos acontecimentos dos devires das eleições presidenciais, de modo que se faz presente, agora, um episódio emblemático e polêmico na eleição de 2014. A *FSP*, neste sentido, retoma e endossa a posição polêmica que naquele momento veiculou a revista de alcance massivo *Veja*, a respeito de Lula e Dilma frente a um dos recentes escândalos:

(112) [...] A relação do PT com a imprensa sempre foi tensa, em especial durante a gestão Franklin.

Na antevéspera do primeiro turno, a campanha de Dilma obteve direito de resposta contra a revista "Veja", que citava depoimento confirmado também pela **Folha** do doleiro Alberto Youssef implicando a presidente e Lula como conhecedores do escândalo na Petrobras. Militantes pró-Dilma vandalizaram a sede da editora da revista, jogando lixo e pichando o local. (do texto da *FSP*, 29/10/2014 – *PT quer Berzoini em pasta para tocar regulação da mídia*; sublinhadas nossas, negritas do original)

No trecho acima, é bastante categórico o endosso que a *FSP* confere à posição da revista *Veja* neste episódio. Tais posições veiculadas nas matérias da revista circularam e foram confrontadas em um momento decisivo das eleições presidenciais de 2014, e mesmo pelo resultado da avaliação da justiça eleitoral brasileira, em um dos momentos mais polêmicos deste embate político-partidário. Ainda assim, tais injunções do dizer que conferiram à revista uma punição não parecem ser tomadas em mesma medida devido ao que aqui é enunciado pela *FSP* –

certamente, caso se tratasse de um dizer que fere fortemente as injunções da interdição, como se mostrou ser o caso da veiculação da revista *Veja*, tal emergência seria impossível ou condenável.

Ainda que textualmente se trate de dizeres bastante breves, discursivamente estamos diante de uma série enunciativa bastante densa, pois revela posicionamentos críticos em tais embates. Além disso, tal emergência se relaciona intimamente aos domínios associados que o dizer *regulação econômica da mídia* – e não outro em seu lugar, conforme os câmbios nas emergências evidenciaram – criou, fortalecendo a posição de (grupos de) jornalistas e grandes instituições midiáticas, trazendo, assim, importantes contrapontos a tal discurso encabeçado pelo PT e que foi, de alguma maneira, levado à esfera governamental e oficial, quando enunciado sobretudo a partir das figuras de Lula, Dilma Rousseff e seus ministros de Comunicações.

O conflito entre políticos e jornalistas, assim, central para a compreensão desta circulação na sociedade brasileira, aparecerá mais de uma vez sob tal leitura quando tratado na *FSP*. Ainda que não seja um texto que compreenda a emergência da *regulação econômica da mídia*, mas sim uma reportagem que traz a outra adjetivação que foi possível ser associada a tal *regulação*, a *regulação democrática*, quem aqui fala é de grande relevância: trata-se, sem dúvida, de uma palavra de autoridade que vêm de modo a, novamente, contrapor-se às propostas de controle e regulação da mídia que se tem colocado, uma vez estamos diante de um dos representantes de instituições que congregam os interesses da mídia brasileira, o presidente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão).

Ainda que não se trate de um texto da seção *Poder* da *FSP*, sua relevância é grande pois dedica-se integralmente ao tratamento da questão. Sobretudo, ainda, porque é um contraponto direto a um dos textos por nós já analisado nas seções 4.3.3. e 4.3.4, (excertos nº. 70, 76 e 77), construindo relações intertextuais e, obviamente, interdiscursivas. A abertura do texto, neste sentido, é bastante categórica em relação a estes dizeres primeiros de autoria de Rosane Bertotti, que, agora, são comentados e atualizados:

**(113)** Não passa de um repisar de falsas premissas o artigo "Uma lei para expressar a liberdade" [...].

Rosane Bertotti defende uma nova lei que imponha "regulação democrática" dos meios de comunicação e "garanta liberdade de expressão" no Brasil. Mas sua tese é sustentada por mitos.

[...] O terceiro mito é a proposta de controle social da mídia como forma de garantir a liberdade de

expressão. "Controle social da mídia" e "regulação democrática" são eufemismos para o cerceamento. (**DANIEL PIMENTEL SLAVIERO**, [...] presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 27/06/2013 – *Mitos e realidade sobre a mídia brasileira*, sublinhadas nossas)

Também, este texto coloca outra regularidade já observada (excertos nº. 87, 88 e 89), a respeito de como segundo tal ótica o poderio midiático – e, logo, a força de tais supostos monopólios e oligopólios – vem declinando, o que fortaleceria o tom autoritário por detrás da circulação deste dizeres:

(114) Imaginar que um grupo restrito de pessoas possa decidir o que uma sociedade inteira poderá ler, ouvir ou ver beira o absurdo numa época em que a internet e a tecnologia ampliam o acesso à informação. (**DANIEL PIMENTEL SLAVIERO**, [...] presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 27/06/2013 – *Mitos e realidade sobre a mídia brasileira*, sublinhadas nossas)

Mostra-se, ainda, determinada afinidade com uma posição enunciativa que manifestou a presidente Dilma, que aparece aqui marcada textualmente, retomando um de seus ditos, já comentado neste trabalho (excerto nº. 6):

(115) A depender da proposta defendida pelo FNDC, em cada cidade haveria um comitê com o poder de monitorar a atividade de jornalistas e veículos de comunicação. Em oposição a esse ímpeto autoritário, concordamos com a presidente Dilma Rousseff, para quem o único controle admitido para a imprensa é o controle remoto. (**DANIEL PIMENTEL SLAVIERO**, [...] presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 27/06/2013 – *Mitos e realidade sobre a mídia brasileira*, sublinhadas nossas)

Os sentidos sobre a democracia, que se mostraram já bastante rarefeitos nesta circulação, havendo sido sobretudo designados às regularidades que conformaram a FD(controle da mídia), também podem aparecer sob os modos de interpretação que ditam os contornos da FD(censura da mídia). Ou seja, do mesmo modo como as defesas por necessidades de controle se pautam no desejo do estabelecimento de uma democracia, estes sentidos aparecem, aqui, atados à FD(censura da mídia), quando se cria um efeito de fechamento à reportagem:

(116) O setor de radiodifusão sempre esteve e estará disposto a discutir a atualização das normas vigentes. Mas a discussão deve olhar para frente e valorizar a liberdade de expressão e de imprensa, condição imprescindível para o fortalecimento da cidadania e da democracia no Brasil. (**DANIEL PIMENTEL SLAVIERO**, [...] presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 27/06/2013 – *Mitos e realidade sobre a mídia brasileira*, sublinhadas nossas)

Na emergência da *regulação econômica da mídia* por parte da FSP, no entanto, tais sentidos que se pautam sobretudo na necessidade de uma *regulação democrática* ou de uma (*lei*

de) *mídia democrática*, quando então são verdadeiros e estáveis sentidos da ordem de *a (regulação da) mídia brasileira não é democrática*, usualmente dão lugar para o conflito entre vontades de verdade sobre se há ou não, de fato, tal tipo de concentração econômica e de poderio por parte dos órgãos midiáticos em nosso país. Na reportagem que contém o excerto seguinte, por exemplo, o dizer *regulação econômica da mídia* é novamente caracterizado mais pontualmente em relação à questão dos monopólios e da concentração econômica/midiática no Brasil:

(117) Na campanha eleitoral, porém, a petista admitiu discutir o que chamou de "regulação econômica da mídia", com foco na criação de limites para a concentração econômica e incentivos à produção de conteúdo regional.(do texto da *FSP*, 03/01/2015 – *Regulação da mídia avançará, diz Berzoini*)

É possível notar que, diferentemente do modo pelo qual se realizaram os domínios associados que pautaram a defesa da FD(controle da mídia) por parte do PT e do governo, a *FSP* não toma como válida a existência destes monopólios à mesma maneira que os proponentes – novamente, estamos diante de leituras avessas sobre a realidade dos meios brasileiros, marcadas textualmente pelos verbos no futuro do pretérito abaixo, indicando mais uma correspondência virtual do que propriamente uma leitura inequívoca da realidade. Neste sentido, vemos tal confronto materializado não apenas pelos dizeres marcados em itálico e sublinhadas que se seguem, mas também pela suspensão dos sentidos sobre este dizer, realizada pelas aspas:

(118) Na campanha eleitoral, porém, a petista admitiu discutir o *que chamou de "regulação econômica da mídia"* [...] (do texto da *FSP*, 03/01/2015 – *Regulação da mídia avançará, diz Berzoini*, grifos nossos)

(119) A Constituição diz que não pode haver monopólio ou oligopólio no setor de comunicação, o que ocorreria se uma única empresa, ou um grupo com poucas empresas, controlasse fatias tão grandes do mercado que inibisse o aparecimento de concorrentes.(do texto da *FSP*, 03/01/2015 – *Regulação da mídia avançará, diz Berzoini*, grifos nossos)

Aparecem, ainda, outros interessantes retratos das cisões e encontros de posições entre Lula e Dilma Rousseff em torno desta emergência, em um importante momento eleitoral que marcou a volta do posicionamento favorável de Dilma a tais controles. Na seguinte reportagem, citam-se os presentes em determinado encontro do PT, estando dentre eles a importante figura de Franklin Martins, o que é apresentado ao final do texto. A *FSP* retoma esse dizer na chamada para marcar os posicionamentos de Dilma e de Lula que agora parecem convergir, mostrando a volta de uma posição já bastante negligenciada por Dilma Rousseff. Alia-se, ainda, a falta de

*democratização* à necessidade de *regulação*, de modo que Dilma, neste texto da *FSP*, claramente se posiciona juntamente às regularidades que conformam a FD(controle da mídia).

(120) Em recente reunião no Palácio da Alvorada, Dilma deixou claro a petistas não ter a intenção de regular conteúdo, mas sinalizou que topava tratar da parte econômica: "Não há quem me faça aceitar discutir controle de conteúdo. Já a regulação econômica não só é possível discutir como desejável", disse.(do texto da *FSP*, 28/05/2014 – *Dilma diz ao PT que fará regulação da mídia*)

Retoma-se, novamente, o conflito com o grupo *Globo* – o que, até então, foi um contraponto à defesa da FD(controle da mídia) – e um excerto de uma das propostas aprovadas pelo PT em seus congressos nacionais:

(121) [...] "A democratização da sociedade brasileira exige que todas e todos possam exercer plenamente a mais ampla e irrestrita liberdade de expressão, o que passa pela regulação dos meios de comunicação --impedindo práticas monopolistas-- sem que isso implique qualquer forma de censura, limitação ou controle de conteúdos" ("programa do partido para a campanha presidencial", 28/05/2014 – *Dilma diz ao PT que fará regulação da mídia*)

(122) [...] Historicamente, o PT e setores da esquerda miram o domínio da Rede Globo. Líder de audiência, a emissora abocanha a maior fatia do mercado publicitário do setor. (do texto da *FSP*, 28/05/2014 – *Dilma diz ao PT que fará regulação da mídia*)

Ainda assim, quando a *FSP* realiza comentários sobre a posição de Dilma Rousseff, as falas primeiras do ex-presidente Lula aparecem como um dos fundadores da possibilidade de enunciar propostas de regulação mais impositivas:

(123) No encontro, líderes petistas comemoraram a fala do ex-presidente Lula no encontro nacional do partido, quando ele defendeu a regulação da mídia num tom interpretado como senha para debater também um controle de conteúdo da imprensa.

Segundo a **Folha** apurou, defensores do projeto de regulação da imprensa disseram na reunião: "Que bom que o Lula falou explicitamente que tem de regular a mídia". (do texto da *FSP*, 28/05/2014 – *Dilma diz ao PT que fará regulação da mídia*)

(124) Dilma, sem criticar o ex-presidente, fez questão de definir até onde aceitava ir na discussão. Ela afirmou que muita gente "confunde regulação com controle de conteúdo, isso não posso aceitar", acrescentando que "temos de qualificar esse discurso" e que o "presidente Lula está discutindo regulação".

Se tal emergência se alia à possibilidade da estabilidade de sentidos pré-construídos sobre a posição do ex-presidente Lula, no entanto, como nos mostram os sentidos presentes no primeiro parágrafo do primeiro excerto acima sobre o controle de conteúdo, a *regulação econômica* passa a ganhar importantes contornos a partir da FD(censura da mídia). Neste sentido, houve, sem dúvida a volta da possibilidade de interpretação destes sentidos pré-construídos sobre a relação de Lula com a mídia quando se comentou a *regulação econômica da mídia*, tornando válidos,

novamente, sentidos da ordem de que, por exemplo, *todo mundo sabe que Lula critica [o trabalho d']a imprensa*:

(125) Berzoini vai consultar o ex-presidente Lula, crítico da imprensa, segundo apurou a Folha. (do texto da *FSP*, 24/01/2015 – *Ministro abrirá debate sobre regulação da mídia em março*)

Em relação ao tratamento da posição enunciativa do ministro das comunicações de Dilma Rousseff, Ricardo Berzoini, que substituiu a importante figura de Franklin Martins no cargo, as interpretações que a *FSP* lança a seu respeito evidenciam também a divisão de posições entre Dilma Rousseff e os partidários do PT, partido pelo qual foi duas vezes eleita:

(126) O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, quer iniciar a discussão sobre a regulação econômica da mídia em março, para concluí-la no primeiro semestre de 2016.

A data difere daquilo que a presidente Dilma Rousseff --que encampou o projeto para agrandar à esquerda do PT-- havia mencionado.

[...] Alguns petistas defendem a regulação do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, mas Dilma é contra a iniciativa. A regulação econômica seria, segundo assessores presidenciais, um meio termo para atender a reivindicação de dirigentes do PT. (do texto da *FSP*, 24/01/2015 – *Ministro abrirá debate sobre regulação da mídia em março*)

Novamente, também, a interpretação da proposta de política em relação à mídia que realiza a *FSP* parece não coadunar com a visão de que existem *monopólios e oligopólios*:

(127) O foco será formular uma proposta que ponha fim ao que o Executivo denomina de monopólios e oligopólios. (do texto da *FSP*, 24/01/2015 – *Ministro abrirá debate sobre regulação da mídia em março*, grifos nossos)

Por conseguinte, verificamos que a *regulação econômica da mídia* marca o retorno de posicionamentos favoráveis de Dilma Rousseff a propostas de regulação, além de materializar também a volta da *lexia regulação*, acontecimento que é interpretado pela *FSP* a partir de uma modalidade específica, qual seja: o dizer *regulação da mídia*, aqui, constantemente retorna quando o enunciador midiático enuncia, ainda que neste momento Dilma Rousseff tenha se referido e se filiado unicamente à *regulação econômica da mídia*. De fato, mesmo depois de basicamente um ano do início da corrida eleitoral em que este dizer esteve presente nas propostas de Dilma, uma busca na *FSP* por *regulação econômica da mídia* registra apenas treze ocorrências do termo<sup>17</sup>, ao passo que a *regulação da mídia* alcança pouco mais de uma centena<sup>18</sup>, o que

<sup>17</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. Busca: “**regulação econômica da mídia**”. Disponível em: <<http://search.folha.uol.com.br/search?q=%22regula%E7%E3o+econ%F4mica+da+m%Eddia%22&site=jornal&sd=&ed=>>>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>18</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. Busca: “**regulação a mídia**”. Disponível em: <<http://search.folha.uol.com.br/search?q=>

mostra certo apagamento da questão econômica em que se pautaram os proponentes.

Há, assim, não-coincidências entre estes dizeres, um dado que produz sentidos da seguinte ordem: enquanto a presidente coloca em pauta a *regulação econômica da mídia* e os novos domínios associados que tal emergência cria, a *FSP*, recorrentemente ditando certa constância das posições possíveis, imputa uma leitura bastante afim à que se realizou quando da emergência da *regulação da mídia* e dos demais dizeres anteriores. Neste sentido, conforme podemos ver no excerto nº. 126, a *FSP* realiza uma interpretação especulativa (*A regulação econômica seria, pelo futuro do pretérito) da finalidade (para agradar à esquerda do PT, para atender a reivindicação de dirigentes do PT) de tal emergência, relacionada a certa incongruência do partido e, ainda, alheia aos contornos conferidos pelos proponentes.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *corpus* analisado neste trabalho, que se centrou na circulação da *FSP*, pudemos analisar uma série de enunciados oriundos sobretudo de esferas governamentais/políticas que foram comentados massivamente pela *FSP* enquanto órgão midiático de grande circulação no Brasil. Neste sentido, conforme nos mostrou o caminho metodológico traçado, é importante que tenhamos ciência de que estamos diante de um fragmento de nossa história contemporânea, no qual se puderam retomar sentidos sobre a censura nas possibilidades de emergência em torno das propostas de controle e regulação da mídia.

Há, assim, uma intensa luta pelo poder de ditar aquilo que pode e/ou deve ser dito sobre tais propostas no Brasil, que instauraram grande conflito de posições enunciativas, integrando uma ordem discursiva específica. Tais divisões, que muitas vezes tomamos como já muito bem assentadas e estabelecidas, revelam algumas fissuras quando estão nas malhas de tais embates, sobretudo quando são tratadas, comentadas e atualizadas enquanto um acontecimento discursivo, como mostrou ser a emergência de anseios por controle e regulação da mídia no discurso político, quando tratada pela própria mídia massiva. Neste sentido, o pensamento foucaultiano pautou grande parte das interrogações que fundaram este trabalho, mostrando que há constantes mudanças nas fronteiras que tais emergências colocam.

De fato, Michel Foucault é um pensador que nos ensina a cultivar certa inquietude diante de agrupamentos que nos parecem assaz comuns. Assim, ao questionar o modo como as diferentes emergências possíveis na conjuntura brasileira em torno de uma proposta de regulação deslocaram limites entre o que pôde ou não ser dito, sobretudo pela relação desta emergência com uma memória discursiva a respeito do controle dos dizeres durante a ditadura militar brasileira, tivemos a oportunidade de compreender como algumas regularidades estão ditando interpretações e quais são as possibilidades de emergência que efetivamente se materializaram.

Toda esta discussão aponta, antes de tudo, para um importante dever social que representa não apenas a realização deste trabalho, mas o constante aperfeiçoamento requerido aos pesquisadores em nível de pós-graduação na área de Ciências Humanas.

Neste processo de aperfeiçoamento, o professor detém um papel de extrema relevância. Mais especificamente, uma vez que neste contexto se dá o nascimento de nossa reflexão e de nossos interesses enquanto pesquisadores, os professores de línguas têm a importante tarefa de problematizar a leitura não apenas em sala de aula, mas também de encabeçar a busca por referências para tratar esta tão importante atividade social humana. A presença dos subsídios da Análise do Discurso, neste sentido, aparece de modo a problematizar a própria leitura, compreendendo-a como um gesto situado historicamente, que não pode ser entendido longe dos modos pelos quais ela se realiza em uma sociedade.

A propagação do discurso político midiático, neste sentido, traz para o campo uma circulação que pode parecer-nos bastante familiar em uma primeira visada, mas que é, antes de tudo, resultado de uma série de devires históricos: hoje, estamos diante de mídias massivas, que incorporam não apenas o verbo, mas também textos sincréticos. Toda esta aparente familiaridade que detemos com o modo pelo qual a informação circula em nossa sociedade, ainda, carrega em si marcas de mudanças que aconteceram em seus suportes e possibilidades.

Tendo em vista tal norte, fizemos trabalhar subsídios não apenas para realizar uma interpretação desta complexa circulação em nossa sociedade que fuja aos efeitos muitas vezes perniciosos do funcionamento do discurso político e midiático, mas que também eventualmente possam apontar para outras possíveis investigações na *FSP* e em distintos meios massivos, importantes fragmentos históricos.

Uma vez que se trata de uma circulação bastante densa e massiva, o *corpus* em torno da noção de *arquivo* permitiu-nos delinear uma série de regularidades discursivas que ali se apresentaram. Estamos, sem dúvida, diante de uma emergência densa em torno da questão, mas que Foucault (2008) nos ensina a olhar a partir de outra égide: de todas as infinitas possibilidades da língua, apenas algumas delas, curiosamente, foram realizadas; quais são as razões, enfim, para que essas ali estejam presentes, e não outras em seus lugares?

Neste sentido, o resgate de domínios associados que imputam um referencial de *censura da mídia* a tais propostas, afim àquela que houve no período da ditadura militar, foi a mais importante das regularidades em que a *FSP* investiu nas suas formulações, valendo-se de recursos linguístico-discursivos específicos para realizá-lo. Sem dúvidas, tal emergência se relaciona

diretamente à constituição da concentração midiática, à construção de hegemonias e ao papel que tal instituição detém na circulação do discurso político e midiático no Brasil – que no *corpus* se mostrou sempre reforçado pelo próprio órgão midiático: ainda que tais propostas primeiras tenham variado a respeito dos sentidos que se mobilizaram para fundamentar tal enunciação, o gesto de questioná-las foi recorrente e circulou majoritariamente nesta superfície de emergência, conforme demonstrou a delimitação das formações discursivas presentes, bem como a análise das imagens de FHC (figura nº. 2) e de Franklin Martins (figura nº. 3).

O pensamento de Angenot (2015), ainda que este não tenha sido o principal autor com o qual dialogamos, mostra-nos importantes aspectos da construção de hegemonias discursivas e da possibilidade de irrupção de contra-discursos ou de resistências, bem como o imbricamento de tais discursos aos modos como a argumentação se dá na vida social, sobretudo em relação ao discurso midiático, um lugar em que as diretrizes políticas do País são discutidas e polemizadas. No *corpus* analisado, existe um consenso da ordem de que 'a democracia é boa' e que se deve preservá-la. Para tal, assim, haveria a necessidade de ampliar a liberdade de expressão e de imprensa, ímpeto que foi interpretado a partir de duas formações discursivas. A *FSP*, em seu trabalho simbólico, criou sentidos relacionados à possibilidade de censura que, logo, foram circunscritos pela FD(censura da mídia), construindo uma espécie de retórica reacionária frente às propostas de regulação. Sentidos da ordem do democrático, assim, relacionaram-se majoritariamente à livre associação empresarial na *FSP*, ao passo que as propostas foram recorrentemente refutadas.

Neste sentido, para evidenciar como tais hegemonias se constroem em sua relação necessária com discursos que entram em conflito com o que é majoritário no Brasil no campo do discurso político, tomemos um breve exemplo que se colocou no debate eleitoral presidencial realizado pela *TV Bandeirantes* no dia 14/10/2014, no primeiro turno das eleições. Este debate foi marcado pelo enfrentamento de posições sobre temas como o aborto e a regulação do mercado de psicotrópicos, pela insistência de Luciana Genro (PSOL) e, sobretudo, de Eduardo Jorge (PV), candidatos de menor expressão.

Em relação à discussão colocada a respeito do aborto, o candidato Aécio Neves do PSDB afirmou: “Acredito que a legislação atual deve ser mantida. Uma posição pessoal que tenho e

defendo com absoluta tranquilidade. [...]” (NEVES, 2014). Tal embate mostra a força destes discursos hegemônicos em torno do problema e a possível irrupção, ainda que potencialmente frágil, de contra-discursos: ao mesmo tempo em que a discussão sobre o aborto se fez uma questão central na proposta de Eduardo Jorge, um médico que encara tal tema como fulcral e um problema de saúde pública, há a possibilidade de seu tratamento de uma forma tão oposta que, à primeira vista, não se parece falar da mesma realidade.

Neste sentido, ainda que historicamente muitas das posições defendidas por Dilma Rousseff e pelo PT tenham como escopo a questão da distribuição de renda e diminuição de desigualdades, esse descompasso histórico em relação à saúde da mulher no Brasil, por exemplo, segue ainda sendo um tema que sofre forte interdição na corrida presidencial (e mesmo de políticas efetivas), conforme podemos notar pelas poucas intervenções que Dilma pôde realizar a respeito do tema em 2014, talvez por na campanha de 2010 haver-se tratado de um assunto de impacto negativo em relação à candidata.

Não com a pretensão de fugir dos objetivos destas considerações, entretanto, este comentário por nós realizado funciona no sentido de mostrar que há, sem dúvidas, um valor discursivo na defesa de tal empresa focada na atenuação de determinadas desigualdades por parte do PT, enquanto outras (como a questão do aborto ou a do casamento homossexual) estão menos presentes e, possivelmente, sofrem maior interdição. Curiosamente, esta valia de defender a igualdade, digamos, funcionou metaforicamente também na questão do controle e regulação da mídia e foi marcada nos gestos de designação que emergiram, e não nos caberia julgar se ela é, de fato, verdadeira: trata-se, antes de tudo, da possibilidade de um efeito de sentido que permeou tais formulações e propostas.

Os câmbios nas emergências por nós analisadas, neste sentido, evidenciam claramente a luta pela possibilidade (ou não) de propor-se controles em nossa sociedade, sobretudo tendo em conta os sentidos autoritários que se puderam resgatar e a maneira pela qual a *FSP* o realizou. O desejo da participação social em estabelecer novas diretrizes para os contornos da mídia massiva, materializado sobretudo na emergência do *controle social da mídia*, apareceu como uma proposta primeira já nas discussões realizadas no segundo mandato do presidente Lula e mostra como está presente a espessura da luta de classes neste embate. A partir destas propostas, neste sentido, a

sociedade organizar-se-ia para combater o poder de grandes grupos, instituições mercadológicas já bem assentadas no Brasil – posição à qual Dilma Rousseff se filiou brevemente em 2010, enquanto candidata.

Tais sentidos primeiros passaram por delicados deslizamentos metafóricos, dada a sua circulação tomada como pouco amistosa nestes meios massivos, grandes alvos de tais políticas, como foi o caso dos sentidos que majoritariamente a *FSP* pôde construir e propagar. Neste sentido, os recursos pelos quais a *FSP* constrói que os proponentes de tais dizeres primeiros foram “compelidos” a realizar estas mudanças (metalinguagem, distanciamento enunciativo por aspas e nuanças de sentido nas formulações favoráveis ao controle) são importantes emblemas de como a regulação foi tratada em uma conjuntura política e social, em que a grande mídia coloca propostas progressistas em conflito com os contornos do mercado e de instituições já bem estabelecidas no empreendimento da informação. Assim, os pontos de deriva permitidos por tais enunciados e explorados por tal circulação mostram-nos não apenas aspectos de um funcionamento em certa medida inconsciente do discurso (PÊCHEUX, 1995), mas também inflexões que a história exerce sobre as possibilidades da língua, sendo o dizer o resultado material de estrangimentos das possibilidades de enunciação, de interpretação, etc.

A possibilidade de emergência do enunciado *regulação da mídia*, por sua vez, também marca tal conflito pautado no desejo da participação social; no entanto, não se vale, como antes, de sentidos da ordem do *controle*. A *regulação*, por sua vez, marcou a possibilidade da entrada de sentidos do campo do jurídico em tal circulação, que foram também relacionados à Constituição brasileira, de modo que foram possíveis leituras distintas não apenas de enunciados como a *regulação da mídia*, mas também do texto legal soberano em nosso País. Em relação aos recursos mobilizados pela *FSP* para esta realização, houve também maior presença de sentidos a partir da FD(censura da mídia): estiveram presentes não apenas instituições de mídia que foram citadas para rebater tais propostas, mas também sujeitos ligados à esfera legal e, como no caso do *advogado* Helio Bicudo, também associado a certo trajeto junto ao PT marcado na formulação, o que conferiu maior vigor à leitura a partir da FD(censura da mídia).

A *democratização da mídia*, por sua vez, consolida uma fuga de sentidos a respeito do *controle*, resgatando, com valor distinto, sentidos da ordem da democracia: uma vez que, nas

sociedades ocidentais, a democracia se realiza como uma espécie de desejo último em meio às restrições que os próprios regimes democráticos imputam à participação popular, este deslizamento metafórico realizado teve a peculiaridade de surgir pautado em um valor que, em sua base, é totalmente oposto à possibilidade de associação à censura. Isso, ainda assim, não evitou que tal dizer fosse majoritariamente relacionado à FD(censura da mídia) na *FSP*.

Finalmente, a emergência do último enunciado a respeito da questão da regulação da mídia que pudemos analisar, a *regulação econômica da mídia*, materializa, antes de tudo, a volta de um posicionamento favorável de Dilma Rousseff a tais propostas, novamente em um momento de campanha eleitoral (2014). Essa volta do posicionamento de Dilma a partir da FD(controle da mídia), ainda, não é o único retorno possível: a *regulação econômica da mídia* nos remete diretamente à emergência da *regulação da mídia*, mas a partir de um deslizamento metafórico que, agora, traz para a significação a questão econômica.

Neste sentido, a fala de Dilma Rousseff no debate presidencial do primeiro turno realizado pela *TV Bandeirantes* (TV BANDEIRANTES, 2014; excerto n°. 80) mostra-nos aspectos de como tal filiação circunscreveu-se às fronteiras do que foi de fato dizível em meio a uma circulação massiva sobre a questão (neste caso, televisiva), ao menos até então, quando ainda não se associaram majoritariamente tais sentidos a uma possibilidade de censura da mídia. A circulação do enunciado neste debate, ainda, permitiu que percebêssemos diferentes instâncias do controle do dizer: primeiramente, aquele realizado pela própria inscrição desta fala da presidente e candidata neste momento, uma vez que poucos contrapontos à sua posição eram possíveis de serem colocados em tal ocasião; também, ao relacionar como a questão pôde emergir diferentemente neste debate e na circulação massiva de comentários feita pela *FSP*, observamos nuances das modalidades a partir das quais este órgão midiático realizou interpretações, colocando em suspenso a validade dos sentidos que conformaram a FD(controle da mídia).

Assim, estamos diante de múltiplas emergências que marcam algumas similaridades, mas, sobretudo, muitas distinções. No que respeita as similitudes, conforme ressaltamos ao delimitar as formações discursivas presentes (seção 4.3.), mesmo dada a emergência de diferentes dizeres, no *corpus* há uma interpretação recorrente e majoritária das propostas de regulação a partir da FD(censura da mídia). Em relação à heterogeneidade presente, pudemos verificar que se trata de

um grande bloco discursivo, atravessado por mudanças de sentido que obedecem a regularidades, e poderíamos descrever que as diferenças, em última instância, emergiram da seguinte maneira: há um notável deslizamento de sentidos da ordem do social, da participação popular, para a questão econômica, um tema que marcou não apenas alguns dos pontos centrais do embate presidencial de 2014, mas também as discussões na grande mídia brasileira sobre os devires do País, sobretudo em relação aos rumos das políticas encabeçadas pelos governos de Lula e Dilma Rousseff.

O discurso político midiaticizado, neste sentido, é um dos lugares mais oblíquos para a interpretação dos importantes devires de políticas públicas que afetam diretamente o nosso cotidiano, o que entra em embates com a existência de um desejo do sujeito de compreendê-lo e interpretá-lo, sem que nestes gestos haja atentados à sua ânsia por coerência, logicidade e não contradição (PÊCHEUX, 2008). Como nos mostra não apenas o trajeto de Michel Pêcheux (idem), mas também o pensamento de Michel Foucault (2006), a política e o discurso político são essencialmente lugares primordiais na construção das possibilidades de seus efeitos de verdade, domesticando sua significação aos seus limites mais longínquos, exercendo seus poderes mais temíveis. Isso evidencia, ainda mais, a importância de ater-se à construção de procedimentos para compreender sua circulação.

Com efeito, avançando um pouco mais em direção às contribuições de Jean-Jacques Courtine para a Análise do Discurso, além de toda a circulação verbal analisada, a emergência de imagens evidenciou o funcionamento de um dado cabal para a disciplina: não existe neutralidade na enunciação, neste gesto peculiar de o sujeito colocar-se em um lugar imaginário de unidade que permite a emergência de um dizer, inscrevendo-o, assim, em discursos que já circulam e conformando-o a determinadas formações discursivas. Em relação ao trabalho realizado pela mídia, tal constatação não é menos verdadeira, e o poder de circulação dos meios massivos dos quais estamos diante leva tal dado a extremos ainda mais críticos.

Neste sentido, dentre uma série de possíveis emergências imagéticas na dispersão temporal analisada, a *FSP* realizou apenas algumas delas sob modalidades bastante específicas, que se relacionam intimamente a seu papel como um dos veículos de maior alcance no Brasil. A circulação das imagens que puderam emergir dos proponentes de tais medidas (figuras nº. 4, 5 e

8), sobretudo os membros do PT, rompeu com uma semiose clássica do homem político que porta a força nos gestos e na voz, mesmo em um momento de afirmação do poder político desse partido. Isso, por sua vez, conferiu não apenas visibilidade a reportagens que defenderam a FD(censura da mídia), mas também realizou uma leitura destas imagens em uma série, que autorizou também a interpretação a partir da FD(censura da mídia).

A *FSP*, ainda, associou a imagem de Dilma Rousseff (figura nº. 9) a sentidos autoritários, mostrando – e confirmando – certo resgate que se deu volumosamente na materialidade verbal. A emergência dessa imagem de Dilma Rousseff, por sua vez, permitiu-nos mostrar o primado por uma construção discursiva de certa continuidade com sentidos autoritários que se resgataram, sobretudo, ao relacionar enunciados como a *regulação da mídia* à censura. Ainda, esta imagem que pôde emergir de Dilma Rousseff durante um café com jornalistas é ainda emblemática dada a sua inscrição também em uma série de possibilidades de dizer.

Tratou-se, sem dúvida, de uma circulação de comentários que buscou regular o estatuto de enunciados primeiros como o *controle social da mídia* e a *regulação (econômica) da mídia*, concebendo sempre a existência “do mesmo intuito” em tais propostas – circulação de sentidos que, inclusive, foi um dos elementos protagonistas no desencadeamento dos deslizamentos metafóricos observados no *corpus*. Tal teor das leituras realizadas pela *FSP* enquanto meio massivo é ainda mais claro se considerarmos, por exemplo, o quão “necessárias” foram as mudanças pelas quais estes dizeres passaram em um espaço de cinco anos: trata-se, de fato, de uma espécie de “resposta” ao modo como a grande mídia pôde ler tais propostas, de modo que as constantes mudanças relatadas na *FSP* mostram como a leitura da mídia tradicional teve um importante papel nesta “renovação”.

Se consideramos a espessura enunciativa – e, logo, histórica – do que foi possível dizer e retomar-se na *FSP* quando de tal tratamento, os blocos temporais que demarcaram o fim de um período ditatorial, realizado paulatinamente pela abertura lenta e gradual, mostram que não estamos diante de dois períodos estanques em termos de produção de significado: a construção de sentidos sobre a questão da regulação da mídia realizada pela *FSP*, neste sentido, gerou parentescos entre o autoritarismo de tal momento e aquele que pôde ser interpretado não apenas nas falas de ministros de Dilma Rousseff ou de partidários do PT que propuseram tal controle,

mas também pelos muitos comentários da presidente aos quais se pôde associar (e mesmo imputar) tal autoritarismo, ainda que as filiações de Dilma a um controle não tenham sido recorrentes.

Em uma análise enunciativa em torno da questão, assim, foi possível mostrar que a *FSP*, enquanto grande mídia massiva no Brasil, buscou por diversas vezes criar domínios associados entre um autoritarismo estrito do Brasil ditatorial e aquele que, atualmente, estaria presente em tais propostas encabeçadas pelo PT e pelos governos de Lula e Dilma Rousseff. Ainda que não estejamos mais diante de um período de interdição em seu mais alto grau, o trabalho realizado pela mídia em torno do problema mostra que esta é uma superfície de emergência que mobiliza uma grande massa textual – o que cria o efeito de poder dizer-se tudo –, mas que neste gesto se constitui como um espaço de controle do dizer e do dizível, instando e ditando determinadas interpretações. Isso mostra, por sua vez, o papel de tal grande meio massivo no desnivelamento do estatuto de enunciados, que se colocaram tão polemicamente em nossa conjuntura histórica.

O trajeto pelo *corpus* nos proporcionou também apontar regularidades de tais propostas quando faladas a partir de lugares legitimados pelo nosso Estado, como é o caso do lugar de presidente. Neste sentido, no momento em que a autoria de Dilma Rousseff se condiciona especificamente ao lugar de presidente da república, sobretudo depois que se deixa o lugar de candidata para ocupar de fato o posto de presidente, se está posto mais visivelmente face a exigências de não contradição, pertença a uma ordem discursiva, respeito a normas, etc., o que lhe impossibilitou de tomar posições muito patentes. Ainda assim, mesmo com a emergência de outras formas de dizer, tal filiação apareceu quase sempre recusada, até que sua emergência foi novamente marcada e possível no momento em que se realiza o embate presidencial eleitoral de 2014.

Certamente, tal questão pôde emergir diferentemente em países que têm realizado propostas similares, e as possibilidades de emergência que aqui efetivamente se realizaram apontam, inclusive, para delinear o funcionamento de determinados *dispositivos* sobre a mídia e o controle da informação na sociedade brasileira, com base em uma noção também pensada nos trajetos que percorreram Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine, ainda que não nos compita tal discussão neste trabalho. Tais diferentes papéis da mídia materializados neste processo de

construção de sentidos entre países como o Uruguai, a Argentina e o Brasil abrem margem, inclusive, para que se busquem regularidades enunciativas entre tais diferentes emergências.

Assim, acreditamos ter cumprido os objetivos estabelecidos na autoria deste trabalho, contemplando responsabilidades de diversas ordens: primeiramente, uma responsabilidade de filiação teórica, de um caro compromisso de debruçar-nos em pensamentos tão frutíferos como os de Michel Foucault, Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine; também, ao verificar como a questão tem sido posta no embate político-partidário, evidenciar a construção de efeitos de sentido na conjuntura brasileira, cuja atenta observação é, antes de tudo, também um compromisso teórico e de tomada de posição, fazendo ver questões que, muitas vezes, os modos de circulação do discurso político buscam mascarar, denotando uma responsabilidade também social; e, finalmente, enquanto licenciado em Letras em uma universidade pública e estudante em nível de pós-graduação nesta mesma universidade, de fazer valer o investimento da sociedade brasileira na formação de professores de línguas, mestres e doutores em Linguística, com o intuito de que tal exercício tenha efeitos significativos nas possibilidades de trabalho cotidiano em sala de aula, ao pensar a interpretação enquanto um gesto sempre decisivo.

## REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

### a) Reportagens do sítio da *FSP* ([www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp))

FOLHA DE SÃO PAULO. **02/03/2010** – Fórum critica “controle social” da mídia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0203201016.htm>>. Acesso em 10/05/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **16/03/2010** – Lula quer ministro para abrir "canal de diálogo" com a mídia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1603201007.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **18/06/2010** – Marina apoia "controle social" da imprensa. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1806201007.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/07/2010** – Governo decide levar adiante propostas sobre setor de mídia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0307201017.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **22/07/2010** – Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2207201009.htm>>. Acesso em 11/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **26/07/2010** – Temas polêmicos não são proibidos, diz Marco Aurélio. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2607201007.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **20/08/2010** – Serra acusa PT de financiar "blogs sujos"; Dilma chama tucano de "patético". Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2008201026.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **29/09/2010** – ENTREVISTA: HÉLIO BICUDO. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2909201026.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/10/2010** - Campanha não teve discussão de propostas. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0310201037.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **08/10/2010** – Panel. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0810201001.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **08/10/2010** – Imprensa é livre, o que não significa que seja boa", diz Franklin. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0810201035.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **15/10/2010** – Novo programa de governo de Dilma traz críticas a

**Serra.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1510201005.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **27/10/2010 – Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome "nem a pau".** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2709201018.htm>>. Acesso em 15/10/13.

FOLHA DE SÃO PAULO. **30/10/2010 – TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia?** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3010201007.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **09/11/2010 – Governo quer regulamentar setor de rádio, TV e internet.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0911201015.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **10/11/2010 – Franklin diz que não recuará sobre projeto.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1011201018.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **10/11/2010 – SIP pede "veto sumário" a conselhos estaduais para monitorar a mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1011201021.htm>>. Acesso em 16/10/13.

FOLHA DE SÃO PAULO. **12/11/2010 – MÍDIA DIGITAL – Petista se nega a falar de controle.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1211201005.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **20/11/2010 – PT critica tom "conservador incrustado" em mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2011201006.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **25/11/2010 – TV Cultura debate liberdade de imprensa.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2511201017.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **26/11/2010 – Franklin defende "refundar" Ministério das Comunicações.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2611201015.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **26/11/2010 – Ministro diz que Folha distorceu suas palavras.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2611201016.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **27/11/2010 - "É impossível não regular mídia", diz FHC.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2711201012.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **27/11/2010 – Emissora pública é "caixa-preta", diz Eugênio Bucci.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2711201013.htm>>. Acesso em 18/02/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/12/2010 – Dilma vai fazer nova regulação da mídia, diz Lula.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0312201015.htm>>. Acesso em 25/11/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **07/12/2010 – Governo estuda regular conteúdo de rádio e TV.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0712201002.htm>>. Acesso em 17/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **08/12/2010 – Oposição critica agência para regular conteúdo da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0812201012.htm>>. Acesso em 17/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **08/12/2010 – PT-SP discute criar Conselho de Comunicação.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0812201013.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **10/12/2010 – Agência não é censura, afirma Franklin.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1012201020.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **14/12/2010 – Dirceu diz que mídia é contra regulação por ter medo de novos concorrentes.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1412201013.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **17/12/2010 – Franklin volta a acusar Folha de distorção.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1712201020.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **25/12/2010 – Franklin volta a atacar mídia e diz que falta credibilidade a jornais.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2512201009.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **26/12/2010 – Seminário discute liberdade de imprensa no país.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2611201017.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **07/01/2011 – Ministro defende proibição de que políticos tenham TV.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0701201102.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **09/02/2011 – Regulação da mídia é uma "prioridade", diz líder do PT.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0902201107.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **18/06/2011 – Lula ataca mídia e pede regulamentação.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1806201120.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **02/09/2011 – Cúpula do PT defende controle da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0209201112.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **04/09/2011 – Marco para mídia é pauta do governo, dizem**

**ministros.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0409201118.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **06/09/2011 – Senadores criticam texto do PT para regular mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0609201111.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **09/09/2011 – TENDÊNCIAS/DEBATES – O PT e o controle da informação.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0909201108.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **16/09/2011 – Deputado diz que PMDB não teme 'cara feia'.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1609201106.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **27/10/2011 – Comissão da Câmara discute a regulamentação da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2710201122.htm>>. Acesso em 17/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **11/11/2011 – Governo argentino reage a crítica da SIP.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po111201016.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **26/11/2011 – Ex-ministro de Lula cobra do PT mais iniciativa na área de mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/11225-ex-ministro-de-lula-cobra-do-pt-mais-iniciativa-na-area-de-midia.shtml>>. Acesso em 17/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **05/05/2012 – Assassinato de jornalista cerceia imprensa, diz presidente do STF.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/41045-assassinato-de-jornalista-cerceia-imprensa-diz-presidente-do-stf.shtml>>. Acesso em 14/11/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **08/11/2012 - Para CGU, julgamento do mensalão ajudará a combater corrupção.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/76824-para-cgu-julgamento-do-mensalao-ajudara-a-combater-corrupcao.shtml>>. Acesso em 08/11/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **10/03/2013 – Opinião – “Democratização da mídia”.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0909201108.htm>>. Acesso em 02/07/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **13/04/2013 – PT associa 'setor da mídia' a criminosos e defende regulação.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/36759-pt-associa-setor-da-midia-a-criminosos-e-defende-regulacao.shtml>>. Acesso em 19/11/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **17/04/2013 – Painel.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/104266-painel.shtml>. Acesso em 02/07/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **12/06/2013 – TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0909201108.htm>>. Acesso em 02/07/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **27/06/2013 – Mitos e realidade sobre a mídia brasileira.**

Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/116055-mitos-e-realidade-sobre-a-midia-brasileira.shtml>>. Acesso em 22/03/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/10/2013 – Marina chega ao 'Dia D' com placar desfavorável no TSE.** Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/132059-marina-chega-ao-dia-d-com-placar-desfavoravel-no-tse.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/132059-marina-chega-ao-dia-d-com-placar-desfavoravel-no-tse.shtml)>. Acesso em 05/06/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **28/05/2014 – Controle da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/168166-controle-da-midia.shtml>>. Acesso em 25/02/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **28/05/2014 – Dilma diz ao PT que fará regulação da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/168165-dilma-diz-ao-pt-que-fara-regulacao-da-midia.shtml>>. Acesso em 18/03/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **06/06/2014 – Governo Dilma quer estimular produção regional na mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/169711-governo-dilma-quer-estimular-producao-regional-na-midia.shtml>>. Acesso em 15/03/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **10/06/2014 – PMDB deve manter hoje seu apoio a Dilma, mas com críticas ao PT.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/170405-pmdb-deve-manter-hoje-seu-apoio-a-dilma-mas-com-criticas-ao-pt.shtml>>. Acesso em 14/05/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **26/10/2014 – Petista terá de reatar com mercado e conter crise na Petrobras.** Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/192565-petista-tera-de-reatar-com-mercado-e-conter-crise-na-petrobras.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/192565-petista-tera-de-reatar-com-mercado-e-conter-crise-na-petrobras.shtml)>. Acesso em 11/05/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **29/10/2014 – PT quer Berzoini em pasta para tocar regulação da mídia.** Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/192987-pt-quer-berzoini-em-pasta-para-tocar-regulacao-da-midia.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/192987-pt-quer-berzoini-em-pasta-para-tocar-regulacao-da-midia.shtml)>. Acesso em 11/05/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/11/2014 – Executiva do PT aprova norma que defende fim de 'oligopólio da mídia'.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542840-executiva-do-pt-aprova-norma-que-defende-fim-de-oligopolio-da-midia.shtml>>. Acesso em 17/05/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **07/11/2014 – Dilma aponta monopólios na mídia como alvo.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/194434-dilma-aponta-monopolios-na-midia-como-alvo.shtml>>. Acesso em 24/03/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **24/01/2015 – Ministro abrirá debate sobre regulação da mídia em março.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205300-ministro-abrira-debate-sobre-regulacao-da-midia-em-marco.shtml>>. Acesso em 15/02/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/01/2015 – Regulação da mídia avançará, diz Berzoini.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/202541-regulacao-da-midia-avancara-diz-berzoini.shtml>>. Acesso em 23/03/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **02/02/2015 – Câmara elege Cunha e impõe derrota histórica ao Planalto.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206572-camara-elege-cunha>>.

e-impoe-derrota-historica-ao-planalto.shtml>. Acesso em 03/04/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **28/05/2014 – PT quer incorporar regulação econômica dos meios ao programa de Dilma para a reeleição.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/168166-controle-da-midia.shtml>>. Acesso em 15/08/2014.

## **b) Demais textos, entrevistas, vídeos e sítios analisados**

JOVEM PAN. **Entrevista com o prefeito Fernando Haddad no Jornal da Manhã (entrevista).** 2014. Disponível em <<http://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/confira-versao-completa-da-entrevista-com-prefeito-haddad-no-jornal-da-manha.html>>. Acesso em 12/04/2015.

NEVES, Aécio. **Campanha eleitoral presidencial de 2014 (sítio).** 2014. Disponível em <<http://campanha2014.aecioneves.com.br/noticia-aecio-neves-participa-de-debate-na-rede-bandeirantes.html>>. Acesso em 17/03/2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **“Aborto só vai a votação se passar pelo meu cadáver”, diz Cunha.** 2015. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/aborto-so-vai-a-votacao-se-passar-pelo-meu-cadaver-diz-cunha/>>. Acesso em 15/03/2015.

REDE GLOBO. **Dilma se diz 'disposta ao diálogo' e afirma que país não está dividido.** 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/distrito-federal/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-se-diz-disposta-ao-dialogo-e-afirma-que-pais-nao-esta-dividido.html>>. Acesso em 18/05/2015.

TV BANDEIRANTES. **Debate presidencial eleitoral (televisado em 26/08/2014).** 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rPAMXAqK-Qk>>. Acesso em 08/03/2015.

## **c) Imagens de capa da seção *Poder* da FSP**

1) FOLHA DE SÃO PAULO. **26/07/2010 – Capa (seção *Poder*).** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/inde26072010.htm>>. Acesso em 12/07/2014.

2) FOLHA DE SÃO PAULO. **26/11/2010 – Capa (seção *Poder*).** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/inde26112010.htm>>. Acesso em 12/07/2014.

3) FOLHA DE SÃO PAULO. **27/11/2010 – Capa (seção *Poder*).** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/inde27112010.htm>>. Acesso em 12/07/2014.

4) FOLHA DE SÃO PAULO. **07/01/2011 – Capa (seção *Poder*).** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/inde07012011.htm>>. Acesso em 12/07/2014.

5) FOLHA DE SÃO PAULO. **03/11/2011 – Capa (seção *Poder*).** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/inde03092011.htm>>. Acesso em 12/07/2014.

6) (Imagem não analisada) FOLHA DE SÃO PAULO. **23/10/2012 – Capa.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/inde23102012.shl>>. Acesso em 12/07/2014.

7) (Imagem não analisada) FOLHA DE SÃO PAULO. **23/10/2012 – Capa (seção Poder)**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/index-20121023.shtml>>. Acesso em 12/07/2014.

8) FOLHA DE SÃO PAULO. **08/11/2012 – Capa (seção Poder)**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/index-20121108.shtml>>. Acesso em 11/07/2014.

9) FOLHA DE SÃO PAULO. **17/12/2012 – Capa (seção Poder)**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/index-20111217.shtml>>. Acesso em 12/07/2014.

#### **d) Mecanismo de busca da *FSP***

FOLHA DE SÃO PAULO. **Busca**. Disponível em: <<http://search.folha.com.br/search?site=online>>. Acesso em 17/05/2015.

## REFERÊNCIAS

- ANGENOT, Marc. Diálogo de surdos: Sinopse de uma retórica antilógica. In: \_\_\_\_\_. **O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir.** Organização de Carlos Piovezani. São Carlos: EDUFSCar, 2015.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa; GONÇALVES, Marco Augusto. **Cultura e participação nos anos 60.** 10ª. edição, São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFScar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. **História do rosto: exprimir e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX).** Lisboa: Editora Teorema, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado – Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOV & DREYFUS. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** 13ª edição, São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7ª. edição, 3ª. reimpressão, Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. Resposta a uma questão. In: **Ditos e escritos VI: Repensar a política.** [organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux** – Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 295-315
- LABEDISCO – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (UESB/Bahia/Brasil). **Courtine sobre Pêcheux (conteúdo digital).** 2010. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/labedisco/?p=114>>. Acesso em 17/03/2015.
- MICHAELIS, Uol. **Dicionário de Português Online** - ideologia: significado de "ideologia" no Dicionário Português. 2016. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ideologia>>. Acesso em 25/01/2016.
- NEVES, Aécio. **Aécio participa de debate na Rede Bandeirantes (conteúdo digital).** 2014. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/aecio-neves-participa-de-debate-na-rede-bandeirantes/>>. Acesso em 27/01/2016.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 4a. Edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi et al. 2a Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Discurso** – Estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFScar, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma Análise Automática do Discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. – 4ª. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, P. **Estudos do Texto e do Discurso** – mapeando conceitos e métodos. São Carlos, Claraluz, 2006. p. 93-108.

PUECH, Christian. A emergência da noção de “discurso” na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (org). **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

SANTOS, Wilson Ricardo Barbosa. **Um estudo do controle da mídia: questões de censura e memória na circulação midiática**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português/Espanhol) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27ª. Ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

## ANEXOS

### ANEXO A: 02/03/2010 – *Fórum crítica "controle social" da mídia*

**Em evento que reuniu empresários, jornalistas e políticos, latino-americanos dizem que censura em seus países começou sob esse pretexto**

**Palocci afirma que eventual governo de Dilma Rousseff não iria implantar medidas de controle, receio colocado por vários participantes**

#### DA REPORTAGEM LOCAL

As propostas de "controle social" da mídia pelo governo federal foram o principal alvo das críticas dos participantes do Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, realizado ontem em São Paulo.

O evento reuniu empresários do setor de mídia, jornalistas, professores e políticos e foi organizado pelo Instituto Millenium, entidade sem fins lucrativos fundada em 2006 e que tem entre seus mantenedores os empresários Roberto Civita, presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril, e João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo.

O primeiro painel contou com os jornalistas Adrián Ventura, colunista do jornal argentino "La Nación", o equatoriano Carlos Vera e Marcel Granier, dono do canal de TV venezuelano RCTV, cujo pedido de renovação da concessão foi negado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Os debatedores alertaram os brasileiros para o fato de as medidas de controle e censura da mídia em seus países terem começado sob o pretexto da necessidade de incrementar a responsabilidade social dos veículos de comunicação.

Em seguida, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, fez um discurso em que afirmou

ter posição contrária às propostas do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, que preveem "controle social" dos veículos de comunicação.

Indagado sobre a previsão do plano de retirar a concessão de veículos que não observem os princípios de direitos humanos, o ministro afirmou que "essa questão é puramente da alçada do Congresso. Quem decide sobre os direitos de concessões no Brasil é o Congresso, certamente acompanhado do Executivo. Não existe a menor possibilidade, pelo menos neste Congresso e no próximo que vai ser eleito, que isso venha a acontecer no Brasil".

Em seguida, questionado sobre qual sua opinião sobre o tema, Costa disse: "Minha posição é rigorosamente contrária. Não participei do projeto apresentado. No caso específico de controle social da mídia, é inadmissível, primeiro para o jornalista, e segundo, para o ministro das Comunicações".

Nos três painéis que se seguiram, os debatedores atacaram outras tentativas de impor o controle sobre a mídia, como o projeto para criação da Ancinav, para regular setor do audiovisual, e o Conselho Federal de Jornalismo, para fiscalizar a atuação das redações.

O tema da autorregulamentação do setor também tomou parte desses debates, e a experiência do Conar (conselho de autorregulamentação do setor de publicidade) foi citada como uma experiência bem sucedida na área de comunicação.

A última mesa de discussão contou com a participação do diretor de Redação da Folha, Otavio Frias Filho, e dos deputados Antonio Palocci (PT-SP) e Miro Teixeira (PDT-RJ).

Frias chamou a atenção para a importância da imprensa no "sistema de freios e contrapesos" pelo qual regimes democráticos buscam conter tendências autoritárias dos governos.

A exemplo do ministro Hélio Costa, Palocci disse não concordar com a proposta do plano de direitos humanos de criar um sistema para fiscalizar se os meios de comunicação respeitam os princípios de direitos humanos.

Ao final do evento, Palocci afirmou não acreditar que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, vá implantar medidas de "controle social" caso seja eleita em outubro -tal receio foi colocado por vários dos participantes do evento.

**ANEXO B: 02/09/2011 – Cúpula do PT defende controle da mídia**

**Documento a ser votado em congresso do partido acusa imprensa de fazer campanha por "faxina" no governo Dilma**

**Paulo Bernardo critica iniciativa de petistas e diz que Constituição não admite a censura nem o controle prévio**

**NATUZA NERY**

**CATIA SEABRA**

**DE BRASÍLIA**

**BERNARDO MELLO FRANCO**

**EM BRASÍLIA**

O comando do PT elaborou documento em que ataca a imprensa e defende o controle da mídia no Brasil.

No texto, apresentado ontem à Executiva Nacional como proposta de resolução para o 4º Congresso do partido, o PT defende o fim da propriedade cruzada em veículos de comunicação, a "democratização" da mídia e a "quebra do monopólio".

Apesar disso, o partido sustenta que é contra qualquer tipo de censura.

A **Folha** apurou que o governo tende a encampar o veto à propriedade cruzada de meios de comunicação. A ideia seria acionar o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para obrigar grupos que têm várias plataformas a se desfazer de parte das concessões.

A resolução preliminar diz que a falta de um marco regulatório e a concentração do domínio midiático "tolhem a democracia", "silenciam" e "marginalizam", "criando um clima de imposição de uma versão única no país".

Em tom bem mais agressivo do que o do 3º Congresso, de 2007, o texto condena "certos veículos que flertam com mecanismos ilegais".

O partido afirma que, após participar de "conspiração que tentou derrubar, sem êxito, o PT e Lula", setores da mídia lideram agora "campanha pela faxina" no governo.

### **FALCÃO**

Falcão, que está condensando o texto, lembrou em entrevista que o ex-ministro Franklin Martins (Comunicação Social) já apresentou proposta semelhante no governo Lula. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (PT-PR), que participará do encontro, disse à **Folha** que essa não é a pauta do governo:

"É insensato. Lutamos para escrever na Constituição que não pode haver controle prévio e censura".

Segundo Bernardo, a Lei Geral de Telecomunicações, em discussão no ministério, regula a concessão de emissoras de rádio e TV, mas não de jornais, revistas e internet. O secretário de Comunicação do PT, André Vargas (PR), porém, diz que o partido não vai se curvar ao governo. Para ele, "a sociedade pode resolver constituir um conselho" para controlar a mídia impressa e a internet.

Com 109 pontos, o documento busca proteger a imagem do ex-presidente Lula e minimiza a ideia de que Dilma é mais rigorosa no combate à corrupção.

"Nunca antes na história deste país a corrupção foi combatida com tanta profundidade, sem protecionismos partidários, como nos governos Lula e Dilma", afirma o documento

O texto aponta a luta contra a corrupção como "compromisso inarredável do PT e do governo" e diz que a oposição não tem credibilidade para pregar uma "faxina".

**ANEXO C: 09/09/2011 – TENDÊNCIAS/DEBATES: O PT e o controle da informação**

***A democratização da mídia está em deixá-la livre, e não em circundá-la; o Congresso deve atentar para projetos de regulamentação da imprensa***

O historiador britânico Robert Conquest nos conta que, no período do Grande Terror (1936-1938), no qual Stálin mandava políticos e intelectuais para a Sibéria nos expurgos criados para eliminar adversários, o controle da informação era tão rígido que a única forma segura de transmitir alguma coisa era por debaixo de cobertores.

Entre 1966 e 1976, outro ditador, Mao Tsé-tung, instituiu a Revolução Cultural na China, um processo sistemático de julgamentos públicos de professores e opositores com o objetivo indisfarçável, mais uma vez, de controlar a informação circulante entre o povo chinês.

Em Cuba, deu-se o mesmo. Durante décadas, para se criticar Fidel Castro, foi preciso sair do país, como fez o escritor Guillermo Cabrera Infante. Mais uma vez, controlar a informação era e tem sido essencial para a manutenção do status quo refratário a manifestações críticas.

Há casos em que o desejo dos governantes de encurralar a informação se dá por meio da manipulação das massas. Há pouco, Hugo Chávez liderou odiosa campanha contra a imprensa livre. Partidários dele atacaram a TV Globovisión, e é notória a perseguição a jornalistas e empresários, como Guillermo Zuloaga, dono da rede agredida, e Alejandro Peña Esclusa, opositor recentemente libertado, depois de ter sido preso sob a falsa acusação de tramar a deposição de Chávez.

Na mesma toada, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, move incansável campanha contra o jornal "Clarín", respeitado por fazer um jornalismo crítico e independente. Situação semelhante tem ocorrido na Bolívia e no Equador.

O que se vê com tudo isso é que o autoritarismo sempre encontra meios de limitar a manifestação independente de opinião. Seja à la Stálin, à la Mao, à la Fidel ou à la Chávez, algum mecanismo é encontrado para cumprir a tarefa de frear a livre circulação da notícia.

No Brasil, desde Lula, temos visto o ensaio do controle da mídia por meio de propostas

como a criação de conselhos que garantiriam, segundo os que as concebem, a democratização da mídia. A história mostra que ações nessa direção servem mais para balizar fontes noticiosas do que para universalizar a produção da notícia.

Afinal, quem fará parte desses conselhos se não os afinados ideologicamente ou por conveniência ao governo federal? O próprio conceito de conselhos está vinculado à ação de restringir, regular e fiscalizar, ou seja, seu escopo não é o da liberdade, e sim o de controle de algo que se quer regulamentado.

A democratização da mídia está, portanto, em deixá-la livre, e não em circundá-la, como quer o PT. O Congresso Nacional precisa estar atento a projetos que tenham por objetivo a regulamentação da imprensa. Será preciso rechaçá-los como se rechaça toda ideia cujo fim intrínseco seja ferir a democracia.

Vamos dizer não a isso.

**RUBENS BUENO** é deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. **debates@uol.com.br**

**ANEXO D: 06/09/2011 – Senadores criticam texto do PT para regular mídia****Proposta ameaça liberdade, diz Jarbas**

DE BRASÍLIA

Senadores aliados e da oposição criticaram ontem o texto aprovado pelo 4º Congresso do PT, no fim de semana, que defendeu a regulamentação da mídia.

O discurso mais duro foi de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que considerou a posição do partido uma ameaça à liberdade de imprensa, digna de "tribunal inquisidor".

"Toda vez que algum malfeito petista aparece nas páginas dos jornais e das revistas, a cúpula do PT se apressa em ressuscitar o chamado marco regulatório da mídia."

Segundo o presidente do PT, Rui Falcão, o partido fará pressionará o Congresso a aprovar um projeto que regule os meios de comunicação.

Ele defendeu a limitação do direito de propriedade de emissoras de rádio e TV e criticou o que chama de "jornalismo partidário".

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), disse que o PT propõe o marco para impedir denúncias de corrupção.

Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), não há posição do Planalto sobre a regulamentação.

**ANEXO E:** 27/09/2010 – *Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome "nem a pau"*

MÍDIA

**DE SÃO PAULO** - O candidato do PSOL à Presidência, Plínio de Arruda Sampaio, criticou ontem a cobertura que a **Folha** faz de sua campanha.

"A **Folha de S.Paulo** não noticia meu nome nem a pau. E, quando noticia, é negativo, é de uma forma negativa", disse Plínio no debate de ontem.

Ele defendeu o "controle social sobre os meios de comunicação de massa", que negou ser ligado a censura.

A declaração do candidato foi em resposta a pergunta sobre as críticas aos veículos de comunicação na campanha. Ele foi questionado se considera a imprensa imparcial.

A **Folha** cobre a campanha do candidato do PSOL. Desde o início da disputa eleitoral, já publicou entrevista com ele e reportagens sobre suas propostas, seu patrimônio, sua participação no "Jornal Nacional" e a arrecadação da campanha do PSOL.

O candidato foi convidado e participou do debate promovido pela **Folha** e pela RedeTV! no dia 12 de setembro. No dia seguinte, teve o mesmo destaque em fotos e em declarações que os outros três candidatos.

Dilma Rousseff (PT), que foi escolhida para comentar a resposta de Plínio, defendeu a liberdade de imprensa.